O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quinta-feira 20 de FEVEREIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47973 | estadao.com.br

Ex-presidente acusado __A8

Moraes abre delação; Cid cita pressão de Bolsonaro sobre chefes militares por golpe

__ Colaboração premiada de antigo ajudante de ordens reforça papel atribuído a ex-presidente de articulador de trama golpista

WILTON JUNIOR / ESTADÃO



Moraes durante sessão plenária do STF: ministro retirou sigilo de delação de Mauro Cid um dia após Bolsonaro ser denunciado pela PGR

No dia seguinte à denúncia da PGR contra 34 acusados de tramar um golpe de Estado, o sigilo da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid foi retirado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes. De acordo com o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o ex-presidente queria manter seus seguidores mobilizados contra a posse de Luiz Inácio Lula da Silva e mandou os comandantes das Forças Armadas autorizarem acampamentos de manifestantes diante de quartéis. Segundo Cid, o ex-presidente "sempre dava esperanças de que algo fosse acontecer para convencer as Forças Armadas a concretizarem o golpe". Cid afirmou ainda que Bolsonaro pressionou o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, a mudar relatório que não havia identificado falhas nas urnas eletrônicas.

Coluna do Estadão __A2
A denúncia e a posição de Motta sobre a anistia

Silvio Cascione __A12
Risco ampliado de prisão e polarização

William Waack __A13
Implicações previsíveis

Alvaro Gribel __B9
Golpe teria sido tragédia econômica

Repercussão no exterior __A14

Moraes é alvo de ação conjunta de empresa de Trump e Rumble

O Trump Media & Technology Group se uniu à plataforma conservadora Rumble para ir à Justiça americana contra o ministro do STF, acusado de censurar a direita nas redes sociais. O jornal *New York Times* considerou a iniciativa um "esforço surpreendente de Trump" por Bolsonaro. Efeito seria mais simbólico que prático.

Agência de inteligência __A10 e A11

PGR vê dobradinha entre ex-presidente e 'Abin paralela' por ruptura

Denúncia cita ataques às instituições para "execução do plano maior de ruptura com a ordem democrática".

Reação __A12

Bolsonaro chama de truque a denúncia e diz liderar 'oposição democrática'

Ex-presidente afirma em rede social que "regimes autoritários" precisam "fabricar" inimigos internos e perseguições.

A guerra de Putin __A16

Zelenski é ditador que foi para guerra com dinheiro dos EUA, diz Trump

Presidente dos EUA diz que ucraniano precisa agir rápido ou vai perder o país. Zelenski culpa rede de desinformação.

STF __A14

Toffoli anula todos os processos e provas contra Palocci na Lava Jato

Ministro estendeu a Palocci decisões que beneficiaram Lula, empresários e o deputado Beto Richa (PSDB-PR).

E&N Serviço público __B1 e B2

Greve na Receita passa de 2 meses e afeta consumidores, empresas e governo

Pelo menos 75 mil remessas de importação estão paradas. Carf tem processos paralisados.

Saúde pública __A19

Estado de São Paulo decreta emergência para dengue; pico é previsto para abril

Medida é tomada após o Estado atingir média de 270 casos por 100 mil habitantes.

C2 Ian Astbury, do The Cult __C1

'Paixão define bem os brasileiros'



ERNESTO RODRIGUES / ESTADÃO

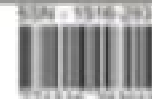
Alice Ferraz __C2
Evento intimista celebra lançamento de coluna

E&N Na Justiça __B24 e B25
St Marche tenta renegociar débito de R$ 639 milhões

Notas e Informações __A3

Lula, o frentista

Petista tenta forjar culpados para uma inflação que tem no perfil perdulário estatal o seu maior motor.



Eufrázio

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Aliados de Lula dizem que denúncia da PGR 'fragiliza' percepção de Motta sobre 8/1

A avaliação no entorno do presidente Lula é de que a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro "fragiliza" a percepção externada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de que a invasão dos prédios dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023 não foi uma tentativa de golpe de Estado. A base aliada afirma que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentou passo a passo como a trama teria sido elaborada para culminar em um golpe, e não deixou dúvidas de que o objetivo era a ruptura democrática. Para os governistas, ficará mais difícil para o paraibano ceder aos bolsonaristas e pautar a anistia aos condenados. Com isso, parte dos petistas aposta que Motta não atuará para aprovar o projeto.

● **FREIO.** No PT, há uma interpretação de que Motta precisa fazer acenos à direita porque foi eleito em ampla aliança. Por isso, há apreensão de que o assunto entre em pauta. Procurado, o deputado não comentou. Durante a campanha pela presidência da Câmara, ele evitou falar sobre o tema e também declarou que não comenta decisões judiciais.

● **PRESSÃO.** Além da anistia, bolsonaristas defenderão que a denúncia contra Bolsonaro seja julgada no plenário do STF, e não na 1.ª turma. Os aliados do ex-presidente avaliam que nesse colegiado a tendência é de condenação unânime, e no pleno haveria divergência entre os ministros.

● **TÁ OK.** Em delação premiada firmada com a Polícia Federal, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, afirmou que o Gabinete de Segurança Institucional comprou motos para acompanhar o então presidente nas motociatas pelo País.

● **BEIJA-MÃO.** Filiado ao PL de Bolsonaro, o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, bateu ponto na terça-feira no aniversário do líder do governo na Câmara, José Guimarães. Ao pé do ouvido, conversou bastante com o líder no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

● **MOTIVO.** JHC tem se aproximado de petistas no momento em que atua como cabo eleitoral da tia, a procuradora Marluce Caldas. Ela integra a lista tríplice com nomes de candidatos do Ministério Público a vagas no STJ. O prefeito considera até mesmo trocar o PL por uma legenda da base do governo Lula.

● **ALTA.** A AtlasIntel aparece como o instituto de pesquisas eleitorais mais preciso dos Estados Unidos, segundo o ranking do estatístico Nate Silver. A brasileira ultrapassou levantamentos tradicionais dos jornais *The New York Times* e *The Washington Post*.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Jair Bolsonaro, ex-presidente da República

● **PASSAR...** A Executiva Nacional do Cidadania decidiu, por unanimidade, não renovar a federação com o PSDB, conforme antecipou a *Coluna*. O Diretório Nacional votará o tema no próximo dia 16. Agora, a legenda abrirá diálogo com outros partidos do seu campo político, a exemplo do PSB.

● **...BEM.** Uma das principais queixas nos bastidores do Cidadania é que a sigla foi prejudicada na federação partidária pela preponderância do PSDB. Os tucanos têm feito negociações para que o partido faça uma fusão com outras legendas.

PRONTO, FALEI!



Igor Tamasauskas
Advogado, doutor em Direito

"O encadeamento dos fatos descrito pela PGR demonstra claramente a ocorrência criminosa. Que se respeitem os ritos, mas a condenação parece inevitável."

CLICK

INSTAGRAM/@CIRONOGUEIRA



Flávio Bolsonaro
Senador (PL-RJ)

Com o aliado Ciro Nogueira e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Flávio assumiu ontem a presidência da Comissão de Segurança Pública da Casa.

ESTADÃO

VODCAST
dois**pontos**

Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.

@estadao

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.

FOTO: PEDRO KIRILOS

QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2025

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

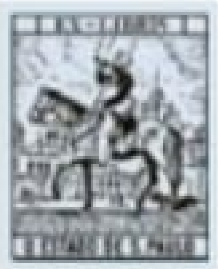
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula, o frentista



Petista chama de 'assaltantes' revendedores de combustíveis ao se queixar dos preços, tentando forjar culpados para uma inflação que tem no perfil perdulário estatal seu maior motor

O presidente Lula da Silva defendeu que a Petrobras venda combustível diretamente aos consumidores, sem a intermediação de distribuidoras e redes de postos. Trata-se de um diversionismo mequetrefe, com o objetivo de forjar culpados para uma escalada de preços da qual seu governo é o principal agente. Beira a leviandade dizer que "o povo, no fundo, é assaltado pelo intermediário" e precisa "saber quem xingar" quando o preço sobe, já que o governo, segundo o petista, é quem leva a fama.

O constrangedor discurso de Lula foi feito no terminal da Transpetro, em Angra dos Reis (RJ), numa cerimônia especialmente cara ao presidente: o anúncio de licitação para contratar a construção de oito navios para a frota da Petrobras. O evento recendia a nostalgia de um tempo em que Lula e o PT reinavam absolutos em mandatos presidenciais sucessivos prometendo fazer o Brasil grande de novo, tendo o Estado como o formidável motor do desenvolvimento. Não por acaso, é exatamente a estatolatria perdulária do lulopetismo que cria o ambiente ideal para a carestia.

Mas, como de hábito, Lula preferiu a mistificação. E caprichou: "O povo não sabe que a gasolina sai da Petrobras a R$ 3,04 e que, na bomba, ela é vendida a R$ 6,49. Ou seja, é vendida pelo dobro do que ela sai da Petrobras. Mas, quando sai o aumento, o povo pensa que foi a Petrobras que aumentou. E nem sempre é a Petrobras, porque cada Estado e cada posto têm liberdade de aumentar na hora que quer". Segundo o petista, "o povo brasileiro não tem as informações necessárias para fazer um juízo de valor", razão pela qual, "quando sai um anúncio de aumento no diesel, na gasolina ou no gás, a Petrobras e o governo federal levam a fama, mas muitas vezes a Petrobras não tem culpa nenhuma". Para arrematar, Lula afirmou que "o povo tem que saber quem é o filho da mãe disso".

Ora, Lula sabe muito bem, ou deveria saber, já que tem assessores perfeitamente capazes de lhe explicar isso, que não se pode comparar a gasolina que sai da refinaria, ainda sem a incidência dos impostos federais e estaduais e sem a mistura de etanol, com a que sai da bomba dos postos de combustíveis. Mais de 20% do valor que o consumidor paga por litro no posto corresponde a impostos. O preço é formado também pelo custo de transporte e logística e pelas margens de distribuidoras e revendedores, que o presidente classifica como "assaltantes" – ignorando o fato de que o preço dos combustíveis é livre desde 2002. Fiscalizar e combater eventuais cartéis é tarefa de órgãos reguladores do governo, em defesa dos consumidores.

O presidente propõe que a Petrobras abasteça diretamente grandes consumidores, sem intermediários. Para prestar esse serviço, a empresa precisa de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o que inclusive é feito para produtos em desenvolvimento, mas não será isso que irá baratear o preço dos combustíveis. A Petrobras já teve sua própria distribuidora, a BR, atual Vibra, e nem por isso regulava os preços na revenda.

Houve época em que o governo interferiu diretamente no mercado, segurando preços de gasolina e diesel, mas isso se deu nas próprias refinarias, como o congelamento irregular realizado na gestão de Dilma Rousseff, que resultou num desastre financeiro para a Petrobras.

Depois da devastação nas contas da Petrobras durante a trevosa era Dilma, a atual gestão petista na empresa não consegue manter os preços nas refinarias inalterados por muito tempo. Mesmo derrubando seguidamente pilares de governança da companhia, há limites para a interferência estatal difíceis de transpor.

A bem da verdade, a interferência política nos preços dos combustíveis não é exclusividade do lulopetismo. Foi assim nos governos de Jair Bolsonaro, Michel Temer e Fernando Henrique Cardoso, na maior parte dos casos por meio de subsídios, zerando os impostos federais por um tempo para forçar uma queda de preços. De um jeito ou de outro, porém, sempre que um presidente reclama do preço dos combustíveis, é porque seu governo está nas cordas.●

A banalização do impeachment

Queda recorde da aprovação de Lula assanhou bolsonaristas a defender sua cassação, um desvario que diz mais sobre indigência da oposição do que sobre as muitas deficiências do governo

A queda recorde da aprovação popular de Lula da Silva assanhou a banda bolsonarista da oposição a defender abertamente o impeachment do presidente da República. Como esse desvario, por óbvio, não irá prosperar, como sabem até seus proponentes, está-se diante da banalização de um dispositivo constitucional seriíssimo que jamais se prestou, nem como ideia, à cassação de um mau governante.

É preciso dizer sem rodeios: o impeachment de Lula, nas atuais circunstâncias, seria um golpe, uma subversão da vontade popular legitimamente manifestada nas urnas em 2022. É notório que o bolsonarismo parece ter uma ligação atávica com o golpismo, mas para tudo há limites. Cassar o mandato de Lula com base em reles disputa política seria um atentado contra a Constituição e, consequentemente, contra o Estado Democrático de Direito.

Não há fundamentação técnica, consenso político no Congresso nem anseio popular pelo impeachment do petista. Há poucos dias, Jair Bolsonaro chegou a desestimular que a patacoada constasse da agenda da manifestação convocada por seus apoiadores para o dia 16 de março, mas não porque ele seja um democrata, e sim porque nem como hipótese a cassação de Lula lhe interessa do ponto de vista político-eleitoral. Afinal, bolsonarismo e lulopetismo se servem muito bem da relação dual que os retroalimenta como forças políticas antagônicas, em que pesem os enormes prejuízos políticos, econômicos e sociais que esse mutualismo pernicioso causa ao Brasil.

É espantosa a leviandade com que o impeachment de um presidente da República passou a ser tratado pela oposição, como se estivéssemos diante de um ato corriqueiro da vida política de uma nação. A rigor, isso diz muito mais sobre a indigência da oposição do que sobre as deficiências do governo de turno, que, como este jornal não se cansa de dizer, não são poucas. Se tratada com a devida responsabilidade por uma oposição genuinamente preocupada com o futuro do Brasil, a pletora de erros que Lula tem cometido neste terceiro mandato muito provavelmente selaria não apenas o seu ocaso eleitoral, mas o do próprio PT por algumas décadas.

Mas essa oposição responsável à direita parece estar subjugada, ao menos por ora, pela agenda bolsonarista. Bolsonaro a sequestrou em nome do resguardo de um protagonismo político capaz de mantê-lo afastado da cadeia, seu principal objetivo, o que não é surpreendente quando se trata de alguém que jamais perdeu um minuto de sono angustiado com os destinos do País, mas sim em encontrar meios de se servir do Estado para satisfazer seus interesses pessoais e os de sua família.

Essa banalização do impeachment ainda revela quão alienada ou indiferente está essa oposição oportunista e desqualificada em relação aos traumas que o remédio constitucional extremo causa à sociedade. Ademais, chama a atenção a hipocrisia dessa turma, que, à guisa de defender a reversão da inelegibilidade de Bolsonaro, alardeia, dia sim e outro também, que só o povo é soberano para decidir quem pode ou não concorrer à Presidência da República, e não a Justiça Eleitoral. Ora, que soberania é essa que vale a depender dos interesses de ocasião em jogo? O povo que, de forma legítima e soberana, elegeu Bolsonaro presidente em 2018 é o mesmo que decidiu não reelegê-lo quatro anos depois. Se o atual governo é ruim, os eleitores decerto também não premiarão Lula com a reeleição caso o petista, de fato, venha a ser candidato em 2026.

O impeachment, tal como previsto na Constituição e regulado pela Lei n.º 1.079/1950, não deve ser rebaixado a mero expediente para resolver frustrações eleitorais nem muito menos para abreviar mandatos por questão de conveniência política. Trata-se de um dispositivo reservado para situações excepcionalíssimas em que um presidente da República comete crime de responsabilidade, atentando contra os princípios fundamentais da República. Abastardá-lo como meio de destituição de um governante impopular ou inepto subverte a sua natureza jurídica e política e enfraquece o próprio Estado Democrático de Direito.●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

‘Sofrendo feliz da vida’, livro de Rubens Figueiredo

Roberto Macedo

O livro tem como subtítulo *Alegria e angústia de ser brasileiro* e foi editado em São Paulo pela Editora MM. O autor é um conhecido cientista político, e o texto parte da seguinte ideia: o Brasil está bem posicionado nos rankings internacionais que medem a felicidade dos povos, embora nossos indicadores econômico-sociais e de qualidade de vida sejam muito ruins.

Ocupamos o 5.º lugar no *Global Happiness 2023* (entre 32 países) e estamos na 49.ª posição no *World Happiness Report 2023* (entre 146 países). O *Global Happiness* é uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Ipsos, um dos mais importantes do mundo. E o *World Happiness Report* é um estudo coordenado por instituições de peso, como a Universidade de Oxford e a London School of Economics. A pesquisa foi também do Gallup.

Mas, argumenta Rubens, o Brasil é cheio de problemas. É um país que tem o 10.º PIB do planeta, mas nos classificamos na posição 87 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 101 em saneamento básico, 104 em honestidade e 105 em mortalidade infantil. Somos também um dos oito países com a maior desigualdade de renda e o mais violento (em número de homicídios) entre os países do mundo.

Existe uma abrangente literatura sobre o bem-estar das sociedades. Um dos estudos seminais que aborda o tema é o livro *The Quality of American Life: perceptions, evaluations and satisfactions*, de Angus Campbell, Philip Converse e Willard Rodgers (publicado pela Russell Sage Foundation em 1976, com 600 páginas). Cada vez tem mais gente querendo saber se somos ou não felizes.

O brasileiro tem motivos para ser feliz? Segundo Rubens, o brasileiro é um povo nascido de uma miscigenação única. Somos uma mistura de índios (várias tribos), portugueses e africanos que já vieram miscigenados, com influência de outras culturas. Nos consideramos felizes. Temos uma relação umbilical com aquilo que nos traz alegria: música e futebol, por exemplo. Enquanto a música negra americana é melancólica – os *blues*, por exemplo –, somos animação pura. Somos samba e “escola de samba”.

> *Obra discute por que o Brasil vai bem nos rankings que medem a felicidade dos povos, apesar de nossos ruins indicadores econômico-sociais e de qualidade de vida*

Procuramos o ritmo que traz vontade de ficar junto e balançar o corpo. O brasileiro é particularmente afetivo, solidário e acolhedor. Está provado que gostar de gente traz felicidade. E também somos considerados espontâneos e sensuais, características que não combinam com tristeza.

Um capítulo particularmente interessante do livro é o que aponta que o Brasil não se leva muito a sério, somos engraçados e zombamos de nós mesmos.

Figueiredo cita frases de alguns grandes intelectuais para ilustrar a tese. Millôr Fernandes dizia que “o Brasil tem um enorme passado pela frente”. Luis Fernando Veríssimo, que “no Brasil o fundo do poço é só uma etapa”. Roberto Campos, que “o Brasil nunca perde uma oportunidade de perder uma oportunidade”.

Figueiredo cita um estudo acadêmico sobre as piadas que saem na internet sobre o Brasil. Impossível ficar impassível. Morremos de rir das anedotas que nos esculhambam. Particularmente engraçada é a de Deus criando o mundo e dizendo que o Brasil seria repleto de riquezas e belezas, mas vejam o povinho que iria colocar lá.

O autor também discorre sobre nossa sociedade ranzinza, principalmente o segmento da classe média. Houve um estreitamento do bom humor – e isso não favorece o império da felicidade. Grupos identitários se digladiam e temos de tomar cuidado para emitir opiniões. Tudo é muito nebuloso e arriscado. Uma piada no lugar errado pode significar o fim da linha para o emissor descuidado.

Na política, reina a desarmonia. Ela se transformou da busca do consenso na procura daquilo que pode nos fazer odiar o outro. Temas polêmicos são hegemônicos nas redes sociais, e a sociedade se alimenta disso.

Entretanto, o brasileiro é feliz. Temos uma paixão pela vida, gostamos de gente, somos muito desiguais, mas nos igualamos na força das famílias, na alegria, na confraternização, na dificuldade. E, principalmente, na esperança. Nem todo otimismo é ignorante. Figueiredo relata a impressão de alguns estrangeiros – um alemão e uma russa entre eles. Viveram aqui e mudaram seu jeito de ser contagiados pela nossa leveza de levar a vida, apesar das favelas, da pobreza e dos 7 x 1 contra a Alemanha na Copa de 2014, realizada no Brasil.

De minha parte, confesso que não vi pesquisas sobre o que é felicidade abrangendo vários segmentos sociais. Fiz uma pesquisa conversando com uma pessoa de baixa renda, perguntei se era feliz e me respondeu que sim. Avancei, pedindo que me dissesse o que o fazia feliz e respondeu: tenho emprego, salário, uma pequena casa comprada na periferia, estou criando dois filhos que estudam em escola pública, gosto de televisão, de futebol, das músicas brasileiras e por aí afora. Mas, evidentemente, seria preciso uma amostra adequada e pessoas de diferentes status socioeconômicos. Se o leitor souber de alguma pesquisa abrangente nessa linha, favor me informar pelo e-mail roberto@macedo.com. ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada • **E-mail**: forum@estadao.com

Inquérito do golpe

Bolsonaro denunciado

A denúncia formal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e 33 aliados por tramarem um golpe de Estado demorou, mas foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), em toda a sua abrangência e detalhes, pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. E a reação dos aliados de Bolsonaro foi a esperada. Parlamentares da direita, por exemplo, que já cozinhavam uma anistia ampla para os golpistas do 8 de Janeiro, acirraram os debates para exigir esse disparate. Isso, obviamente, não pode ser aceito pelo que resta de políticos sérios no Congresso Nacional. Será que ainda resta algum?

Jane Araújo
Brasília

Recepção no Congresso

Ninguém é considerado culpado até que haja uma sentença definitiva, mas não deixa de ser repugnante que Jair Bolsonaro, denunciado pelo crime de golpe de Estado, entre outros, seja recepcionado nas nossas Casas Legislativas, cujas instalações foram esfaceladas em razão de seus atos, com o único objetivo de livrar-se das acusações dos crimes a ele atribuídos, *no tapetão*, usando a expressão futebolística.

Jorge de Jesus Longato
Mogi Mirim

Nas mãos do STF

Os deuses estão conspirando em favor da nossa democracia. Diante dos contundentes e graves argumentos usados pela Procuradoria-Geral da República, espera-se, brevemente, que a justiça seja feita, tudo dentro das quatro linhas da Constituição.

Geraldo Tadeu Santos Almeida
Itapeva

São Paulo

Arborização

As ondas de calor deste verão mostram a diferença que faz a arborização de nossas ruas e nossos espaços públicos. Infelizmente, o atual prefeito faz pouco para dar mais sombra aos paulistanos. Provas disso estão nas árvores mortas e nunca repostas debaixo da janela do alcaide no *Cimentão do Anhangabaú*, clássico projeto sem o mínimo critério ambiental; nas Avenidas Ipiranga e Nove de Julho; na Praça do Correio e em tantos outros locais icônicos de uma cidade que poderia ser mais habitável.

Fabio Olmos
São Paulo

Conflito em Gaza

Unilateralismo ideológico

Os professores Paulo Borba Casella e Paulo Sérgio Pinheiro são, incontestavelmente, das maiores autoridades na área da proteção dos direitos humanos, tanto no âmbito interno como no internacional, merecendo, por isso, todos os elogios. Com relação ao artigo publicado no **Estadão** sob o título *Genocídio e crimes de guerra* (15/2, A6), foram bem ao expor as premissas teórico-normativas da legislação internacional, que definem os crimes de guerra, o genocídio e criaram o Tribunal Penal Internacional. No entanto, ao tentarem aplicar as tipificações penais às condutas militares do Estado de Israel, deixaram-se envolver, salvo melhor juízo, por um inescondível unilateralismo ideológico, que certamente os induziu a erro, a ponto de inferir conclusões sem previamente ouvir o que o Estado de Israel teria a dizer sobre as gravíssimas imputações. Isso é claramente visível na frase “a resposta do atual governo de extrema direita de Israel aos ataques de 7 de outubro foi além de todos os limites”, sem indicar que limites deveriam ser esses à luz do direito humanitário internacional. Ora, o atual governo, como todos os anteriores ali, foi eleito livremente. Israel é uma democracia. Isso significa dizer que acusar o governo de genocida e criminoso de guerra equivale a apontar que também o são aqueles que o elegeram, o que, também salvo melhor juízo, quer-me parecer um tanto quanto ousado e calunioso. Além disso, não existe a figura jurídica do crime de genocídio culposo. Tanto o Direito brasileiro como o Estatuto de Roma tipificam o genocídio como crime doloso, até porque tipificá-lo como culposo configuraria patente ilogicidade. Ora, a partir de que fatos os aludidos professores concluíram que o Estado de Israel agiu com intenção de praticá-lo? Justo Israel, que tem a vida (de todos) como o valor mais alto a ser preservado e que conta, entre seus cidadãos, com mais de 2 milhões de palestinos, muitos dos quais médicos, engenheiros, professores universitários, juízes de direito, inclusive a Suprema Corte? Portanto, antes de fazer imputações tão graves, seria aconselhável que os nobres professores antes visitassem Israel, a fim de se reunir com as autoridades governamentais e militares e com os especialistas em direito internacional público de lá, de modo a respeitar o princípio do contraditório.

Lionel Zaclis
Itu

Eufrázio

REPRODUÇÃO DE EDIÇÃO ORIGINAL
20/2/2023

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Segunda-feira 20 de FEVEREIRO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47242
estadão.com.br

DANIELA ANDRADE/PMSS





Bombeiros resgatam bebê em São Sebastião, cidade mais afetada pelas fortes chuvas que caíram no sábado e no domingo

Tragédia no feriado __A10

Chuva no litoral de SP causa mortes e deslizamentos, fecha estradas e isola praias

__ Governo paulista decreta calamidade pública em cinco cidades; Defesa Civil recomenda evitar a região, pois o mau tempo persiste

Chuvas intensas entre a noite de sábado e a madrugada de ontem inundaram casas, interditaram rodovias, provocaram deslizamentos e deixaram ao menos 24 mortos no litoral de São Paulo – 23 em São Sebastião. O Estado decretou calamidade pública em Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Bertioga. A Defesa Civil recomendou que a população evite deslocar-se para a região, pois o mau tempo continua. "Tem muita gente desaparecida, infelizmente. Ainda estamos sem informações de muitos bairros", afirmou o prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto. O governador Tarcísio de Freitas pediu apoio às Forças Armadas para o socorro, e o presidente Lula disse que viajará hoje à região.

"Tudo é lama, tudo é barro, destroços, entulhos e escombros. Traumatizante"
Pauleteh Araújo
moradora de Juquehy

Maresias e Camburi estão sem celular e luz

Quase todas as praias de São Sebastião, como Maresias, Camburi, Saby e Boiçucanga, ficaram sem comunicação por causa de deslizamentos e quedas de árvores.

E&N No vermelho __B1

País registra recorde de pedidos de recuperação judicial em 3 anos

Vencimento de dívidas renegociadas, inflação alta e consumo fraco fizeram 92 empresas recorrerem à Justiça em janeiro, incluindo Americanas e Oi.

E&N Prejuízo __B10

'Meu mundo acabou em 11/1', diz barman que investia nas Americanas

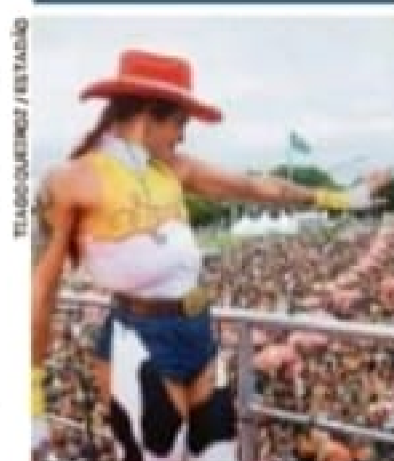
Pedro Henrique, de Petrópolis, perdeu R$ 90 mil, após derrocada da empresa. Ele se inspirava em Lemann, Telles e Sicupira.

Homenagem __A14

'Escola do Pelé', em São Vicente, tem ensino integral e fila de espera

Logo após a morte do Rei, prefeito inaugurou colégio municipal com grafites e outras referências ao ex-jogador.

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO



Pabllo Vittar comanda festa

Carnaval __A12

Blocos LGBT+ 'exportam' folia paulistana

Agrada Gregos e Minhoqueens, que impulsionaram a festa de rua na cidade, estrearão em Salvador e no Rio

Folia no Legislativo __A8
Câmara e Senado esticam folga do feriado até março

E&N Boa ideia em lata __B8
Bebida de universitários vira negócio e está em 7 Estados

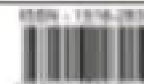
C2 Entrevista __C2
Para Betty Milan, carnaval é democrático e inclusivo

Notas e informações __A3
Cabe ao STF rejeitar a judicialização da política

Tentáculos do ouro ilegal

Coluna do Estadão __A2
Sem Bolsonaro, oposição não consegue se articular

Robson Morelli __A15
Vinícius Júnior deveria deixar a Espanha



Eufrázio



Esquecimento Global

É da natureza humana se esquecer,
mesmo que seja um acontecimento marcante,
como o que ocorreu em São Sebastião
há 2 anos e que virou notícia em todo o país.
No entanto, é fundamental lembrar que preservar
as regiões costeiras ajuda a prevenir novas enchentes,
deslizamentos e, consequentemente, tragédias.
O ICC existe para isso. Com o apoio de parceiros,
como a Ambipar, trabalhamos incansavelmente
na preservação e reflorestamento da Mata Atlântica,
sem jamais esquecer o que aconteceu.
Apoie o ICC. Torne-se um Guardião do Litoral
e nos ajude a evitar que tragédias
como essa voltem a ser manchetes de jornal.

Para ajudar, abra seu app do banco e faça um PIX:





INSTITUTO CONSERVAÇÃO COSTEIRA
ICC.ECO.BR

Parceira Oficial e Guardiã do Litoral.
ambipar®

ESPAÇO ABERTO

Sobre zona de conforto, meritocracia e Trump

Eugênio Bucci

Dia desses, assistindo a uma entrevista num canal de TV da internet, vi um capitalista dizer que, para ganhar mais dinheiro, precisa sair de sua "zona de conforto". Oh, chavão. Pelo que pude entender, a "zona de conforto" representaria para ele um convite à acomodação e à preguiça improdutiva. Logo, um estado de relaxamento e de calma seria um vício moral; o homem de negócios sem ócios precisa sempre contar com uma dose de aflição, de nervosismo e até de medo, ou não terá disposição para correr riscos, mesmo que calculados. Moral da história: o conforto não é bom para o tilintar das caixas registradoras.

Outro capitalista, esse mais velho, nos tempos em que tinha um banco de investimentos na Avenida Faria Lima, comentava com seus diretos que não gostava de "gato gordo". Ele não se referia a felinos, óbvio. Ele falava de homens. O "gato gordo", em seu dicionário, era aquele ex-jovem promissor que rapidamente se refestelava numa posição remediada e se dava por satisfeito com ganhos de adiposidade, não mais de cifrões. A partir daí, o "gato gordo", indolente, comprava uma casa de campo num condomínio fechado com heliporto e não queria mais saber de aventuras perigosas. Segundo os ensinamentos do lendário banqueiro, o "gato gordo" era uma praga. Quando identificava um, demitia correndo.

A expressão "gato gordo" não se popularizou, ficou só para iniciados. A outra, "zona de conforto", esta caiu na boca do povaréu e virou clichê no mundo corporativo. A toda hora, alguém aparece na sua frente para falar mal da "zona de conforto", um signo universal de morosidade, procrastinação, inoperância e falta de iniciativa (pública ou privada).

A ideologia funciona exatamente assim: as implicâncias idiossincráticas do patrão são alçadas a cânones inabaláveis de virtude para o empregado. De pé, oh, vítimas da fome! Fujam da sua zona de conforto!

Sim, estou sendo irônico. Se for para falar sério, digo que "zona de conforto" é piada de mau gosto. Na vida de um bilionário, que não precisa saber quanto custa a anualidade da escola dos filhos e troca de jatinho todo ano, pode até ser divertido quebrar a rotina de vez em quando e desafiar o sossego, um pouquinho só. Mas, na vida do resto da humanidade, uma pitada de estabilidade tranquila é tudo de bom.

> ***Protágoras dizia que o homem é a medida de todas as coisas. Pois, no trumpismo e nas suas adjacências, o dinheiro é a medida de todas as coisas, inclusive do homem***

Deveria ser festejada, nunca repudiada.

Eu, de minha parte, prefiro aplaudir. Viva o conforto, e viva a zona que o envolve. Viva o emprego que oferece aconchego. O sujeito já passa por agruras indescritíveis todos os dias com a enchente do bairro, a polícia desembestada, a disparada do preço da banana – o governador grava um vídeo mandando a gente comer banana com casca –, o amigo assassinado num assalto, e, na hora do expediente, ainda precisa aturar os chefes que o ameaçam com terrorismos de colarinho branco só porque, na religião deles, o conforto é contraproducente. Não dá.

O conforto faz bem. Mais ainda, o conforto é um direito humano, e o melhor da nossa existência – a beleza, a contemplação, o repouso e a fruição – brota quando nos sentimos seguros e medianamente felizes, não quando estamos premidos pelo pavor ou pela necessidade. Só mesmo na cabeça de um usurário é que o desconforto traz benefícios para o balanço da empresa e para o progresso da sociedade. Haja ideologia.

Isso posto, mudo de verbete. Donald Trump, já empossado na Casa Branca, disse que agora nos Estados Unidos o que vai valer é a "meritocracia". Soem todos os alarmes. O que pode significar meritocracia na língua do líder republicano? Será algo de bom? Que ninguém tenha dúvida: há muito mais mérito num morador de rua que passa a noite sob um viaduto e na manhã seguinte não comete suicídio do que no filho de papai, ou mesmo Donald, que nunca precisou suar a gravata para poder almoçar.

Quando ouço Trump falar em mérito, eu tenho vontade de puxar a alavanca do assento ejetor. O dele. O presidente dos Estados Unidos também deve acreditar que a "zona de conforto" precisa ser eliminada, basta ver o que ele promove na Faixa de Gaza, em Guantánamo, nos lares dos imigrantes em Newark, nas universidades que estudam democracia, nas agências de notícias e na Ucrânia. Um filósofo disse uma vez que o inferno são os outros. Nada a opor. Mas, para Donald Trump, o inferno dos outros é o paraíso. O dele. Isso preocupa muito mais. Meritocracia? Faça-me o pavor, digo, faça-me o favor.

Wilhelm Reich costumava abrir seus livros com a mesma epígrafe: "Amor, trabalho e sabedoria são as fontes da nossa vida. Deviam também governá-la". Tristemente, quem governa a nossa vida é a ideologia da "zona de conforto", do "gato gordo" e da "meritocracia". Protágoras dizia que o homem é a medida de todas as coisas. Pois, no trumpismo e nas suas adjacências, o dinheiro é a medida de todas as coisas, inclusive do homem.

No prólogo do seu livro *A tirania do mérito* (Editora Alfaguara), Michael J. Sandel escreveu que havia "uma mistura tóxica de arrogância e ressentimento" na força que levou Trump ao poder em 2016. Em 2024, a mistura foi pior. ●

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

TEMA DO DIA

ALEX SILVA/ESTADÃO



Futebol

Jogadores fazem campanha contra o uso de grama artificial nos estádios do Brasil

O movimento é liderado por Neymar, Lucas Moura e Thiago Silva. Eles e outros jogadores se dizem preocupados com a utilização de campos artificiais e exigem que os atletas sejam ouvidos sobre o tema. ●

4.834 interações

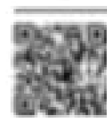
Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Acharam mais uma desculpa para a fase ruim de um time de futebol."
LEONEL ANTONELLI JR.

● "Neymar nunca pisou em um gramado sintético e vive lesionado."
CLEITON OLIVEIRA

● "É fácil resolver: é só não jogar, espera quando for grama natural."
WASHINGTON ROCHA

● "Opinião de jogador de futebol sobre o lugar em que ele trabalha me parece pertinente sim."
JONAS MENDES



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LDBEstadao

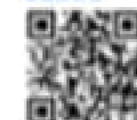
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

MONTICELLLLO/ADOBE STOCK

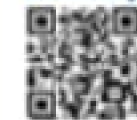


Saúde



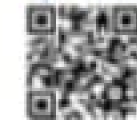
Afinal, existe a dieta anti-inflamatória? ●
https://l1nq.com/Dcdoi

Corrida para todos



Kiplimo bate o recorde mundial da meia maratona. ●
https://l1nq.com/W20rK

Aplicativo do Estadão



Receba alertas em tempo real das últimas notícias. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02588-900 – São Paulo – SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central do assinante: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● Central ao leitor: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 Preços venda avulsa: SP: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC E DF: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). ES, RS, GO, MT E MS: R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). BA, SE, PE, TO E AL: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● Vendas de assinaturas: 0800-014-9000 ● Whatsapp: (11) 99248-2333 ● Vendas corporativas: (11) 3856-2524 ● Agências de publicidade: (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

● Poderes ● Ex-presidente acusado

Moraes expõe delação que cita pressão de Bolsonaro sobre chefes das Forças

Após denúncia, ministro do STF retira sigilo da colaboração premiada do ex-ajudante de ordens; relatos reforçam o papel atribuído ao ex-presidente de condutor do plano golpista

RAYSSA MOTTA
SÃO PAULO
LAVÍNIA KAUCZ
BRASÍLIA

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Alexandre de Moraes em sessão plenária do Supremo; ministro notificou ontem denunciados pela PGR

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou ontem o sigilo da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. A colaboração deu subsídios para a investigação que resultou na denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros 33 – incluindo Cid – pela trama de um golpe de Estado após a derrota na eleição de 2022. O ex-presidente foi acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de liderar as articulações por uma ruptura institucional. A delação do ex-ajudante de ordens da Presidência reforça o papel atribuído a Bolsonaro de condutor do plano golpista e relata pressão do ex-mandatário sobre comandantes das Forças Armadas e outros militares de alta patente.

A colaboração premiada esteve sob ameaça real de rescisão em novembro de 2024. A Polícia Federal (PF) avaliava que Cid estava omitindo informações. Pressionado, o tenente-coronel prestou depoimento diretamente a Moraes. Ele ficou frente a frente com o ministro na sala de audiências do STF e foi questionado sobre "contradições" em oitivas anteriores.

"Quero os fatos, por isso que eu marquei essa audiência. Eu diria que é a última chance do colaborador dizer a verdade sobre tudo", disse Moraes. Àquela altura, a PGR já havia se manifestado a favor da prisão preventiva de Cid. O tenente-coronel foi avisado que, se não colaborasse, sairia da oitiva preso. "Eventuais novas contradições não serão admitidas", afirmou o ministro.

Cid então relatou envolvimento de Bolsonaro no plano de golpe. Ele cravou que partiu do ex-presidente a ordem para os comandantes das Forças divulgarem uma nota conjunta autorizando a permanência de manifestantes nos acampamentos montados diante de quartéis. Os chefes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica condenaram no texto "eventuais restrições a direitos, por parte de agentes públicos".

Segundo Cid, o ex-presidente "sempre dava esperanças que algo fosse acontecer para convencer as Forças Armadas a concretizarem o golpe".

"Esse foi um dos motivos pelos quais o então presidente Jair Bolsonaro não desmobilizou as pessoas que ficavam na frente dos quartéis. Em relação a isso, o colaborador também se recorda que os comandantes das três Forças assinaram uma nota autorizando a manutenção da permanência das pessoas na frente dos quartéis por ordem do então presidente Jair Bolsonaro", diz o termo de depoimento.

URNAS. Cid afirmou ainda que Bolsonaro pressionou o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira – ex-comandante do Exército, também denunciado pela PGR –, para mudar um relatório em que a Força terrestre não identificou falhas nas urnas eletrônicas.

No depoimento de novembro de 2024, Cid afirmou: "O general Paulo Sérgio, a conclusão dele ia ser isso (ausência de falhas nas urnas). Aí, o presidente estava pressionando para que ele escrevesse isso de outra forma, né? O presidente queria que ele escrevesse que tivesse fraude. O que acabou saindo, eu acho, foi que não se poderia comprovar porque não era possível auditar".

Em sua delação, o tenente-coronel disse também que Bolsonaro se reuniu com a cúpula das Forças Armadas para discutir a possibilidade de uma intervenção militar para anular o resultado da eleição de 2022. Segundo Cid, o ex-presidente chamou os comandantes – Marco Antônio Freire Gomes (Exército), Carlos de Almeida Baptista Junior (Aeronáutica) e Almir Garnier Santos (Marinha) – para uma reunião. O argumento para convencer a alta cúpula das Forças Armadas foi a apresentação de uma versão da "minuta do golpe", que daria suporte jurídico à trama. Na versão de Cid, o então presidente "queria entender a reação dos comandantes das Forças em relação ao seu conteúdo".

Posteriormente, o general Marco Antônio Freire Gomes e o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior confirmaram a reunião em depoimento à PF. Almir Garnier está entre os denunciados.

MONITORAMENTO. Na denúncia, a PGR afirma que os atos golpistas do 8 de Janeiro foram gestados nos acampamentos e que os militares das Forças Especiais do Exército, conhecidos como "kids pretos", direcionaram as manifestações. Foi também no depoimento a Moraes que Cid implicou Bolsonaro em um suposto monitoramento do ministro do Supremo. Segundo o tenente-coronel, o ex-presidente pediu a aliados que vigiassem Moraes às vésperas do Natal daquele ano.

Cid também complicou o general Walter Braga Netto, ex-ministro de Bolsonaro e ex-candidato a vice-presidente na chapa derrotada em 2022 – também acusado formalmente pela PGR. Segundo ele, Braga Netto fazia a ponte com os manifestantes nos acampamentos golpistas. O general foi preso no dia 14 de dezembro passado, após o depoimento do tenente-coronel.

Cid ainda citou uma reunião com Braga Netto, em novembro de 2022. Segundo ele, o encontro foi organizado para discutir a "necessidade de ações que mobilizassem as massas populares e gerassem caos social". O passo seguinte seria a decretação do estado de sítio. "O general Braga Netto, juntamente com os coronéis Oliveira e Ferreira Lima concordavam com a necessidade de ações que gerassem uma grande instabilidade e permitissem uma medida excepcional pelo Presidente da República. Uma medida excepcional que impedisse a posse do então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva", declarou Cid.

'COPA 2022'. Os militares chegaram a pedir dinheiro ao PL, partido de Bolsonaro, para montar a "Operação Copa 2022" – conforme as investigações, a operação foi uma ação clandestina integrada ao plano maior, "Punhal Verde e Amarelo". O grupo, formado no aplicativo Signal e batizado de "Copa 2022," tinha como objetivo monitorar e assassinar Moraes.

> **Prova**
> **A palavra do delator não pode basear condenações, mas a lei diz que as declarações servem como meio de prova**

Mauro Cid alegou que imprimiu o plano que detalhava a logística da operação para entregar a um dirigente do partido, "provavelmente tesoureiro ou ordenador de despesa". "O dirigente do PL disse ao colaborador que não poderia utilizar dinheiro do partido para esse tipo de operação."

No mesmo despacho em que abriu o sigilo da delação, Moraes notificou Bolsonaro e os outros 33 denunciados por cinco crimes. Caso o Supremo aceite a denúncia, eles se tornarão réus em uma ação penal. A denúncia foi apresentada na noite de anteontem pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Os denunciados terão 15 dias para responder às acusações feitas pela PGR.

Os advogados de Bolsonaro afirmam em nota que a denúncia é baseada no acordo de colaboração de Cid, classificada pela defesa do ex-presidente como "fantasiosa". ●

Delator diz ter entregue US$ 86 mil a ex-presidente por venda de joias

O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Mauro Cid, afirmou em delação premiada à Polícia Federal que entregou ao ex-presidente US$ 86 mil (R$ 492 mil pelo câmbio de ontem) decorrentes da venda de joias recebidas como presentes enquanto chefe de Estado. O caso das joias foi revelado em março de 2023 pelo Estadão.

O montante corresponde a US$ 68 mil obtidos com a venda dos relógios Rolex e Patex Philippe a uma loja na Filadélfia e mais US$ 18 mil da venda de demais joias em um centro especializado de Miami, ambas cidades nos Estados Unidos. O valor foi fracionado e entregue em espécie a Bolsonaro em diferentes ocasiões, para evitar que "circulasse no sistema bancário", segundo Cid. ●

GUILHERME CAETANO

Eufrázio

06.07.12.13.14 ~ SET



THE TOWN
SÃO PAULO

KATY PERRY
GREEN DAY
MARIAH CAREY
E MUITO MAIS

É HOJE
VENDAS ÀS 19H

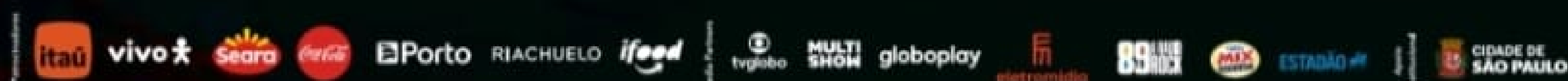
THE TOWN CARD
SÃO PAULO

EM 2023, O THE TOWN CARD ESGOTOU EM 3 HORAS
GARANTA SEU LUGAR E DEPOIS ESCOLHA O SEU DIA PREFERIDO

INTEIRA: R$ 895,00 - MEIA: R$ 447,50 | THETOWN.COM.BR | 06.07.12.13.14 ~ SET

O pagamento poderá ser efetuado com PIX e cartões de crédito, com parcelamento em até seis (6) vezes. Exceção para cartões internacionais que não possuem parcelamento. Para os clientes Itaú, o parcelamento em até 8x é válido até o final da cota de The Town Card disponibilizada para venda pela organização do evento e apenas para pagamentos efetuados com cartões de crédito Itaú, Credicard ou iti.

O parcelamento em até 8x (oito vezes) sem juros é válido até o fim da cota disponibilizada para a venda pela organização do evento por meio da plataforma de vendas oficial e apenas para pagamentos com cartões de crédito Itaú, Credicard e iti. As condições são válidas para a aquisição de até 4 (quatro) cards por CPF, por dia do festival, sendo permitido até 1 (uma) meia-entrada dentro do total de 4 (quatro) cards. A classificação etária do evento é de 16 (dezesseis) anos. A entrada de menores de 16 (dezesseis) anos será permitida desde que estejam acompanhados dos pais ou representantes legais.



● Poderes ● Ex-presidente acusado

PGR aponta 'dobradinha' de Bolsonaro e da 'Abin paralela' por ruptura

Denúncia cita ataques coordenados às instituições para 'execução do plano maior de ruptura com a ordem democrática'



Bolsonaro em Brasília, onde se reuniu com aliados um dia após ser denunciado pela PGR

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados instalados na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) promoveram ataques coordenados às urnas eletrônicas e a ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que acusa o ex-chefe do Executivo federal e mais 33 por tentativa de golpe de Estado.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirma no documento que houve uma atuação conjunta de Bolsonaro e integrantes da chamada "Abin paralela", e que essa cooperação era parte do plano golpista. "Em relação ao sistema eletrônico de votação e aos ministros do Supremo Tribunal Federal/Tribunal Superior Eleitoral, as ações da célula de contrainteligência intensificaram-se a partir da radicalização dos discursos públicos de Jair Bolsonaro, em meados de 2021, caracterizando o início coordenado da execução do plano maior de ruptura com a ordem democrática", diz trecho da denúncia enviada anteontem ao STF.

O procurador-geral destaca ainda que havia uma "consonância" entre os ataques de Bolsonaro e os alvos escolhidos pela "Abin paralela", o que, segundo Gonet, confirma a "ação coesa da organização criminosa". "As ações ilícitas realizadas pela denominada 'Abin paralela', de forma indubitável, consistem em atos executórios relevantes do plano de crimes contra as instituições democráticas, por potencializarem a animosidade social contra as instituições, enfraquecendo-as e restringindo-lhes o exercício", afirma o chefe do Ministério Público.

A denúncia aponta também que relatórios de contrainteligência produzidos por aliados de Bolsonaro eram repassados a perfis falsos ou "cooptados" para espalhar fake news e desinformação. "Os verdadeiros beneficiários políticos da desinformação eram, assim, distanciados dos ilícitos."

MONITORAMENTO. A instrumentalização do aparato de inteligência para fins políticos começou logo no início do governo Bolsonaro, em 2019, segundo a denúncia. Os sistemas da agência foram usados não apenas para espalhar fake news, mas também para monitorar autoridades que seriam "alvo de ações programadas com mais violência".

À época dos fatos narrados, o diretor-geral da Abin era Alexandre Ramagem, atualmente deputado federal pelo PL do Rio, e a agência era subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), então chefiado pelo general Augusto Heleno. O deputado e o general também foram denunciados pela PGR. Conforme Gonet, Heleno "tinha pleno domínio sobre as ações clandestinas realizadas pela célula".

"A estrutura era composta por policiais federais cedidos à Abin e oficiais de inteligência que atuavam sob o comando do então diretor-geral, Alexandre Ramagem. O núcleo atuava como central de contrainteligência da organização criminosa que, por meio dos recursos e ferramentas de pesquisa da Abin, produzia desinformação contra seus opositores", afirma a PGR. O deputado do PL comandou a Abin de julho de 2019 a março de 2022.

Em janeiro do ano passado, Ramagem foi alvo da Operação Vigilância Aproximada, da Polícia Federal, sob suspeita de promover espionagens ilegais quando era chefe da Abin. Os alvos seriam nomes que Bolsonaro considerava adversários. O deputado negou os monitoramentos ilegais.

CRIMES. Os crimes imputados a Bolsonaro e aos 33 denunciados são os de organização criminosa, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado com uso de violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Somadas, as penas podem chegar a 43 anos de prisão.

Dos cinco crimes atribuídos pela PGR aos acusados, dois foram sancionados pelo próprio Bolsonaro quando era presidente, em setembro de 2021: abolição violenta do estado democrático de direito e golpe de Estado. Os ilícitos foram incluídos no Código Penal pela lei de crimes contra a democracia. O texto revogou a antiga Lei de Segurança Nacional, herança da ditadura militar (1964-1985), e tramitou por 30 anos no Congresso.

A lei prevê reclusão de quatro a oito anos para quem "tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o estado democrático de direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais". Já o artigo 359-M, que trata sobre o crime de golpe de Estado, pune com quatro a 12 anos quem "tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído".

TURMA. A denúncia contra os 34 investigados foi encaminhada para o ministro do STF Alexandre de Moraes, relator do caso. Ontem, o magistrado derrubou o sigilo da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, outro acusado. Moraes será responsável por analisar a acusação formal e encaminhá-la à Primeira Turma da Corte, que decidirá se os denunciados se tornarão réus ou não. Segundo o regimento interno do tribunal, o colegiado também será responsável por julgar Bolsonaro e seus aliados. No entanto, isso não impede que a ação penal seja encaminhada ao plenário.

Caso isso não ocorra, o destino do ex-presidente ficará nas mãos de cinco ministros: além de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino. A composição do colegiado é considerada desfavorável a Bolsonaro. Primeiro, porque os dois ministros indicados por ele para a Corte, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, integram a Segunda Turma. Além disso, a Primeira Turma conta com magistrados pouco alinhados ao ex-presidente, como Moraes, com quem mantém atritos frequentes, e Dino, que foi ministro da Justiça do governo Lula.

O advogado Paulo Amador Cunha Bueno, que representa Bolsonaro, já argumentou que Moraes não deveria julgar o ex-presidente, pois o ministro é citado como um dos alvos de um plano que, de acordo com a denúncia, pretendia matar o presidente Luiz Inácio Lula da

➔

'Denúncia é passo para a responsabilização correta', afirma Defesa

Em nota divulgada ontem, o Ministério da Defesa afirmou que a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 33 por trama golpista "é mais um passo para se buscar a responsabilização correta, livrando as instituições militares de suspeições equivocadas".

Para a pasta comandada por José Múcio Monteiro, a acusação formal é "importante para distinguir as condutas individuais e as das Forças Armadas". Dos 34 acusados, 23 são militares. Foi Múcio quem avisou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anteontem, que a PGR havia enviado a denúncia para o Supremo Tribunal Federal (STF). ● K.F.

Cronologia

Do discurso a favor da ruptura ao 8 de Janeiro

● Início
Ao enquadrar Bolsonaro como líder de organização criminosa que tentou dar um golpe, o procurador-geral, Paulo Gonet, conecta episódios que, segundo ele, culminaram na trama golpista. A denúncia apresenta uma cronologia de fatos que começa em 2021, quando, para a PGR, teve início o discurso de "ruptura institucional" capitaneado pelo ex-presidente

● Recrudescimento
O procurador-geral destaca a recuperação dos direitos políticos de Lula, naquele mesmo ano, como o momento de recrudescimento do discurso golpista. Segundo Gonet, a partir de então, a conduta do ex-presidente foi se tornando progressivamente mais agressiva

● 'Agressividade'
A estratégia de Bolsonaro pretendia incitar a população e pressionar as Forças Armadas, conforme a PGR: "O aumento progressivo da agressividade nos discursos de Jair Bolsonaro integrava a execução de seu plano de dissolvência das estruturas democráticas"

● 'Alvos específicos'
Bolsonaro, ainda de acordo com Gonet, "sabia que a ruptura não dispensaria o recurso da força". "Daí que, além de incitar publicamente as Forças Armadas, passou a atacar dolosamente alvos específicos, representantes das instituições que lhe poderiam enfrentar"

Eufrázio

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO



WILTON JUNIOR/ ESTADÃO - 19/9/2024



Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; delação premiada

Silva e o vice Geraldo Alckmin depois da eleição de 2022.

JUSTIÇA ELEITORAL. A denúncia da PGR não altera a situação de inelegibilidade de Bolsonaro. Condenado pelo TSE em três ocasiões (duas sentenças seguem em vigor), o ex-presidente está impedido de concorrer a cargos eletivos até 2030.

Em junho de 2023, a Corte Eleitoral condenou Bolsonaro por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, por causa da reunião com embaixadores em que ele atacou o sistema eleitoral do País, sem apresentar nenhuma prova. Em outubro do mesmo ano, foi sentenciado mais uma vez, por abuso de poder político durante o feriado do 7 de Setembro em 2022. O ex-presidente usou a data para fazer campanha eleitoral, segundo o entendimento dos magistrados do TSE.

DE FORA. Na acusação formal enviada ao STF, Gonet optou por não denunciar o presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Além do dirigente, outras nove pessoas inicialmente indiciadas pela PF em novembro passado no inquérito do golpe ficaram de fora da peça.

Entre os que não entraram nesta denúncia estão um padre e um jurista que, segundo as investigações, atuaram na elaboração de minuta golpista. O influenciador argentino Fernando Cerimedo, que divulgou informações falsas sobre as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral, e um ex-assessor de Bolsonaro, Tércio Arnaud Tomaz, também ficaram de fora. ● RAYSSA MOTTA, ZECA FERREIRA, RAYANDERSON GUERRA, KARINA FERREIRA, JULIANO GALISI E PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

● 'Notícias falsas'
Foi ainda no contexto da retomada dos direitos políticos de Lula, afirma a PGR na denúncia, que o ex-presidente e seus aliados começam a atacar e espalhar notícias falsas sobre as urnas eletrônicas para deslegitimar uma possível derrota no pleito de 2022

● 'Contornos violentos'
Com a derrota de Bolsonaro nas urnas, o movimento começa a ganhar "contornos violentos", aponta Gonet. Ele menciona como exemplo o plano "Punhal Verde e Amarelo", que previa matar Lula, o vice eleito Geraldo Alckmin e o ministro do STF Alexandre de Moraes

● 'Última esperança'
Quando a cúpula do Exército não aderiu ao plano, a "frustração dominou a organização criminosa", diz Gonet. O 8 de Janeiro, então, se tornou a "última esperança" de Bolsonaro e aliados, que, para a PGR, deram "auxílio moral e material" aos atos de 2023

OS 34 DENUNCIADOS

Jair Bolsonaro
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Walter Souza Braga Netto
EX-MINISTRO DA DEFESA QUE FOI VICE NA CHAPA DE BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2022

Augusto Heleno Ribeiro Pereira
GENERAL E EX-CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Alexandre Ramagem
EX-DIRETOR DA ABIN E DEPUTADO FEDERAL (PL-RJ)

Almir Garnier Santos
EX-COMANDANTE DA MARINHA

Anderson Torres
EX-MINISTRO DA JUSTIÇA E EX-SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF

Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira
EX-MINISTRO DA DEFESA E EX-COMANDANTE DO EXÉRCITO NO GOVERNO BOLSONARO

Mauro Cid
TENENTE-CORONEL E EX-AJUDANTE DE ORDENS DE BOLSONARO

Ailton Gonçalves Moraes Barros
MAJOR REFORMADO DO EXÉRCITO

Angelo Martins Denicoli
MAJOR DA RESERVA DO EXÉRCITO

Bernardo Romão Correa Netto
CORONEL DO EXÉRCITO

Carlos Cesar Moretzsohn Rocha
ENGENHEIRO, DONO DO INSTITUTO VOTO LEGAL (IVL)

Cleverson Ney Magalhães
CORONEL DO EXÉRCITO E EX-OFICIAL DO COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira
GENERAL EX-CHEFE DO COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES DO EXÉRCITO (COTER)

Fabrício Moreira de Bastos
CORONEL DO EXÉRCITO

Fernando de Sousa Oliveira
EX-SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF

Filipe Garcia Martins
EX-ASSESSOR DE BOLSONARO

Giancarlo Gomes Rodrigues
MILITAR DO EXÉRCITO QUE FAZIA PARTE DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA NACIONAL (CIN) DA ABIN

Guilherme Marques de Almeida
TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO

Hélio Ferreira Lima
TENENTE-CORONEL, EX-COMANDANTE DA 3ª COMPANHIA DE FORÇAS ESPECIAIS EM MANAUS

Marcelo Bormevet
POLICIAL FEDERAL

Marcelo Costa Câmara
CORONEL DO EXÉRCITO E EX-AJUDANTE DE ORDENS DE BOLSONARO

Mario Fernandes
GENERAL DO EXÉRCITO

Marília Ferreira De Alencar
EX-DIRETORA DE INTELIGÊNCIA DA SECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Márcio Nunes De Resende Júnior
CORONEL DO EXÉRCITO

Nilton Diniz Rodrigues
GENERAL DE BRIGADA DO EXÉRCITO

Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho
ECONOMISTA E NETO DO EX-PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Rafael Martins de Oliveira
MAJOR DO EXÉRCITO

Reginaldo Vieira De Abreu
CORONEL DO EXÉRCITO

Rodrigo Bezerra De Azevedo
TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO

Ronald Ferreira de Araujo Junior
TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO

Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros
TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO

Silvinei Vasques
EX-DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Wladimir Matos Soares
POLICIAL FEDERAL PRESO NA OPERAÇÃO CONTRAGOLPE

FONTE: PGR / INFOGRÁFICO ESTADÃO

● Poderes ● Ex-presidente acusado

Bolsonaro chama denúncia de 'truque' e afirma ser 'líder de oposição democrática'

Ex-presidente diz em rede social que 'regimes autoritários' precisam 'fabricar' inimigos internos e perseguições

SÃO PAULO
BRASÍLIA

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem que o processo jurídico que levou à sua denúncia pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) é como uma "cartilha conhecida" aplicada na Venezuela, em Cuba e na Bolívia. Ele chamou a acusação formal de "truque". Bolsonaro se pronunciou em seu perfil no X (antigo Twitter). No texto, afirmou que, em "regimes autoritários", é preciso "fabricar inimigos internos para justificar perseguições, censuras e prisões arbitrárias".

"O mundo está atento ao que se passa no Brasil. O truque de acusar líderes da oposição democrática de tramar golpes não é algo novo. Fabricam acusações vagas, se dizem preocupados com a democracia ou com a soberania, e perseguem opositores, silenciam vozes dissidentes e concentram poder", diz a publicação.

Os crimes imputados a Bolsonaro e aos demais acusados pela PGR são organização criminosa, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado com uso de violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Esta foi a primeira publicação do ex-presidente após ser denunciado. Até então, ele havia se limitado a compartilhar publicações de aliados, nas quais o defendem ou fazem piadas na tentativa de tirar a credibilidade da acusação.

REUNIÃO. Bolsonaro participou na manhã de ontem de uma reunião em Brasília com parlamentares da oposição para traçar estratégias de ação após a denúncia da PGR. O encontro foi organizado na casa do líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS).

No momento em que ocorria o encontro, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes determinou o fim do sigilo do acordo de delação premiada do ex-ajudante de ordens da Presidência, o tenente coronel Mauro Cid.

Parlamentares ouvidos pelo **Estadão** afirmaram que Bolsonaro estava tranquilo durante a reunião e confiante nas estratégias propostas pelo grupo. A tática de aliados do ex-presidente neste primeiro momento é de tentar contestar a denúncia da PGR sob alegação de que as provas reunidas pela Polícia Federal contra o ex-presidente são frágeis.

Os parlamentares também apostam em uma retórica de que a denúncia inflama o País. O ex-ministro do Turismo Gilson Machado citou, por exemplo, as declarações do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, de que Bolsonaro teria colaborado com a transição de governo em 2022.

'LIDERANÇA'. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), saiu em defesa de Bolsonaro, seu padrinho político. No X, Tarcísio disse que o ex-presidente "jamais compactuou" com qualquer tentativa de golpe. "Jair Bolsonaro é a principal liderança política do Brasil. Este é um fato. Jair Bolsonaro jamais compactuou com qualquer movimento que visasse a desconstrução do estado democrático de direito. Este é outro fato. Estamos juntos, presidente", escreveu o governador de São Paulo na rede social.

CRÍTICAS. Em nota divulgada anteontem, os advogados do ex-presidente rebateram a denúncia. A acusação foi classificada como "inepta", "precária" e "incoerente". A defesa de Bolsonaro também disse que a denúncia é baseada em uma "narrativa fantasiosa" do tenente-coronel Mauro Cid.

Os defensores também afirmaram que, "a despeito dos quase dois anos de investigações, nenhum elemento que conectasse minimamente o presidente à narrativa construída na denúncia foi encontrado".

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou anteontem que não há "nenhuma prova" contra seu pai. Também em publicação no X, o parlamentar fez críticas ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e ao ministro Alexandre de Moraes. "Mesmo depois de Alexandre de Moraes ter esculachado o Ministério Público Federal na fabricação dos inquéritos e torturado Mauro Cid para 'delatar' o que não existiu, o PGR se rebaixa. Cumpre sua missão inconstitucional e imoral de atender ao fígado de Alexandre de Moraes e ao interesse nefasto de Lula, que está nos seus últimos meses de presidência", escreveu Flávio.

FESTA. A denúncia se tornou motivo para comemoração, durante a festa de aniversário do líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE). Antes de soprar a vela do bolo, Guimarães fez um discurso no microfone e citou a denúncia com entusiasmo. "Que essa noite nos dê cada vez mais força e energia", afirmou o líder diante dos convidados. "A PGR denunciar o Bolsonaro foi o melhor presente que eu recebi de aniversário", disse o petista.

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), também se manifestou sobre a denúncia da PGR. "O líder Guimarães celebra aniversário recebendo um presente muito especial para aqueles que defendem a democracia: a denúncia de Jair Bolsonaro", disse Gleisi. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-CE), completou: "Belo presente de aniversário que ele ganhou, né?" ● KARINA FERREIRA, BIANCA GOMES, WESLLEY GALZO E VICTOR OHANA

'Todas as pessoas têm direito à presunção de inocência', diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas denunciadas pela PGR no inquérito do golpe terão direito à presunção de inocência e cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar os acontecimentos. Lula evitou comentários sobre o assunto e disse que a atribuição é da Procuradoria-Geral da República: "Não vou comentar processo que está na Justiça".

"A única coisa que eu posso dizer é que, neste País, no tempo em que eu governo o Brasil, todas as pessoas têm direito à presunção de inocência. Se eles provarem que não tentaram dar golpe, e se eles provarem que não tentaram matar o presidente, o vice-presidente e o presidente do Superior Tribunal Eleitoral, eles ficarão livres e serão cidadãos que poderão transitar pelo Brasil inteiro", disse Lula durante entrevista coletiva. A cerimônia foi acompanhada pelo primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro.

"Se na hora que o juiz for julgar, chegar à conclusão que eles são culpados, eles terão que pagar pelo que cometeram", complementou o presidente. "O processo agora vai para a Suprema Corte e eles terão todo o direito de se defender." ● FELIPE FRAZÃO

> ***"Fabricam acusações vagas, se dizem preocupados com a democracia ou com a soberania, e perseguem opositores"***
> **Jair Bolsonaro (PL)**
> Ex-presidente da República

> ***"Bolsonaro jamais compactuou com qualquer movimento que visasse a desconstrução do estado democrático de direito"***
> **Tarcísio de Freitas (Republicanos)**
> Governador de São Paulo

Acusação amplia riscos de prisão e polarização

ANÁLISE

SILVIO CASCIONE

A formalização da denúncia contra Jair Bolsonaro pela Procuradoria-Geral da República (PGR) reforça a alta probabilidade de que o ex-presidente seja condenado e preso nos próximos anos. A acusação, que inclui também o ex-candidato a vice de Bolsonaro, Walter Braga Netto, e ex-comandantes militares, não trouxe grandes novidades, já que todos os implicados vinham sendo investigados, com alguns já em prisão preventiva.

Mesmo negando as acusações e alegando despreocupação, Bolsonaro enfrenta um cenário altamente desfavorável. Com o ministro Alexandre de Moraes à frente do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), a admissibilidade da denúncia deve ser decidida em poucos meses, do início ao julgamento na Primeira Turma do STF.

A chance de condenação é alta, salvo eventuais questões processuais que possam gerar reviravoltas, pois a maioria dos ministros já manifestou críticas às tentativas de Bolsonaro de desacreditar as eleições. Recursos da defesa devem empurrar o desfecho do caso para o primeiro semestre de 2026, intensificando a tensão política.

É provável que o presidente dos EUA, Donald Trump, manifeste apoio a Bolsonaro, provocando reações adversas no governo Lula e dificultando negociações bilaterais, como as tarifas sobre o aço e o alumínio. No entanto, qualquer tentativa de pressão externa dificilmente mudará a situação de Bolsonaro no STF e pode até tornar o tribunal mais coeso em sua determinação de processar os acusados de tentativa de golpe.

Cenário
Bolsonaro, mesmo alegando despreocupação, enfrenta um cenário desfavorável com denúncia

Diante desse cenário, Bolsonaro tende a se apoiar ainda mais em sua base fiel, que continua sendo sua maior força política. A pesquisa eleitoral mais recente, da Paraná, mostra o ex-presidente com 18% das intenções espontâneas de voto; qualquer nome indicado por ele terá grandes chances de ir ao segundo turno. Com a alta probabilidade de ele ser impedido de concorrer pelo Judiciário, Eduardo Bolsonaro desponta como seu herdeiro político natural, relegando figuras como Tarcísio de Freitas a um papel secundário.

Embora a escolha de um sucessor possa reservar surpresas, a inelegibilidade do ex-presidente parece quase certa. Cabe notar que nenhum parente de Bolsonaro foi incluído na denúncia da PGR, o que facilita sua estratégia de transferência de capital político para alguém de sua família, garantindo total lealdade. ●

DIRETOR DA CONSULTORIA EURASIA GROUP



William Waack

Implicações previsíveis

A denúncia e a esperada condenação de Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado têm pelo menos duas previsíveis implicações. Embaralham o cenário da sucessão em 2026 e aumenta o descrédito em largas parcelas da população brasileira em relação a instituições como o STF.

O roteiro que Bolsonaro pretende seguir é idêntico ao de Lula em 2018 – anunciar sua candidatura mesmo inelegível e mesmo se estiver na cadeia (hipótese nada desprezível). Esse script circunscreve um "herdeiro" ao âmbito da sua família, complicando consideravelmente articulações de centro-direita na busca de candidatos à Presidência entre os atuais governadores.

A robustez da peça acusatória está muito longe de compensar a disseminada percepção de que Bolsonaro é vítima de perseguição judicial perpetrada por adversários políticos, entre os quais figura o Judiciário. Justa ou não, essa percepção do papel dos julgadores é um dado da realidade política brasileira.

Vale lembrar qual era a percepção em relação ao STF quando julgou o mensalão e o petrolão. Em boa parte a atuação dos juízes era vista como "fazendo justiça" – tratando-se de corrupção, justiça pela qual há muito se ansiava. E a reversão da Lava Jato no STF, ao contrário, figura como escárnio para vastas parcelas da sociedade.

> ***Mesmo a denúncia não tira de Bolsonaro papel central na direita brasileira***

Mais difícil é avaliar o alcance do impacto da situação jurídica de Bolsonaro na relação entre Congresso e STF. O conflito é bem antigo e está crescendo, mas sua temperatura depende do oportunismo de vários caciques do Centrão. No momento, não parecem dispostos a comprar uma briga por Bolsonaro na questão da anistia.

Quanto a Lula, a denúncia de Bolsonaro traz alívio apenas passageiro, desviando por alguns dias o foco do noticiário. Fenômeno que deve se repetir quando começar o espetáculo do julgamento. Porém, tem escassa capacidade de remediar por si só a perda de popularidade. Essa questão está ligada diretamente à própria figura de Lula, envelhecido, desgastado e sem ideias.

O "imponderável previsível" nesse cenário é qual ajuda Donald Trump prestaria a Bolsonaro. O governo americano já está exercendo pressão sobre o Brasil e o STF via a Organização dos Estados Americanos e é alta a probabilidade de que a aplicação de tarifas se amplie para uma dura disputa política sobre o papel do Judiciário brasileiro na regulação das redes sociais e questões de liberdade de expressão na linha do que Elon Musk e o vice-presidente J.D. Vance vêm abordando.

Sem uma voz e sem articulação clara, a centro-direita é que vai se sentir espremida. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Ex-presidente acusado

Ex-cúpula da Segurança Pública do DF é denunciada

A denúncia da Procuradoria-Geral da República sobre uma tentativa de golpe incluiu ex-integrantes da cúpula da Segurança Pública do Distrito Federal. Procurado, o governo do DF não se manifestou.

Além do ex-secretário de Segurança Anderson Torres, a peça acusatória elaborada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, mira o ex-secretário executivo Fernando de Sousa Oliveira e a ex-subsecretária de Inteligência Marília Ferreira de Alencar.

Todos são delegados da Polícia Federal e integraram quadros do Ministério da Justiça na gestão Bolsonaro antes de serem chamados para a equipe do governador Ibaneis Rocha (MDB). Segundo Gonet, os três acusados aderiram ao plano golpista e foram omissos durante os ataques na Praça dos Três Poderes no 8 de Janeiro. ● VINÍCIUS VALFRÉ





Realização
ESTADÃO 150
Produção
ESTADÃO BLUE STUDIO
Patrocínio
AstraZeneca
SAC
@ASTRAZENECA.COM
0800 014 5578
INFOMED
@ASTRAZENECA.COM
0800 014 5578

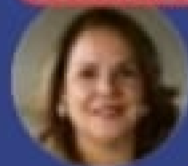
Inovações e políticas públicas para transformar a jornada de pacientes com tumores femininos

MEDIAÇÃO



Camila Silveira, jornalista

CONVIDADOS



Andrea Gadelha (CRM 84947), oncologista do Hospital A.C.Camargo Câncer Center



Rosemar Rahal (CRM GO 7017), mastologista e professora da Universidade Federal de Goiás



Luciana Holtz (CRP 06/54462), presidente do Instituto Oncoguia

25 de fevereiro às 10h

Acompanhe! Acesse o canal e ative o sininho



transmissão ao vivo
TV ESTADÃO
@estadão
/estadão
@estadão

Material destinado a todos os públicos. BR- 38219. Aprovado em fevereiro de 2025.

Eufrázio

Redes sociais

Moraes vira alvo em ação de empresa de Trump e da Rumble nos EUA

Plataforma e firma do presidente americano vão à Justiça contra ministro do STF, que é acusado de censurar redes ilegalmente

JULIANO GALISI

Empresa ligada ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, entrou ontem com um processo na Justiça contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A ação também tem como signatária a plataforma de vídeos Rumble. A ação acusa Moraes de censura a políticos de direita. As informações foram publicadas pelos jornais *The New York Times* e *Folha de S.Paulo*.

Por meio da assessoria do Supremo, Moraes disse que não iria comentar.

O processo foi protocolado em um tribunal federal, em Tampa, cidade americana no Estado da Flórida. Na reportagem, o *NYT* citou que a investida jurídica é "esforço surpreendente de Trump" para ajudar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), acusado pela Procuradoria-Geral da República por tentativa de golpe de Estado.

Para especialistas em Direito Internacional ouvidos pelo **Estadão**, o processo é estranho às regras usuais do Direito entre nações, o que, na prática, pode inviabilizar a tramitação. Ainda que a ação seja levada adiante, sua conclusão jurídica pode ser nula, ou seja, não ter efeitos práticos. Por outro lado, na esfera simbólica, o processo contra o magistrado brasileiro provoca desdobramentos desde já.

As empresas autoras da ação querem que Moraes seja processado como pessoa física. O objetivo é manter a ação na alçada do Direito Internacional privado, evitando a tipificação do caso na esfera pública. Uma ação de teor público poderia colocar a jurisdição dos Estados Unidos de encontro à do Brasil, descambando em um ruído diplomático.

DESACORDO. Segundo advogados, esse entendimento pode ser aceito pelas autoridades americanas, mas estaria em desacordo com o que vigora no País: por aqui, uma decisão de um ministro do STF, ainda que monocrática, representa a Corte, e não o magistrado que a assina. "A decisão pode estar certa ou errada, mas é uma decisão do Supremo. Neste caso, a ação no tribunal americano não poderia ir à frente, porque você estaria acionando o Brasil, que é, como qualquer outro país soberano, imune à jurisdição de tribunais americanos", afirmou Salem Hikmat Nasser, doutor em Direito Internacional pela USP e professor da FGV.

> ***"A decisão pode estar certa ou errada, mas é uma decisão do Supremo. Neste caso, a ação no tribunal americano não poderia ir à frente, porque você estaria acionando o Brasil, que é, como qualquer outro país soberano, imune à jurisdição de tribunais americanos"***
>
> **Salem Hikmat Nasser**
> **Doutor em Direito Internacional pela USP e professor da FGV**

Mestre em Direito Internacional pela Universidade de Brasília (UnB), o advogado Pablo Sukiennik disse que, no território brasileiro, as decisões de Moraes representam o STF enquanto instituição, mas esse entendimento não é obrigatório ao juiz americano. "As regras do Direito não são universais. Cada país define se é possível ou não. No Brasil, iria contra a União", afirmou Sukiennik. "Mas a forma como funciona no Brasil não significa que seja assim em qualquer outro lugar do mundo."

LEGITIMIDADE. Com isso, o processo poderia ser admitido como pessoal, mas o conflito de interpretações quanto ao papel de Moraes – pessoal ou institucional – poderia levar a um processo à revelia, com uma jurisdição não reconhecendo a outra como legítima.

"Provavelmente, o Brasil responderá, quando citado, que (*Moraes*) é ministro do Supremo Tribunal Federal, que está agindo enquanto ministro e que a decisão não é dele", disse Nasser. "Moraes não irá se dispor a responder ao juiz americano. Ele vai ignorar e o máximo que haverá é uma resposta do STF."

O processo alega que Moraes abusou de "decretos extraterritoriais" contra empresas americanas, violando a soberania dos EUA. No jargão jurídico, "extraterritorial" se refere a uma decisão cujo alvo esteja localizado fora dos limites de determinada jurisdição.

No caso concreto, a Rumble, com a concordância da Trump Media, argumenta que está sediada nos EUA e, sob as leis americanas, não deveria ter sido obrigada, por ordem de Moraes, a suspender o perfil de Allan dos Santos.

Para especialistas em Direito Internacional, o argumento da Rumble é estranho ao próprio conceito de extraterritorialidade. "(*Moraes*) Não está dizendo para uma empresa da Flórida: 'Olha, você aí, faça isso ou aquilo'. Ele está dizendo que, em relação ao território brasileiro, você vai ter que bloquear esses conteúdos. Do contrário, não deixo você agir aqui no Brasil", declarou Nasser.

"Se a atuação dessa empresa ocorre em território brasileiro, a empresa tem que se submeter às leis do Brasil. Não pode se valer da internet para dizer: 'Não, eu tenho sede nos Estados Unidos, então eu não preciso cumprir as regras do Brasil'. Se uma empresa tem atuação no Brasil, ela precisa cumprir as regras brasileiras, inclusive de liberdade de expressão. A liberdade de expressão no Brasil é diferente da liberdade de expressão nos Estados Unidos", disse Sukiennik.

> **Esfera**
> **O processo nos EUA poderá ser admitido como seara pessoal de Moraes com sanções individuais**

Ontem, o CEO da Rumble, Chris Pavlovski, mandou um recado para Moraes. "A Rumble não cumprirá suas ordens ilegais. Nos veremos no tribunal", escreveu ele no X.

REQUISITOS. Para Sukiennik, é remota a possibilidade de uma condenação americana vir a ser cumprida no território brasileiro. "Tem uma série de requisitos para uma decisão judicial estrangeira valer no Brasil. Neste caso, a chance de a Justiça brasileira vir a determinar a execução de decisão dos Estados Unidos contra o Alexandre de Moraes é menor do que zero." ● COLABOROU KARINA FERREIRA

Operação Lava Jato

Toffoli anula provas e processos contra Palocci

RAYSSA MOTTA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou ontem todas as provas e processos contra o ex-ministro Antonio Palocci (gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) na Lava Jato. Foi decretada a "nulidade absoluta de todos os atos praticados" contra Palocci nas investigações e ações da operação, inclusive na fase pré-processual.

Toffoli estendeu ao ex-ministro decisões que beneficiaram Lula, os empresários Marcelo Odebrecht, Raul Schmidt Felippe Júnior e Léo Pinheiro e o ex-governador paranaense Beto Richa (PSDB).

O ministro afirmou que o "método" usado pelo ex-juiz Sérgio Moro e pelos procuradores da força-tarefa de Curitiba prejudicou Palocci. "Fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, corroendo-se as bases do processo penal democrático."

WERTHER SANTANA/ESTADÃO - 26/9/2016



Ex-ministro Palocci: defesa diz que delação ocorreu sob pressão

Réu confesso, Palocci fechou um acordo de colaboração premiada e delatou propinas de R$ 333,59 milhões supostamente arrecadadas e repassadas por empresas, bancos e indústrias a políticos de diferentes partidos durante os governos Lula e Dilma.

Em 2017, sob interrogatório na 13.ª Vara Criminal Federal de Curitiba, base da Lava Jato, ele declarou ao então juiz Moro que "havia um pacto de sangue" entre Lula e o empresário Emílio Odebrecht, patriarca da empreiteira, envolvendo propinas de R$ 300 milhões.

A defesa do ex-ministro petista agora alega que ele foi "pressionado" a assinar a delação. Os advogados usaram como prova diálogos hackeados de integrantes da Lava Jato obtidos na Operação Spoofing, que prendeu o grupo responsável pelo ataque cibernético.

Para Toffoli, as conversas comprovam que houve um "conluio processual" contra o ex-ministro.

DELAÇÃO PRESERVADA. A decisão de Toffoli não afeta o acordo de delação, que continua válido, segundo o próprio ministro. A multa imposta a Palocci na colaboração premiada foi de R$ 37,5 milhões.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pode recorrer. O órgão vem se opondo às decisões de Toffoli que derrubaram ações penais e condenações na Lava Jato.

> **Colaboração premiada**
> **Ex-ministro de Lula e de Dilma delatou propinas de R$ 333,5 milhões pagas por empresas a políticos**

A PGR considera que as defesas dos réus deveriam apresentar seus argumentos e recursos nos respectivos processos, que deveriam ser analisados, caso a caso, na primeira instância. ●

Congresso

Senado aprova projeto que resgata verbas do orçamento secreto

Proposta é de autoria de Randolfe Rodrigues; custo ainda é incerto e pode variar entre R$ 4,6 bilhões e R$ 15,7 bilhões

GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem, por 65 votos a 1, o projeto de lei complementar que resgata recursos não gastos desde 2019. Como revelou o **Estadão**, a cúpula do Congresso quer salvar verbas do orçamento secreto e outras emendas parlamentares que não foram pagas nos últimos anos e são questionadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta, de autoria do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), ainda será apreciada pela Câmara.

O impacto da medida é incerto. O relator da proposta, senador Carlos Portinho (PL-RJ), disse que a repercussão financeira máxima seria de R$ 4,6 bilhões, de acordo com dados do Tesouro Nacional. "Esse valor representa o teto estimado, ou seja, um limite máximo teórico. Na prática, o impacto real deve ser significativamente menor", declarou o senador ao ler seu relatório.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), porém, citou um impacto ainda maior, de R$ 15,7 bilhões. Afirmou que, desde dezembro, pede a interlocutores do governo que o assunto seja resolvido, sem sucesso. "Ainda no ano passado, tratei por diversas vezes desse tema com atores do governo federal, dentre eles Jaques Wagner, Alexandre Padilha e Randolfe Rodrigues, solicitando que o governo pudesse fazer, como fez em outros anos, um decreto de prorrogação dos restos a pagar", afirmou. "Perdi as contas de quantas vezes, ainda em janeiro, no recesso parlamentar, falei com Randolfe e com atores do governo, solicitando a providência do decreto para salvar esses recursos."

ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL - 11/2/2025



Alcolumbre, presidente do Senado; 'Obras presas na burocracia'

> ***"Como não deu por decreto, estamos cumprindo com nossas obrigações, que é legislar, e propor uma lei para salvar R$ 15,7 bilhões"***
> **Davi Alcolumbre**
> **(União Brasil-AP)**
> **Presidente do Senado**

Segundo Alcolumbre, muitas obras "ficaram presas por dois ou três anos na burocracia". "Trabalhei muito para que fosse por decreto. Como não deu por decreto, estamos cumprindo com nossas obrigações, que é legislar, e propor uma lei para salvar R$ 15,7 bilhões, sendo que, desse valor, R$ 6,4 bilhões são de RP1 (*despesas obrigatórias do Executivo*), R$ 6,2 bilhões são de RP2 (*despesas discricionárias do Executivo*) e apenas R$ 3 bilhões remanescentes de obras importantes iniciadas fruto de desejo de parlamentares", disse.

EXERCÍCIO. O projeto de Randolfe é sucinto. Diz apenas que os restos a pagar não processados e inscritos a partir de 2019 poderão ser liquidados até o fim do exercício de 2026, inclusive os que tenham sido cancelados no fim do ano passado. Os restos a pagar não processados são aqueles gastos que, no exercício para os quais foram previstos, não chegaram nem a entrar na fase de liquidação, que é prévia ao pagamento.

O único senador a votar contra a proposta foi Eduardo Girão (Novo-CE).

RESTRIÇÕES. Portinho incluiu em seu relatório restrições para o resgate dos restos a pagar. Não poderão ser pagos valores relativos a obras e serviços que estejam sob investigação ou apresentem indícios de irregularidade, por exemplo. O relator também estabeleceu que, "para a garantia da transparência e da rastreabilidade", esses restos a pagar revalidados deverão seguir as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a lei complementar das emendas parlamentares aprovada no ano passado.

O *Estadão/Broadcast* conversou sobre o assunto com técnicos do Orçamento, em condição de anonimato. Há um entendimento de que o projeto tem uma redação "diferente da usual" quando se trata da retomada de restos a pagar.

A articulação para aprovação desse projeto se soma à tentativa do Congresso de destravar as emendas parlamentares suspensas pelo STF. Alcolumbre e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), vão se reunir com o ministro Flávio Dino, relator dos processos na Corte, no próximo dia 27. Dino chamou a audiência para cobrar o cumprimento das decisões. Os congressistas, por outro lado, querem que o Supremo afrouxe as determinações que exigiram transparência sobre os recursos de anos anteriores, prometendo cumprir as exigências daqui para frente. ●

Presidente do STJ

Supersalários: 'É um debate que não devemos temer'

RAYSSA MOTTA

O ministro Herman Benjamin, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), defendeu mais transparência no sistema de remuneração de magistrados. Mas ponderou que a remuneração precisa ser atrativa para manter um "recrutamento de qualidade" na carreira.

"O que nós precisamos é de um sistema que seja transparente, justo na perspectiva da sociedade, mas também de modo a manter o recrutamento de qualidade que nós fazemos. O processo de recrutamento de magistrados depende muito da remuneração dos juízes", disse o ministro após palestra na Faculdade de Direito da PUC-SP, anteontem.

Atualmente, juízes recebem extras fora do teto do funcionalismo público previsto na Constituição, o que abre caminho para os supersalários. São parcelas de verbas indenizatórias e compensatórias que inflam contracheques e sobre as quais não há incidência de Imposto de Renda. Como mostrou o **Estadão**, magistrados receberam até R$ 678 mil líquidos em um único mês em 2024 – o teto no ano passado era de R$ 44 mil brutos (desde fevereiro é de R$ 46,3 mil).

Antes, na palestra que fez aos calouros, Herman Benjamin defendeu a participação de magistrados do debate da PEC do corte de gastos no Congresso. Um dos pontos da proposta é justamente pôr fim aos salários acima do teto. "Esse é um debate que nós, juízes, não devemos temer", disse.

'DESVIOS DE CONDUTA'. Assessores de ministros do STJ são investigados pela Polícia Federal por suspeita de venderem decisões em troca de propinas. Além disso, juízes e desembargadores de pelo menos sete Tribunais de Justiça estão na mira da PF por supostos esquemas de corrupção.

MAX ROCHA/STJ - 11/2/2025



> ***"O que nós precisamos é de um sistema que seja transparente, mas também de modo a manter o recrutamento de qualidade"***
> **Herman Benjamin**
> **Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**

Herman Benjamin avaliou que o Judiciário deve ampliar mecanismos para coibir desvios de conduta e, ao mesmo tempo, precisa punir "exemplarmente" magistrados e servidores que estiverem envolvidos em desvios. "Evidentemente, como toda instituição humana, haverá problemas, haverá desvios de conduta, porque a magistratura não é uma entidade que está no espaço sideral, é composta de seres humanos. Mas nós temos que nos esforçar para reduzir ao mínimo esses desvios de conduta e punir exemplarmente."

O ministro também afirmou que a legitimidade do Poder Judiciário vem da confiança da sociedade no trabalho dos juízes e, por isso, na avaliação dele, é importante corresponder às expectativas da opinião pública. "A nossa legitimidade tem a ver com a sociedade olhar para os magistrados brasileiros e dizer 'eu confio nesta instituição para decidir as questões mais importantes da minha vida'."

'ANTIRREFORMA'. O ministro criticou na palestra a reforma da Lei de Improbidade Administrativa, promulgada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que flexibilizou a legislação e tornou mais difícil punir casos de desvios na administração pública. O presidente do STJ afirmou que "milhares de processos, alguns hediondos, estarão prescritos" com base nessa reforma.

"A Lei de Improbidade Administrativa foi retaliada em uma antirreforma que concedeu maior anistia a corruptos da história brasileira", afirmou Herman Benjamin. ●

A guerra de Putin

Trump chama Zelenski de 'ditador' que foi para guerra com dinheiro dos EUA

Republicano se irrita com afirmação de que ele vive em uma 'bolha de desinformação russa' e diz que presidente ucraniano precisa agir rápido ou vai ficar sem país

WASHINGTON

O presidente americano, Donald Trump, lançou ontem uma série de ataques contra o ucraniano Volodmir Zelenski em sua rede social Truth Social. Repetindo as acusações do Kremlin, Trump chamou Zelenski de "ditador" que usou o dinheiro dos EUA para ir à guerra, ignorando a anexação russa da Crimeia, em 2014, e a invasão da Ucrânia, em 2022.

"Zelenski é um ditador sem eleições, é melhor ele agir rápido ou ele não terá mais um país", disse Trump. "Um comediante de sucesso modesto, Zelenski convenceu os EUA a gastarem US$ 350 bilhões para entrar em uma guerra que não poderia ser vencida."

A postagem de Trump sobre Zelenski parece ter saído do manual do Kremlin. Na verdade, as eleições ucranianas não foram realizadas ainda porque o país está sob lei marcial, decretada após o país ter sido invadido pela Rússia, em fevereiro de 2023 – uma guerra iniciada por Moscou, não por Kiev. Segundo a lei ucraniana, as eleições não podem acontecer durante a vigência da lei marcial.

Como fez em outras ocasiões, Trump distorceu os números ao afirmar que os EUA destinaram US$ 350 bilhões para ajudar a Ucrânia – na verdade, segundo o Instituto Kiel, que monitora o conflito, foram US$ 119 bilhões.

TETIANA DZHAFAROVA/AP



Presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, rejeita afirmações de Trump em entrevista coletiva em Kiev

As declarações de Trump foram uma resposta a Zelenski, que disse ontem que o presidente americano havia sido "apanhado em uma rede de desinformação" da Rússia. "Se alguém quiser me substituir agora, não vai conseguir", afirmou o ucraniano, em entrevista coletiva. "Eu gostaria que a equipe de Trump falasse a verdade. Porque nada disso está tendo efeito positivo na Ucrânia."

CRÍTICAS. A narrativa de que Zelenski é um ditador por não ter realizado eleições começou com o presidente russo, Vladimir Putin, em uma tentativa de afastá-lo do cargo antes do início de qualquer negociação de paz. Especialistas e diplomatas lembram que Putin vem governando a Rússia nos últimos 25 anos amparado por eleições contestadas por observadores internacionais.

Vetadas
Eleições ucranianas não foram realizadas ainda porque país está sob lei marcial

O aprofundamento da disputa ameaça minar o esforço pelo fim da guerra e enfraquecer ainda mais a posição da Ucrânia nas negociações, que já começaram entre EUA e Rússia, sem o envolvimento de Kiev e dos europeus.

A Ucrânia há muito tempo depende da ajuda americana – dinheiro, armas e munição – para sustentar sua luta contra a Rússia. "Sejamos honestos: sem os EUA, será muito difícil para nós", disse ontem o general Kirilo Budanov, chefe da agência de inteligência militar da Ucrânia.

RESPOSTA. A reação às declarações de Trump foi imediata. O premiê britânico, Keir Starmer, telefonou para Zelenski para demonstrar apoio. O chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, disse que os comentários do americano eram "errados" e "perigosos". Sophie Primas, porta-voz do presidente da França, Emmanuel Macron, disse que o governo francês "não entendeu muito bem a lógica" dos ataques de Trump.

Sob pressão, Zelenski aceitou se reunir hoje em Kiev com Keith Kellogg, enviado de Trump à Ucrânia. Macron e Starmer concordaram em viajar a Washington, na semana que vem, para se reunir com o presidente americano.

Para demonstrar que sua posição sobre a guerra não mudou, a União Europeia anunciou um novo pacote de sanções contra a Rússia – o 16.º em três anos. As novas medidas incluem a proibição da importação de alumínio russo e a inclusão de 73 navios da Rússia na lista de embarcações banidas do bloco.

REPUBLICANOS. Enquanto isso, os congressistas republicanos, que tradicionalmente sempre mantiveram uma posição agressiva contra a Rússia, se dividiram em três grupos. Um grande número apoia as declarações de Trump, mesmo que discretamente. A maioria, porém, não emitiu nenhuma declaração pública e preferiu adotar o silêncio.

Alguns poucos, como o senador Roger Wicker, correram risco político de discordar do presidente. "Putin é um criminoso de guerra, que deveria estar preso pelo resto de sua vida ou ser executado." ● NYT E WP

Lula rejeita enviar soldados e critica exclusão da Ucrânia de negociações

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rejeitou ontem a possibilidade de o Brasil enviar militares para a manutenção de um eventual acordo de paz para encerrar a guerra na Ucrânia. Lula também criticou a exclusão de europeus e ucranianos dos diálogos diretos com a Rússia, conduzidos pelos EUA.

O envolvimento de forças militares do Brasil e da China, segundo a revista *Economist*, foi sugerido pela diplomacia dos EUA, em conversas reservadas com líderes europeus. França e Reino Unido exploraram a possibilidade com outros países. Milhares de soldados internacionais seriam deslocados para a linha de contato, no campo de batalha, a fim de criar uma zona-tampão entre soldados russos e ucranianos.

"O Brasil não enviará tropas. O Brasil só mandará missão de paz. Para negociar a paz, o Brasil está disposto a fazer qualquer coisa e não mudará de posição. Quando os dois quiserem sentar para conversar, estaremos na mesa de negociação. Fora isso, o Brasil continuará daqui, a muitos quilômetros de distância longe de Rússia e Ucrânia, defendendo a paz", afirmou Lula, ao lado do premiê de Portugal, Luís Montenegro, no Palácio do Planalto.

Questionado por jornalistas, o premiê português também rechaçou envolvimento direto de forças do país e afirmou que ainda não era hora de discutir como a operação de paz seria conduzida no campo de batalha.

CONSULTA. Montenegro e Lula defenderam que o diálogo sobre a paz deve envolver, obrigatoriamente, os dois lados em guerra – Rússia e Ucrânia –, assim como a Europa. O português reiterou a defesa da integridade territorial ucraniana. "É a melhor maneira de projetar a paz para os próximos anos", disse o premiê.

Lula também voltou a dizer que a guerra poderia ter sido encerrada por meio de uma consulta direta à população dos territórios invadidos pela Rússia. No ano passado, o petista foi criticado por sugerir um referendo nos territórios ocupados – a tese dele era que a votação determinaria se o povo gostaria de ser integrado à Rússia ou permanecer parte da Ucrânia. A proposta foi vista como forma de legitimar uma anexação pela força. ●

Referendos
Lula defendeu que guerra poderia ter sido encerrada com consulta pública nos territórios invadidos

Eufrázio

Bullying de Trump vai sair pela culatra

Presidente quer destruir a economia dos EUA, está blefando ou não tem ideia do que está fazendo

ANÁLISE

Thomas L. Friedman
The New York Times
É colunista e ganhador de três prêmios Pulitzer

"Você diz que tem uma solução real. Bem, você sabe; todos nós adoraríamos ver o plano" (*Revolution 1*, The Beatles). O mais assustador a respeito do que Donald Trump está fazendo com sua estratégia de tarifas para todos é ele não ter ideia do que está fazendo – nem de como a economia mundial funciona. Ele está simplesmente inventando tudo à medida que avança – e todos nós estamos nesse barco.

Não sou contra o uso de tarifas para combater práticas comerciais injustas. Eu apoiei as tarifas de Trump e do ex-presidente Joe Biden sobre a China. E, se tudo isso não passa de um blefe de Trump para fazer com que outros países nos deem o mesmo acesso que nós damos a eles, por mim, tudo bem.

Mas Trump nunca é claro: algumas vezes ele diz que suas tarifas são para aumentar a receita, depois, que elas servirão para forçar todos a investir nos EUA. Outras vezes, afirma que o objetivo é evitar a entrada de fentanil.

Mas qual é a dele? Como cantavam os Beatles, eu adoraria ver o plano. Tipo: é assim que achamos que a economia global opera hoje; portanto, para fortalecer os EUA, é aqui que precisamos cortar gastos, impor tarifas e investir – e é por isso que estamos fazendo X, Y ou Z.

Seria uma liderança real. Mas, em vez disso, Trump está ameaçando impor tarifas a rivais e aliados, sem nenhuma explicação satisfatória do porquê alguns países estão sendo tarifados e outros não, e sem se importar sobre como essas tarifas podem prejudicar a indústria e os consumidores americanos.

É uma bagunça total. Conforme apontou o presidente da Ford Motor, Jim Farley, corajosamente (comparado a outros executivos). "Sejamos realmente honestos: a longo prazo, uma tarifa de 25% nas fronteiras do México e do Canadá abriria um buraco jamais visto na indústria dos EUA", disse.

Então, ou Trump quer abrir esse buraco, está blefando ou não tem a mínima ideia do que está fazendo. Se a última hipótese for verdadeira, Trump vai passar por um curso intensivo a respeito de duras realidades da economia global – como ela realmente é, não como ele a imagina.

ISOLAMENTO. Meu tutor favorito nesses assuntos é o economista Eric Beinhocker, da Universidade de Oxford, que chamou minha atenção quando conversávamos outro dia com a seguinte fala: "Nenhum país do mundo é capaz de fabricar um iPhone sozinho".

Pensem nessa frase por um instante. Não há um único país ou empresa na Terra que tenha todo o conhecimento, todas as peças, todas as capacidades de fabricação nem todas as matérias-primas que entram nesse dispositivo em seu bolso chamado iPhone.

A Apple diz que monta seus iPhones, seus computadores e seus relógios com a ajuda de "milhares de empresas e milhões de pessoas, em mais de 50 países e regiões" que contribuem com "nossas habilidades, nossos talentos e nossos esforços para ajudar a construir, entregar, consertar e reciclar nossos produtos".

REDE GLOBAL. Estamos falando de um enorme ecossistema de rede necessário para tornar esse telefone tão legal, inteligente e barato. E esse é o ponto de Beinhocker: a grande diferença entre a era em que estamos agora e aquela em que Trump pensa estar vivendo é que hoje não é mais "a economia, estúpido". Essa foi a era de Bill Clinton. Hoje, "são os ecossistemas, estúpido".

Ecossistemas? Ouça um pouco Beinhocker, que também é diretor executivo do Institute for New Economic Thinking, na Oxford Martin School. "No mundo real, não existe mais uma economia americana que você possa identificar de forma real e tangível. Existe apenas essa ficção contábil que chamamos de PIB americano", disse. "Sem dúvida, existem interesses americanos na economia. Existem trabalhadores americanos. Existem consumidores americanos. Existem empresas sediadas nos EUA. Mas não existe uma economia americana nesse sentido isolado."

Os velhos tempos, acrescenta ele, "quando você fazia vinho e eu fazia queijo, e você tinha tudo o que precisava para fazer vinho e eu tinha tudo o que precisava para fazer queijo, então nós negociávamos um com o outro – o que nos melhorava a vida, conforme ensinou Adam Smith –, esses dias se acabaram há muito tempo." Exceto na cabeça de Trump.



ROBERTO SCHMIDT / AFP

Donald Trump ameaça impor tarifas a aliados e adversários

Em vez disso, existe uma rede global de "ecossistemas" comerciais, de fabricação, serviços e negociação, explica Beinhocker. "Existe um ecossistema de automóveis, de IA, de smartphones, de desenvolvimento de medicamentos, de fabricação de chips." E as pessoas, os componentes e o conhecimento que conformam esses ecossistemas se movem de um lado para o outro entre muitas economias.

Conforme observou a rádio NPR numa reportagem recente sobre a indústria automobilística, "as montadoras construíram uma vasta e complicada cadeia de fornecimento que abrange toda a América do Norte, com peças atravessando fronteiras durante todo o processo de fabricação de automóveis. Algumas peças cruzam fronteiras várias vezes – como, digamos, um fio que é fabricado nos EUA, enviado para o México para ser integrado a um grupo de cabos e, em seguida, volta aos EUA para ser instalado em um componente maior de um carro, como um assento".

> *Donald Trump está pisoteando as boas regras e as relações saudáveis, que criam a confiança*

Trump simplesmente ignora isso tudo. Ele disse a repórteres que os EUA não dependem do Canadá. "Não precisamos deles para fazer nossos carros", afirmou.

Na verdade, nós precisamos deles sim. E graças a Deus. Isso nos permite não apenas tornar os carros mais baratos, mas também melhores. Tudo o que um Modelo T fez foi nos levar de um ponto a outro mais rapidamente do que um cavalo.

Mas os carros de hoje oferecem ar-condicionado, quente ou frio, e entretenimento via internet e satélites. Eles navegam para você, eles até dirigem para você – e são muito mais seguros. Quando somos capazes de combinar conhecimentos e componentes complexos para resolver problemas complexos, nossa qualidade de vida dispara.

VACINAS. Mas eis a questão: não é mais possível fazer coisas complexas sozinhos; é complexo demais. Em um ensaio de 2021, publicado no website da Escola de Saúde Pública de Yale, Swati Gupta, diretora para doenças infecciosas emergentes da Iavi, uma ONG de pesquisa científica, explicou como as vacinas de mRNA contra a covid-19 foram desenvolvidas em tempo recorde.

"Vacinas tradicionalmente levam de 10 a 20 anos para serem desenvolvidas, e os custos de pesquisas e testes podem facilmente chegar a bilhões de dólares. Então, a pergunta natural após a pandemia de covid-19 é: como as vacinas atualmente disponíveis foram desenvolvidas tão rapidamente? Houve uma colaboração global sem precedentes, realizada por meio de parcerias coordenadas entre governos, indústrias, organizações doadoras, ONGs e a academia. Somente agindo dessa maneira teríamos alcançado o que foi visto no passado, pois nenhum grupo isolado poderia ter feito isso sozinho."

O mesmo vale hoje para os microchips mais avançados. Agora, eles são fabricados por um ecossistema global: a AMD, a Qualcomm, a Intel, a Apple e a Nvidia se destacam no design dos chips. A Synopsys e a Cadence criam ferramentas e softwares sofisticados de design auxiliado por computação nos quais os fabricantes de chips elaboram realmente suas ideias mais recentes.

A Applied Materials cria e modifica os materiais para forjar bilhões de transistores e fios de conexão nos chips. A ASML, uma empresa holandesa, fornece as ferramentas de litografia em parceria com, entre outros, a Carl Zeiss SMT, uma empresa alemã especializada em lentes ópticas, que desenha os estênceis nas pastilhas de silício desses projetos. A Lam Research, a KLA e empresas da Coreia do Sul, do Japão e de Taiwan também desempenham papéis importantes nessa coalizão.

Quanto mais ultrapassamos limites da física e da ciência dos materiais para enfiar mais transistores em um chip, menos uma só empresa ou um só país pode se destacar em todas as partes do processo de design e fabricação. Todo o ecossistema global é necessário.

CONFIANÇA. No Natal de 2021, eu despertei às 7h20 para assistir o lançamento do telescópio espacial James Webb, que vasculha profundamente o espaço sideral. De acordo com a Nasa, "milhares de cientistas, engenheiros e técnicos qualificados", de 309 universidades, laboratórios nacionais e empresas, principalmente de EUA, Canadá e Europa "colaboraram no projeto, na construção, nos testes, na integração, no lançamento, no comissionamento e nas operações do Webb".

Adam Smith identificou famosamente a divisão do trabalho, e isso sem dúvida é importante – nós somos capazes de fabricar mais alfinetes com menos trabalhadores se dividirmos o trabalho corretamente. "Isso foi ótimo", observa Beinhocker. "Mas o motor mais poderoso é a divisão do conhecimento, o que é necessário para fabricar coisas mais complexas do que alfinetes. Nós temos de nos valer da divisão do conhecimento, da divisão da expertise."

Se dermos um passo atrás e considerarmos o grande arco da história da economia, explica Beinhocker, "a história é realmente da expansão de nossas redes de cooperação para utilizar e compartilhar conhecimento para fabricar produtos e serviços mais complexos, que nos conferem padrões de vida cada vez mais elevados. E se você não fizer parte desses ecossistemas, seu país não prosperará."

E a confiança é o ingrediente essencial que faz esses ecossistemas funcionarem e crescerem, acrescenta Beinhocker. A confiança é a cola e a graxa. A confiança fixa laços de cooperação e, ao mesmo tempo, lubrifica fluxos de pessoas, produtos, capitais e ideias entre os países. Sem confiança os ecossistemas começam a ruir.

A confiança, no entanto, é erguida por regras boas e relações saudáveis, e Trump está pisoteando ambas. O resultado: se seguir nesse caminho, Trump tornará os EUA e o mundo mais pobres. Senhor presidente, faça sua lição de casa. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Criptogate

Empresário de criptomoeda nega ter subornado irmã de Milei

Pesquisa mostra que avaliação negativa do presidente subiu mais de 10 pontos, indicando que caso teria afetado imagem do governo

BUENOS AIRES

Após a publicação de capturas de tela com mensagens escritas por Hayden Davis, um dos criadores da criptomoeda $Libra, afirmando que fazia pagamentos e "controlava" o governo de Javier Milei, assessores dele desmentiram a informação e afirmaram que tais conversas não existem.

Nas mensagens, obtidas pelo jornal *La Nación* e pelo site especializado em criptoativos Coin Desk, Davis teria afirmado que fazia pagamentos a Karina Milei, irmã do presidente e secretária-geral da presidência. O objetivo seria obter influência na Casa Rosada.

Uma das principais mensagens teria sido enviada em 11 de dezembro, antes do escândalo. Era para um executivo de uma empresa de investimento em criptomoedas.

Davis buscava lançar um memecoin (*ativo financeiro digital baseado em tendências, ou memes, da internet, como a própria $Libra*) vinculado a Milei. "Genial, também podemos fazer com que Milei compartilhe no X, faça reuniões com a pessoa e promova. Eu controlo esse nigga (*termo racista em inglês*)", escreveu o empresário. "Envio dinheiro à sua irmã e ele assina o que digo e faz o que quero."

Até o momento, não há evidências de que os pagamentos tenham realmente ocorrido, e a Casa Rosada não comentou o teor das mensagens. Michael Padovano, porta-voz de Davis, falou com o site Coindesk e negou a veracidade das conversas. "São completamente falsas", afirmou.

INFLUÊNCIA. Karina Milei, apelidada de "El Jefe" pelo próprio presidente, é considerada a principal porta de acesso à Casa Rosada. É um papel que ela sempre teve, encorajar e aconselhar seu irmão mais velho. Mas, como secretária da presidência, ela também se tornou responsável por autorizar ou negar as visitas que Milei recebe.

Além de se reunir com Davis, Milei se encontrou com Julian Peh, diretor executivo da KIP Protocol, outra das empresas implicadas no lançamento da $Libra. Em ambos os casos, o nexo foi Mariano Novelli, dono de uma empresa de formação financeira, a N&W Professional Partners, na qual Milei deu aulas. Ele foi um visitante frequente da Casa Rosada nos últimos meses.

Em 15 de janeiro, em um chat de cripto, Davis revelou que seu objetivo era "tirar o máximo" possível da operação, diante da pergunta sobre se pretendia manter o aumento do valor da $Libra ou distribuir rapidamente os lucros. Um mês depois, em 14 de fevereiro, Milei recomendou a $Libra em um tuíte, apresentada como um "projeto privado" dedicada a "incentivar a economia argentina".

DISTÂNCIA. A partir desse momento, a demanda pela criptomoeda disparou, até que os investidores majoritários retiraram lucros de US$ 90 milhões, e a $Libra entrou em colapso. Em meio a questionamentos e acusações de fraude, Milei apagou o tuíte e alegou que "não estava familiarizado" com o projeto.

Assessores de Milei tentaram afastar o presidente da crise. Em conversas reservadas, funcionários da Casa Rosada disseram ao jornal *Clarín* que ele teria sido enganado pelos operadores da moeda virtual. No sábado, o governo argentino anunciou que o caso seria investigado pelo Gabinete Anticorrupção, o que foi criticado por opositores, já que seria um órgão do Executivo investigando o próprio Executivo.

Internamente, o governo reconhece que ocorreram várias reuniões com os traders por trás da criptomoeda, mas nega que Milei tenha responsabilidade sobre o prejuízo milionário das pessoas que investiram na $Libra, segundo o *Clarín*.

Na segunda-feira, em entrevista ao canal Todo Noticias, o presidente comparou o investimento com jogos de azar. "Se você vai ao cassino e perde dinheiro, qual a reclamação?", questionou. "É um problema entre privados. O Estado não tem nenhum papel nisso. Eu não promovi, apenas divulguei."

IMAGEM. O escândalo, porém, já afeta a imagem do presidente argentino. Uma das primeiras pesquisas divulgadas após o caso mostrou que a imagem negativa de Milei cresceu mais de dez pontos porcentuais – apesar de ele ainda ter mais avaliações positivas. De acordo com a consultoria Giacobbe, em janeiro, 50,5% dos argentinos avaliavam bem o presidente. Agora, são 49,6% (-0,5%). A imagem negativa, que era de 36,2%, subiu para 46,6% (+10,4%). ● AFP e AP

RODRIGO ABD/AP



Protesto contra Milei em Buenos Aires: imagem desgastada

> ***"Se você vai ao cassino e perde dinheiro, qual a reclamação? É um problema entre privados. O Estado não tem nenhum papel nisso. Eu não promovi, apenas divulguei"***
>
> **Javier Milei**
> **Presidente da Argentina, sobre o escândalo da criptomoeda $Libra**

Guerra em Gaza

Hamas oferece soltar todos os reféns se Israel aceitar 2ª fase da trégua

CIDADE DE GAZA

O Hamas disse ontem que está pronto para libertar todos os reféns restantes em uma única troca se o cessar-fogo com Israel avançar para a segunda fase, no próximo mês. A oferta foi feita no momento em que o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, sinalizou disposição de negociar a nova etapa do acordo, nomeando um de seus conselheiros mais próximos, Ron Dermer, para liderar sua delegação.

Dermer substituirá os chefes do Mossad (serviço de inteligência) e Shin Bet (serviço de segurança interna), que lideraram as negociações até o momento e vinham frequentemente se desentendendo com Netanyahu em razão da relutância do primeiro-ministro em avançar no acordo.

Na etapa final da primeira fase, o Hamas entregará hoje os corpos de quatro reféns israelenses – três pertencem à família Bibas, incluindo dois meninos. O grupo terrorista também libertará seis reféns no domingo e outros quatro corpos na semana que vem, completando a primeira fase de seis semanas do cessar-fogo, que deve terminar em no dia 1.º.

Após a conclusão da primeira fase, os terroristas palestinos terão em cativeiro 58 sequestrados. Israel acredita que 34 deles estejam mortos. Na segunda fase, o plano original era trocar os reféns e os corpos restantes por prisioneiros palestinos de maneira escalonada. Ontem, no entanto, o Hamas propôs acelerar o processo.

> **Oferta**
> **Plano original era libertar sequestrados de maneira escalonada, mas Hamas propôs acelerar processo**

IMPASSE. Taher al-Nunu, membro do alto escalão do Hamas, disse ontem que o grupo estava pronto para libertar todos em uma única leva. Netanyahu, porém, resiste à ideia de negociar a segunda fase do acordo, que envolve, além da entrega dos reféns restantes, a retirada militar completa de Gaza e a libertação de centenas de palestinos mantidos em prisões israelenses. ● AFP

Colômbia

Petro nomeia como ministro militar que resgatou crianças perdidas na Amazônia

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, indicou como novo ministro da Defesa o general Pedro Sánchez, líder da operação de resgate das quatro crianças indígenas que ficaram perdidas na floresta amazônica por 40 dias em 2023. Elas tinham sobrevivido a um acidente de avião no qual a mãe delas morreu. ●

Estados Unidos

CIA faz missões secretas com drones no México para espionar cartéis, diz TV

A CIA tem conduzido secretamente missões com drones MQ-9 Reaper sobre o México para monitorar cartéis de drogas, segundo reportagem da CNN. As operações fazem parte da estratégia de Donald Trump de reforçar a segurança na fronteira dos EUA. ●

Orçamento

Secretário de Defesa pretende cortar 8% dos gastos militares americanos

O secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, ordenou que o Pentágono e todas as Forças Armadas criem planos para cortar 8% do orçamento de defesa em cada um dos próximos cinco anos, segundo documento obtido ontem pelo jornal *Washington Post*. ●



Vigilância sanitária

SP decreta emergência para dengue; pico deve ser em abril

Houve avanço de 5% no número de casos em 24 horas, apesar de o total ser menor que em 2024; medida permite acelerar ações

VICTÓRIA RIBEIRO

Diante do avanço da dengue, o Estado de São Paulo decretou estado de emergência. A medida ocorre após São Paulo atingir 124.038 infecções – uma média de 270 casos por 100 mil habitantes. Há 82,9 mil casos em investigação.

Para se ter ideia do avanço da doença, houve aumento de 5% no número de casos em 24 horas, apesar de o total ser menor que em 2024. Considerando a curva epidemiológica, a estimativa é de que o pico da doença seja em meados de abril. "Ano passado, o pico foi em maio", disse a diretora da Vigilância Sanitária do Estado, Tatiana Chaves. A região noroeste é a mais afetada, especialmente Araçatuba e São José do Rio Preto, onde a incidência ultrapassa 2 mil casos por 100 mil habitantes – mais de seis vezes o índice epidêmico (300 casos por 100 mil). Além dessas regiões, outras seis enfrentam epidemia: São João da Boa Vista, Araraquara, Ribeirão Preto, Marília, Presidente Prudente e Barretos.

O número de mortes confirmadas chega a 113. Outras 233 estão em análise. Segundo a Secretaria Estadual da Saúde, uma em cada quatro pessoas que desenvolveram a forma grave da doença morreu.

O QUE MUDA COM O DECRETO? O objetivo é acelerar a tomada de decisões relacionadas à doença, incluindo a contratação de profissionais, campanhas de conscientização, aquisição de insumos e ampliação da rede de atendimento. Nessas situações, medidas podem ser adotadas sem licitação.

No Estado
A região noroeste é a mais afetada, especialmente Araçatuba e São José do Rio Preto

De acordo com o secretário de Saúde do Estado, Eleuses Paiva, foram repassados R$ 228 milhões aos municípios. Além disso, foram adquiridos 38 milhões de unidades de medicamentos e insumos. Também foram investidos R$ 3 milhões exclusivamente na compra de nebulizadores, que serão destinados às localidades com os cenários mais críticos. A expectativa é de ampliar em 20% o número de leitos hospitalares para a doença.

"Nós pretendemos atuar em três frentes principais: estrutura necessária, diagnóstico precoce e manejo clínico", afirmou Paiva. "Nós precisamos que os municípios se adiantem. Temos dialogado muito com eles sobre a importância da conscientização, especialmente em relação às medidas de prevenção." O secretário ressaltou ainda a necessidade de os municípios organizarem centrais de hidratação, consideradas grandes aliadas na redução dos casos graves.

Em relação à vacinação, a estratégia continua sendo a ampliação temporária, permitindo que municípios apliquem doses remanescentes. Além disso, Paiva lembrou que a vacina de dose única, desenvolvida pelo Instituto Butantan, foi submetida à Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa).

NO PAÍS. Mesmo com a autorização do Ministério da Saúde para ampliar a faixa etária da vacinação contra a dengue, pelo menos 10 capitais e Brasília vão seguir com a imunização restrita a crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

As prefeituras de Aracaju (SE); Belém (PA); Belo Horizonte (MG); Manaus (AM); Natal (RN); Porto Velho (RO); Recife (PE); São Paulo (SP); Salvador (BA); Vitória (ES) e o Distrito Federal negaram possuir doses de vacina prestes a vencer, requisito para a ampliação autorizada. ● COLABOROU GABRIEL DAMASCENO

Saiba mais

Mitos, verdades e formas de combate

No ano passado, o **Estadão** consultou especialistas sobre os principais mitos no combate à dengue.

● **Vitamina B12**
Trata-se de uma vitamina importante para o organismo humano, mas que não tem eficácia comprovada na ação repelente contra o *Aedes aegypti*.

● **Borra de café**
Seja misturada com álcool ou sozinha, não existe comprovação científica a respeito do uso dessa substância contra a proliferação do mosquito.

● **Citronela, andiroba e cravo da índia**
Essas substâncias são populares como repelentes "naturais" contra os mosquitos. Elas existem em diversos formatos, como difusor de ambiente, velas ou incensos. De acordo com o Ministério da Saúde, entretanto, por não serem aprovados pela Agência Regulatória de Vigilância Sanitária (Anvisa), não há como confirmar a eficácia dessas substâncias na ação repelente contra os mosquitos.

● **Álcool ou alho**
Não funcionam.

● **Combate correto**
A principal medida para combater a disseminação da dengue é evitar acúmulo de água parada. Para isso, algumas das recomendações são: garantir que caixas d'água e outros reservatórios de água estejam devidamente tampados; guardar pneus em locais cobertos; utilizar areia nos pratos de vasos de plantas ou realizar limpeza semanal; guardar garrafas e baldes com a boca virada para baixo; limpar e retirar o acúmulo de água de bandejas de ar-condicionado e geladeiras; lavar as bordas dos recipientes com água e escova ou bucha; guardar ou jogar no lixo objetos que podem acumular água, como tampas de garrafa, folhas secas e brinquedos; esticar lonas para cobrir objetos, como pneus ou entulho.

● **E os repelentes e telas para mosquito?**
Sobre os repelentes de uso pessoal, os mais indicados são os que contêm icaridina ou DEET, em concentrações de 20% a 30%. As telas são opções válidas.

● **Vacina**
A Qdenga foi liberada para uso em adolescentes pelo Ministério da Saúde. O imunizante do Butantan está em fase de análise pela Anvisa.

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



CARNAVAL COM
TODA A FAMÍLIA!

Deixe a agitação das multidões para trás e venha viver dias inesquecíveis no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500! De 28 de fevereiro a 05 de março, desfrute de um feriado especial com atividades para toda a família.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!



Temporal em SP

Inaugurada há 1 mês, ciclopassarela perde parte de cerca durante chuva

Estrutura caiu sobre a rede aérea de linha da CPTM e parou parte de sua operação; Prefeitura reinstalou a peça na madrugada

GIOVANNA CASTRO

Uma estrutura metálica da ciclopassarela Jornalista Erika Sallum, recém-inaugurada pela Prefeitura de São Paulo sobre a Marginal do Pinheiros para ligar os distritos de Pinheiros e Butantã, na zona oeste da capital, caiu sobre a rede aérea da Linha 9-Esmeralda. O incidente ocorreu por volta das 20h30 de terça, durante a forte chuva que atingiu a cidade, e afetou o sistema de energia da linha, que chegou a ter parte da operação interrompida.

A ciclopassarela está localizada entre as Pontes Eusébio Matoso e Bernardo Goldfarb. Um dos acessos a ela é próximo da Estação Hebraica-Rebouças da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). De acordo com a ViaMobilidade, concessionária da Linha 9-Esmeralda, a operação já havia sido normalizada na manhã de ontem.

A Prefeitura informou que a peça fazia parte do guarda-corpo (espécie de cerca) da passarela, foi reinstalada na madrugada e a passarela voltou a funcionar normalmente. "O trabalho (*de reinstalação da peça*) foi realizado pela empresa responsável pela obra com o apoio de engenheiros da Prefeitura. Não houve feridos nem danos ao cabeamento da linha férrea. Para reforçar a segurança no local, a SPObras está adotando outras providências", afirmou, em nota, o Município.

INAUGURAÇÃO. A via suspensa para ciclistas foi inaugurada em 30 de janeiro e custou R$ 46 milhões, provenientes da Operação Urbana Faria Lima, conforme informações publicadas pelo Município na época da inauguração. O projeto era uma demanda antiga de ciclistas da região, que não conseguiam atravessar as vias da Marginal do Pinheiros. A obra levou mais de um ano para ser concluída. "A nova passagem oferece uma travessia segura e eficiente para ciclistas e pedestres sobre o Rio Pinheiros, as Vias Marginais e a Linha 9 – Esmeralda da CPTM, beneficiando cerca de 166 mil pessoas diariamente", escreveu a Prefeitura sobre a passarela, que leva o nome da jornalista e cicloativista Erika Sallum, morta em 2021, vítima de câncer de mama.

A ViaMobilidade informou, em nota, que a circulação de trens da Linha 9-Esmeralda foi temporariamente interrompida entre as Estações Pinheiros e Vila Olímpia e, durante o período, "ônibus da Operação Paese foram acionados para atender o trecho, e as equipes de manutenção estiveram em campo para solucionar o problema o mais rápido possível".

"Os clientes foram orientados por avisos sonoros e pelos Agentes de Atendimento e Segurança (AAS) das estações. Nos trechos entre as Estações Bruno Covas-Mendes-Vila Natal e Vila Olímpia e entre as Estações Pinheiros e Osasco, os intervalos estiveram dentro da média para o horário", afirma a concessionária.

EDSON LOPES JR./SECOM PREFEITURA DE SÃO PAULO



Passarela de ciclistas liga Pinheiros e Butantã, na zona oeste de SP

Obra da Prefeitura

A via suspensa para ciclistas foi inaugurada em 30 de janeiro e custou R$ 46 milhões

MORTE. O temporal da noite de terça também causou a morte de uma mulher, na capital paulista. A vítima, que não teve a identidade informada, estava dentro de um veículo que foi arrastado por uma enxurrada na altura do número 1.438 da Avenida General Edgar Facó, na Freguesia do Ó, zona norte da cidade. Segundo o Corpo de Bombeiros, a vítima foi encontrada submersa dentro do veículo, já em parada cardiorrespiratória. Ela foi retirada por um bombeiro civil, que chegou a tentar reanimá-la. O Corpo de Bombeiros recebeu 59 chamados para quedas de árvores, 22 chamados para enchentes e 3 para desabamento/ deslizamento/ soterramento, na terça-feira. ● COLABOROU CAIO POSSATI

Plano municipal pagou 1.224 indenizações em área de risco desde 2022

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou, no início do mês, que as obras para construir um dique no Jardim Pantanal, zona leste de São Paulo, são complexas e teriam custo superior a R$ 1 bilhão. Diante disso, estudava indenizar os moradores para que deixem a área de risco, que alagou após forte temporal.

Desde sua regulamentação, em março de 2022, o programa da Prefeitura que prevê indenizações desse tipo fez apenas 1.224 pagamentos para moradores saírem de pontos com perigo de inundação ou deslizamento. No Jardim Pantanal, bairro às margens do Rio Tietê com enchentes desde os anos 1980, ainda não houve ressarcidos. Lá, a gestão Nunes estima 36.537 pessoas nesse perfil – 9.134 famílias.

Sobre o programa de indenizações, a Secretaria de Habitação diz que a modalidade "foi criada para ampliar as alternativas de atendimento às famílias em áreas de risco, com auxílio aluguel até o atendimento definitivo com unidade habitacional ou indenização calculada com base na avaliação do imóvel". ● GONÇALO JUNIOR E ISABELA MOYA

112 mil amanhecem sem luz; Enel diz que reforçou equipes

Ao menos 112 mil imóveis ficaram sem energia elétrica até a manhã de ontem, em razão da forte chuva que atingiu a região metropolitana, incluindo a cidade de São Paulo. Segundo boletim divulgado durante a manhã de quarta pela Enel Distribuição São Paulo, as precipitações afetaram principalmente as zonas norte e oeste do Município.

A companhia disse que reforçou seu plano de ação emergencial com a mobilização antecipada de equipes de campo. "Técnicos da distribuidora atuaram ininterruptamente, inclusive durante a madrugada, e normalizaram o serviço para a maioria dos clientes. No momento (*manhã de ontem*), eles seguem trabalhando para normalizar a energia para os clientes afetados."

Também por causa da chuva de terça ao menos 16 voos foram redirecionados do Aeroporto Internacional de Guarulhos para outros locais, e 5 viagens foram canceladas. Procurada ontem, a GRU Airport, concessionária responsável pelo local, disse que as operações ocorriam normalmente durante a manhã.

PREVISÃO. Os próximos dias devem continuar com muito calor e pancadas isoladas de chuva no fim da tarde. Segundo a empresa meteoblue, há expectativa de temporais para a cidade de São Paulo pelo menos até a próxima terça-feira.

Hoje deve ser mais um dia quente e ensolarado, com máxima acima dos 30°C. Conforme o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), está mantido o alerta para altas temperaturas na cidade de São Paulo. No fim da tarde, a nebulosidade aumenta e há condições para pancadas isoladas de chuva com pontos de até forte intensidade, raios e rajadas de vento.

Próximos dias

Previsão indica que devem continuar com muito calor e pancadas isoladas de chuva no fim da tarde

Na manhã de ontem, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta laranja de perigo para chuvas intensas em trechos do Estado, incluindo a capital paulista. O aviso é válido até a manhã desta quinta-feira. ● RENATA OKUMURA

NICOM
LUGAR DE GENTE MUITO, MUITO FELIZ!
TEL.:(11) 5033-2000
(11) 98200-1400
Incefra-Piso 45x45
Pd-45379 Cx2,32m2
De: 21,90
Por: 16,90
-22%
Incefra
Cortag-Espacador P/
Nivel 1,0mm Natural
C/50 Peças
De: 22,90
Por: 17,90
-21%
Cortag
AMPLO ESTACIONAMENTO: 200 VAGAS
R. ÁTICA, 47
BROOKLIN
SÃO PAULO/SP
VISA
www.NICOM.com.br

Clima e saúde

Onda de calor traz mais riscos a quem tem doença crônica

Temperaturas altas afetam especialmente crianças e idosos e pacientes que possuem doenças renais e cardiopatias

FERNANDA BASSETE
AGÊNCIA EINSTEIN

Com temperaturas que chegam a mais de 40°C em algumas regiões, o fenômeno das ondas de calor não só traz desconforto, mas também sérios riscos à saúde da população – especialmente para crianças e idosos, mais vulneráveis às mudanças bruscas de temperatura, e para quem tem doenças como cardiopatias e renais.

Isso ocorre porque, quando é exposto a altas temperaturas, o corpo humano recorre a mecanismos fisiológicos para tentar reequilibrar a hipertermia e voltar à temperatura regular, que deve ficar entre 35,5°C e 37°C. O primeiro mecanismo é a transpiração, em que o corpo tenta diminuir a temperatura por meio do suor.

O segundo é a vasodilatação, quando os vasos sanguíneos se dilatam numa tentativa de aumentar a troca de calor entre a pele e o ambiente externo, resfriando o corpo. "Juntamente com isso, existe um aumento da frequência cardíaca e a queda da pressão arterial provocada pela vasodilatação", diz o cardiologista Marcelo Franken, gerente de Cardiologia do Hospital Israelita Albert Einstein e diretor da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (Socesp).

DOENÇAS CRÔNICAS. Pacientes cardiopatas, que sofrem com hipertensão ou insuficiência cardíaca, por exemplo, podem ter a condição de saúde agravada pelo estresse térmico. Segundo Franken, essas pessoas vivem num "equilíbrio fino" entre os medicamentos para controle da pressão, diuréticos e a quantidade de água no organismo.

Quando a pessoa perde muito líquido pela transpiração, sofre vasodilatação e a pressão arterial cai. Com isso, pode ser necessário ajustar as doses dos medicamentos ao contexto do calor. Nesses casos, é importante ficar atento à pressão arterial, ao nível de hidratação e a sintomas como moleza e tontura. Muitos cardiopatas convivem com arritmias, que podem piorar nessa situação de estresse – até porque o próprio calor aumenta a frequência cardíaca.

> **Alerta a pacientes**
> **É importante ficar atento à pressão arterial, ao nível de hidratação e a sintomas como moleza e tontura**

Pessoas com insuficiência cardíaca, por outro lado, podem sentir aumento na carga sobre o coração em dias quentes, já que o estresse térmico faz com que o órgão bombeie sangue mais rápido para dissipar o calor do corpo.

O excesso de calor ainda eleva o risco de enfarte e acidente vascular cerebral (AVC), já que desencadeia alterações inflamatórias na corrente sanguínea, associadas à desidratação e à sobrecarga do sistema cardiovascular. Franken reforça a importância de medidas preventivas, como hidratação constante, uso de roupas leves e proteção solar, bem como evitar atividades físicas ao ar livre em períodos mais quentes do dia. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEIS
EXCELENTE TERRENO

VILA AMÁLIA
SÃO PAULO/SP

28/02 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

TERRENO COM 1.000M²

LANCE INICIAL: R$1.520.000

TERRENO APROVADO PARA INCORPORAÇÃO DE PRÉDIO. TERRENO LIMPO E PLANO, DE ESQUINA, COM 1.000M² E PROJETO APROVADO NA PREFEITURA DE SÃO PAULO PARA EDIFÍCIO DE 49 APARTAMENTOS, 100% ENQUADRADOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. PRONTO PARA INCORPORAÇÃO/LANÇAMENTO IMEDIATO.

SÃO PAULO/SP. VILA AMÁLIA. UM TERRENO SITUADO NA RUA ELZA GUIMARÃES Nº 717, ESQUINA COM A RUA TITO NICOLAU, LOTES Nº 102, 103,104 E 105 DA VILA AMÁLIA, COM ÁREA DE 1.000M². MATRÍCULA SOB Nº 154.698 DO 3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP. INSCRIÇÃO MUNICIPAL – 305.020.0105-1. IMÓVEL POSSUI ALVARÁ DISPONÍVEL PARA CONSTRUÇÃO IMEDIATA SOB O NÚMERO 2021/06303-00 PUBLICADO EM 08/10/2021. TERRENO LIMPO E PLANO, DE ESQUINA, COM 1.000M2 E PROJETO APROVADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PARA EDIFÍCIO DE 49 APARTAMENTOS, 100% ENQUADRADOS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. PRONTO PARA INCORPORAÇÃO/LANÇAMENTO IMEDIATO. DESOCUPADO. É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL: 11 - 2464-6460 / CELULAR 11 - 97777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR.

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Religião

Exames de sangue do papa mostram 'ligeira melhora'

Em novo boletim médico, o Vaticano informou ontem que os exames de sangue do papa Francisco, de 88 anos, mostraram "ligeira melhora". O pontífice está internado desde sexta-feira, após sofrer uma semana com bronquite, no Hospital Policlínico Universitário Agostino Gemelli, em Roma.

Com situação de "infecção respiratória polimicrobiana", o quadro clínico foi apresentado como "complexo". Anteontem, o papa foi diagnosticado ainda com pneumonia bilateral. "A condição clínica do Santo Padre é estável. Os exames de sangue, avaliados pela equipe médica, mostram uma ligeira melhora, particularmente nos índices inflamatórios", diz o comunicado de ontem.

Segundo o Vaticano, após o café da manhã, Francisco leu alguns jornais e depois foi trabalhar com seus colaboradores mais próximos. Antes do almoço, recebeu a eucaristia e, à tarde, teve um encontro com a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, com quem passou 20 minutos. ●

Eufrázio

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 11/02

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
0% 26°	80% 27°	45% 23°	7 MM	40 a 95%	21°/27°	20°/26°	20°/26°	19°/28°

SOL: NASCENTE 5h58 / POENTE 18h42

LUA MINGUANTE: MINGUANTE 20/02 14h32; NOVA 28/02 21h44; CRESCENTE 06/03 13h31; CHEIA 14/03 3h54

Regiões do Estado de SP (Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.))

- RIBEIRÃO PRETO: 40% | 14mm | 20°/30°
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: 50% | 1mm | 21°/30°
- ARAÇATUBA: 53% | 15mm | 21°/30°
- PRESIDENTE PRUDENTE: 64% | 2.4mm | 21°/30°
- MARÍLIA: 11% | 3mm | 20°/34°
- BAURU: 11% | 2.3mm | 19°/34°
- ARARAQUARA: 40% | 1.4mm | 20°/34°
- CAMPINAS: 50% | 1.1mm | 18°/34°
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: 67% | 2.9mm | 18°/30°
- LITORAL NORTE: 65% | 4.9mm | 22°/32°
- SOROCABA: 80% | 5.6mm | 18°/34°
- SÃO PAULO: 80% | 4.6mm | 20°/32°
- LITORAL SUL: 80% | 6.4mm | 22°/32°

Ondas 20/02: 2,5m; 1,5m; 1m

Precipitação Média: 100mm; 50mm; 25mm; 10mm; 5mm; 3mm; 1mm

TEMPOnaCidade.com.br
Tecnologia suíça high precision weather

Capitais	CHOVE?	VEL.MÉDIO	MÍN./MÁX.	Capitais	CHOVE?	VEL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	45%	2mm	17°C/30°C	MACEIÓ	55%	3mm	14°C/28°C
BELÉM	90%	11mm	25°C/31°C	MANAUS	80%	1mm	14°C/28°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	21°C/30°C	NATAL	60%	5mm	16°C/29°C
BOA VISTA	20%	0mm	25°C/32°C	PALMAS	65%	6mm	14°C/28°C
BRASÍLIA	0%	0mm	18°C/30°C	PORTO ALEGRE	10%	0mm	22°C/31°C
CAMPO GRANDE	11%	0mm	22°C/32°C	PORTO VELHO	40%	1mm	22°C/30°C
CUIABÁ	60%	6mm	24°C/32°C	RECIFE	25%	0mm	27°C/31°C
CURITIBA	90%	10mm	20°C/27°C	RIO BRANCO	90%	13mm	13°C/28°C
FLORIANÓPOLIS	35%	0mm	22°C/30°C	RIO DE JANEIRO	0%	0mm	16°C/32°C
FORTALEZA	10%	21mm	18°C/29°C	SALVADOR	40%	3mm	18°C/32°C
GOIÂNIA	0%	0mm	22°C/30°C	SÃO LUÍS	80%	18mm	14°C/30°C
JOÃO PESSOA	35%	1mm	26°C/31°C	TERESINA	80%	22mm	22°C/31°C
MACAPÁ	85%	15mm	14°C/30°C	VITÓRIA	40%	3mm	25°C/31°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	23°C/31°C	LOS ANGELES	-5h	10°C/22°C
ATENAS	+5h	5°C/8°C	MADRID	+4h	9°C/17°C
BARCELONA	+4h	13°C/15°C	MIAMI	2h	21°C/27°C
BERLIM	+4h	-2°C/3°C	MONTEVIDÉU	0h	17°C/25°C
BRUXELAS	+4h	5°C/11°C	MOSCOU	+6h	-10°C/-5°C
BUENOS AIRES	0h	18°C/26°C	NOVA YORK	2h	-4°C/2°C
CARACAS	-1h	19°C/26°C	PARIS	+4h	2°C/12°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	13°C/26°C	ROMA	+4h	4°C/12°C
ESTOCOLMO	+4h	6°C/2°C	SANTIAGO	0h	13°C/27°C
GENEBRA	+4h	0°C/8°C	SYDNEY	+14h	19°C/22°C
JOANESBURGO	+5h	11°C/18°C	TEL AVIV	+5h	13°C/18°C
LIMA	2h	22°C/26°C	TÓQUIO	+12h	1°C/7°C
LISBOA	+3h	8°C/17°C	TORONTO	2h	-11°C/-8°C
LONDRES	+3h	3°C/8°C	WASHINGTON	2h	-4°C/2°C

Educação

Conselho deve permitir que cada escola decida sobre onde deixar celular

Decreto federal sobre o veto durante as aulas saiu ontem, mas repassou definição de regras específicas para o CNE

RENATA CAFARDO

O decreto que regulamenta a lei que proíbe celulares nas escolas foi publicado ontem no *Diário Oficial*, mas avança pouco e deixa parte das dúvidas para serem resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A tendência é de que questões como a guarda dos aparelhos fiquem a critério das instituições de ensino.

Umas das indefinições nas primeiras semanas de aula é sobre o local onde os aparelhos devem ficar enquanto os estudantes estão em classe. Muitas redes e escolas particulares têm permitido que os aparelhos permaneçam nas mochilas, enquanto alguns especialistas defendem que haja armazenamento próprio, como armários ou caixas, que deixem o celular inacessível ao aluno.

O texto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) diz que "a forma de guarda dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, para evitar que os estudantes os utilizem durante a aula, o recreio ou os intervalos entre as aulas" deverá seguir "as normas complementares e as orientações emitidas pelo Conselho Nacional de Educação".

Outra polêmica

Permissão ou não de uso no horário de saída, que motivou 'celulódromo', também será discutida

O órgão, que tem um papel consultivo para o Ministério da Educação (MEC), deve divulgar até o fim da semana definições sobre o assunto. O **Estadão** teve acesso ao documento preliminar que foi apresentado no CNE na semana passada e fica claro que a posição é a de deixar a decisão sobre onde armazenar os celulares a critério das escolas.

"A gente não consegue visualizar toda a diversidade, todas as particularidades das escolas brasileiras, então fica difícil a gente estabelecer que a escola tem de guardar o celular na portaria ou que tem de ficar com o professor, ou na mochila. A gente compreende que cada região tem a sua realidade", disse o relator das normas sobre o assunto, Israel Batista. O texto ainda está recebendo contribuições e deve ser votado no CNE hoje.

Outro assunto que deve estar presente nas normas do CNE é a permissão ou não do uso durante horário de saída. Como mostrou o **Estadão**, por causa de procedimentos comuns, como chamar um carro de aplicativo, combinar com os pais sobre onde os filhos serão buscados ou sobre mudanças de planos, algumas escolas passaram a permitir o uso de celulares em locais específicos – "celulódromos".

EM SÃO PAULO. A lei paulista menciona de forma clara que os aparelhos devem ficar em um lugar sem possibilidade de acesso. A deputada estadual Marina Helou (Rede), uma das autoras da legislação, entrou com representação no Ministério Público para vetar a guarda do celular em mochilas. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Cassação de CNH por estacionamento proibido

Reclamação de Daniel Ferreira: "Sou médico e atuo no atendimento de vítimas de violência no interior do Estado. Estou enfrentando a cassação da minha habilitação por um flagrante equívoco por parte da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o que inviabilizará meu deslocamento para os atendimentos necessários, deixando essas vítimas sem suporte médico. A situação que originou essa acusação é absurda e preocupante: fui multado diversas vezes no Município de São Paulo por parar em local proibido. Entretanto, o agente de trânsito registrou em todas as multas 'condutor ausente – condutor foi orientado a retirar o veículo e não tirou'. Como poderia estar ausente e ter sido orientado?"

Resposta: "A CET informa que os condutores e proprietários de veículos podem recorrer das autuações pela Comissão de Defesa de Autuação, ou das penalidades, em primeira e segunda instância, para a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) e para o Conselho Estadual de Trânsito (Cetran)." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Serpente enorme

Escrevem-nos de S. Sebastião de Brotas: Há poucos dias appareceu em uma lagôa da fazenda do Cêrco, propriedade do sr. José Gomes de Figueiredo, neste municipio, uma cobra de grandes dimensões, que em nosso paiz se chama sucury. Tem esse grande reptil 25 palmos de comprimento e 4 de diametro em sua maior largura: é de uma braveza e destreza pouco communs nessa especie de cobras. Foi apanhada por um filho do sr. José Gomes, com uma coragem e sangue frio não vulgar. ●

THEATRO PROVISORIO
ALTA NOVIDADE
Jugar con Fuego
Preço dos bilhetes

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2131 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11) 91123-8351 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

IN MEMORIAM

Laércio Borba - Amanhã, às 12 horas, na Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 31, Centro, Curitiba.

Os filhos **MIRIAM, ADOLFO** e **CLAUDIO**, noras, genro, netos, bisnetos e a saudosa esposa **NELLY** (In memoriam) do QUERIDO e AMADO

MOYSES BOBROW

comunicam com profunda tristeza o seu falecimento. O sepultamento será realizado **AMANHÃ - 21/02 às 12:00h** no Cemitério Israelita do Butantã, onde estará sendo velado a partir de 10:00h.

Cemitério Israelita do Butantã (Matzeiva)

Hans Gunter Flieg - Hoje, às 11 horas, no S R - Q 397 - Sep. 52.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita somente por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

NOTAS E INFORMAÇÕES

Impunidade custa vidas



Relaxamento de prisões de criminosos violentos mantêm a população refém da violência

A repercussão do brutal assassinato do ciclista Vitor Medrado, ocorrido no dia 13 passado, fez a Polícia Civil de São Paulo se movimentar. Em desempenho digno de registro, policiais do 11.º Distrito Policial (Santo Amaro), apenas cinco dias após o crime que chocou os paulistanos, batiam à porta da casa de uma mulher suspeita de liderar uma violenta quadrilha de assaltantes que tem aterrorizado a zona sul da capital paulista.

Suedna Barbosa Carneiro, conhecida na favela de Paraisópolis como "Mainha do Crime", estava em casa quando foi presa. No local, os policiais apreenderam armas, celulares e máquinas de cartão de crédito, além de capacetes e mochilas de aplicativos de entrega que seriam usadas como simulacros pelos criminosos a serviço da tal "Mainha".

Entre os suspeitos de fazer parte da quadrilha estão os dois motociclistas que mataram Vitor no entorno do Parque do Povo, com o intuito de roubar seu celular, sem que a vítima sequer esboçasse reação. A bem da verdade, como se viu pelas imagens de câmeras de segurança da região, o ciclista nem teve tempo de ver a aproximação dos criminosos.

Aos policiais, Suedna, uma velha conhecida da polícia, de acordo com delegado Marcel Druziani, titular do 11.º DP, confessou o crime de receptação, mas negou ter participação na morte de Vitor e de outras vítimas de latrocínio em São Paulo, um crime que, como mostrou o *Radar da Criminalidade* do **Estadão**, aumentou mais de 20% na capital paulista em 2024, em comparação com o ano anterior.

Em que pese o fato de a Polícia Civil ter feito – e bem – o seu trabalho de identificar e prender uma suspeita de patrocinar a prática de um dos crimes mais aterrorizantes que há, o latrocínio, uma pergunta inquieta este jornal e decerto muitos paulistanos. Haja vista a ficha criminal da "Mainha do Crime", por que esta mulher estava solta?

Trata-se de uma dúvida que também paira sobre outro crime horroroso ocorrido na capital paulista há poucos dias, o espancamento de uma senhora de 67 anos por dois homens em uma moto que queriam roubar sua aliança de casamento. Um dos bandidos, identificado como Shymada Freitas Rocha, tem "vasto histórico de crimes dessa natureza", de acordo com uma nota da Polícia Civil. Não obstante suas condenações por crimes violentos, desde ao menos 2023, Shymada já não cumpria pena em regime fechado.

O sistema de segurança pública, para ser eficaz, há de operar, evidentemente, como um todo orgânico. Mais bem dito: não adianta a polícia prender criminosos que, em que pese a gravidade dos delitos de que são acusados, logo são liberados em audiências de custódia por uma filigrana qualquer. De que adiantam condenações pesadas se fatores psicossociais e criminológicos são mal avaliados pelo Judiciário no momento de decisão sobre a progressão dos regimes de cumprimento de pena?

O crime prospera quando grassa a impunidade. Ao flexibilizar a execução das penas e permitir que criminosos perigosos retornem às ruas sem uma análise criteriosa do risco que representam à sociedade, o Judiciário compromete a eficácia do trabalho policial e, sobretudo, a segurança dos cidadãos.●

SOMENTE ONLINE
LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO
VEÍCULOS DE SEGURO | 22/02/25 - 9h30 , ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS



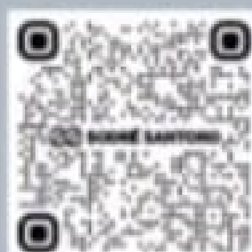








*VISITAÇÃO TODA, TERÇA E SEXTA DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO TELEFONE 11-2464-6464.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

bradesco

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Goiás

Bebê de 2 anos é esquecido em carro por 4h e morre

Salomão Rodrigues, de 2 anos, morreu anteontem, depois de ser esquecido dentro de um veículo por cerca de quatro horas. O caso aconteceu em Goiás, na cidade de Nerópolis, região metropolitana de Goiânia. A suspeita é de que a proprietária de um berçário onde a criança passava as tardes a tenha esquecido no veículo.

Depois de chegar ao local às 13h, a mulher, identificada como Flaviana Souza, esqueceu de retirá-la e só percebeu que a criança estava no carro às 17h, quando pediu socorro.

De acordo com o delegado André Fernandes, a dona do berçário não se apresentou à polícia e foi considerada foragida. Ela foi localizada pela Polícia Estadual Rodoviária horas depois na cidade de Itaberaí, a cerca de 85 km de distância de Nerópolis, e foi autuada em flagrante pelo crime de homicídio culposo. ● CAIO POSSATI

Campeonato Paulista

São Paulo perde de virada para a Ponte e complica a vida do Palmeiras

Desinteressado, time tricolor, que já está classificado para as quartas de final, sai derrotado do Morumbi, resultado que deixa o rival alviverde em situação dramática

RICARDO MAGATTI

A crise do São Paulo e a pressão sobre o técnico Luis Zubeldía aumentaram ontem, graças à derrota de virada para a Ponte Preta, por 2 a 1, em duelo da penúltima rodada da fase de grupos do Paulistão. Instável, apático e incapaz de encontrar alternativas para ao menos deixar o MorumBis com um ponto, o time tricolor fez um primeiro tempo razoável, foi dominado no segundo, etapa em que levou dois gols em 11 minutos, e saiu de campo vaiado.

Só não irritou mais seus torcedores porque o resultado é desfavorável ao arquirrival Palmeiras, que corre grande risco de ser eliminado na fase de grupos do Estadual. A Ponte Preta, vice-líder de sua chave, o Grupo D, tem 22 pontos e está em uma condição confortável. São cinco de vantagem para o time alviverde, desesperado e na iminência de cair precocemente.

O São Paulo soma 16 pontos, está classificado antecipadamente e ainda lidera o Grupo C. O problema é que pode perder a ponta da sua chave para o Novorizontino, que tem 15 pontos e será seu adversário na próxima fase. Quem fechar a fase de grupos na frente decidirá as quartas de final em casa em jogo único – o time do interior eliminou o São Paulo na mesma fase no Paulistão do ano passado.

O primeiro tempo foi morno e de leve domínio do São Paulo, que foi protagonista de alguns dos mesmos problemas das últimas partidas. Um deles foi a ineficiência.

O time até criou, mas só marcou no fim da etapa, com Calleri, com um cabeceio que desviou no ombro após cobrança de escanteio.

FALHAS. O problema é que, instável, a equipe tricolor jogou um péssimo futebol no segundo tempo, foi dominado e levou em 11 minutos a virada da Ponte Preta. O time campineiro se valeu de falhas defensivas do rival, fez o que quis no MorumBis e deixou calada a torcida são-paulina.

Aos três minutos, um erro de todo o sistema defensivo dos anfitriões permitiu que a Ponte Preta empatasse. Jean Dias cruzou, Arboleda desviou e Artur, livre, finalizou com a coxa para as redes. Aos 14 minutos, nova falha da defesa são-paulina deixou Léo Oliveira, Artur e Éverton Brito à vontade para triangular e construir a jogada que resultou no gol da virada e da vitória do time de Campinas.●

11ª RODADA DO PAULISTÃO

SÃO PAULO 1 × PONTE PRETA 2

Gols: Calleri, aos 44 do 1º T; Artur, aos 3, e Léo Oliveira, aos 14 do 2º T.
SÃO PAULO: Rafael; Igor Vinícius (Sabino), Arboleda, Alan Franco (Cédric) e Enzo Díaz (Wendell); Pablo Maia, Bobadilla (Erick), Oscar e Lucas; Luciano e Calleri (André Silva).
Técnico: Luis Zubeldía.
PONTE PRETA: Diogo Silva; Sérgio Raphael (Gustavo Teles), Emerson Santos e Danilo Barcelos; Maguinho (Pacheco), Léo Oliveira, Lucas Cândido, Serginho (Luiz Felipe) e Artur; Jean Dias (Vicente Concha) e Éverton Brito (Bruno Lopes).
Técnico: Alberto Valentim.
Árbitra: Daiane Muniz.
Amarelos: Emerson Santos, Danilo Barcelos, Jean Dias e André.
Renda e Público: Não divulgados.
Local: MorumBis, em São Paulo.

PAULO PINTO SAO PAULO FC

Calleri fez o gol do São Paulo, mas time não manteve a vantagem

Próxima rodada
No domingo, o São Paulo finaliza a primeira fase contra o São Bernardo, fora de casa, às 18h30

Santos passa fácil pelo Noroeste e vê a vaga perto

Depois de marcar seu primeiro gol no retorno ao Santos durante a vitória por 3 a 1 sobre o Água Santa no último domingo, Neymar teve atuação discreta ontem, na Vila Belmiro, mas Alvinegro não precisou do brilho do astro. Tiquinho Soares, Guilherme e Thaciano, que substituiu o camisa 10 no segundo tempo, foram às redes e garantiram vitória por 3 a 0 sobre o Noroeste.

O triunfo mantém a equipe do técnico Pedro Caixinha na liderança do Grupo B, com 15 pontos, mas a classificação às quartas de final ainda não está garantida. Vice-líder, o Guarani tem 12 pontos depois de empatar por 1 a 1 com o Velo Clube. Já o Red Bull Bragantino e a Portuguesa, ambos com 11 pontos, vão a campo hoje, contra Mirassol e São Bernardo.

11ª RODADA DO PAULISTÃO

SANTOS 3 × NOROESTE 0

Gols: Guilherme, aos 48 min do 1º tempo. Tiquinho Soares, aos 11, e Thaciano, aos 32 min do 2º.
SANTOS: Gabriel Brazão; JP Chermont, Gil (Luan Peres), Zé Ivaldo e Escobar (Keyvson); João Schmidt (Tomás Rincón), Gabriel Bontempo (Diego Pituca) e Neymar (Thaciano); Soteldo, Tiquinho Soares e Guilherme. **Técnico:** Pedro Caixinha.
NOROESTE: Felipe Alves; Felipe Rodrigues (Cicinho), Maycon, Rodolfo Filemon e Maycon. Jonatas Paulista (Adriano), Dudu Miraíma, Denner (M. Blade) Thiago Lopes; Pedro Felipe (Jenison) e Carlão. **Técnico:** Allan Aal.
Árbitro: Matheus Delgado Candançan.
Amarelos: Jonatas Paulista, Maycon, Pedro Felipe, Matheus Blade e Rodolfo Filemon, Neymar e JP Chermont.
Renda: R$ 720.142,50
Público: 12.339 pessoas.
Local: Vila Belmiro, em Santos.

Guilherme marcou mais um gol e foi o jogador mais perigoso do time santista.●

BRUNO ACCORSI

Alviverde joga com obrigação de vencer para manter chance

19h30: TNT e MAX

O desempenho ruim e a oscilação na temporada fizeram o Palmeiras chegar à penúltima rodada do Paulistão desesperado. O time de Abel Ferreira joga hoje, em casa, com a obrigação de ganhar o decisivo duelo contra o Botafogo de Ribeirão Preto para não ser precocemente eliminado. A bola rola às 19h30 no Allianz Parque.

O Palmeiras é o terceiro colocado do Grupo D e corre risco de ser eliminado precocemente e não disputar o mata-mata, algo que não acontece desde 2010. São 17 pontos para o time de Abel Ferreira.

O cenário se tornou ainda mais desfavorável depois que a Ponte Preta, vice-líder da chave, venceu o São Paulo no MorumBis, e subiu para 22 pontos. Portanto, uma vitória em casa sobre o rival de Ribeirão Preto é obrigatória para manter o Palmeiras com chance de classificação. Se empatar ou perder, o time estará eliminado e jogará a rodada final da primeira fase sem ambições.●

11ª RODADA DO PAULISTÃO

PALMEIRAS × BOTAFOGO

PALMEIRAS: Weverton; Mayke, Naves, Murilo e Piquerez; Emiliano Martínez, Richard Ríos e Raphael Veiga; Estêvão, Facundo Torres e Flaco López.
Técnico: Abel Ferreira.
BOTAFOGO-SP: João Carlos; Ericson, Edson e Alisson Cassiano; Wallison, Sabit, Gabriel Bispo, Alejo e Gabriel Risso; Douglas Baggio e Alexandre Jesus.
Técnico: Márcio Zanardi.
Árbitro: João Vitor Gobi.
Horário: 19h30.
Local: Allianz Parque.

PAULISTA SÉRIE A1

GRUPO A	PG	J	V	E	D	SG
1º Corinthians	26	11	8	2	1	7
2º Mirassol	16	10	5	1	4	4
3º Botafogo	11	10	2	5	3	-2
4º Inter de Limeira	7	11	0	7	4	-7

GRUPO B	PG	J	V	E	D	SG
1º Santos	15	11	4	3	4	3
2º Guarani	12	11	3	3	5	0
3º RB Bragantino	11	10	3	2	5	-4
4º Portuguesa	11	10	2	5	3	-1

GRUPO C	PG	J	V	E	D	SG
1º São Paulo	16	11	4	4	3	3
2º Novorizontino	15	11	3	6	2	1
3º Noroeste	7	11	1	4	6	-7
4º Água Santa	7	11	1	4	6	-12

GRUPO D	PG	J	V	E	D	SG
1º São Bernardo	22	10	7	1	2	5
2º Ponte Preta	22	11	6	4	1	6
3º Palmeiras	17	10	4	5	1	8
4º Velo Clube	10	11	2	4	5	-4

■ CLASSIFICADOS - OS DOIS PIORES NA CLASSIFICAÇÃO GERAL SERÃO REBAIXADOS

11ª RODADA

03/02			
	Novorizontino	0 x 1	Corinthians
ONTEM			
	Água Santa	2 x 2	Inter de Limeira
	Guarani	1 x 1	Velo Clube
	Santos	3 x 0	Noroeste
	São Paulo	1 x 2	Ponte Preta
HOJE			
18h30	RB Bragantino	x	Mirassol
19h30	Palmeiras	x	Botafogo
21h35	Portuguesa	x	São Bernardo

Libertadores

Corinthians perde gols, sofre 'apagão' e apenas empata na Venezuela

Após bom 1º tempo, Alvinegro se acomoda, leva gol de empate e precisará vencer a Universidad Central em casa para avançar

LEONARDO CATTO

O Corinthians tinha um pé na terceira fase da Libertadores, mas recuou ao sofrer o empate do Universidad Central. A partida terminou com placar de 1 a 1 no Estádio Olímpico de la UCV, em Caracas, na Venezuela. Ontem, o time apresentou um festival de gols perdidos, em chances criadas sem dificuldade. Carillo, após boa jogada de Memphis, fez o gol corintiano, seu primeiro no clube.

A preocupação fica por conta de Raniele. O jogador obrigou que Ramón Díaz fizesse uma substituição já aos 18 minutos de jogo. Ele sentiu dores na coxa direita e chegou a chorar na saída do gramado. Exames de imagem devem determinar a gravidade da lesão e o tempo de afastamento.

A partida de volta será na próxima quarta-feira, na Neo Química Arena. Antes disso, o Corinthians cumpre a última rodada do Paulistão, também em casa, contra o Guarani. A equipe já está classificada, além de ter praticamente garantida a liderança geral, o que permite que o time decida os jogos de mata-mata em casa.

O Corinthians dominou a primeira etapa com muita facilidade. Criou várias chances, mas falhava nas finalizações. Porém, era questão de tempo para que alguma das oportunidades se convertesse em gol. E ele veio quando Memphis gingou na esquerda e acionou Carillo, que aproveitou e fez o gol corintiano.



JUAN BARRETO / AFP

João Pedro jogou bem, mas acabou dando o empate ao adversário

CASTIGO. A segunda etapa continuou com novos gols perdidos. Aos 15 minutos, Yuri Alberto bateu dentro da área, tirando do goleiro, mas por cima da meta. O ritmo ficou cada vez mais lento, e o Corinthians parecia confortável com a vantagem mínima.

Mas a bola puniu. A Universidad Central buscou o ataque, sem nada a perder. Em cruzamento que Hugo, André Ramalho e Matheuzinho pararam na defesa, Zapata cabeceou. Hugo até espalmou, mas a bola bateu em João Pedro e entrou, empatando o jogo.

Os venezuelanos não ficaram satisfeitos com o empate. A equipe buscou pressionar o Corinthians até o final. Foi a Universidad Central que teve mais chutes em direção ao gol no jogo: 6 contra 3 finalizações certas corintianas.

Ramón Díaz ainda respondeu, com pressão para os minutos finais. As entradas de Romero e Coronado, previstas para dar gás ao time, apenas fizeram volume na busca ineficiente por um gol salvador.

É difícil, porém, que a vaga não seja do Corinthians na próxima semana, pois, mesmo jogando mal, o time é bem superior ao adversário. ●

PRÉ-LIBERTADORES - JOGO DE IDA

UNIV. CENTRAL	CORINTHIANS
1	1

Gols: André Carillo, aos 36 do 1º T; João Pedro (contra), aos 29 do 2º T.
UNIVERSIDAD CENTRAL: Miguel Silva; Kendrys, Adrián Martínez, Simarra e Cumana (Carrillo); González e Solé; Sosa (Murillo), Alexander Granko e Cuesta (Magallán); Ortiz (D. Sousa). **Técnico:** Daniel Sasso.
CORINTHIANS: Hugo Souza; Matheuzinho, André Ramalho, João Pedro e Hugo; Martínez, Raniele (Bidon), Carillo (Alex Santana) e Garro (Corornado); Memphis (Talles Magno) e Yuri Alberto (Romero).
Técnico: Ramón Díaz.
Árbitro: Gustavo Tejera (URU).
Amarelos: Alexander Granko e Charlis Ortiz.
Público e renda: Não disponíveis.
Local: Estádio Olímpico de la UCV, em Caracas, na Venezuela.

ESTADÃO



Você ganhou
30% de desconto
na compra de até 2 ingressos
para entrada inteira*

O rei do futebol acaba de **ganhar uma exposição imperdível**, que reverencia a sua majestade, na Multiverso Experience, no **Shopping Eldorado**, de **terça a domingo**, das 10h às 21h.

Use o QR code para comprar seu ingresso e utilize o cupom desconto:
ESTADAO30



(*) Desconto válido apenas para entrada inteira e compra de até dois ingressos com CPF's diferentes.

Tênis

João Fonseca recebe convite para o torneio de Indian Wells

Brasileiro vai entrar direito na chave principal do Masters 1000, que será sua próxima competição, no início de março

FELIPE ROSA MENDES
ENVIADO ESPECIAL / RIO

Um dia após se despedir na estreia no Rio Open, João Fonseca recebeu ontem convite para jogar a chave principal do Masters 1000 de Indian Wells, nos Estados Unidos. Com o chamado "wild card", o brasileiro de 18 anos não precisará jogar o qualifying, a fase preliminar que dá vaga na chave mais importante.

O convite vai reduzir o desgaste físico de Fonseca, que evita, assim, disputar as três partidas do quali. Também receberam "wild cards" a local Venus Williams, a checa Petra Kvitova e o jovem Learner Tien, rival e tenista da mesma geração que Fonseca.

O Masters de Indian Wells começa no dia 5 de março e será o próximo torneio do calendário do brasileiro. Depois, ele disputará o Masters de Miami, a partir do dia 19, já com lugar assegurado na chave principal, com base em seu ranking – é o 68º do mundo. Esta vaga também foi confirmada ontem.

Ao anunciar os convites, a organização de Indian Wells classificou Fonseca e Tien como "estrelas adolescentes em ascensão" no circuito. "Fonseca, de 18 anos, acaba de conquistar seu primeiro título ATP no Argentina Open de 2025, onde se tornou o mais jovem brasileiro a conquistar um título ATP na Era Aberta e o 10º mais jovem titulado na história do Tour", registrou o torneio.

> ***"Quero estar melhor na consistência de jogos, ficar mais sólido durante os jogos. Ainda falta a experiência de jogos como o de ontem (terça), de aprender a fazer do menos o mais"***
> **João Fonseca**, tenista

O carioca ganhou os holofotes do tênis entre o fim do ano passado e o início de 2025. Ganhou dois torneios em sequência e acumulou 14 vitórias consecutivas. No domingo passado, levantou seu primeiro troféu de nível ATP ao se sagrar campeão em Buenos Aires.

Com o título, as expectativas sobre seu desempenho diante dos seus conterrâneos cresceu no início da semana. Fonseca, contudo, acabou sofrendo uma dura derrota em sua primeira, e única, partida no Rio Open. Na noite de terça-feira, foi superado pelo francês Alexandre Müller por 2 sets a 0.

EXPECTATIVA. Em entrevista ontem ao podcast New Balls Please, Fonseca comentou sobre a participação nos Masters 1000 de Indian Wells e Miami. "Vai ser minha primeira vez lá, vai ser uma experiência. É o meu segundo ano como profissional. Obviamente, é um ano que tem mais pressão por defender pontos, quero me manter bem no ranking e até subir."

Para tanto, ele entende que precisa evoluir em termos de regularidade nas partidas. "Quero estar melhor na consistência de jogos, ficar mais sólido durante os jogos. Ainda falta muito a experiência de jogos como o de ontem (terça), de aprender a fazer do menos o mais. Daqui a três anos, quero ter um jogo mais sólido. Confio muito nos meus golpes, mas minha bola em movimento poderia melhorar bastante, principalmente nos saibro", analisou. ●

Racismo

Jean Pyerre, meia do Ypiranga-RS, denuncia racismo nas redes sociais

O meia Jean Pyerre, ex-Grêmio e hoje no Ypiranga-RS, revelou ter sido vítima de racismo nas redes sociais. O jogador expôs as mensagens ofensivas em suas redes, mostrando que o agressor havia lhe pedido uma camisa. Após não ser atendido, um ano depois, o mesmo indivíduo enviou insultos racistas. O jogador afirmou que irá registrar um boletim de ocorrência. ●

Campeonato Inglês

Liverpool busca empate com o Aston Villa e abre oito pontos na liderança

Em jogo adiantado da 29ª rodada da Premier League, o Liverpool empatou por 2 a 2 com o Aston Villa ontem, em Birmingham, ampliando para oito pontos a diferença para o vice-líder, o Arsenal (61 a 53). Salah abriu o placar para os Reds, mas Tielemans e Watkins viraram para o Aston Villa no 1º tempo. No 2º tempo, Alexander-Arnold empatou para o líder do torneio. ●

Champions League

Com show de Mbappé, Real Madrid bate o City de novo e avança às oitavas

Com mais uma atuação brilhante de Mbappé, o Real Madrid, o maior campeão da Champions League com 15 títulos, reafirmou sua força na competição. Após vencer o Manchester City por 3 a 2 na Inglaterra, o time voltou a bater o rival ontem, desta vez no Santiago Bernabéu, por 3 a 1, com três gols do craque francês. Assim, avançou para as oitavas de final da competição. PSG, Borussia Dortmund e PSV Eindhoven também seguem na disputa. Os próximos confrontos serão definidos em sorteio. ●

MANU FERNÁNDEZ/AP



Futebol americano

NFL confirma novo jogo em SP, com a presença dos Chargers

GUSTAVO FALDON
MURILLO CÉSAR ALVES

A National Football League (NFL) oficializou ontem o retorno da liga ao Brasil, após primeira partida realizada na última temporada. Em 2025, o Los Angeles Chargers será o time mandante no jogo a ser disputado na Neo Química Arena, no dia 5 de setembro, na primeira semana da liga na próxima temporada. O adversário dos Chargers não foi revelado.

A oficialização da partida contou com a presença de Ricardo Nunes (MDB), prefeito de São Paulo; Luis Martínez, gerente-geral da liga no Brasil; e Gustavo Pires, CEO da SPTuris. A ideia da prefeitura é tornar a cidade a "capital da NFL na América Latina", mas o contrato, até o momento, foi firmado por apenas mais uma temporada. Para 2026, no entanto, existe a tendência de uma renovação e a intenção de Nunes é ter a NFL na cidade até 2028.

> **Internacionalização**
> **A NFL já fez 55 jogos fora dos EUA na temporada regular: Alemanha, México, Brasil, Inglaterra e Canadá**

"A nossa expectativa é de que possamos firmar um compromisso com a NFL para 2026, 2027, 2028. A gente verdadeiramente espera o reconhecimento da NFL por todo esforço", disse o prefeito.

Na coletiva, Nunes brincou sobre a possibilidade de anunciar o segundo time. "Ainda bem que você me falou (que não poderia revelar). Quase cometi uma gafe", disse, para o CEO da SPTuris. Em 2024, Philadelphia Eagles e Green Bay Packers se enfrentaram na Neo Química Arena. Ambas as franquias são da mesma conferência.

Historicamente, essa é a tendência da NFL para os duelos internacionais. Além disso, a liga costuma evitar confrontos divisionais. Os Chargers já jogaram três partidas de temporada regular internacional, duas em Londres e uma na Cidade do México – a última delas, disputada em 2019. ●

Tênis

Bia Haddad vence nas duplas e vai às quartas de final no WTA 1000 de Dubai

A dupla formada pela brasileira Bia Haddad e pela alemã Laura Siegemund não teve dificuldade para superar a holandesa Demi Schuurs e a norte-americana Asia Muhammad por 2 sets a 0. Elas avançaram às quartas de final do WTA de Dubai e hoje enfrentam a checa Katerina Siniakova e a norte-americana Taylor Townsend, favoritas ao título. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● Liga Europa
Roma x Porto
14h45 / CazéTV
Galatasaray x AZ Alkmaar
14h45 / Band
Fenerbahçe x Anderlecht
17h / CazéTV
● Campeonato Paulista
RB Bragantino x Mirassol
18h30 / Uol Play
Palmeiras x Botafogo-SP
19h30 / TNT e Max
Portuguesa x São Bernardo
21h35 / TNT, Max e Uol Play
● Recopa sul-americana
Racing x Botafogo
Jogo de ida
21h30 / ESPN

TÊNIS
● Rio Open
Oitavas de final
16h20, 19h e 21h/ SporTV e SporTV 3

VÔLEI
● Superliga Feminina
Brasília x Paulistano Barueri
17h45 / SporTV 2
Minas x Fluminense
20h45 / SporTV 2

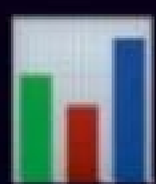
BASQUETE
● NBA
Philadelphia 76ers x Celtics
21h / Prime Video
S.A. Spurs x Phoenix Suns
23h30 / Prime Video

e|investidor
ESTADÃO

e-book gratuito

ONDE *INVESTIR* EM 2025

Você encontrará:


Projeções para o Ibovespa


O que esperar da renda fixa


Empresas para monitorar


Como maximizar dividendos


Criptos para ter no radar

Tudo o que você precisa saber para fazer o seu dinheiro render mais no próximo ano

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito



Arqueologia

Youtuber percorre áreas secretas das pirâmides do Egito

Influenciador obteve autorização especial do governo egípcio e chegou ao ponto mais alto da Pirâmide de Quéops

CANAL MRBEAST



Vídeo de MrBeast teve 70 milhões de visualizações em poucas horas

O influenciador MrBeast documentou uma caminhada inédita de 100 horas pelas pirâmides do Egito, inclusive por locais restritos, aos quais pouquíssimas pessoas já conseguiram ter acesso.

Considerado o maior youtuber do mundo, de acordo com o ranking da *Forbes* do ano passado, o americano James Stephen Donaldson, de 26 anos, se tornou um dos poucos a chegar ao topo da Grande Pirâmide de Quéops.

O projeto começou em dezembro de 2024, quando MrBeast anunciou por meio de suas redes sociais que havia obtido licenças especiais para explorar as pirâmides de Gizé. Essa autorização é extremamente difícil de ser obtida por conta das rígidas regulamentações do governo egípcio.

ÁREAS FECHADAS. No caso do youtuber, foi permitido o acesso não somente às pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos, mas também a áreas arqueológicas fechadas ao público. Em poucas horas, o vídeo com conteúdo exclusivo ultrapassou o marco de 70 milhões de visualizações.

MrBeast realizou a visita inédita às pirâmides acompanhado por sua equipe e também por especialistas em história egípcia, entre eles o ex-ministro de Antiguidades Zahi Hawass e o cineasta egípcio Ramy Romany. O grupo esteve em locais muito pouco conhecidos, como a câmara escondida sob a Esfinge e o túmulo de Osíris. Além disso, chegou à parte mais alta (conhecida até agora) da Grande Pirâmide de Quéops, depois de enfrentar uma revoada de morcegos que interrompeu provisoriamente a escalada. No parte mais alta, a equipe registrou uma inscrição esculpida em pedra, datada de 4.600 anos, onde se lê: "A equipe, amigos, de Quéops", o que, dizem os especialistas, seria uma assinatura dos trabalhadores que atuaram na construção das pirâmides, mais de 4.500 anos atrás.

"Nos últimos 5 mil anos, menos de 50 pessoas chegaram lá em cima", anuncia MrBeast ao começar a subir a escada que leva às câmaras na parte mais alta.

REPERCUSSÃO. A visita de MrBeast às pirâmides reacendeu o interesse internacional nos monumentos do Egito, levando a um aumento no turismo do país. Para especialistas acreditam, essa exposição midiática pode impulsionar investimentos na conservação de sítios arqueológicos e estimular novas pesquisas sobre a civilização egípcia.

A produção do vídeo, porém, também gerou uma discussão ética sobre conceder acesso exclusivo a influenciadores a áreas restritas das pirâmides, enquanto pesquisadores e arqueólogos enfrentam desafios burocráticos na realização de escavações e estudos detalhados.

Segundo o Ministério do Turismo do Egito, a filmagem seguiu toda regulamentação de preservação e a visita não causou danos às estruturas. Conforme alguns especialistas, porém, caso ocorram outras expedições desse tipo, elas deveriam ter supervisão ainda mais rigorosa. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
CASA RESIDENCIAL

MACHADINHO
JARINU - SP

20/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 983,12M²

LANCE INICIAL: R$4.700.000











• 3 VAGAS DE GARAGEM (COBERTAS) • QUADRA DE BASQUETE INDOOR • PISCINA • VARANDA INTEGRADA C/ ESPAÇO GOURMET • SAUNA • QUARTOS COM CLOSET

JARINU/SP, MACHADINHO. CASA, LOCALIZADA NO LOTE 8-A, UNIFICADO DOS LOTES 06, 07 E 08 DA QUADRA 24, DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL LAGOS DE JARINU, NO ENDEREÇO ESTRADA MUNICIPAL PEDRO CONTESINI COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 983,12M², SOB O Nº 107 DA RUA LEMAN E INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº DE 0650.024.0006.00-00, 0650.024.0007.00-0 E 0650.024.0008.00-0. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 147.088 DO OFICIAL DE REGISTO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE ATIBAIA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP - OCUPADO. VISITAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AGENDADAS COM EMERSON (SETOR DE IMÓVEIS), NO TELEFONE (11) 2464-6480 - RAMAL 6460 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6480



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

B24 e B25 **Supermercado.** St Marche recorre à Justiça para conseguir negociar dívidas de R$ 639 milhões

INCLUI CLASSIFICADOS

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N

QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO



DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B28)

Funcionalismo **Paralisação**

Com 2 meses, greve da Receita afeta consumidores, empresas e governo

Pelo menos 75 mil remessas de importação estão paradas, dizem companhias no setor; tribunal administrativo do Fisco tem mais de mil processos acumulados

MÁRCIA DE CHIARA

Dois meses e meio de greve e operação tartaruga dos analistas tributários e dos auditores da Receita Federal e do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda, para reivindicar reajuste salarial provocam estragos para consumidores, empresas e na arrecadação.

Não são só as "blusinhas" importadas que estão com as entregas atrasadas. Indústrias de todos os portes reclamam da falta de componentes e até a arrecadação pode sofrer um revés, num momento em que governo busca recursos para aliviar o déficit fiscal.

Cerca de 75 mil remessas expressas de importação e exportação estão paradas nos terminais alfandegários, segundo estimativas das empresas do setor, relatadas pelo presidente da Frente Parlamentar de Livre Mercado (FPLM), o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP).

Hoje, o tempo de liberação nas aduanas é de 14 dias, para cargas normais, e de sete dias para cargas expressas. Antes da paralisação, gastavam-se de dois a cinco dias para a liberação, segundo Dão Real, presidente do Sindifisco, que representa os auditores fiscais.

> **Julgamentos**
> **Sindicato projeta que processos parados no Carf têm potencial de arrecadar até R$ 94 bilhões**

Por causa da paralisação, 1.120 processos tributários deixaram de ser pautados para julgamento no Carf em janeiro. Isso pode representar uma perda na arrecadação potencial do governo de R$ 51 bilhões, caso a decisão seja favorável à Receita. "Se nada mudar, em fevereiro a Receita deve deixar de julgar processos cuja arrecadação potencial é de quase R$ 94 bilhões", prevê o presidente do Sindifisco.

Tanto as indústrias que importam componentes quanto as que exportam produtos acabados são afetadas, segundo Helcio Honda, diretor jurídico do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), que representa 8 mil indústrias do Estado.

Ele conta que recebe relatos de indústrias de todos os portes. Elas estão reduzindo o ritmo de produção por falta de componentes importados retidos na alfândega desde o fim do ano passado. "Essa situação vai chegar ao bolso do contribuinte, porque tudo é custo e alguém repassa (*para o preço*)", diz Honda.

SALÁRIOS. A paralisação e a operação-padrão que envolve cerca de 7 mil auditores fiscais e 6,5 mil analistas tributários em todo o País começaram no dia 26 de novembro de 2024. O motivo do protesto é a alegada defasagem salarial de 27,46% acumulada entre janeiro de 2019 e dezembro de 2024, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Hoje, o piso salarial de um analista tributário é R$ 13 mil mensais. No caso de um auditor fiscal, o salário-base é de R$ 20 mil. ●

SINDICATOS AFIRMAM QUE GOVERNO ROMPEU ACORDO; MINISTÉRIO NEGA. PÁG. B2

É hoje

Como o biometano está impulsionando a transição energética no Brasil?

Investimento em inovação apoia a indústria nacional e expande o mercado brasileiro de biometano

Convidados: Danilo Maeda, Diretor-geral da Beon ESG; Erik Trench, Diretor de Gases Renováveis da Ultragaz; Raphael Cyjon, Vice-presidente de Estratégia e Transformação da PepsiCo Global Transportes e Frota

Mediação: Eduardo Geraque, Jornalista

20 de fevereiro às 10h

Acompanhe! Acesse o canal e ative o sininho

transmissão ao vivo TV ESTADÃO

@estadão /estadão @estadão @estadão

MEET POINT ESTADÃO THINK

Realização ESTADÃO 150

Produção ESTADÃO BLUE STUDIO

Parceria ELDORADO FM 107.3

Patrocínio ultragaz

ultragaz Com todo o gás, em todo lugar

Mobilidade elétrica: o futuro inevitável da sustentabilidade

ARTIGO

Carlos Roma
Diretor técnico da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE)

Sempre que uma nova tecnologia surge, resistências aparecem. No passado, questionava-se a viabilidade dos automóveis. Hoje, ocorre o mesmo com os carros elétricos.

Quando os primeiros automóveis surgiram, muitos focaram nos desafios: falta de postos, manutenção difícil e viabilidade do transporte. Mas essas barreiras foram superadas e os carros revolucionaram a sociedade, impulsionando a economia, aproximando pessoas e estimulando a inovação.

Agora, vivemos algo semelhante com os veículos elétricos (VEs). Sua implementação é essencial para frear as mudanças climáticas. Os VEs reduzem as emissões do setor de transportes, responsável por 13% do CO_2 global, além de trazerem benefícios à saúde, economia e qualidade de vida.

Segundo a BloombergNEF, veículos elétricos emitem bem menos CO_2 ao longo da vida útil do que os a combustão, mesmo sem energia 100% limpa. Um carro a gasolina libera, em média, 120 gramas de CO_2 por km, enquanto os elétricos não emitem gases ao rodar. O ICCT Brasil aponta que os modelos a bateria reduzem até 67% as emissões de gases de efeito estufa.

Um estudo da Universidade de Berkeley, na Califórnia, observou queda contínua nas emissões de CO_2 na Baía de São Francisco. Entre 2018 e 2022, a poluição veicular caiu 2,6% ao ano. A região se destaca, pois quase 40% dos novos carros registrados em 2023 eram elétricos.

VEs reduzem as emissões do setor de transportes e trazem benefícios à saúde, economia e qualidade de vida

Se olharmos para os ônibus, um estudo da prefeitura de Porto Alegre mostrou que a eletrificação da frota geraria uma economia de R$ 3,7 bilhões até 2050, apenas com abastecimento, além de reduzir custos com poluição do ar, estimados em R$ 9 bilhões anuais para a saúde pública.

Muitos questionam a autonomia dos elétricos, mas a maioria dos motoristas percorre distâncias diárias bem menores do que esses veículos suportam. No início do século 20 também não havia postos de gasolina suficientes, mas a infraestrutura se adaptou à demanda – o mesmo ocorre agora.

Outro ponto comum é a dúvida sobre "pontos de recarga insuficientes". Se conseguimos construir uma ampla rede de combustíveis, por que não fazer o mesmo com eletricidade, de forma mais eficiente e sustentável?

A produção de baterias gera emissões, mas sua reciclagem avança rapidamente. No Brasil, 88% da eletricidade vem de fontes limpas, tornando os veículos elétricos ainda mais sustentáveis.

Em 2024 foram vendidos 397.789 veículos eletrificados no Brasil, um aumento de 88,83% em relação a 2023.

Em 1908, diziam que os carros eram inviáveis. Hoje, sabemos que estavam errados. O mesmo vale para os elétricos. Não são tendência, mas a solução mais lógica e eficiente. ●

CELSO MING VOLTA A ESCREVER NO DIA 27 DE FEVEREIRO

Funcionalismo **Paralisação**

Sindicatos afirmam que governo rompeu acordo; ministério nega

Entidades dizem que governo encerrou negociações após conceder bônus; pasta diz não ter previsão de novas tratativas

MÁRCIA DE CHIARA

Os sindicatos que representam os auditores fiscais (Sindifisco) e os analistas tributários (Sindireceita) afirmam que o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), órgão responsável pela gestão do funcionalismo, descumpriu um acordo com a categoria.

O compromisso fechado com o MGI era de que até julho do ano passado seriam abertas negociações para reajustar os salários dos auditores fiscais e dos analistas tributários. "O governo abriu negociações e fechou acordos com várias categorias do funcionalismo público, mas a nossa carreira ficou sem negociação", disse o presidente do Sindireceita, Thales Freitas.

O motivo da divergência, segundo o presidente do Sindifisco, Dão Real, é que o MGI, apesar de ter assinado o compromisso de negociação do reajuste do salário fixo, mudou de entendimento.

Em janeiro do ano passado, as duas categorias (analista tributário e auditor fiscal) conseguiram a implementação do pagamento de um bônus de eficiência e produtividade nos rendimentos, acordado em 2016 e que não havia sido cumprido.

"Assinamos esse acordo em janeiro de 2024, regulamentamos o bônus de eficiência e, desde o início o MGI entendeu que aquela regulamentação se restringia ao bônus de eficiência, não ao vencimento básico, que representa 90% da remuneração. Tanto é que fez um novo acordo para abrir uma nova mesa de negociação a partir de julho", afirmou Real.

No entanto, diz o presidente do Sindifisco, o MGI passou a interpretar que não caberia mais nenhuma negociação porque a resolução do bônus, que é a parcela variável dos rendimentos, resolveria todos os problemas dos auditores fiscais.

"O MGI está descumprindo unilateralmente o compromisso firmado", disse Real. Segundo o presidente do Sindireceita, a decisão do MGI é muito grave.

"O MGI descumpre o compromisso"
Dão Real
Presidente do Sindifisco

"O governo tem de resolver"
Helcio Honda
Ciesp

"O governo assinou compromisso de que abriria mesa de negociação até julho de 2024 e não sentou para negociar", afirmou Freitas.

RESPOSTA. O MGI informou, por nota, que "o acordo com as entidades representativas dos auditores fiscais da Receita Federal foi fechado em fevereiro de 2024, em uma mesa específica e temporária de negociação que tratou da regulamentação do bônus, com impacto financeiro para os servidores já em 2024 e pactuado até 2026".

O MGI disse ainda que "permaneceu dialogando com o Sindireceita e o Sindifisco Nacional, que foram recebidos em mais quatro ocasiões pelo MGI, entre agosto e novembro de 2024, mas tendo em vista que já houve acordo em 2024, não há previsão de novas negociações com a categoria".

Já a Receita Federal informou que não iria comentar.

O diretor jurídico do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Helcio Honda, disse que a entidade enviou nota ao governo, alertando sobre os desdobramentos da paralisação. "O governo tem de resolver esse problema, tem de abrir um canal de negociação", afirmou o dirigente da indústria. ●

Contas públicas **Impacto no Orçamento**

TCU reverte decisão sobre abono salarial

O Tribunal de Contas da União (TCU) reverteu decisão tomada pela própria Corte no ano passado que alterava a sistemática orçamentária de pagamento do abono salarial. A medida poderia gerar uma pressão de R$ 30 bilhões no Orçamento da União agora em 2025.

A Corte julgou um pedido do governo para reverter a decisão. Em acórdão do dia 27 de março de 2024, o TCU avaliou que incluir a dotação orçamentária do abono salarial apenas no Orçamento de dois anos à frente feria os princípios da legislação. A mudança poderia trazer impacto bilionário aos cofres públicos da União.

Em março de 2021, o conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) alterou a sistemática de pagamento do abono salarial. Antes, uma parte das despesas era prevista no ano subsequente ao trabalhado pelo beneficiário e a outra, dois anos à frente. Com a mudança, todas as despesas com abono passaram a ser incluídas no Orçamento do segundo ano.

De acordo com o TCU, essa nova interpretação permitiu que R$ 7,4 bilhões em despesas obrigatórias fossem suprimidas do Orçamento de 2021, uma vez que os recursos seriam utilizados para o pagamento de parte do abono salarial referente ao ano-base de 2020, que, após a alteração, passou a ter previsão de pagamento apenas em 2022.

No acórdão do ano passado, o entendimento dos técnicos da Corte, acompanhado pelos ministros, era no sentido de que as programações orçamentárias previstas para o pagamento do abono salarial deveriam estar integralmente previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano imediatamente subsequente ao ano-base trabalhado pelo beneficiário, independentemente de serem liquidadas e pagas naquele exercício ou em outros posteriores. O TCU argumentou que os gastos com o benefício são factíveis de serem estimados com antecedência.

Cenário
Se a decisão de 2024 tivesse sido mantida, impacto seria de R$ 30 bi no Orçamento deste ano

Na nova decisão, aprovada em plenário na semana passada, o relator do caso, ministro Jhonatan de Jesus, reiterou que a determinação para que o Orçamento do ano seguinte ao ano trabalhado preveja dotações para o abono salarial apurado no ano-base não possui "justificativa lógica ou prática".

"Dentro desse cenário, de parcos recursos públicos para fazer frente às necessidades da população, a destinação de R$ 30 bilhões do Orçamento de 2025 para cobrir despesas que serão pagas apenas em 2026 certamente comprometerá a integridade de programas de governo que precisam ser empenhados, liquidados e pagos em 2025", diz o acórdão. ● GIORDANNA NEVES e LAVÍNIA KAUCZ/BRASÍLIA

Eufrázio



Do dia a dia ao dia D, conhecer faz diferença.

Em todos os momentos do seu negócio, **fique do lado de quem conhece.**



Financiamento Martelo batido

Consignado privado vai sair sem teto para taxa de juros

Governo e bancos chegam a acordo sobre regras de novo modelo, que deve valer a partir de meados de março

ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

Os bancos já chegaram a um acordo com o governo para destravar o novo modelo de crédito consignado no setor privado. Os quatro pedidos expostos pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), como mostrou o **Estadão**, foram considerados razoáveis pelo Ministério do Trabalho e aceitos pela equipe econômica, segundo interlocutores a par das conversas.

Hoje, o consignado público, para servidores e pensionistas do INSS, tem um teto de juros de 1,8% ao mês. A pedido dos bancos, o consignado privado não terá teto – e, por isso, não será necessário ter garantia do FGTS. A regra atual permanece como está, com a possibilidade de usar 10% do saldo para cobrir dívidas em caso de desligamento do empregado.

A grande dúvida é qual será a taxa de juros do novo consignado. A certeza é de que ela será maior do que o 1,8% do consignado público, já que o empréstimo privado representaria um risco mais elevado para os bancos – mas também será menor do que a média de 2,89% ao mês do consignado privado atual, e muito menor que os 6,09% do crédito pessoal sem garantias.

O que vai definir os juros serão os leilões e a competição entre os bancos, além do contexto econômico do País, como a situação do mercado de trabalho, a taxa de inflação e os juros básicos definidos pelo Banco Central. Tudo isso irá aumentar ou diminuir o apetite dos bancos por esses novos contratos.

MEDIDA PROVISÓRIA. O governo quer acelerar a medida, já que aposta nessa agenda para tentar reverter a queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Taxas
Juros devem ficar entre 1,8% (consignado público) e 2,89% (média do atual modelo privado)

Outras duas apostas nessa frente são a isenção do Imposto de Renda até R$ 5 mil, mas que só valerá para o ano que vem, e a reformulação do Auxílio Gás, para distribuir botijões gratuitamente para famílias de baixa renda.

A expectativa é de que o projeto do consignado privado seja encaminhado ao Congresso via medida provisória em meados de março, com mudança imediata das regras, e seja operado pela plataforma do e-Social – sistema eletrônico do governo que reúne informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de empregadores e empregados.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a afirmar que a proposta poderia ser enviada ao Legislativo antes do carnaval. Procurada, a pasta afirmou que o novo modelo ainda está em fase de elaboração interna e que, portanto, não iria comentar. O Ministério do Trabalho também não se manifestou.

A possibilidade de os clientes utilizarem os próprios aplicativos dos bancos para conseguir acesso ao novo consignado, um dos pleitos da Febraban, deve levar um pouco mais de tempo – cerca de 30 a 45 dias. ●

Projeto prevê liberdade para escolha de banco

O novo modelo do consignado vai permitir que os trabalhadores do setor privado possam fazer um empréstimo em qualquer banco – hoje, é preciso haver convênios entre a empresa e a instituição financeira para ofertar a modalidade.

A ideia é que os trabalhadores possam trocar dívidas mais caras, como um crédito pessoal ou mesmo um consignado antigo, por outras mais baratas, por meio dos leilões de ofertas entre os bancos. Assim, as dívidas antigas terão de ser quitadas com o dinheiro do novo empréstimo, a taxas mais baixas.

Todos os trabalhadores com uma fonte de pagamento formal estarão aptos ao novo consignado. Isso inclui trabalhadores domésticos, rurais e servidores estatutários, que não são regidos pela CLT.

Para os bancos, essas novas linhas serão menos rentáveis, porque terão juros mais baixos, mas haverá um ganho de qualidade nas carteiras de crédito com a redução do risco e expectativa de queda da inadimplência. No longo prazo, o setor financeiro entende que essas linhas terão melhor custo-benefício. ● A.G./BRASÍLIA

FOTO: PEDRO KIRILOS

ESTADÃO 

VODCAST
doispontos

Forme sua **opinião** ouvindo os “Dois Pontos”

Os temas mais atuais e relevantes discutidos por dois especialistas com opiniões distintas ou complementares. A partir de argumentos apresentados por eles, você poderá entender todos os lados e formular a sua opinião.

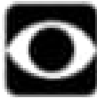
ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code acima.

EPISÓDIOS NOVOS ÀS QUARTAS-FEIRAS, 10H, NO CANAL DO ESTADÃO NO YOUTUBE.

Eufrázio



ITAUTEC S.A.

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da ITAUTEC S.A. ("Itautec"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS (em milhares de Reais)

A Itautec apresentou, ao final do exercício de 2024, lucro de R$133.688 e patrimônio líquido de R$241.354.

Os ativos totais atingiram o montante de R$279.698 representado, substancialmente, pelo montante em Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 5) e Créditos com precatórios (Nota 8).

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	5	37.127	33.209
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	2.285	1.700
Outros ativos	7	558	414
Total Circulante		**39.970**	**35.323**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo		239.728	102.196
Depósitos judiciais	10.4	3.192	3.196
Créditos com precatórios	8	236.207	98.424
Outros ativos	7	329	576
Total não Circulante		**239.728**	**102.196**
TOTAL DO ATIVO		**279.698**	**137.519**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		737	1.523
Obrigações com pessoal		7	4
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9	10.116	-
Outros tributos a recolher		3.722	124
Dividendos	11.3	1.270	21.308
Total Circulante		**15.852**	**22.959**
Não circulante			
Provisões	10	18.414	17.139
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9.2	826	690
Outros tributos diferidos		115	255
Outros passivos	7	3.137	1.426
Total não Circulante		**22.492**	**19.510**
TOTAL DO PASSIVO		**38.344**	**42.469**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	84.253	26.641
Reservas de lucros	11.2	157.101	68.409
Total do Patrimônio Líquido		**241.354**	**95.050**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**279.698**	**137.519**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receitas e despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(10.147)	(4.719)
Outras receitas e despesas	13	64.697	(17.562)
Total das receitas e despesas operacionais		**54.550**	**(22.281)**
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado financeiro e do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**54.550**	**(22.281)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	96.653	82.310
Despesas financeiras	14	(6.236)	(13.049)
Total do Resultado Financeiro		**90.417**	**69.261**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**144.967**	**46.980**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.1	(11.154)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	(125)	47.897
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(11.279)**	**47.897**
Lucro líquido do exercício		**133.688**	**94.877**
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)		11.072	11.072
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		**12,07**	**8,57**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**26.641**	-	**(5.160)**	**21.481**
Lucro líquido do exercício		-	-	94.877	94.877
Destinação do lucro					
Reserva legal	11.2	-	4.486	(4.486)	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do exercício	11.3.1	-	-	(21.308)	(21.308)
Reservas estatutárias	11.2	-	63.923	(63.923)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**26.641**	**68.409**	-	**95.050**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**26.641**	**68.409**	-	**95.050**
Transações com os acionistas					
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	11.1 (a)	42.612	(42.612)	-	-
Aumento de capital por meio de crédito de dividendos	11.1 (b)	15.000	-	-	15.000
Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores	11.2	-	(1.114)	-	(1.114)
Lucro líquido do exercício		-	-	133.688	133.688
Destinação do lucro					
Reserva legal	11.2	-	6.684	(6.684)	-
Dividendos do exercício	11.3.1	-	-	(1.270)	(1.270)
Reservas estatutárias	11.2	-	125.734	(125.734)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**84.253**	**157.101**	-	**241.354**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**133.688**	**94.877**
Total de Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado abrangente	**133.688**	**94.877**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Ajustes para reconciliação do lucro líquido			
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		144.967	46.980
Provisões		(9.585)	978
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		(79.888)	(73.655)
Programa Litígio Zero	10.1.1.1 (i)	(9)	46.679
Créditos com precatórios	8	(58.038)	(35.616)
Perda estimada para créditos com precatórios	8	-	12.768
		(2.553)	**(1.866)**
Variações nos Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		725	2.120
(Aumento) Redução em Outros ativos		1.105	3.918
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		1.459	1.178
Aumento (Redução) em Fornecedores		(785)	145
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		3	(9)
Aumento (Redução) em Outros passivos		10.633	(26.653)
		13.140	**(19.301)**
Caixa proveniente das operações		**10.587**	**(21.167)**
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		(361)	(1.837)
Caixa líquido (aplicado nas) gerados nas atividades operacionais		**10.226**	**(23.004)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre capital próprio pagos	11.3.2	(6.308)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(6.308)**	-
Aumento líquido (redução) de Caixa e equivalentes de caixa		**3.918**	**(23.004)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		33.209	56.213
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		37.127	33.209
		3.918	**(23.004)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itautec S.A. ("Companhia" ou "Itautec") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Itaúsa S.A. ("Itaúsa"), constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Itautec S.A. - Grupo Itautec para Itautec S.A.

A Companhia tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e na prestação de serviços.

A Itautec não é mais uma empresa operacional e a Administração da Itaúsa, na qualidade de acionista controladora da Itautec, se necessário, poderá prover suporte financeiro à Companhia no intuito de garantir o cumprimento de suas obrigações.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis da Itautec foram elaboradas de acordo com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Itautec de cumprir com suas obrigações. Assim, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Itautec na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da Itautec.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos em contrapartida do Resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração se utilize de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em períodos subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Perda esperada de créditos com precatórios (Nota 8);
- Reconhecimento dos tributos diferidos (Nota 9); e
- Provisões, Ativos e Passivos contingentes (Nota 10).

2.5. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o CPC emitiu novas normas e revisões às normas já existentes.

2.5.1. Normas revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis da Itautec não foram impactadas pela revisão das normas: (i) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (Acordos de Financiamento de Fornecedores); (ii) CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"); e (iii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (Classificação de passivos entre circulante e não circulante e classificação de passivos não circulantes com *covenants*).

2.5.2. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2024.

A Itautec não estima impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis nas adoções abaixo:

- **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2025:** (i) CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Procedimentos de conversão para moedas não conversíveis); (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (Alinhamento das normas brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board).
- **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2026:** CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 - Instrumentos financeiros (Questões práticas sobre classificação e mensuração de instrumentos financeiros).
- **Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2027:** IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (Aplicação de requisitos de divulgação reduzidos).

Foi emitida pelo IASB (ainda sem Pronunciamento correspondente emitido pelo CPC) a norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras que substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras, estabelecendo agrupamentos conforme características de similaridade. Adicionalmente, foram implementadas pequenas alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o "lucro ou prejuízo operacional" como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos.

A nova norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, de forma retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis que a Companhia adotou, de forma consistente nos exercícios, estão apresentadas, de maneira resumida, nas respectivas notas explicativas.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Política Contábil

- **Instrumentos financeiros**

São reconhecidos na data de contratação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Ativos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

Custo amortizado: São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado (VJR): São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado.

Periodicamente é avaliada a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em exercícios anteriores.

Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo.

- **Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

- **Valor justo**

É determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados, buscando o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A classificação das mensurações de valor justo é realizada utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e/ou passivos idênticos;

Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A Administração entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

4.1. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras visando assegurar a preservação de liquidez e continuidade dos negócios.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Custo amortizado 31/12/2024	Custo amortizado 31/12/2023	VJ 31/12/2024	VJ 31/12/2023	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	39	34	37.088	33.175	37.127	33.209
Depósitos judiciais	10.4	3.192	3.196	-	-	3.192	3.196
Créditos com precatórios	8	236.207	98.424	-	-	236.207	98.424
Outros ativos	7	887	990	-	-	887	990
Total de Ativos financeiros		**240.325**	**102.644**	**37.088**	**33.175**	**277.413**	**135.819**
Passivos financeiros							
Fornecedores		737	1.523	-	-	737	1.523
Obrigações com pessoal		7	4	-	-	7	4
Dividendos	11.3	1.270	21.308	-	-	1.270	21.308
Outros passivos	7	3.137	1.426	-	-	3.137	1.426
Total de Passivos financeiros		**5.151**	**24.261**	-	-	**5.151**	**24.261**

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo, principalmente, em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros.

(a) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos financeiros mensurados a valor justo são classificados na hierarquia como nível 2.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros a custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrente do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

4.2. Gerenciamento de riscos

4.2.1. Riscos de mercado

Envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das oscilações no mercado.

A Companhia não está exposta a risco significativo em relação à oscilação de taxas de câmbio.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que geram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e o resgate garantido pelo valor da quota no dia de resgate.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

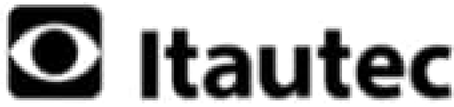
Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apresenta risco significativo de oscilação nos saldos em decorrência de variação de taxas de juros (indexadores).

4.2.2. Riscos de crédito

Compreende a possibilidade de ocorrerem perdas resultante da dificuldade de realização de seus recebíveis e demais créditos. Essa descrição está relacionada, principalmente, à rubrica de Caixa e Equivalentes de caixa e Créditos com precatórios, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelo saldo contábil da rubrica.

(Continua)

Eufrázio



ITAUTEC S.A.

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)*

Na gestão do risco de crédito do: (i) Caixa e Equivalentes de caixa a Companhia estabeleceu limites de exposição e critérios de seleção para contrapartes de operações financeiras conforme classificação de risco (rating). A Administração entende que as operações de aplicações financeiras não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais; e (ii) Créditos com precatórios a Companhia acompanha os históricos de impontualidade nos pagamentos e avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

4.2.3. Riscos de liquidez

Corresponde à possibilidade da Companhia não honrar seus compromissos financeiros nas datas de vencimento por falta de recursos suficientes, em decorrência de descasamentos que possam afetar de forma relevante sua capacidade de pagamento.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Fornecedores	737	-	737
Obrigações com pessoal	7	-	7
Dividendos	1.270	-	1.270
Outros passivos	-	3.137	3.137
	2.014	3.137	5.151

4.3. Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, principalmente, por meio da otimização do custo de capital.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil

O caixa e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado e as aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos, estão mensurados a valor justo.

5.1. Composição

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI e possibilidade de resgate imediato.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	39	34
Aplicações financeiras	37.088	33.175
Total	**37.127**	**33.209**

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

A variação no exercício de R$585 é composta, substancialmente, por ingressos, restituições de tributos, compensações efetuadas e reversão de provisão para perdas anteriormente constituídas.

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros ativos				
Adiantamento para funcionários	-	9	-	-
Despesas antecipadas	367	213	128	192
Outros ativos	191	192	201	384
Total	**558**	**414**	**329**	**576**
Outros passivos				
Honorários advocatícios	-	-	2.989	1.278
Compromisso com ex-acionistas	-	-	148	148
Total	-	-	**3.137**	**1.426**

8. CRÉDITOS COM PRECATÓRIOS

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	8.1	99.825	96.144
Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus	8.2	134.174	-
ICMS/SP atualização de saldo credor	8.3	89.787	89.787
Demais precatórios		2.208	2.280
(-) Provisão para perdas	8.3	(89.787)	(89.787)
Total		**236.207**	**98.424**

8.1. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Refere-se ao crédito de PIS e COFINS advindo do reconhecimento judicial obtido em Mandado de Segurança, no qual pleiteava o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. A decisão tornou-se definitiva após o STF julgar a tese de forma favorável aos contribuintes, em regime de repercussão geral, nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706.

Do valor pleiteado, em 23 de março de 2023 a Fazenda Nacional reconheceu como devido o montante de R$92.805, resultando no reconhecimento contábil do ativo, dos quais R$35.592 corresponde ao PIS e COFINS recuperados, e R$57.213 atualização monetária. Em 31 de dezembro de 2024 o montante atualizado é de R$99.825.

Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela Companhia, inclusive com relação à parcela controversa (Nota 10.3.2.2), cuja avaliação dos assessores jurídicos é de risco remoto.

8.2. Crédito de IPI - Insumos Zona Franca de Manaus

Em setembro de 2022 a Itautec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral (Tema 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP), sendo também definido o critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008).

Em dezembro de 2024, com o reconhecimento pela Fazenda Nacional do valor devido, a Itautec reconheceu o ativo no valor atualizado de R$134.174, dos quais R$58.009 correspondem ao principal, reconhecido em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas" (Nota 13.1) e R$76.165, correspondem a atualização monetária, reconhecido no "Resultado financeiro" (Nota 14.1). Atualmente, aguarda-se a expedição de precatório pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

8.3. ICMS/SP atualização de saldo credor

Refere-se a decisão judicial transitada em julgado reconhecendo à Itautec o direito integral ao crédito de ICMS, pleiteado em ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito, na qual se discutia o direito à atualização monetária sobre saldos credores originados das apurações mensais de ICMS, determinada pela variação da UFESP, no período de janeiro de 1989 a abril de 1993. Baseada no histórico de impontualidade nos pagamentos de precatórios emitidos pelo Estado de São Paulo, a Itautec reconheceu perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) da totalidade dos referidos créditos.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são representados pelos tributos abaixo, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Imposto de Renda e Contribuição Social", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente:

- Correntes, apurados conforme a legislação tributária vigente; e
- Diferidos, apurados sobre os ativos e os passivos fiscais diferidos, representados por diferenças temporárias e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

Os tributos correntes estão apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados. Os tributos diferidos estão apresentados no Não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração. Novas informações podem ser disponibilizadas, podendo alterar o julgamento com relação aos tributos já registrados, reconhecendo estes impactos no exercício em que forem realizadas.

9.1. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Nota	2024	2023
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**144.967**	**46.980**
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)		**(49.289)**	**(15.973)**
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos			
Juros sobre capital próprio		2.523	-
Créditos tributários realizados/(não constituídos)		6.097	37.346
Programa Litígio Zero	10.1.1.1 (i)	11	9.919
Atualização Selic sobre ICMS na base do PIS/COFINS		27.186	20.588
Outros		2.193	(3.983)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		**(11.279)**	**47.897**
Correntes		(11.154)	-
Diferidos		(125)	47.897
Alíquota efetiva		**7,8%**	**22,5%**

Do valor apurado de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes de R$11.154, houve antecipações realizadas no exercício no montante de R$1.038, restando a pagar um saldo de R$10.116.

9.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$68.594 (R$74.688 em 31 de dezembro de 2023), não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização. Referidos créditos, poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para utilização.

Em outubro de 2024, ocorreu o reconhecimento e a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R$11 (R$47.900 em 2023), conforme evento descrito na nota 10.1.1.1 (i).

10. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Política Contábil

- Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As obrigações legais, independente da avaliação da probabilidade de perda, são provisionadas.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As atualizações das provisões e dos depósitos judiciais em garantia são reconhecidas no Resultado financeiro.

- Passivos Contingentes

Não são provisionados, aqueles avaliados como risco de perda possível ou remoto, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

- Ativos Contingentes

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos no período em que a sua realização é praticamente certa.

10.1. Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

10.1.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Nota	Tributários (Nota 10.1.1.1.)	Trabalhistas (Nota 10.1.1.2.)	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022		**41.072**	**7.404**	**1.847**	**50.324**
Causas judiciais					
Constituição		1.451	1.161	-	2.612
Atualização monetária		1.681	438	157	2.276
Programa Litígio Zero	10.1.1.1.(i)	(21.750)	-	-	(21.750)
Reversão		-	(1.632)	(2)	(1.634)
Pagamentos		-	(690)	-	(690)
Conversão em renda (**)		(3.219)	-	-	(3.219)
Subtotal		**19.235**	**6.681**	**2.002**	**27.918**
(-) Depósitos judiciais (*)		**(8.259)**	**(2.520)**	-	**(10.779)**
Saldo em 31/12/2023 líquido de depósitos judiciais		**10.976**	**4.161**	**2.002**	**17.139**
Saldo em 31/12/2023		**19.235**	**6.681**	**2.002**	**27.918**
Causas judiciais					
Constituição		133	781	-	914
Atualização monetária		973	611	221	1.805
Programa Litígio Zero	10.1.1.1.(i)	(27)	-	-	(27)
Pagamentos		-	(1)	-	(1)
Conversão em renda (**)		(6.838)	(3.634)	-	(10.472)
Subtotal		**13.476**	**4.438**	**2.223**	**20.137**
(-) Depósitos judiciais (*)		**(1.723)**	-	-	**(1.723)**
Saldo em 31/12/2024 líquido de depósitos judiciais		**11.753**	**4.438**	**2.223**	**18.414**

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

(**) Baixa definitiva de processos julgados de forma desfavorável à Companhia, com a liberação dos valores depositados em juízo em favor da parte reclamante.

10.1.1.1. Tributários

(i) Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) - "Programa Litígio Zero"

Diante da publicação da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12 de janeiro de 2023 e do Edital de transação por adesão nº 1, de 18 de março de 2024, que estabeleceram a possibilidade de transação tributária de débitos fiscais federais em discussão na esfera administrativa com a possibilidade de liquidação mediante descontos e a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, a Companhia avaliou a oportunidade de redução de seus débitos fiscais e optou pela liquidação em 2024 de 1 processo (34 processos em 2023), com desembolso de caixa no montante de R$7 (R$21.376 em 2023).

(ii) PIS e COFINS

Destaca-se a autuação lavrada em 2015, para cobrança de PIS e COFINS de 2011, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R$77.294 (R$73.017 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R$ 9.795 (R$9.277 em 31 de dezembro de 2023) são classificados com risco provável.

A cobrança advém de: (i) glosa de créditos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de insumos; e (ii) multa por alegado armazenamento incorreto de informações fiscais, em desconformidade ao previsto na Instrução Normativa nº 86/2001.

Em outubro de 2024 o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") anulou parcialmente a autuação. No momento, aguardamos a operacionalização da redução dos valores promovidos por ocasião do referido julgamento pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

10.1.1.2. Trabalhistas

Os processos trabalhistas judiciais e administrativos são provisionados com base na pretensão formulada pelo reclamante e segundo a avaliação dos assessores jurídicos, das provas, documentos e informações transmitidas pela área de recursos humanos e pela área na qual o reclamante estava lotado.

A cada decisão proferida no processo (sentença ou acórdão) os valores contingenciados são revistos periodicamente com a finalidade de tornar a provisão o mais próxima possível do risco efetivo de desembolso por parte da Companhia.

A provisão é atualizada mensalmente pela SELIC para os casos que já ocorreram a citação judicial, ou já tiveram sentença transitada em julgado que não havia previsto índice específico, conforme decisão vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"). Para os processos com sentença transitada em julgado em que consta a previsão expressa do indexador e taxa de juros, aplica-se o índice previsto (Taxa Referencial ("TR") ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E")) acrescido de juros de 1% ao mês.

10.2. Passivos contingentes

A Companhia possui processos em discussão, cuja perda foi avaliada como possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	99.502	96.173
Cíveis	268	872
Total	**99.770**	**97.045**

10.2.1. Tributários

Em 31 de dezembro de 2024 destacam-se: (i) R$59.524 (R$56.473 em 31 de dezembro de 2023) referentes às discussões judiciais e administrativas envolvendo glosa de créditos de PIS e COFINS; e (ii) R$22.930 (R$22.016 em 31 de dezembro de 2023) referentes às discussões administrativas envolvendo indeferimento de compensações realizadas com créditos de tributos federais recuperados judicialmente.

10.3. Ativos contingentes

10.3.1. Prováveis

A Companhia possui ativos contingentes oriundos de processos judiciais que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não se encontram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. O montante aproximado, antes dos tributos e custos relacionados, em 31 de dezembro de 2024 é de R$20.278 (R$155.500 em 31 de dezembro de 2023) e, em caso de resolução favorável, a Administração entende que este valor deverá ser recebido a longo prazo.

A variação no exercício refere-se ao processo de crédito de IPI, decorrente de insumos adquiridos na Zona Franca de Manaus, que teve o reconhecimento do valor devido por parte da Fazenda Nacional, no montante atualizado de R$134.174 (Nota 8.2).

10.3.1.1. Bônus do Tesouro Nacional - ("BTN")

A Companhia obteve decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/90, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito será discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será recebido por meio de precatório judicial.

10.3.2. Possíveis

A Companhia também possui outros potenciais ativos contingentes com probabilidade de êxito classificada como "possível", dentre os quais destacamos os processos abaixo.

10.3.2.1. Sobrepreço na compra de cinescópios e tubos

Em dezembro de 2015, a Itautec ajuizou ação reparatória na Holanda objetivando o ressarcimento de sobrepreço pago na compra de cinescópios e tubos CRT ("Cathode Ray Tubes") utilizados pela Itautec na fabricação de televisores e monitores de computador - CPTs e CDTs - em decorrência da conduta cartelizada, no Brasil e no exterior, pelas respectivas fabricantes, no período entre 1995 e 2007.

Em agosto de 2020 e novembro de 2021 a Companhia celebrou Acordo com as empresas LG Eletronics Inc. (LG), Philips e Technicolor (e suas afiliadas), ocasionando uma recuperação de despesa no montante de R$113.123 reconhecidos na rubrica "Outras Receitas e Despesas".

Em fevereiro de 2024, um dos réus recorreu de decisão favorável para a Companhia, o qual aguarda julgamento perante a Corte da Holanda. O valor da indenização será apurado em sede de perícia.

10.3.2.2. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Refere-se a parcela controversa da ação em que se discute a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 8.1).

Em 31 de dezembro de 2024, a parcela controversa no montante de R$103.953 (R$89.983 em 31 de dezembro de 2023) não foi reconhecida pela Fazenda Nacional sob o argumento de que foram valores recolhidos via compensação ou oriundos de saldo credor que não podem compor o indébito tributário. A Itautec apresentou defesa demonstrando a regularidade das compensações e da formação do saldo credor e aguarda julgamento perante a Justiça Federal de São Paulo.

10.4. Depósitos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	3.116	3.079
Trabalhistas	76	117
Total	**3.192**	**3.196**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O Capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 é de R$84.253 (R$26.641 em 31 de dezembro de 2023) representado por 11.072.186 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Eventos 2024

(a) Em 30 de abril de 2024, os acionistas deliberaram o aumento do Capital social com integralização de Reservas de lucros no montante de R$42.612 (Nota 11.2).

(b) Em 20 de dezembro de 2024, os acionistas deliberaram o aumento do Capital social por meio de crédito originário do dividendo declarado pela Companhia, em 12 de dezembro de 2023, no montante de R$15.000 (Nota 11.3.2).

11.2. Reservas

	Nota	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária Reserva especial	Total
Saldo em 31/12/2022		-	-	-
Constituição		4.486	63.923	68.409
Saldo em 31/12/2023		**4.486**	**63.923**	**68.409**
Constituição		6.684	125.734	132.418
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores		-	(1.114)	(1.114)
Capitalização de Reservas	11.1 (a)	-	(42.612)	(42.612)
Saldo em 31/12/2024		**11.170**	**145.931**	**157.101**

(a) Reservas de lucros

- **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.
- **Reserva estatutária especial:** compreende o saldo remanescente do lucro líquido do exercício com as seguintes finalidades: (i) o exercício do direito preferencial de subscrição em aumento de capital das empresas participadas; (ii) futuras incorporações desses recursos ao capital social; e (iii) pagamento de dividendos intermediários. Esta reserva está limitada a 80% do Capital social.

11.3. Destinação do resultado e Dividendos e Juros sobre capital próprio

11.3.1. Destinação do resultado

	2024	2023
Lucro líquido	133.688	94.877
Absorção de Prejuízos acumulados	-	(5.160)
(-) Reserva legal	(6.684)	(4.486)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	**127.004**	**85.231**
Dividendo mínimo obrigatório (*)	**1.270**	**21.308**
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	1.270	21.308
Reservas de lucros	125.734	63.923
	127.004	85.231
% bruto pertencente aos acionistas	**1,0%**	**25,0%**

(*) Em 20 de dezembro de 2024 os acionistas aprovaram a redução do percentual do dividendo obrigatório de 25% para 1%.

11.3.2. Dividendos e JCP a pagar

Política Contábil

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, podendo ser imputado ao dividendo obrigatório a modalidade JCP. Qualquer valor acima do dividendo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os dividendos e o JCP são reconhecidos como passivo quando da sua deliberação em contrapartida do patrimônio líquido.

A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:

	Nota	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2022		-	-	-
Dividendos do exercício		21.308	-	21.308
Saldo em 31/12/2023		**21.308**	-	**21.308**
Capitalização de dividendos	11.1 (b)	(15.000)	-	(15.000)
Dividendos do exercício		1.270	-	1.270
JCP de exercícios anteriores		(6.308)	6.308	-
Pagamentos		-	(6.308)	(6.308)
Saldo em 31/12/2024		**1.270**	-	**1.270**

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Nota	2024	2023
Serviços de terceiros		(471)	(215)
Seguros		(230)	(366)
Arquivamento de documentos		(678)	(715)
Despesas com pessoal - Benefícios		(864)	(820)
Remediação ambiental		-	(1.136)
Honorários advocatícios e assessoria jurídica	12.1	(7.777)	(1.377)
Outras despesas		(127)	(90)
Total		**(10.147)**	**(4.719)**

12.1. Honorários advocatícios e assessoria jurídica

A variação é decorrente, substancialmente, dos custos associados: (i) ao êxito obtido em processo judicial (Nota 8.2); e (ii) às provas técnicas apresentadas em processo judicial (Nota 10.3.2.1).

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Nota	2024	2023
Créditos com precatórios	13.1	58.038	35.592
Recuperação de despesas		1.486	154
Programa Litígio Zero	10.1.1.1 (i)	-	(40.654)
Provisão para perda no valor recuperável (Créditos com precatórios)	8.3	-	(12.768)
Reversão de perda com tributos	13.2	6.389	364
Provisões com processos		(1.356)	(328)
Despesas tributárias		(4)	(18)
Outros		144	98
Total		**64.697**	**(17.562)**

13.1. Créditos com precatórios

Em 2024, do montante de R$58.038, R$ 58.009 refere-se ao reconhecimento inicial do crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus (Nota 8.2).

Em 2023, a totalidade do saldo refere-se ao reconhecimento inicial da atualização de créditos oriundos de PIS e COFINS vinculados à exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições (Nota 8.1).

13.2. Reversão de perda com tributos

Em 2024, a Companhia obteve restituição de tributos, junto a RFB, no montante de R$8.511 resultando na reversão da perda anteriormente reconhecida no montante de R$4.665.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		4.460	6.016
Variação cambial ativa		19	3
Juros e descontos obtidos		-	138
Programa Litígio Zero	10.1.1.1 (i)	9	-
Atualização de depósitos judiciais		1.990	632
Créditos judiciais e administrativos	14.1	86.854	73.969
Outras atualizações monetárias		3.321	1.528
Outras receitas financeiras		-	24
		96.653	82.310

(Continua)

Eufrázio

Itautec

ITAUTEC S.A.

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)*

	Nota	2024	2023
Despesas financeiras			
PIS/COFINS sobre receita financeira		(4.317)	(3.744)
Variação cambial passiva		(57)	(6)
Atualização de provisões com processos	10.1	(1.805)	(2.276)
Outras atualizações monetárias		(49)	(117)
Programa Litígio Zero	10.1.1.1 (i)	-	(6.872)
Outras despesas financeiras		(8)	(34)
		(6.236)	(13.049)
		90.417	69.261

14.1. Créditos judiciais e administrativos

Em 2024, do montante de R$86.854, R$76.165 refere-se ao reconhecimento inicial do crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus (Nota 8.2).

Em 2023, do montante de R$73.969, R$57.213 refere-se ao reconhecimento inicial da atualização de créditos oriundos de PIS e COFINS vinculados à exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições (Nota 8.1).

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

15.1. Planos de previdência privada

A Companhia faz parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social e regulada pelos órgãos competentes.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida - PAI - CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

15.1.1. Plano de Contribuição Definida - Plano CD

O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores.

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2024 com 1.336 participantes (1.381 em 31 de dezembro de 2023), sendo 1 ativo, 344 assistidos e 991 vinculados.

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas.

A Companhia não realizou contribuições nos exercícios de 2024 e 2023 por não haver colaboradores contribuintes do Plano CD e, caso houvesse, a Companhia utilizaria o Fundo Previdencial.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com o regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras. O saldo do Fundo Previdencial em 31 de dezembro de 2024 é de R$1.163.873 (R$1.087.986 em 31 de dezembro de 2023).

15.1.2. Plano de Benefício Definido - Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Devido a posição superavitária do plano, a Companhia não espera realizar contribuições no exercício de 2025.

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Saldo inicial	(65.280)	103.502	(38.222)	-	(69.456)	104.088	(32.345)	2.287
Custo do serviço corrente	(2)	-	-	(2)	(2)	-	-	(2)
Juros	(5.749)	9.300	(3.551)	-	(6.346)	9.571	(3.102)	123
Retorno sobre os ativos do plano	-	(9.664)	-	(9.664)	-	95	-	95
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	(420)	-	-	(420)	5.096	-	-	5.096
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	5.490	-	-	5.490	(1.769)	-	-	(1.769)
Mudança no superávit irrecuperável	-	-	4.596	4.596	-	-	(2.775)	(2.775)
Contribuições pagas pelas patrocinadoras empresa	-	-	-	-	-	(3.055)	-	(3.055)
Benefícios pagos	6.841	(6.841)	-	-	7.197	(7.197)	-	-
Saldo final	(59.120)	96.297	(37.177)	-	(65.280)	103.502	(38.222)	-

16. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A Companhia segue a "Política para Transações com Partes Relacionadas", estabelecida pela sua controladora Itaúsa, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar ou pagos à Itaúsa (Nota 11.3), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

	Natureza	Relacionamento	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Itaú Unibanco	Conta corrente	Controle comum exercido pela Itaúsa	21	21
Total			21	21
Resultado				
Despesas gerais e administrativas				
Itaú Corretora	Prestação de serviços de escrituração de ações	Controle comum exercido pela Itaúsa	(21)	(21)
Itaúsa	Despesa de aluguel	Controladora	-	(12)
Total			(21)	(33)

A Companhia possui garantias prestadas pela Itaúsa, representadas por operação de aval garantidor de seguro garantia em processos judiciais, em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$57.072 (R$54.959 em 31 de dezembro de 2023).

17. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

	2024	2023
Atividades de financiamento		
Dividendos deliberados não pagos	1.270	21.308
Aumento de capital por meio de crédito de dividendos	(15.000)	-
Total	(13.730)	21.308

DIRETORIA

Maria Fernanda Ribas Caramuru — Priscila Grecco Toledo — Ricardo Egydio Setubal

CONTADORA

Sandra Oliveira Ramos Medeiros
CRC 1SP 220.957/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Itautec S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Itautec S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Guerra comercial Pressão americana

País comprou dos EUA 11,8% a mais do que vendeu em 10 anos

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços indicam que, em um recorte temporal iniciado em 2014, as importações brasileiras de produtos vindos dos Estados Unidos foram 11,85% superiores às exportações.

A balança comercial entre os dois países ganhou relevância nos últimos dias diante do anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, de elevar a tarifa sobre importações dos EUA. As investidas de Trump nas transações comerciais têm alimentado, entre analistas e governantes, o receio de uma guerra comercial global.

Na soma do período, as exportações do Brasil para os EUA chegaram a US$ 337,8 bilhões; e as importações, a US$ 377,8 bilhões. O saldo da balança comercial no período indica que o Brasil comprou US$ 40 bilhões a mais do que vendeu para os Estados Unidos.

> **Superávit**
> **Em 10 anos, exportações do Brasil para os EUA chegaram a US$ 337,8 bi; as importações, a US$ 377,8 bi**

Estudo do banco Itaú aponta que, em uma nova rodada de conflito comercial, os impactos positivos para o comércio brasileiro podem ser mais limitados, enquanto as consequências negativas tendem a ser maiores. "Na primeira guerra comercial de Trump (*durante seu primeiro mandato*), em termos relativos, o Brasil acabou sendo beneficiado. Em primeiro lugar, a gente não pagou tarifas. O setor do aço chegou a ser cogitado, mas (*os EUA*) desistiram. O fato é que o País performou muito bem, dado que outros países estavam pagando tarifas", afirma Igor Barreto Rose, economista do Itaú e responsável pelo estudo. O trabalho ainda teve a autoria de Julia Marasca, também economista do Itaú.

"E, na outra ponta, a China retaliou as tarifas americanas e passou a comprar menos produtos do agro. O Brasil se beneficiou vendendo mais produtos para os chineses. Nos beneficiamos nas duas pontas", acrescenta Igor.

"No cenário atual, há chances de uma tarifa em cima do Brasil", afirma Igor. Entre os riscos apontados pelos economistas do banco está o fato de Trump utilizar as tarifas como instrumento de negociação. Existe a possibilidade de que o governo chinês feche acordo com os EUA para comprar mais produtos americanos. Em 2020, eles chegaram a assinar um acordo comercial. "Se esse for o caso, é um risco negativo para o Brasil, porque a China passaria a comprar mais soja dos EUA e, portanto, menos do Brasil", afirma Igor. ●

BALANÇA COMERCIAL ENTRE O BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Importações brasileiras superaram as exportações em todos os anos desde 2014

EM BILHÕES DE US$ — IMPORTAÇÕES — EXPORTAÇÕES

60
50
40
30
20
2014
2024
40,58
40,33

FONTE: SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / INFOGRÁFICO ESTADÃO

FEDERAÇÃO DE SERVIÇOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FESERV/SP

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente da entidade de segundo grau supra, inscrita no CNPJ sob nº 49.138.265/0001-28, convoca o Conselho de Representantes dos Sindicatos filiados em condições de votar, para participarem da AGE a ser realizada no dia 27/02/2025 às 11h, com quórum de 1/3 (um terço), na Rua Professor Tamandaré Toledo nº 69, 3º andar, conjunto 301, Itaim Bibi, CEP 04532-020, São Paulo/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) filiação à Confederação Nacional de Serviços – CNS (CNPJ: 07.127.560/0001-50). São Paulo/SP, 20 de fevereiro de 2025. Luigi Nese – Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19 3818-4505 / 19 3891-4485

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 04/2025

O Consórcio Intermunicipal de Saúde "8 de Abril", com endereço à Rua Dr. José Alves, 403, Centro, Mogi Mirim/SP, CEP 13.800-050, Telefone (19) 3891-4505 / 3891-4485, e-mail compras@conit.gov.br, realizará o Pregão Eletrônico 04/2025 (Lei Federal 14.133/2021), com vistas a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos para Sistema de Comunicação Digital PTToC de banda larga (3G / 4G LTE e Wi-Fi) com comunicação instantânea de voz (PTT – Push-To-Talk) e dados em pleno funcionamento, compreendendo o fornecimento de equipamentos, materiais, serviços de instalação, programação, manutenção e demais insumos, para comunicações de voz operacionais sem fio entre as equipes do SAMU da Baixa Mogiana. O início do cadastro das propostas financeiras será às 9:00 horas do dia 20/02/2025. O término do cadastro das propostas financeiras será às 9:00 horas do dia 10/03/2025. A abertura das propostas financeiras será às 9:15 horas do dia 10/03/2025. O início da disputa de preços será às 9:30 horas do dia 10/03/2025 na plataforma eletrônica https://novobbmnet.com.br/. Todas as referências de tempo do edital, aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF. O edital e anexos poderão ser baixados em www.conit.gov.br. Mogi Mirim/SP, 19/02/2025.

PORTO DE SANTOS – AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. | MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS | GOVERNO FEDERAL – BRASIL – UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO

Audiência Pública

A **Autoridade Portuária de Santos (APS)** e a **Frente parlamentar Mista dos Portos Nacionais** informam que a audiência pública para debater a ampliação das áreas destinadas a pátios reguladores de caminhões e os futuros condomínios logísticos do Porto de Santos foi reprogramada. O evento, anteriormente previsto para o dia 26 de fevereiro, será realizado no dia **14 de março, às 17 horas, no auditório da APS**.

Informamos que toda a sessão também será transmitida via streaming pela internet, gravada e disponibilizada no canal da APS no "Youtube".

ANDERSON POMINI
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, URBANOS E DAS INDÚSTRIAS DE CANA DE AÇÚCAR DE ARARAQUARA E REGIÃO

Rua Dr. Freire Junior, nº 43 – Vila Furlan – Araraquara – SP
FONE: (16) 3322-4311 E-MAIL – sindrod2021@gmail.com
CNPJ 57.712.234/0001-89

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados todos os associados integrantes da categoria representada pelo Sindicato supra mencionado, da referida Entidade, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária que será realizada na sede do referido Sindicato, à Rua Dr. Freire Junior, nº 43, Vila Furlan, em Araraquara/SP, no dia 24/02/2025, às 09h00 horas, em primeira convocação, ou não atingindo o quórum necessário, às 09h30min, em Segunda convocação para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:**

1º) aprovação ou não da compra de um veículo para prestação de serviço da Entidade Sindical;
2º) outros interesses da categoria.

Araraquara, 20 de Fevereiro de 2025
Rogério Adriano Bandeira
Presidente

Ref.: Processo Siafem n.º 2025013035
Processo SEI nº 058.0000.5220/2025-01
Int.: Delegacia Seccional de Polícia de Franco da Rocha
Ass: LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO
OBJETO: Aquisição de papel sulfite

Encontra-se aberta na Delegacia Seccional de Polícia de Franco da Rocha/SP, licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO de nº 9004/2025, objetivando adquirir papel sulfite.

Recebimento/entrega das propostas: via Internet, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br, iniciando o recebimento das propostas até às 10:30:00 horas do dia 06/03/2025.
O Edital na íntegra encontra-se disponível no mesmo endereço eletrônico.

Franco da Rocha, 18 de fevereiro de 2025.
Alex Galiano Junior
DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA
UGE 180273

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 45ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora De Direitos Creditórios Do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 45ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos Cláusula 14.3.1. do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 45ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Diversificados*" ("Termo de Securitização"), conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia 12 de março de 2025, às 15:45 horas, exclusivamente de forma digital inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário ou caso não seja atingido o quórum mínimo para instalação/deliberação, a realizar-se 2ª (segunda) convocação no dia 24 de março de 2025, às 10:45 horas, exclusivamente de forma digital inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA em Circulação que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia de Titulares de CRA. (ii) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Titulares dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br, cri@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade com foto; 2. quando pessoa física por procurador, procuração válida assinada física ou digitalmente; documento de identificação com foto válido do outorgante; e documento de identificação com foto válido por procurador; 3. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 4. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador consolidado, da documentação societária outorgando poderes de representação; documentos de identidade com foto dos representantes legais; e 5. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação destes Titulares de CRA via instrução de voto a distância.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da Série Única da 111ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 111ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.2 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 111ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia 13 de março de 2025, às 11:15 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia 24 de março de 2025, às 11:30 horas, exclusivamente de forma digital inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores, em segunda convocação. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria dos presentes na Assembleia. (ii) A Assembleia Especial De Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA, com qualquer número. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria dos presentes na Assembleia. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortx.com.br dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. (vi) O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website https://ecoagro.agr.br/ e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRA ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação indicados no item "iv" acima, se for o caso.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da 85ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 85ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.4. do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 85ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Fazenda da Toca Ltda*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia 13 de março de 2025, às 10:30 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não seja atingido o quórum de instalação, no dia 24 de março de 2025, às 11:15 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores, em segunda convocação. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (ii) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de com qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. (vi) O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website https://ecoagro.agr.br/ e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRA ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação indicados no item "iv" acima, se for o caso.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da 153ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 153ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.2 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª (terceira) Séries, da 153ª (centésima quinquagésima terceira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia 13 de março de 2025, às 11:15 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia 24 de março de 2025, às 11:45 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores, em segunda convocação. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, em primeira convocação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRA em Circulação. (ii) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA, com qualquer número. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, com a presença de Titulares que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA, desde que presentes à assembleia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortx.com.br, dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. (vi) O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website https://ecoagro.agr.br/ e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRA ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação indicados no item "iv" acima, se for o caso.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM:
ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO 107,3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast



Alvaro Gribel *E-mail: alvaro.gribel@estadao.com; X: @alvarogribel*

Golpe teria sido tragédia econômica

Disparada do dólar, fuga de capitais e rebaixamento imediato da nota de risco do País, que tenderia a ser classificada como "lixo" pelas principais agências. Inflação, recessão, alta dos juros e expulsão de blocos comerciais, como o Mercosul. Esse é apenas um pedaço da extensa lista de efeitos colaterais do que seria o dia seguinte a um golpe de Estado no Brasil. A ruptura da ordem democrática seria uma tragédia não apenas política, mas levaria ao caos econômico.

A denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, sobre uma suposta tentativa de golpe por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro indica o quanto o País esteve à beira do precipício. A decretação do estado de sítio e a anulação das eleições de 2022 jogariam o País em uma incerteza que os modelos econômicos não teriam capacidade de avaliar. Essa falta de clareza à frente levaria a uma paralisia nos investimentos, com impacto na Bolsa e na economia real.

As maiores economias do planeta não reconheceriam o governo golpista, provocando a disparada do dólar, da inflação e o descontrole financeiro. O aumento do risco levaria o capital internacional a deixar o País, incluindo grandes fundos de investimento e fundos de pensão, que hoje seguem regras de compliance e que não aceitariam a ruptura democrática.

> *Ruptura da ordem democrática teria efeitos colaterais sobre a economia no curto e longo prazos*

A resistência ao golpe não seria apenas externa, mas principalmente interna, com efeitos sobre a economia real e o nível de atividade. Greves gerais e protestos organizados pelas redes sociais levariam a um aumento da repressão sobre opositores do regime, com a prisão de políticos, censura e fechamento de jornais. A intervenção no Supremo Tribunal Federal (STF) levaria à desordem jurídica e quebra de contratos.

O paralelo com o que houve com a economia após o golpe de 1964 não encontra respaldo no momento atual, já que o contexto internacional é outro. A economia brasileira, hoje, é globalizada, mais integrada às cadeias de suprimento e mais dependente dos fluxos de capitais e do comércio internacional.

O risco fiscal – ao contrário do que muitos possam imaginar – seria agravado no curto, médio e longo prazos, já que regimes autocráticos dependem do populismo econômico para se manter no poder.

Se houve tentativa de golpe ou não, caberá ao Supremo julgar, com amplo direito de defesa aos acusados. A certeza é de que a economia seria fortemente atingida, com efeitos colaterais que poderiam levar décadas para serem superados. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Denis Lerrer Rosenfield **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SÁB.** Fabio Giambiagi ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Economia Aplicada **Instituto da FGV**

Referência em análises, Ibre corta salários e demite

O Instituto Brasileiro de Economia da FGV reduziu em 50% o salário de alguns pesquisadores e economistas e demitiu outras dez pessoas. Criado em 1951, o Ibre é considerado um dos principais centros de debates econômicos do País. Os cortes afetaram pesquisadores em Economia Aplicada. Entre os pesquisadores, há agora preocupação sobre a continuidade da publicação desse material.

O Ibre informou que "ajustes institucionais isolados, como adoção de política salarial e dimensionamento de equipe aderente à realidade do País, são naturais em qualquer instituição, notadamente aquelas entidades sem fins lucrativos, como é o caso da FGV, que devem zelar pela mais eficaz aplicação de suas receitas em suas funções estatutárias". Também afirmou que não haverá "descontinuidade" de pesquisas. ● LUIZ GUILHERME GERBELLI

IMPERDÍVEL | LEILÃO DE IMÓVEIS

SALAS COMERCIAIS

13/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

EDIFÍCIO INCONFIDENTES
CENTRO - RJ
INDIVIDUAL



LANCE INICIAL R$250.00,00

Rio de Janeiro/RJ. Bairro Centro. Sala Comercial nº 401 do Edifício Inconfidentes, com 93,00 m² de área construída, situado na Avenida Graça Aranha nº 19. Matrícula sob nº 12926-2-AD do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.

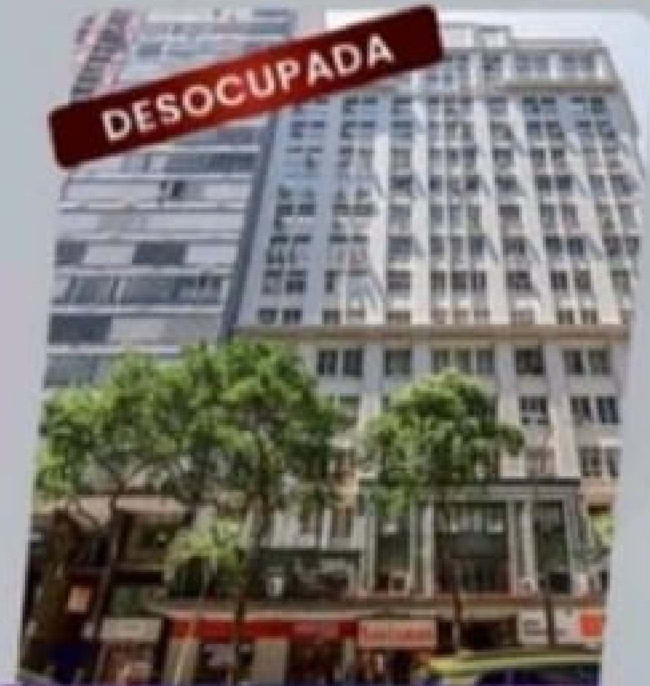


LANCE INICIAL R$730.00,00

EDIFÍCIO MONTREAL
CENTRO - RJ
5 SALÕES

Rio de Janeiro/RJ. Bairro Centro. 8º Pavimento do Edifício Montreal, com 398,00 m² de área construída, composto de 5 salões, situado na Av. Presidente Vargas nº 509. Matrícula sob nº 20380 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.

EDIFÍCIO GUINLE
CENTRO - RJ
8 SALAS



LANCE INICIAL R$550.00,00

Rio de Janeiro/RJ. Bairro Centro. Oito salas com 349,00 m² de área construída, assim compostas: Sala nº 312 - Matrícula sob nº 15362-2-Z, Sala nº 313 - Matrícula sob nº 15363-2-AA, Sala nº 314 - Matrícula sob nº 15364-2-AB, Sala nº 315 - Matrícula sob nº 15365-2-AC, Sala nº 316 - Matrícula sob nº 15366-2-AC, Sala nº 317 - Matrícula sob nº 15367-2-AE, Sala nº 318 - Matrícula sob nº 15368-2-AF, Sala nº 319 - Matrícula sob nº 15369-2-AG. Todas as matrículas do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. Todas as salas no Edifício Guinle, situado na Avenida Rio Branco nº 135.

Visitas deverão ser previamente agendadas no Setor de Imóveis com o Emerson, pelo telefone: (11) 2464- 6460 ou por meio do e-mail of@sodresantoro.com.br.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

sabesp

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp

Companhia Aberta

CNPJ nº 43.776.517/0001-80 - NIRE nº 35.3000.1683-1

Id Sabesjur: 33717

Data de Disponibilização: 11/02/2025

Data de Publicação: 11/02/2025

12ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

cadastro imobiliário: 1765/039 Comarca: Fazenda Pública/Acidentes RELAÇÃO Nº 0043/2025 Processo 0032911-52.2013.8.26.0053 - Procedimento Comum Cível - Servidão Administrativa - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP - Vera Sylvia Barbuy Masumoto e outro - Vistos. Manifestem-se as partes sobre os esclarecimentos periciais (fls. 390/393), no prazo de 15 dias. Fls. 398/399: cumpra-se a publicação do edital em grande jornal de circulação para que terceiros possam tomar conhecimento do processo, conforme determinado. Após, conclusos. Intimem-se. - ADV: ANALUCIA KELER (OAB 149615/SP), LUIZ FERNANDO MAFFEI DARDIS (OAB 246461/SP), EVZEN CHADARNIEK DEMIDOV MORAES DA SILVA TOQUETON (OAB 408257/SP).

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03 I NIRE 35.300.366.727 I Cód. CVM 25860 I Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 20 de março de 2025

Convocamos os senhores acionistas da **BR Advisory Partners Participações S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 28º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.366.727 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 10.739.356/0001-03, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2586-0 (**"Companhia"**), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**) e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (**"Resolução CVM 81"**), a se reunirem, **de modo exclusivamente presencial**, para garantir a autenticidade e a integridade das deliberações, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de março de 2025, às 10:00, na sede da Companhia (**"AGOE"**), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterar e consolidar o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), contemplando (a) a alteração da razão social da Companhia para BRBI BR Partners S.A.; e (b) a alteração do artigo 22(x) do Estatuto Social da Companhia para estabelecer um valor mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia como requisito para deliberação do Conselho de Administração em transações que envolvam a aquisição, transferência ou constituição de ônus de participações societárias, bem como a assinatura de acordos de acionistas relativos a tais participações societárias. (ii) Cancelar o Plano de Ações Restritas da Companhia. Instruções e Informações Gerais: Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, solicita-se aos acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega na sede da Companhia de mandato e dos documentos que comprovem os poderes do respectivo representante legal, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para a realização da AGOE, isto é, até às 10:00 horas do dia 18 de março de 2025. Para participar da AGOE, os acionistas deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de titularidade das ações da Companhia emitido nos 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da AGOE pela instituição depositária, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para participação na AGOE constam na Proposta da Administração disponibilizada pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Por fim, recomendamos aos acionistas que cheguem ao local com 1 (uma) hora de antecedência, para o devido cadastramento e ingresso no local da AGOE. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("Boletim de Voto") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Informamos que o percentual mínimo de participação para pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% das ações com direito de voto e 1% das ações sem direito de voto, conforme disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 70 de 22 de março de 2022 ("Resolução 70/22"), observando-se que tal faculdade deverá ser requerida em até 48 horas de antecedência da Assembleia. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://ri.brpartners.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGOE. São Paulo, 19 de fevereiro de 2025. Jairo Eduardo Loureiro Filho Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 22/02/2025)

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 11ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 11ª emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.4 do "*Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 11ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio devidos pela Fortaleza Agrícola Ltda*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 15:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **24 de março de 2025, às 10:15 horas**, exclusivamente de forma digital inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis da maioria dos Titulares de CRA em Circulação presentes. (ii) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis da maioria dos Titulares de CRA em Circulação presentes. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br, cri@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com, cópias dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade com foto; 2. quando pessoa física por procurador: procuração válida assinada física ou digitalmente; documento de identificação com foto válido do outorgante; e documento de identificação com foto válido do procurador; 3. quando pessoa jurídica, cópias de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 4. se Fundos de Investimento: cópias do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador consolidado, da documentação societária outorgando poderes de representação, documentos de identidade com foto dos representantes legais; e 5. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

DNIT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0054/2025 - UASG 393003

Nº Processo: 50600005264202363. Objeto: Contratação de empresa ou consórcio de empresas para execução dos serviços de disponibilização, instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos de controle de tráfego nas rodovias federais sob circunscrição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT nos Estados do Acre, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Santa Catarina e no Distrito Federal. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 20/02/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Mezanino - Cgd. Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-5-90054-2025 . Entrega das Propostas: a partir de 20/02/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras . Abertura das Propostas: 17/03/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras . Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras .

AUREA DOS SANTOS PEREIRA
Pregoeira

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 81ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da série única da 81ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 15.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 81ª (Octogésima Primeira) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **13 de março de 2025, às 10:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores, em segunda convocação. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortx.com.br, cópias dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópias do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. (v) O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website https://ecoagro.agr.br/ e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRA ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação indicados no item "iv" acima, se for o caso.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Investidores da Série Única da 72ª (Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 72ª (septuagésima segunda) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.2.1 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **13 de março de 2025, às 10:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA, que representem, no mínimo, a maioria simples dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA presentes que representem, no mínimo a maioria simples dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortx.com.br, dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. (v) O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website https://ecoagro.agr.br/ e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRA ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação indicados no item "iv" acima, se for o caso.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS

INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL

BUSCADOR INTELIGENTE

PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS

CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS

PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR



Eufrázio



Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM IFRS RELATIVAS A 31/12/2024.

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- www.itau.com.br/relacoes-com-investidores
- https://sistemas.cvm.gov.br/
- https://www.b3.com.br/pt_br/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 05 de fevereiro de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO *(Em milhões de reais)*

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	36.127	32.001
Ativos Financeiros	**2.673.301**	**2.384.618**
Ao Custo Amortizado	**1.912.804**	**1.686.225**
Depósitos no Banco Central do Brasil	160.698	145.404
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	66.931	51.007
Aplicações no Mercado Aberto	243.220	238.321
Títulos e Valores Mobiliários	327.507	260.743
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	1.025.493	910.590
Outros Ativos Financeiros	136.713	127.699
(-) Provisão para Perda Esperada	(47.758)	(47.539)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**106.303**	**130.039**
Títulos e Valores Mobiliários	106.303	130.039
Ao Valor Justo por meio do Resultado	**654.194**	**568.354**
Títulos e Valores Mobiliários	560.143	511.752
Derivativos	92.439	55.251
Outros Ativos Financeiros	1.612	1.351
Contratos de Seguro	66	141
Ativos Fiscais	**72.653**	**64.521**
Imposto de Renda e Contribuição Social - A Compensar	2.576	993
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	58.859	53.691
Outros	11.218	9.837
Outros Ativos	29.064	20.027
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	10.074	9.293
Imobilizado, Líquido	9.193	9.135
Ágio e Ativos Intangíveis, Líquidos	23.997	23.364
Total do Ativo	**2.854.475**	**2.543.100**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros	**2.239.979**	**2.001.691**
Ao Custo Amortizado	**2.148.776**	**1.944.162**
Depósitos	1.054.741	951.352
Captações no Mercado Aberto	388.787	362.786
Recursos de Mercados Interbancários	372.294	328.645
Recursos de Mercados Institucionais	140.547	119.591
Outros Passivos Financeiros	192.407	181.788
Ao Valor Justo por meio do Resultado	**86.275**	**53.331**
Derivativos	85.413	52.475
Notas Estruturadas	318	296
Outros Passivos Financeiros	544	560
Provisão para Perda Esperada	**4.928**	**4.198**
Compromissos de Empréstimos	3.940	3.311
Garantias Financeiras	988	887
Contratos de Seguro e Previdência Privada	306.899	271.546
Provisões	19.209	19.744
Obrigações Fiscais	**11.345**	**9.202**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	4.364	3.970
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	603	560
Outras	6.378	4.672
Outros Passivos	55.759	41.867
Total do Passivo	**2.633.191**	**2.344.050**
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	**211.090**	**190.177**
Capital Social	90.729	90.729
Ações em Tesouraria	(909)	(11)
Reservas de Capital	2.732	2.620
Reservas de Lucros	121.428	104.465
Outros Resultados Abrangentes	(2.890)	(7.626)
Participações de Acionistas não Controladores	**10.194**	**8.873**
Total do Patrimônio Líquido	**221.284**	**199.050**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**2.854.475**	**2.543.100**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO *(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Produto Bancário	**168.050**	**154.971**	**142.279**
Receitas de Juros e Similares	242.258	222.385	189.165
Despesas de Juros e Similares	(167.278)	(158.250)	(116.747)
Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	32.811	29.145	13.325
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	(3.143)	4.432	1.280
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	47.871	45.731	44.566
Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada	**6.982**	**6.613**	**5.407**
Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada, líquido de Resseguro	6.536	6.132	5.328
Resultado Financeiro de Contratos de Seguro e Previdência Privada, líquido de Resseguro	(23.679)	(28.585)	(21.873)
Resultado de Ativos Financeiros Relacionados a Contratos de Seguro e Previdência Privada	24.125	29.066	21.952
Outras Receitas	10.149	4.815	5.283
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	**(32.311)**	**(30.445)**	**(27.737)**
(Perda) Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(29.468)	(31.563)	(28.150)
(Perda) Esperada com demais Ativos Financeiros, líquida	(2.843)	1.118	413
Produto Bancário Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	**135.739**	**124.526**	**114.542**

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(88.183)**	**(84.826)**	**(77.848)**
Despesas Gerais e Administrativas	(79.416)	(75.759)	(68.930)
Despesas Tributárias	(9.814)	(9.987)	(9.590)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.047	920	672
Lucro / (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**47.556**	**39.700**	**36.494**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(9.433)	(8.685)	(6.595)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.005	2.862	143
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**42.128**	**33.877**	**30.242**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	41.085	33.105	29.207
Lucro Líquido / (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas não Controladores	1.043	772	1.035
Lucro por Ação - Básico			
Ordinárias	4,20	3,38	2,98
Preferenciais	4,20	3,38	2,98
Lucro por Ação - Diluído			
Ordinárias	4,16	3,36	2,96
Preferenciais	4,16	3,36	2,96
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica			
Ordinárias	4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais	4.831.104.001	4.840.883.862	4.840.703.872
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída			
Ordinárias	4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais	4.911.006.957	4.908.283.361	4.900.469.300

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhões de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**42.128**	**33.877**	**30.242**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**(2.015)**	**4.681**	**(3.442)**
Variação de Valor Justo	(7.030)	5.443	(5.659)
Efeito Fiscal	2.867	(1.105)	1.373
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	3.905	624	1.534
Efeito Fiscal	(1.757)	(281)	(690)
Hedge	**(2.156)**	**684**	**(34)**
***Hedge* de Fluxo de Caixa**	**(488)**	**236**	**65**
Variação de Valor Justo	(941)	457	162
Efeito Fiscal	453	(221)	(97)
***Hedge* de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior**	**(1.668)**	**448**	**(99)**
Variação de Valor Justo	(3.207)	848	(148)
Efeito Fiscal	1.539	(400)	49

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Contratos de Seguro e Previdência Privada	**470**	**(710)**	**796**
Variação da Taxa de Desconto	976	(1.192)	1.349
Efeito Fiscal	(506)	482	(553)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (1)	**(115)**	**(324)**	**(34)**
Remensurações	(205)	(584)	(65)
Efeito Fiscal	90	260	31
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	**8.552**	**(327)**	**(3.026)**
Total de Outros Resultados Abrangentes	**4.736**	**4.004**	**(5.740)**
Total do Resultado Abrangente	**46.864**	**37.881**	**24.502**
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador	**45.821**	**37.109**	**23.467**
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores	**1.043**	**772**	**1.035**

1) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhões de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido Ajustado	**38.186**	**91.638**	**96.446**
Lucro Líquido	42.128	33.877	30.242
Ajustes ao Lucro Líquido:	**(3.942)**	**57.761**	**66.204**
Pagamento Baseado em Ações	217	200	234
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.404)	11.529	24.279
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	32.311	30.445	27.737
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada	(1.794)	2.948	1.708
Resultado Financeiro de Contratos de Seguro e Previdência Privada	23.679	28.585	21.873
Depreciações e Amortizações	6.440	5.652	4.796
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais	1.180	799	1.288
Provisão para Ações Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Obrigações Legais	5.077	4.418	2.882
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(775)	(913)	(1.018)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do *Hedge*)	2.689	2.130	3.209
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos	(1.047)	(920)	(672)
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	3.905	612	1.534
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(45.778)	(20.133)	(16.863)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(19.995)	(7.697)	(7.364)
(Ganho) / Perda na Alienação de Investimentos e Imobilizado	(395)	1.255	-,-
Outros	(1.252)	(1.149)	2.581
Variação de Ativos e Passivos	**(31.117)**	**(14.145)**	**33.187**
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(14.419)	4.583	10.379
Aplicações no Mercado Aberto	(9.800)	3.137	(42.595)
Depósitos no Banco Central do Brasil	(15.294)	(29.656)	(5.356)
Operações de Crédito	(146.210)	(34.191)	(106.975)
Derivativos (Ativos / Passivos)	(6.406)	(745)	4.460
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por Meio do Resultado	(48.391)	(126.653)	(20.132)
Outros Ativos Financeiros	(8.500)	(16.853)	(15.215)
Outros Ativos Fiscais	(2.964)	(2.819)	(409)
Outros Ativos	(3.128)	(6.606)	(9.506)
(Redução) / Aumento em Passivos			
Depósitos	103.389	79.914	21.066
Captações no Mercado Aberto	26.001	69.346	40.592
Recursos de Mercados Interbancários	43.649	34.058	117.442
Recursos de Mercados Institucionais	22.409	(1.928)	11.243
Outros Passivos Financeiros	10.603	15.114	32.971
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	21	233	(50)
Contratos de Seguro e Previdência Privada	12.144	9.125	(2.603)
Provisões	380	1.165	(1.551)
Obrigações Fiscais	980	3.234	41
Outros Passivos	13.892	(6.523)	5.259
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.473)	(8.080)	(5.874)

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**7.069**	**77.493**	**129.633**
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	450	583	336
Alienação de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	47	244	-,-
Alienação de Imobilizado	575	193	505
Distrato de Contratos do Intangível	270	134	17
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	60.204	18.219	(2.190)
(Aquisição) / Resgate de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(46.811)	(40.087)	(62.783)
(Aquisição) de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	(399)	(1.325)	(660)
(Aquisição) de Imobilizado	(1.833)	(3.815)	(2.727)
(Aquisição) de Intangível	(5.535)	(5.376)	(5.768)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**6.968**	**(31.230)**	**(73.270)**
Captação de Obrigações por Dívida Subordinada	7.860	2.170	1.004
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada	(7.519)	(12.981)	(23.208)
Variação da Participação de Acionistas não Controladores	867	(923)	(2.964)
Aquisições de Ações em Tesouraria	(1.775)	(689)	-,-
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	772	689	453
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores	(589)	(366)	(293)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(21.314)	(10.348)	(6.706)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(21.698)**	**(22.448)**	**(31.714)**
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	**(7.661)**	**23.815**	**24.649**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	116.543	104.257	103.887
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	8.404	(11.529)	(24.279)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**117.286**	**116.543**	**104.257**
Disponibilidades	36.127	32.001	35.381
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.087	8.582	12.584
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	71.072	75.960	56.292
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa (Principalmente Atividades Operacionais)			
Juros Recebidos	219.741	208.243	213.820
Juros Pagos	131.096	115.518	107.468
Transações Não Monetárias			
Aumento da participação no ITAÚ CHILE	-,-	-,-	961
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda Não Pagos	5.436	4.799	4.506

Eufrázio



Itaú Unibanco Holding S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhões de reais)*

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores												
						Outros Resultados Abrangentes							
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (1)	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - *Hedge* (2)	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
Total - 01/01/2022	**90.729**	**(528)**	**2.250**	**65.985**	-.-	**(2.542)**	-.-	**(1.486)**	**6.531**	**(8.393)**	**152.546**	**11.612**	**164.158**
Transações com os Acionistas	-.-	**457**	**230**	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	**687**	**(2.964)**	**(2.277)**
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-.-	457	64	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	521	-.-	521
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-.-	-.-	166	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	166	-.-	166
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(2.964)	(2.964)
Dividendos	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(293)	(293)
Juros sobre o Capital Próprio	-.-	-.-	-.-	-.-	(9.844)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(9.844)	-.-	(9.844)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-.-	-.-	-.-	-.-	119	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	119	-.-	119
Reorganização Societária	-.-	-.-	-.-	36	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	36	-.-	36
Outros (3)	-.-	-.-	-.-	774	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	774	-.-	774
Total do Resultado Abrangente	-.-	-.-	-.-	-.-	**29.139**	**(3.442)**	**796**	**(34)**	**(3.026)**	**(34)**	**23.399**	**1.035**	**24.434**
Lucro Líquido	-.-	-.-	-.-	-.-	29.207	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	29.207	1.035	30.242
Outros Resultados Abrangentes no Período	-.-	-.-	-.-	-.-	(68)	(3.442)	796	(34)	(3.026)	(34)	(5.808)	-.-	(5.808)
Destinações:													
Reserva Legal	-.-	-.-	-.-	1.485	(1.485)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Reservas Estatutárias	-.-	-.-	-.-	17.929	(17.929)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Total - 31/12/2022	**90.729**	**(71)**	**2.480**	**86.209**	-.-	**(5.984)**	**796**	**(1.520)**	**3.505**	**(8.427)**	**167.717**	**9.390**	**177.107**
Mutações do Período	-.-	**457**	**230**	**20.224**	-.-	**(3.442)**	**796**	**(34)**	**(3.026)**	**(34)**	**15.171**	**(2.222)**	**12.949**
Total - 01/01/2023	**90.729**	**(71)**	**2.480**	**86.209**	-.-	**(5.984)**	**796**	**(1.520)**	**3.505**	**(8.427)**	**167.717**	**9.390**	**177.107**
Transações com os Acionistas	-.-	**60**	**140**	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	**200**	**(924)**	**(724)**
Aquisição de Ações em Tesouraria	-.-	(689)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(689)	-.-	(689)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-.-	749	(2)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	747	-.-	747
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-.-	-.-	142	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	142	-.-	142
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(924)	(924)
Dividendos	-.-	-.-	-.-	11.000	(11.000)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(365)	(365)
Juros sobre o Capital Próprio	-.-	-.-	-.-	-.-	(12.315)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(12.315)	-.-	(12.315)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-.-	-.-	-.-	-.-	53	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	53	-.-	53
Reorganização Societária	-.-	-.-	-.-	265	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	265	-.-	265
Outros (3)	-.-	-.-	-.-	(2.852)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(2.852)	-.-	(2.852)
Total do Resultado Abrangente	-.-	-.-	-.-	-.-	**33.105**	**4.681**	**(710)**	**(324)**	**(327)**	**684**	**37.109**	**772**	**37.881**
Lucro Líquido	-.-	-.-	-.-	-.-	33.105	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	33.105	772	33.877
Outros Resultados Abrangentes no Período	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	4.681	(710)	(324)	(327)	684	4.004	-.-	4.004
Destinações:													
Reserva Legal	-.-	-.-	-.-	1.669	(1.669)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Reservas Estatutárias	-.-	-.-	-.-	8.174	(8.174)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Total - 31/12/2023	**90.729**	**(11)**	**2.620**	**104.465**	-.-	**(1.303)**	**86**	**(1.844)**	**3.178**	**(7.743)**	**190.177**	**8.873**	**199.050**
Mutações do Período	-.-	**60**	**140**	**18.256**	-.-	**4.681**	**(710)**	**(324)**	**(327)**	**684**	**22.460**	**(517)**	**21.943**
Total - 01/01/2024	**90.729**	**(11)**	**2.620**	**104.465**	-.-	**(1.303)**	**86**	**(1.844)**	**3.178**	**(7.743)**	**190.177**	**8.873**	**199.050**
Transações com os Acionistas	-.-	**(898)**	**112**	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	**(786)**	**867**	**81**
Aquisição de Ações em Tesouraria	-.-	(1.775)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(1.775)	-.-	(1.775)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-.-	877	(17)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	860	-.-	860
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-.-	-.-	129	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	129	-.-	129
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	867	867
Dividendos	-.-	-.-	-.-	12.229	(12.229)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(589)	(589)
Juros sobre o Capital Próprio	-.-	-.-	-.-	3.260	(15.875)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(12.615)	-.-	(12.615)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior	-.-	-.-	-.-	(11.000)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(11.000)	-.-	(11.000)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-.-	-.-	-.-	-.-	32	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	32	-.-	32
Reorganização Societária	-.-	-.-	-.-	(359)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(359)	-.-	(359)
Outros	-.-	-.-	-.-	(180)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(180)	-.-	(180)
Total do Resultado Abrangente	-.-	-.-	-.-	-.-	**41.085**	**(2.015)**	**470**	**(115)**	**8.552**	**(2.156)**	**45.821**	**1.043**	**46.864**
Lucro Líquido	-.-	-.-	-.-	-.-	41.085	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	41.085	1.043	42.128
Outros Resultados Abrangentes no Período	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	(2.015)	470	(115)	8.552	(2.156)	4.736	-.-	4.736
Destinações:													
Reserva Legal	-.-	-.-	-.-	1.406	(1.406)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Reservas Estatutárias	-.-	-.-	-.-	11.607	(11.607)	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-	-.-
Total - 31/12/2024	**90.729**	**(909)**	**2.732**	**121.428**	-.-	**(3.318)**	**556**	**(1.959)**	**11.730**	**(9.899)**	**211.090**	**10.194**	**221.284**
Mutações do Período	-.-	**(898)**	**112**	**16.963**	-.-	**(2.015)**	**470**	**(115)**	**8.552**	**(2.156)**	**20.913**	**1.321**	**22.234**

1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto relativa a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.
2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.
3) Inclui o Ajuste de Hiperinflação da Argentina.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO *(Em milhões de reais)*

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas	**309.711**	**287.768**	**234.545**
Juros e Similares	277.820	260.954	207.026
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	47.071	45.731	44.566
Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada	6.982	6.613	5.407
Perda Esperada com Ativos Financeiros	(32.311)	(30.445)	(27.737)
Outras	10.149	4.915	5.283
Despesas	**(183.249)**	**(170.759)**	**(126.566)**
Juros e Similares	(167.278)	(158.250)	(116.747)
Outras	(15.971)	(12.509)	(9.819)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(19.639)**	**(23.446)**	**(21.268)**
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	(8.051)	(7.851)	(7.873)
Outras	**(11.588)**	**(15.595)**	**(13.395)**
Processamento de Dados e Telecomunicações	(5.190)	(5.027)	(4.359)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.976)	(1.996)	(2.003)
Instalações e Materiais	(1.384)	(1.368)	(1.425)
Outras	(3.038)	(7.204)	(5.608)
Valor Adicionado Bruto	**106.823**	**93.563**	**86.711**
Depreciação e Amortização	**(7.177)**	**(6.529)**	**(5.750)**

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	**99.646**	**87.034**	**80.961**
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial	**1.047**	**920**	**672**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**100.693**	**87.954**	**81.633**
Distribuição do Valor Adicionado	**100.693**	**87.954**	**81.633**
Pessoal	**31.834**	**28.899**	**28.112**
Remuneração Direta	24.480	22.555	21.905
Benefícios	6.128	5.105	5.170
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	1.226	1.239	1.037
Impostos, Taxas e Contribuições	**25.720**	**24.303**	**22.503**
Federais	23.852	22.501	20.779
Municipais	1.868	1.802	1.724
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.011**	**875**	**776**
Aluguéis	1.011	875	776
Remuneração de Capitais Próprios	**42.128**	**33.877**	**30.242**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	28.104	23.315	9.844
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas Controladores	12.981	9.790	19.363
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas não Controladores	1.043	772	1.035

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024, 2023 E 2022 PARA RESULTADO *(Em milhões de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio. Suas operações são divididas em três segmentos: Negócios de Varejo, Negócios de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

As informações nas Demonstrações Contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A partir do 3º trimestre de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a ajustar as demonstrações contábeis de suas controladas na Argentina para refletir os efeitos da hiperinflação.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, que é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

b) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

Não houve alteração das políticas contábeis materiais durante o período.

I - Consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING contemplam as operações realizadas por suas agências e entidades controladas no país e no exterior, inclusive os fundos de investimentos, nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém controle direto ou indireto. O principal julgamento exercido na avaliação de controle é a análise dos fatos e circunstâncias que indicam se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis e tem a capacidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre a entidade de forma contínua.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

I.I - Combinações de Negócios

Na contabilização das combinações de negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce julgamentos na identificação, reconhecimento e mensuração de: ajustes de preço; contraprestações contingentes; e opções ou obrigações de comprar ou vender participações societárias da entidade adquirida.

A participação de acionistas não controladores é mensurada na data de aquisição pela participação proporcional no patrimônio líquido da entidade adquirida.

I.II - Transações de Capital Com Acionistas não Controladores

Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

II - Ativos e Passivos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

Os ativos financeiros são parcial ou totalmente baixados, na data da negociação, se:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem.
- não houver expectativas razoáveis de sua recuperação, considerando curvas históricas de operações similares. Neste caso, a baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita.
- o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transferir substancialmente os riscos e benefícios do ativo financeiro.

Os principais julgamentos exercidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na baixa de ativos financeiros são: avaliação do momento em que os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; da expectativa razoável de recuperação do ativo financeiro e da transferência substancial dos riscos e benefícios ou controle.

Quando o fluxo de caixa contratual de um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia que o evento de modificação não ocasionou baixa total do contrato, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado comparando os fluxos de caixa original e o renegociado e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada, vencida ou substancialmente modificada. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que a obrigação foi substancialmente modificada quando o valor presente dos fluxos de caixa sob os novos termos for pelo menos 10% diferente do valor presente dos fluxos de caixa restantes da obrigação original.

III - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

Os ativos fiscais diferidos podem surgir de: diferenças temporárias, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros; e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, que poderão ser compensados no futuro.

A realização esperada do ativo fiscal diferido é estimada com base na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, observando o histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto.

As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis microeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras, tarifas de serviços, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Eufrázio



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024, 2023 E 2022 PARA RESULTADO *(Em milhões de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

Os principais julgamentos que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce no reconhecimento do ativo e passivo fiscal diferidos são: Identificação das diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis em períodos futuros; e Avaliação da probabilidade da existência de lucro tributável futuro contra o qual o ativo fiscal diferido poderá ser utilizado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica a exceção normativa e não reconhece e nem divulga ativos e passivos fiscais diferidos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar II da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Atualmente não se esperam impactos materiais sobre o imposto corrente nas jurisdições aplicáveis ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente em Outros Resultados Abrangentes, que serão reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas no período em que entram em vigor.

Nos casos em que o tratamento fiscal de um tributo é incerto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a necessidade de reconhecer uma provisão para cobrir esta incerteza.

IV - Contratos de Seguro e Previdência Privada

Para mensuração dos grupos de contratos de seguro e previdência privada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza as três abordagens de mensuração abaixo, considerando as características dos contratos:

- **Modelo Padrão (*Building Block Approach* - BBA)**: contratos de seguro sem característica de participação direta com cobertura superior a 1 ano ou que sejam onerosos. A carteira Seguros é composta basicamente por Vida, Saúde, Prestamista e Habitacional, sendo os dois primeiros onerosos. A carteira Previdência Privada contempla Planos Tradicionais e Planos de Cobertura de Riscos de Morte e Invalidez, sendo o primeiro oneroso. Os contratos de seguro e previdência privada classificados como onerosos não possuem comercialização ativa, sendo as condições contratuais dos contratos de seguro de vida vigentes distintos e classificados como rentáveis.
- ***Variable Fee Approach* (VFA)**: aplicável a contratos de seguro com características de participação direta que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica esta abordagem para os planos de previdência privada Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL), cujas contribuições são rentabilizadas pelo valor justo do fundo de investimento especialmente constituído no qual os recursos são aplicados e o segurado tem a possibilidade de auferir renda após o período de acumulação.
- **Modelo Simplificado (*Premium Allocation Approach* - PAA)**: contratos de seguro e resseguro mantidos, cujos períodos de cobertura são iguais ou inferiores a um ano ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão, sendo principalmente: Acidentes Pessoais e Cartão Protegido. Como os contratos são de curto prazo, o Passivo para Cobertura Remanescente não é descontado a valor presente. Entretanto, os fluxos de caixa do Passivo para Sinistros Incorridos são descontados a valor presente e ajustados para refletir os riscos não financeiros, uma vez que possuem pagamentos que são realizados após um ano da ocorrência do sinistro.

O reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguro e previdência privada é realizado pelo total de:

- Margem contratual de seguro, que representa o lucro não ganho que será reconhecido conforme a realização do seguro.
- Fluxo de caixa de cumprimento, composto pelo valor presente das estimativas de fluxos de caixa de entradas e saídas de recursos ao longo do período de cobertura da carteira, ajustado pelo risco não financeiro. O ajuste pelo risco não financeiro é uma compensação requerida para suportar as incertezas de fatores não financeiros sobre o valor e a época dos fluxos de caixa futuros.

O Ativo e o Passivo de contratos de seguro e previdência privada são subsequentemente segregados entre:

- Ativo ou Passivo para Cobertura Remanescente: representado pelo fluxo de caixa de cumprimento referente aos serviços futuros e a margem contratual de seguro. A apropriação da margem contratual de seguro e as perdas (ou reversões) em contratos onerosos são reconhecidas no Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada, líquido de Resseguro. Na carteira Previdência Privada PGBL e VGBL, a margem contratual de seguro é reconhecida conforme a prestação do serviço de gestão e de riscos de seguro, e nas demais carteiras, o reconhecimento é linear pelo prazo do contrato.
- Ativo ou Passivo para Sinistros Incorridos: representado pelo fluxo de caixa de cumprimento referente aos serviços já prestados, ou seja, valores pendentes de liquidação financeira relacionados a sinistros e outras despesas incorridas. As mudanças no fluxo de caixa de cumprimento, inclusive as decorrentes de aumento no montante reconhecido devido a sinistros e despesas incorridas no período, são reconhecidas no Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada, líquido de Resseguro.

Para estimar os fluxos de caixa de cumprimento e a lucratividade esperada (margem contratual de seguro), o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos atuariais e premissas, exercendo julgamento principalmente para definição de: (i) agrupamento dos contratos; (ii) período de prestação de serviço; (iii) taxa de desconto; (iv) modelos de cálculo atuarial; (v) modelos e níveis de confiança do ajuste pelo risco não financeiro; (vi) nível de lucratividade do grupo; e (vii) unidade de cobertura dos contratos. As principais premissas utilizadas são: (i) premissas de entrada: contribuições, aportes e prêmios; (ii) premissas de saída: taxas de conversão em renda, resgates, taxa de cancelamentos e sinistralidade; (iii) taxa de desconto; (iv) tábuas biométricas; e (v) ajuste pelo risco não financeiro.

Quanto à avaliação da separação de componentes de um contrato de seguro, o componente de investimento que existe nos contratos de previdência privada do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é altamente inter-relacionado com o componente de seguro, ou seja, o componente de investimento (fase de acumulação) é necessário para mensuração dos pagamentos a serem realizados ao segurado (fase de concessão do benefício).

Para as carteiras de contratos de seguro de longo prazo e previdência privada, exceto a carteira Previdência Privada PGBL e VGBL, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por reconhecer as mudanças nas taxas de desconto em Outros Resultados Abrangentes, ou seja, o Resultado Financeiro de Contratos de Seguro e Previdência Privada será segregado entre Outros Resultados Abrangentes e resultado do período. Nas carteiras de seguro de curto prazo e Previdência PGBL e VGBL, o resultado financeiro é reconhecido integralmente no resultado do período.

As premissas utilizadas na mensuração dos contratos de seguro e previdência privada são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A taxa de desconto utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para trazer a valor presente os fluxos de caixa projetados dos contratos de seguro e previdência privada é obtida através da construção de uma Estrutura a Termo das Taxas de Juros com modelagem interna, que representa um conjunto de vértices que contêm a expectativa de uma taxa de juros associada a um prazo (ou maturidade). Além de considerar as características dos indexadores de cada carteira (IGPM, IPCA e TR), a taxa de desconto possui um componente que visa refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que fundamentam as taxas observadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de seguro (uma abordagem "de baixo para cima").

Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa são projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para a previdência privada, os fluxos de caixa são projetados com base nas premissas pertinentes ao produto.

O ajuste pelo risco não financeiro é obtido por reamostragens baseado em dados de sinistros por agrupamento, utilizando o método estatístico de Monte Carlo. As reamostragens são trazidas ao valor presente utilizando a taxa de desconto aplicada nos fluxos de caixa futuros. A partir daí são calculados percentis proporcionais ao nível de confiança, determinados em um intervalo entre 60% e 70%, dependendo do agrupamento.

As tábuas biométricas representam a probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um segurado. Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

A taxa de conversão em renda reflete a expectativa histórica de conversão dos saldos acumulados pelos segurados em benefício de aposentadoria, sendo a decisão influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

V - Remunerações do Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING remunera seus acionistas com dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido.

Os dividendos são calculados e pagos com base nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras.

Os valores apurados a partir dos percentuais de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado em Reunião do Conselho de Administração.

VI - Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As receitas dos serviços relacionados aos cartões de crédito, débito e conta corrente, assessoria econômica, financeira e corretagem são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de recursos, cobrança e custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce julgamento para identificar se a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo da vida do contrato ou no momento em que o serviço é prestado.

NOTA 3 - APLICAÇÃO EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações no Mercado Aberto	**242.542**	**677**	**243.219**	**238.227**	**81**	**238.308**
Posição Bancada	77.521	677	78.198	79.577	23	79.600
Posição Financiada	**117.108**	-,-	**117.108**	**125.753**	**58**	**125.811**
Com Livre Movimentação	7.223	-,-	7.223	3.733	-,-	3.733
Sem Livre Movimentação	109.885	-,-	109.885	122.020	58	122.078
Posição Vendida	47.913	-,-	47.913	32.897	-,-	32.897
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	53.529	13.396	66.925	43.857	7.143	51.000
Total	**296.071**	**14.073**	**310.144**	**282.084**	**7.224**	**289.308**

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO E ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS AO VALOR JUSTO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Fundos de Investimento	**37.642**	**(539)**	**37.103**	**27.041**	**(471)**	**26.570**
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	**366.857**	**(5.161)**	**361.696**	**340.818**	**1.274**	**342.092**
Títulos Públicos - América Latina	**4.404**	**(23)**	**4.381**	**2.854**	**21**	**2.875**
Títulos Públicos - Outros Países	**1.490**	**(17)**	**1.473**	**2.599**	**(37)**	**2.562**
Títulos de Empresas	**161.447**	**(6.275)**	**155.172**	**141.467**	**(3.814)**	**137.653**
Ações	27.860	(1.980)	25.880	27.844	(1.309)	26.535
Cédula do Produtor Rural	972	(31)	941	4.192	11	4.203
Certificados de Depósito Bancário	450	-,-	450	128	-,-	128
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.754	(100)	1.654	1.655	(64)	1.591
Debêntures	91.544	(4.402)	87.142	79.026	(2.478)	76.548
Eurobonds e Assemelhados	2.017	(26)	1.991	2.460	4	2.464
Letras Financeiras	33.062	9	33.071	22.552	-,-	22.552
Notas Promissórias e Comerciais	1.214	2	1.216	2.611	(9)	2.602
Outros	2.574	253	2.827	999	31	1.030
Total	**571.840**	**(12.015)**	**559.825**	**514.779**	**(3.027)**	**511.752**

b) Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos financeiros que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a opção de designar ao Valor Justo por meio do Resultado são:

	31/12/2024		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	38	5	43
Títulos Públicos - América Latina	275	-,-	275
Total	**313**	**5**	**318**

	31/12/2023		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-,-	-,-	-,-
Total	-,-	-,-	-,-

NOTA 5 - ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	**67.954**	**(3.577)**	-,-	**64.377**	**84.567**	**(662)**	-,-	**83.905**
Outros Públicos	**36**	-,-	**(36)**	-,-	**36**	-,-	**(36)**	-,-
Títulos Públicos - América Latina	**21.421**	**56**	**(7)**	**21.470**	**23.715**	**158**	**(1)**	**23.872**
Títulos Públicos - Outros Países	**13.072**	**(46)**	-,-	**13.026**	**9.923**	**(12)**	**(1)**	**9.910**
Títulos de Empresas	**8.981**	**(1.337)**	**(214)**	**7.430**	**13.252**	**(771)**	**(129)**	**12.352**
Ações	1.762	(1.196)	-,-	566	6.960	(817)	-,-	6.143
Cédula do Produtor Rural	127	(1)	-,-	126	-,-	-,-	-,-	-,-
Certificado de Depósito Bancário	82	1	-,-	83	44	1	(1)	44
Certificado de Recebíveis Imobiliários	60	(3)	-,-	57	65	2	-,-	67
Debêntures	1.708	(38)	(172)	1.498	1.837	21	(85)	1.773
Eurobonds e Assemelhados	4.957	(107)	(38)	4.812	4.081	16	(40)	4.057
Letras Financeiras	51	2	-,-	53	-,-	-,-	-,-	-,-
Outros	234	5	(4)	235	265	6	(3)	268
Total	**111.464**	**(4.904)**	**(257)**	**106.303**	**131.493**	**(1.287)**	**(167)**	**130.039**

NOTA 6 - ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	**111.824**	**(16)**	**111.808**	**94.990**	**(23)**	**94.967**
Títulos Públicos - América Latina	**21.730**	**(9)**	**21.721**	**27.874**	**(9)**	**27.865**
Títulos Públicos - Outros Países	**25.126**	**(3)**	**25.123**	**22.712**	**(4)**	**22.708**
Títulos de Empresas	**168.827**	**(3.627)**	**165.200**	**115.167**	**(818)**	**114.349**
Cédula do Produtor Rural	60.358	(416)	59.942	38.146	(190)	37.956
Certificado de Depósito Bancário	50	-,-	50	19	-,-	19
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5.827	(9)	5.818	5.911	(7)	5.904
Debêntures	77.344	(3.101)	74.243	57.399	(586)	56.813
Eurobonds e Assemelhados	1.102	(9)	1.093	516	-,-	516
Letras Financeiras	212	-,-	212	1.575	(2)	1.573
Notas Promissórias e Comerciais	16.312	(32)	16.280	10.253	(23)	10.230
Outros	7.622	(60)	7.562	1.348	(10)	1.338
Total	**327.507**	**(3.655)**	**323.852**	**260.743**	**(854)**	**259.889**

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoas Físicas	**445.574**	**416.616**
Cartão de Crédito	143.048	136.317
Crédito Pessoal	66.104	60.992
Crédito Consignado	74.524	73.472
Veículos	36.637	33.324
Crédito Imobiliário	125.261	112.511
Grandes Empresas	**160.840**	**136.461**
Micro / Pequenas e Médias Empresas	**194.192**	**169.110**
Unidades Externas América Latina	**224.887**	**188.403**
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	**1.025.493**	**910.590**
Provisão para Perda Esperada	(49.024)	(50.863)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Perda de Crédito Esperada	**976.469**	**859.727**

NOTA 8 - DEPÓSITOS

	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	**394.741**	**528.589**	**923.330**	**367.270**	**470.534**	**837.804**
De Poupança	180.730	-,-	180.730	174.765	-,-	174.765
Interfinanceiros	6.454	770	7.224	6.445	3	6.448
A Prazo	207.557	527.819	735.376	186.060	470.531	656.591
Depósitos não Remunerados	**131.411**	-,-	**131.411**	**113.548**	-,-	**113.548**
À Vista	124.920	-,-	124.920	105.634	-,-	105.634
Outros Depósitos	6.491	-,-	6.491	7.914	-,-	7.914
Total	**526.152**	**528.589**	**1.054.741**	**480.818**	**470.534**	**951.352**

NOTA 9 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto

		31/12/2024			31/12/2023		
	Taxa de Juros a.a.	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Carteira Própria		**168.870**	**2**	**168.872**	**159.712**	**7**	**159.719**
Títulos Públicos	11,8% a 12,15%	126.565	-,-	126.565	128.600	-,-	128.600
Títulos Privados	40% a 100% do CDI	41.275	-,-	41.275	30.714	-,-	30.714
Emissão Própria	10,88% a 13,8%	-,-	2	2	1	7	8
Exterior	3,4% a 7,9%	1.030	-,-	1.030	397	-,-	397
Carteira de Terceiros	**11,8% a 12,15%**	**118.867**	-,-	**118.867**	**127.437**	-,-	**127.437**
Carteira Livre Movimentação	**0,12% a 13,65%**	**57.896**	**43.152**	**101.048**	**44.256**	**31.374**	**75.630**
Total		**345.633**	**43.154**	**388.787**	**331.405**	**31.381**	**362.786**



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024, 2023 E 2022 PARA RESULTADO *(Em milhões de reais, exceto quando indicado) (Continuação)*

b) Recursos de Mercados Interbancários

		31/12/2024			31/12/2023		
	Taxa de Juros a.a.	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras	4,43% a 15,06%	23.878	46.205	70.083	38.061	43.136	81.197
Letras de Crédito Imobiliário	7% a 13%	36.871	15.241	52.112	28.476	20.479	48.955
Letras de Crédito do Agronegócio	5% a 13,72%	34.803	14.941	49.744	17.037	22.035	39.072
Letras Imobiliárias Garantidas	5,11% a 14%	13.252	51.239	64.491	6.131	53.059	59.190
Financiamentos à Importação e Exportação	0% a 10,20%	102.796	15.125	117.921	81.594	5.550	87.144
Repasses no País	0% a 18%	6.538	11.405	17.943	4.472	8.615	13.087
Total		**218.138**	**154.156**	**372.294**	**175.771**	**152.874**	**328.645**

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira.

c) Recursos de Mercados Institucionais

		31/12/2024			31/12/2023		
	Taxa de Juros a.a.	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada	IPCA a 100% do CDI	27	45.197	45.224	836	45.841	46.677
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0,09% a 5,61%	14.166	61.746	75.912	9.442	53.250	62.692
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	5,39% a 19,88%	2.840	16.571	19.411	975	9.247	10.222
Total		**17.033**	**123.514**	**140.547**	**11.253**	**108.338**	**119.591**

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R$ 0,022 por ação não cumulativo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING antecipa mensalmente o dividendo mínimo obrigatório, utilizando a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R$ 0,015 por ação.

b) Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Individual Estatutário	37.318	33.389	29.695
Ajustes:			
(-) Reserva Legal - 5% (1)	(1.406)	(1.669)	(1.485)
Base de Cálculo do Dividendo	**35.912**	**31.720**	**28.210**
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	8.978	7.930	7.053
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados / Destacados	**25.724**	**21.468**	**8.368**

1) Reserva Legal deve ser constituída obrigatoriamente até o limite de 20% do Capital Social.

c) Remuneração aos Acionistas

31/12/2024	Valor por ação (R$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		**6.729**	**(1.009)**	**5.720**
Juros sobre o Capital Próprio - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2024	0,0150	1.901	(285)	1.616
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 30/08/2024	0,2055	2.370	(356)	2.014
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 30/08/2024	0,2134	2.458	(368)	2.090
Provisionados (Registrados em Outros Passivos - Sociais e Estatutárias)		**5.886**	**(882)**	**5.004**
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 02/01/2025	0,0150	173	(26)	147
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 29/08/2024 a serem pagos até 30/04/2025	0,2320	2.673	(400)	2.273
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 28/11/2024 a serem pagos em 30/04/2025	0,2640	3.040	(456)	2.584
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido		**15.489**	**(489)**	**15.000**
Juros sobre o Capital Próprio	0,2834	3.260	(489)	2.771
Dividendos	1,2509	12.229	-.-	12.229
Total - 01/01 a 31/12/2024		**28.104**	**(2.380)**	**25.724**

31/12/2023	Valor por ação (R$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		**7.079**	**(1.061)**	**6.018**
Juros sobre o Capital Próprio - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2023	0,0150	1.902	(285)	1.617
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 25/08/2023	0,2227	2.567	(385)	2.182
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 25/08/2023	0,2264	2.610	(391)	2.219
Provisionados (Registrados em Outros Passivos - Sociais e Estatutárias)		**5.236**	**(786)**	**4.450**
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 02/01/2024	0,0150	173	(26)	147
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 06/09/2023 a serem pagos até 30/04/2024	0,2289	2.639	(396)	2.243
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 24/11/2023 a serem pagos até 30/04/2024	0,2102	2.424	(364)	2.060
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido		**11.000**	**-.-**	**11.000**
Dividendos	1,1251	11.000	-.-	11.000
Total - 01/01 a 31/12/2023		**23.315**	**(1.847)**	**21.468**

31/12/2022	Valor por ação (R$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		**4.906**	**(735)**	**4.171**
Juros sobre o Capital Próprio - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2022	0,0150	1.902	(285)	1.617
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 30/08/2022	0,2605	3.004	(450)	2.554
Provisionados (Registrados em Outros Passivos - Sociais e Estatutárias)		**4.938**	**(741)**	**4.197**
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 02/01/2023	0,0150	173	(26)	147
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 08/12/2022 a serem pagos até 28/04/2023	0,4133	4.765	(715)	4.050
Total - 01/01 a 31/12/2022		**9.844**	**(1.476)**	**8.368**

NOTA 11 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

Os principais serviços prestados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- **Cartões de Crédito e Débito:** referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos emissores de cartão e adquirentes pelo processamento das operações realizadas com cartões, às anuidades cobradas pela disponibilização e administração do cartão de crédito e ao aluguel de máquinas da Rede.
- **Serviços de Conta Corrente:** estão substancialmente compostos por tarifas de manutenção de contas correntes, conforme cada pacote de serviço concedido ao cliente, transferências realizadas por meio do PIX em pacotes de pessoa jurídica, saques de conta depósito à vista e ordem de pagamento.
- **Administração de Recursos:** referem-se às taxas cobradas pela administração e desempenho de fundos de investimento e administração de consórcios.
- **Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem:** referem-se, principalmente, serviços de estruturação de operações financeiras, colocação de títulos e valores mobiliários e intermediação de operações em bolsas.

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Cartões de Crédito e Débito	20.076	21.177	19.989
Serviços de Conta Corrente	6.379	6.877	7.528
Administração de Recursos	**6.539**	**5.792**	**5.872**
Fundos	4.983	4.395	4.952
Consórcios	1.556	1.397	920
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas	**2.782**	**2.544**	**2.539**
Operações de Crédito	1.171	1.100	1.185
Garantias Financeiras Prestadas	1.611	1.444	1.354
Serviços de Recebimentos	2.126	2.031	1.971
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem	4.920	3.596	3.348
Serviços de Custódia	641	602	617
Outras	3.608	3.112	2.702
Total	**47.071**	**45.731**	**44.566**

NOTA 12 - TRIBUTOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	20,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro / (Prejuízo) Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**47.556**	**39.700**	**36.694**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes (1)	(21.401)	(17.865)	(16.665)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.478	1.168	954
Juros sobre o Capital Próprio	5.559	5.419	4.449
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	4.931	2.593	4.667
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	**(9.433)**	**(8.685)**	**(6.595)**
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição / (Reversão) do Período	4.005	2.862	143
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	**4.005**	**2.862**	**143**
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(5.428)**	**(5.823)**	**(6.452)**

1) Em 2022, considera a alíquota vigente de IRPJ e CSLL de 45% no período de janeiro a julho e de 46% no período de agosto a dezembro.
2) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

NOTA 13 - CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

Os produtos de seguro comercializados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em (i) seguros elementares, os quais garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas; e (ii) seguros de vida, os quais incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais. Os produtos de seguro são ofertados substancialmente nos canais eletrônicos e agências do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura a parcela dos riscos subscritos, que exceda os limites máximos de responsabilidade que considera apropriados para cada segmento e produto. Estes contratos de resseguro permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING da obrigação principal.

Os produtos de previdência privada subdividem-se essencialmente em: (i) Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL): que possuem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, cujo pagamento é realizado por meio de renda; e (ii) Tradicional: plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade, que não são mais comercializados.

Os ativos financeiros relacionados aos contratos de seguro e previdência privada são compostos principalmente por títulos públicos mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangente, sendo esses últimos preferencialmente relacionados aos ativos garantidores das obrigações de longo prazo. Desta forma, os efeitos a valor presente dos fluxos de caixa projetados dos contratos de seguro e previdência privada são substancialmente neutralizados por esses ativos financeiros VJORA.

A seguir são apresentadas as carteiras de contratos de seguro e previdência privada e abordagem de mensuração:

	31/12/2024			31/12/2023		
	(Ativo) / Passivo	Resultado Contratual	Resultado Financeiro	(Ativo) / Passivo	Resultado Contratual	Resultado Financeiro
Modelo Padrão (BBA)	**16.399**	**2.332**	**(1.385)**	**15.762**	**2.361**	**(538)**
Seguros	5.752	2.463	(268)	5.134	2.461	(242)
Previdência Privada	10.647	(131)	(1.117)	10.628	(100)	(296)
Variable Fee Approach (VFA)	**289.823**	**1.869**	**(22.310)**	**255.193**	**1.709**	**(28.044)**
Previdência Privada	289.823	1.869	(22.310)	255.193	1.709	(28.044)
Modelo Simplificado (PAA)	**611**	**2.335**	**16**	**450**	**2.062**	**(3)**
Seguros	631	2.382	11	488	2.068	(2)
Resseguro	(20)	(47)	5	(38)	(6)	(1)
Total dos Contratos de Seguro e Previdência Privada	**306.833**	**6.536**	**(23.679)**	**271.405**	**6.132**	**(28.585)**
Seguros	**6.383**	**4.845**	**(257)**	**5.622**	**4.529**	**(244)**
Resseguro	**(20)**	**(47)**	**5**	**(38)**	**(6)**	**(1)**
Previdência Privada	**300.470**	**1.738**	**(23.427)**	**265.821**	**1.609**	**(28.340)**
Circulante	**611**	-.-	-.-	**450**		
Não Circulante	**306.222**	-.-	-.-	**270.955**		

NOTA 14 - EVENTO SUBSEQUENTE

Em 05 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a proposta: (i) do aumento do capital social no valor de R$ 33.334, passando de R$ 90.729 para R$ 124.063, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias; (ii) de que o aumento de capital será efetivado com a emissão de 980.413.535 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 495.829.036 ordinárias e 484.584.499 preferenciais, que serão atribuídas de forma gratuita aos detentores de ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a título de bonificação, na proporção de 1 nova ação, da mesma espécie, para cada 10 ações possuídas, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas.

Adicionalmente, na mesma data, o Conselho de Administração deliberou sobre o Programa de recompra de ações de emissão própria: (i) encerrar a partir desta data, por antecipação, o atual programa que venceria em 04/08/2025; e (ii) aprovar o novo programa, que passará a vigorar a partir desta data até 05/02/2026, autorizando a aquisição de até 200.000.000 de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social. O novo programa de recompra de ações tem como objetivos: (a) cancelar ações de emissão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sendo que o Conselho de Administração deliberou a destinação do montante de R$ 3 bilhões do resultado de 2024 para essa finalidade; e (b) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas no âmbito dos seus modelos de remuneração, dos seus planos de incentivos de longo prazo e de seus projetos institucionais. As aquisições ocorrerão em bolsa de valores, a valor de mercado e intermediadas pela Itaú Corretora de Valores S.A.





CONHEÇA O PORTAL AGRO

Conteúdo relevante para a gestão de toda a cadeia de abastecimento

Uma parceria: ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO



Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS A 31/12/2024

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
- https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/
- www.itau.com.br/relacoes-com-investidores
- https://sistemas.cvm.gov.br/
- https://www.b3.com.br/pt_br/

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 05 de fevereiro de 2025, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhões de reais)*

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e Não Circulante	**253.802**	**229.349**
Disponibilidades	**4.980**	**2.365**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**47.518**	**48.755**
Aplicações no Mercado Aberto	31.728	26.399
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.790	22.356
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**13.659**	**3.253**
Carteira Própria	13.656	3.026
Instrumentos Financeiros Derivativos	3	227
Relações Interdependências	**79**	**54**
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	**156.209**	**143.370**
Operações com Características de Concessão de Crédito	167.784	156.497
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(11.575)	(13.127)
Outros Créditos	**30.112**	**30.608**
Ativos Fiscais Correntes	4.864	4.170
Ativos Fiscais Diferidos	16.252	13.946
Rendas a Receber	3.092	6.151
Depósitos em Garantia de Contingências, Provisões e Obrigações Legais	1.984	1.896
Diversos	3.920	4.445
Outros Valores e Bens	**1.245**	**944**
Bens Não Destinados a Uso	41	45
(Provisões para Desvalorizações)	(7)	(7)
Outros Ativos Não Financeiros	11	-.-
Despesas Antecipadas	1.200	906
Permanente	**203.932**	**178.978**
Investimentos	**203.542**	**178.587**
Controladas	203.542	178.587
Imobilizado	**5**	**4**
Imóveis	1	-.-
Outras Imobilizações	18	14
(Depreciações Acumuladas)	(14)	(10)
Intangível	**385**	**387**
Ativos Intangíveis	3.092	3.068
(Amortização Acumulada)	(2.707)	(2.681)
Total do Ativo	**457.734**	**408.327**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e Não Circulante	**255.592**	**225.822**
Depósitos	**91.616**	**82.678**
Depósitos à Vista	106	125
Depósitos Interfinanceiros	91.510	82.553
Captações no Mercado Aberto	**8.247**	**1.434**
Carteira Livre Movimentação	8.247	1.434
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**5.009**	**4.049**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.479	1.003
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.530	3.046
Relações Interfinanceiras	**66.961**	**59.258**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	66.961	59.258
Instrumentos Financeiros Derivativos	**140**	-.-
Provisões para Compromissos de Empréstimos	**1.471**	**552**
Provisões	**1.241**	**1.265**
Outras Obrigações	**80.907**	**76.586**
Obrigações Fiscais Correntes	1.852	1.220
Obrigações Fiscais Diferidas	627	632
Sociais e Estatutárias	5.427	4.746
Dívidas Subordinadas	37.807	39.571
Diversas	35.194	30.417
Patrimônio Líquido	**202.142**	**182.505**
Capital Social	90.729	90.729
Reservas de Capital	2.729	2.617
Reservas de Lucros	106.866	93.729
Outros Resultados Abrangentes	2.727	(4.559)
(Ações em Tesouraria)	(909)	(11)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**457.734**	**408.327**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira	**10.736**	**20.596**	**22.689**
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	9.093	17.942	17.339
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Outros	2.043	3.322	5.355
Resultado de Operações de Câmbio	(400)	(668)	(5)
Despesas da Intermediação Financeira	**(7.593)**	**(14.122)**	**(15.521)**
Operações de Captação no Mercado	(7.537)	(13.877)	(14.382)
Operações de Empréstimos e Repasses	(56)	(245)	(1.139)
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	**3.143**	**6.474**	**7.168**
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	**(4.629)**	**(9.598)**	**(10.471)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.451)	(11.093)	(11.415)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	822	1.495	944
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**(1.486)**	**(3.124)**	**(3.303)**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**18.707**	**36.755**	**34.497**
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	6.412	12.219	10.725
Despesas de Pessoal	(191)	(313)	(208)
Outras Despesas Administrativas	(2.705)	(5.232)	(5.053)
Despesas de Provisões	(104)	(148)	(554)
Provisões Cíveis	(109)	(196)	(362)
Provisões Trabalhistas	4	(4)	(7)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	1	52	(185)
Despesas Tributárias	(926)	(1.788)	(1.730)
Resultado de Participações em Controladas	17.883	35.636	34.949
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(1.662)	(3.619)	(3.632)
Resultado Operacional	**17.221**	**33.631**	**31.194**
Resultado não Operacional	**(3)**	**(6)**	**(15)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**17.218**	**33.625**	**31.179**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**2.039**	**3.724**	**2.233**
Devidos sobre Operações do Período	1.243	1.154	172
Referentes a Diferenças Temporárias	796	2.570	2.061
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias	**(13)**	**(31)**	**(23)**
Lucro Líquido	**19.244**	**37.318**	**33.389**
Lucro por Ação - Básico			
Ordinárias	1,97	3,81	3,41
Preferenciais	1,97	3,81	3,41
Lucro por Ação - Diluído			
Ordinárias	1,95	3,78	3,38
Preferenciais	1,95	3,78	3,38
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica			
Ordinárias	4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais	4.831.695.038	4.831.104.001	4.840.883.862
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída			
Ordinárias	4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais	4.919.817.905	4.911.006.957	4.908.283.361

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhões de reais)*

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido	**19.244**	**37.318**	**33.389**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.925	822	1.948
Variação de Valor Justo	102	340	(191)
Efeito Fiscal	(47)	(160)	90
Coligadas / Controladas	1.870	642	2.049
Hedge	(1.087)	(2.044)	679
Hedge de Fluxo de Caixa	(418)	(374)	220
Variação de Valor Justo	(12)	(16)	(82)
Efeito Fiscal	6	8	39
Coligadas / Controladas	(412)	(366)	263
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	(669)	(1.670)	459
Variação de Valor Justo	(710)	(2.516)	721
Efeito Fiscal	349	1.231	(336)
Coligadas / Controladas	(308)	(385)	74
Contratos de Seguro e Previdência Privada	72	259	-.-
Variação na Taxa de Juros	126	453	-.-
Efeito Fiscal	(54)	(194)	-.-
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (1)	(96)	(115)	(324)
Remensurações	(4)	(4)	15
Efeito Fiscal	2	2	(6)
Coligadas / Controladas	(94)	(113)	(333)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	3.847	8.364	(724)
Variação de Valor Justo	432	1.411	(1.116)
Coligadas / Controladas	3.415	6.953	392
Total de Outros Resultados Abrangentes	**4.661**	**7.286**	**1.579**
Total do Resultado Abrangente	**23.905**	**44.604**	**34.968**

1) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO *(Em milhões de reais)*

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas	**13.873**	**26.373**	**25.106**
Intermediação Financeira	10.736	20.596	22.689
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	6.412	12.219	10.725
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.629)	(9.598)	(10.471)
Outras	1.354	3.156	2.163
Despesas	**(9.120)**	**(17.713)**	**(19.409)**
Intermediação Financeira	(7.593)	(14.122)	(15.521)
Outras	(1.527)	(3.591)	(3.888)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(2.703)**	**(5.228)**	**(5.052)**
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	(588)	(1.108)	(1.142)
Propaganda, Promoções e Publicações	(75)	(164)	(233)
Outras	(2.040)	(3.956)	(3.677)
Valor Adicionado Bruto	**2.050**	**3.432**	**645**
Depreciação e Amortização	**(37)**	**(72)**	**(76)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**2.013**	**3.360**	**569**
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial	**17.883**	**35.636**	**34.949**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**19.896**	**38.996**	**35.518**
Distribuição do Valor Adicionado	**19.896**	**38.996**	**35.518**
Pessoal	186	283	182
Remuneração Direta	173	256	156
Benefícios	11	24	25
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	2	3	1
Impostos, Taxas e Contribuições	464	1.391	1.946
Federais	287	1.051	1.703
Municipais	177	340	243
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	2	4	1
Remuneração de Capitais Próprios	19.244	37.318	33.389
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	22.239	28.104	23.315
Lucros Retidos aos Acionistas	(2.995)	9.214	10.074

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhões de reais)*

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Lucro Líquido Ajustado	**(821)**	**8.034**	**11.880**
Lucro Líquido	19.244	37.318	33.389
Ajustes ao Lucro Líquido	(20.065)	(29.284)	(21.509)
Pagamento Baseado em Ações	404	217	200
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.451	11.093	11.415
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada	(7.929)	(3.174)	1.950
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	15	31	11
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	104	200	369
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	1	(107)	(103)
Tributos Diferidos	(796)	(2.570)	(2.061)
Resultado de Participações em Controladas	(17.883)	(35.636)	(34.949)
Amortização de Ágio	22	45	45
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(482)	(733)	(177)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	1.004	1.314	1.683
Outros	24	36	108
Variação de Ativos e Passivos	**13.106**	**6.536**	**4.881**
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.450	3.741	17.156
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.109)	(153)	(54)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)	8.488	7.678	5.741
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	(18.034)	(23.932)	(22.807)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	228	409	(1.350)
(Redução) / Aumento em Passivos			
Depósitos	4.646	8.938	6.476
Captações no Mercado Aberto	6.213	6.813	1.434
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.338	960	(4.476)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-.-	-.-	(48)
Provisões e Outras Obrigações	4.888	2.086	2.869
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(4)	(60)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**12.285**	**14.570**	**16.761**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	18.679	20.719	20.381
(Aquisição) / Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(7.604)	(9.041)	(2.002)
(Aquisição) / Alienação de Investimentos	73	1.082	(488)
(Aquisição) / Alienação de Imobilizado	9	10	19
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**11.157**	**12.770**	**17.910**
Captação em Obrigações por Dívida Subordinada	6.880	7.859	2.170
Resgate em Obrigações por Dívida Subordinada	(5.683)	(6.449)	(11.478)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	25	772	689
Aquisição de Ações para Tesouraria	(555)	(1.775)	(689)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(5.053)	(21.314)	(10.348)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(4.386)**	**(20.907)**	**(19.656)**
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	**19.056**	**6.433**	**15.015**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	14.397	27.330	13.998
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.004)	(1.314)	(1.683)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	32.449	32.449	27.330
Disponibilidades		4.980	2.365
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada		27.469	24.965

Eufrázio



Itaú Unibanco Holding S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhões de reais)*

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes: Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (1)	Lucros Acumulados	Total
Total - 01/07/2024	**90.729**	**(376)**	**2.322**	**94.388**	**(1.230)**	**187**	**(1.863)**	**5.909**	**(4.937)**	**-,-**	**185.129**
Adoção de Política Contábil	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-
Transações com os Acionistas	-,-	(533)	407	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(126)**
Aquisição de Ações em Tesouraria	-,-	(555)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(555)**
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-,-	22	3	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**25**
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-,-	-,-	404	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**404**
Reorganização Societária	-,-	-,-	-,-	(34)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(34)**
Outros	-,-	-,-	-,-	2	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**2**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	16	**16**
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	-,-	1.925	72	(96)	3.847	(1.087)	19.244	**23.905**
Lucro Líquido	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	19.244	**19.244**
Outros Resultados Abrangentes	-,-	-,-	-,-	-,-	55	-,-	(2)	432	(367)	-,-	**118**
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	-,-	-,-	-,-	-,-	1.870	72	(94)	3.415	(720)	-,-	**4.543**
Destinações:											
Reserva Legal	-,-	-,-	-,-	502	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(502)	-,-
Reservas Estatutárias	-,-	-,-	-,-	(3.481)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	3.481	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	12.229	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(12.229)	-,-
Juros sobre o Capital Próprio	-,-	-,-	-,-	3.260	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(10.010)	**(6.750)**
Total - 31/12/2024	**90.729**	**(909)**	**2.729**	**106.866**	**695**	**259**	**(1.959)**	**9.756**	**(6.024)**	**-,-**	**202.142**
Mutações do Período	**-,-**	**(533)**	**407**	**12.478**	**1.925**	**72**	**(96)**	**3.847**	**(1.087)**	**-,-**	**17.013**
Total - 01/01/2023	**90.729**	**(71)**	**2.477**	**75.103**	**(2.075)**	**-,-**	**(1.520)**	**2.116**	**(4.659)**	**-,-**	**162.100**
Adoção de Política Contábil	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	2.806	-,-	(2.613)	**193**
Transações com os Acionistas	-,-	60	140	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**200**
Aquisição de Ações em Tesouraria	-,-	(689)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(689)**
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-,-	749	(2)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**747**
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-,-	-,-	142	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**142**
Reorganização Societária	-,-	-,-	-,-	112	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**112**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	53	**53**
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	-,-	1.948	-,-	(324)	(3.530)	679	33.389	**32.162**
Lucro Líquido	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	33.389	**33.389**
Outros Resultados Abrangentes	-,-	-,-	-,-	-,-	(101)	-,-	9	(1.116)	342	-,-	**(866)**
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	-,-	-,-	-,-	-,-	2.049	-,-	(333)	(2.414)	337	-,-	**(361)**
Destinações:											
Reserva Legal	-,-	-,-	-,-	1.669	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(1.669)	-,-
Reservas Estatutárias	-,-	-,-	-,-	5.845	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(5.845)	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	11.000	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(11.000)	-,-
Juros sobre o Capital Próprio	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(12.315)	**(12.315)**
Total - 31/12/2023	**90.729**	**(11)**	**2.617**	**93.729**	**(127)**	**-,-**	**(1.844)**	**1.392**	**(3.980)**	**-,-**	**182.505**
Mutações do Período	**-,-**	**60**	**140**	**18.626**	**1.948**	**-,-**	**(324)**	**(724)**	**679**	**-,-**	**20.405**
Total - 01/01/2024	**90.729**	**(11)**	**2.617**	**93.729**	**(127)**	**-,-**	**(1.844)**	**1.392**	**(3.980)**	**-,-**	**182.505**
Transações com os Acionistas	-,-	(898)	112	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(786)**
Aquisição de Ações em Tesouraria	-,-	(1.775)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(1.775)**
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-,-	877	(17)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**860**
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-,-	-,-	129	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**129**
Reorganização Societária	-,-	-,-	-,-	(362)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(362)**
Outros	-,-	-,-	-,-	(236)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(236)**
Dividendos - Declarados após período anterior	-,-	-,-	-,-	(11.000)	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	**(11.000)**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	32	**32**
Total do Resultado Abrangente	-,-	-,-	-,-	-,-	822	259	(115)	8.364	(2.044)	37.318	**44.604**
Lucro Líquido	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	37.318	**37.318**
Outros Resultados Abrangentes	-,-	-,-	-,-	-,-	180	-,-	(2)	1.411	(1.293)	-,-	**296**
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	-,-	-,-	-,-	-,-	642	259	(113)	6.953	(751)	-,-	**6.990**
Destinações:											
Reserva Legal	-,-	-,-	-,-	1.406	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(1.406)	-,-
Reservas Estatutárias	-,-	-,-	-,-	7.840	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(7.840)	-,-
Dividendos	-,-	-,-	-,-	12.229	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(12.229)	-,-
Juros sobre o Capital Próprio	-,-	-,-	-,-	3.260	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	(15.875)	**(12.615)**
Total - 31/12/2024	**90.729**	**(909)**	**2.729**	**106.866**	**695**	**259**	**(1.959)**	**9.756**	**(6.024)**	**-,-**	**202.142**
Mutações do Período	**-,-**	**(898)**	**112**	**13.137**	**822**	**259**	**(115)**	**8.364**	**(2.044)**	**-,-**	**19.637**

1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO

(Em milhões de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2025.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para Períodos Futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros:

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. Adoção será prospectiva em 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge*, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, segundo suas melhores estimativas, considera que as novas classificações de instrumentos financeiros e a alteração do provisionamento de perda espera associadas ao risco de crédito não produzem, individualmente e no total, efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido os efeitos fiscais.

c) Políticas Contábeis, estimativas críticas e julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (Operações com Características de Concessão de Crédito)

Registradas a valor presente, calculadas *pro rata die* com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações (operações não performando). Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pela empresa é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (Ratings AA-H), de forma individual ou coletiva. Além da classificação de atraso, considera também os seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação.
- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

III - Investimentos

São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização, quando aplicável.

NOTA 3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito

I - Por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2024 AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	31/12/2023 Total
					Operações em Curso Anormal (1)						
Parcelas Vincendas	-,-	-,-	**737**	**797**	**636**	**333**	**168**	**140**	**1.774**	**4.579**	**5.684**
01 a 30	-,-	-,-	44	49	30	17	10	7	100	257	310
31 a 60	-,-	-,-	44	47	29	17	10	7	96	250	291
61 a 90	-,-	-,-	39	43	27	15	8	7	87	226	262
91 a 180	-,-	-,-	111	116	75	42	23	19	228	614	731
181 a 365	-,-	-,-	182	191	133	71	39	32	375	1.023	1.211
Acima de 365 dias	-,-	-,-	317	351	336	171	78	68	888	2.209	2.879
Parcelas Vencidas	-,-	-,-	**235**	**270**	**284**	**426**	**459**	**708**	**3.859**	**6.243**	**7.530**
01 a 14	-,-	-,-	2	24	16	8	4	4	44	102	124
15 a 30	-,-	-,-	229	35	16	16	16	5	72	389	428
31 a 60	-,-	-,-	4	207	40	139	51	13	130	584	719
61 a 90	-,-	-,-	-,-	3	210	27	168	27	162	597	813
91 a 180	-,-	-,-	-,-	1	4	236	220	659	641	1.761	2.149
181 a 365	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	2.808	2.808	3.268
Acima de 365 dias	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-	2	2	29
Subtotal (a)	-,-	-,-	**972**	**1.067**	**916**	**759**	**627**	**848**	**5.633**	**10.822**	**13.214**
Subtotal 31/12/2023	-,-	-,-	**1.073**	**1.474**	**958**	**1.094**	**859**	**1.156**	**6.600**	**13.214**	
					Operações em Curso Normal						
Parcelas Vincendas	**38.072**	**88.234**	**24.917**	**2.784**	**472**	**378**	**347**	**236**	**923**	**156.363**	**142.534**
01 a 30	3.559	34.801	5.365	209	54	65	67	32	171	44.323	39.841
31 a 60	2.225	15.208	2.725	169	34	41	36	19	85	20.542	18.265
61 a 90	1.879	9.221	1.860	148	28	31	27	15	61	13.270	12.866
91 a 180	5.026	16.382	3.905	369	61	66	58	34	124	26.025	23.321
181 a 365	8.094	9.513	3.723	568	80	63	57	42	133	22.273	20.147
Acima de 365 dias	17.289	3.109	7.339	1.321	215	112	102	94	349	29.930	28.094
Parcelas Vencidas até 14 dias	**90**	**343**	**103**	**22**	**7**	**7**	**11**	**3**	**13**	**599**	**749**
Subtotal (b)	**38.162**	**88.577**	**25.020**	**2.806**	**479**	**385**	**358**	**239**	**936**	**156.962**	**143.283**
Subtotal 31/12/2023	**36.755**	**89.695**	**10.943**	**2.964**	**610**	**619**	**453**	**327**	**917**	**143.283**	
					31/12/2024						
Total da Carteira (a+b)	**38.162**	**88.577**	**25.992**	**3.873**	**1.395**	**1.144**	**985**	**1.087**	**6.569**	**167.784**	**156.497**
Provisão (2)	(192)	(885)	(2.191)	(394)	(423)	(595)	(711)	(1.086)	(6.569)	(13.046)	(13.679)
Provisão Circulante										**(7.401)**	**(10.451)**
Provisão Não Circulante										**(5.645)**	**(3.228)**
					31/12/2023						
Total da Carteira	**36.755**	**89.695**	**12.016**	**4.438**	**1.568**	**1.713**	**1.312**	**1.483**	**7.517**	**156.497**	
Provisão (2)	(183)	(897)	(865)	(445)	(474)	(881)	(930)	(1.487)	(7.517)	(13.679)	

1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência. 2) Inclui Provisão de Compromissos de Empréstimos.



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2024 E 31/12/2023 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2024 E 2023 PARA RESULTADO

(Em milhões de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

b) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial - 01/01	**(13.679)**	**(14.552)**
Constituição Líquida do Período	(11.093)	(11.415)
Mínima	(10.266)	(11.713)
Complementar	(827)	298
Write-Off	11.726	12.288
Saldo Final	**(13.046)**	**(13.679)**
Mínima	(9.124)	(10.584)
Complementar	(3.922)	(3.095)

NOTA 4 - INVESTIMENTOS

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Empresas	Saldos em 31/12/2023 - Valor Patrimonial - Patrimônio Líquido	Saldos em 31/12/2023 - Valor Patrimonial - Variação Cambial e *Hedge* de Investimento - Moeda Funcional Diferente de Real	Saldos em 31/12/2023 - Ajuste a Critério da Investidora (1)	Saldos em 31/12/2023 - Resultado não Realizado	Saldos em 31/12/2023 - Ágio	Saldos em 31/12/2023 - Total	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024 - Amortização de Ágio	Dividendos Pagos/Provisionados (2)	Resultado de Participações em Controladas - Lucro Líquido/(Prejuízo)	Resultado de Participações em Controladas - Ajuste a Critério da Investidora (1)	Resultado de Participações em Controladas - Resultado não Realizado e Outros	Resultado de Participações em Controladas - Total	Variação Cambial e *Hedge* de Investimento - Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste de TVM de Controladas e Outros	Eventos Societários (3)	Saldos em 31/12/2024	Resultado de Participações em Controladas de 01/01 a 31/12/2023
Controladas																	
No País	**172.006**	**(3.749)**	**1.253**	**(24)**	-.-	**169.486**	-.-	**(16.021)**	**31.773**	**49**	**1.286**	**33.108**	**6.954**	**(1.372)**	**(452)**	**191.703**	**33.085**
Itaú Unibanco S.A.	144.681	(3.720)	1.084	(21)	-.-	142.024	-.-	(11.432)	26.672	35	1.310	28.017	6.954	(975)	1.966	166.554	28.643
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	9.484	-.-	1	(3)	-.-	9.482	-.-	(1.356)	649	-.-	-.-	649	-.-	(51)	-.-	8.724	775
Banco Itaucard S.A.	5.126	1	6	-.-	-.-	5.133	-.-	(199)	217	-.-	-.-	217	-.-	-.-	(5.100)	51	297
Banco Itaú BBA S.A.	3.427	(26)	86	-.-	-.-	3.487	-.-	(98)	796	(1)	-.-	795	-.-	(74)	(4.110)	-.-	1.346
Itaú Corretora de Valores S.A.	3.206	-.-	11	-.-	-.-	3.217	-.-	(220)	298	-.-	-.-	298	-.-	-.-	-.-	3.295	449
Itauseg Participações S.A.	3.217	-.-	-.-	-.-	-.-	3.217	-.-	(1.300)	844	-.-	-.-	844	(1)	(211)	(10)	2.539	781
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	1.124	(4)	-.-	-.-	-.-	1.120	-.-	(39)	134	-.-	-.-	134	-.-	(1)	(1)	1.213	76
Outras Participações	1.741	-.-	65	-.-	-.-	1.806	-.-	(1.377)	2.163	15	(24)	2.154	1	(60)	6.803	9.327	718
No Exterior	**8.393**	**607**	-.-	**(1)**	**102**	**9.101**	**(45)**	**(1.440)**	**2.525**	-.-	**3**	**2.528**	**1.359**	**48**	**288**	**11.839**	**1.864**
Banco Itaú Chile	4.524	270	-.-	(2)	102	4.894	(45)	(153)	404	-.-	-.-	404	661	61	-.-	5.822	435
Banco Itaú Uruguay S.A.	3.127	134	-.-	4	-.-	3.265	-.-	(986)	1.901	-.-	-.-	1.901	546	(13)	-.-	4.713	1.206
Outras Participações	742	203	-.-	(3)	-.-	942	-.-	(301)	220	-.-	3	223	152	-.-	288	1.304	223
Total	**180.399**	**(3.142)**	**1.253**	**(25)**	**102**	**178.587**	**(45)**	**(17.461)**	**34.298**	**49**	**1.289**	**35.636**	**8.313**	**(1.324)**	**(164)**	**203.542**	**34.949**

1) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora.
2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Rendas a Receber.
3) Contemplam eventos societários decorrentes de aquisições, alienações, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital.

NOTA 5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R$ 0,022 por ação não cumulativo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING antecipa mensalmente o dividendo mínimo obrigatório, utilizando a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R$ 0,015 por ação.

I - Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2024
Lucro Líquido Individual Estatutário	37.318
Ajustes:	
(-) Reserva Legal - 5% (1)	(1.406)
Base de Cálculo do Dividendo	**35.912**
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	8.978
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados / Destacados	**25.724**

1) Reserva Legal deve ser constituída obrigatoriamente até o limite de 20% do Capital Social.

II - Remuneração aos Acionistas

	Valor por Ação (R$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		**6.729**	**(1.009)**	**5.720**
Juros sobre o Capital Próprio - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2024	0,0150	1.901	(285)	1.616
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 30/08/2024	0,2055	2.370	(356)	2.014
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 30/08/2024	0,2134	2.458	(368)	2.090
Provisionados (Registrados em Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias)		**5.886**	**(882)**	**5.004**
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 02/01/2025	0,0150	173	(26)	147
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 29/08/2024 a serem pagos até 30/04/2025	0,2320	2.673	(400)	2.273
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 28/11/2024 a serem pagos em 30/04/2025	0,2640	3.040	(456)	2.584
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido		**15.489**	**(489)**	**15.000**
Juros sobre o Capital Próprio	0,2834	3.260	(489)	2.771
Dividendos	1,2509	12.229	-.-	12.229
Total - 01/01 a 31/12/2024		**28.104**	**(2.380)**	**25.724**
Total - 01/01 a 31/12/2023		**23.315**	**(1.847)**	**21.468**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2024 e considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo (SP), 05 de fevereiro de 2025.

GILBERTO FRUSSA – Presidente
IGOR BARENBOIM – Conselheiro
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI – Conselheiro

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
ACESSE E CONHEÇA
LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)
ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS
LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

Telefonia **Nova aposta**

Apple lança iPhone de entrada por até R$ 8,1 mil

Sucessor da versão SE chega rebatizado de iPhone 16e e traz diversas mudanças em relação às gerações anteriores

BRUNA ARIMATHEA



APPLE/DIVULGAÇÃO

Aparelho estará em pré-venda no Brasil a partir do dia 28 deste mês

Grandes mudanças apareceram no novo iPhone SE, modelo "barato" da marca que aparece como dispositivo de entrada da Apple. Lançado ontem, o aparelho mudou de nome – para esta quarta geração, será iPhone 16e –, perdeu o botão de home na tela e chegou com um design mais alinhado com os demais celulares da empresa. O iPhone 16e vai estar disponível para pré-venda no Brasil a partir de 28 de fevereiro. A versão com 128 GB de armazenamento vai custar R$ 5,8 mil, preço que sobe para R$ 6,6 mil referente ao modelo de 256 GB e para R$ 8,1 mil no de 512 GB.

Esse é o primeiro lançamento da linha de iPhones mais "baratos" desde 2022, quando a Apple lançou a terceira geração do aparelho. Na época, o modelo apresentou uma estrutura ainda arcaica para o que se tinha no momento – enquanto o aparelho do ano era o iPhone 14, o iPhone SE surgiu com praticamente a mesma aparência de um iPhone 8.

MODERNIZAÇÃO. A renovação, portanto, significa uma modernização da linha, ao mesmo tempo que tenta acompanhar o que existe de relevante para aparelhos atualmente: recursos de IA. Com chip A18, o mesmo do iPhone 16, o novo iPhone 16e tem compatibilidade com a Apple Intelligence, sistema de IA da companhia que traz ferramentas como edição de fotos, vídeos e transcrição de áudio, por exemplo. Até o momento, esses recursos estão disponíveis apenas nos modelos 15 Pro, 15 Pro Max e na família do iPhone 16.

O modelo também chega com uma lente traseira de 48 MP, câmera frontal de 12 MP e tela de 6,1 polegadas – o mesmo tamanho do iPhone padrão. Apesar de ganhar o entalhe e perder a borda superior da tela, o aparelho não possui a Ilha Dinâmica, recurso em que o recorte da câmera é uma espécie de tela flutuante, que surgiu com o iPhone 14.

Além disso, o novo iPhone também deve incluir as mesmas opções do botão de ação que o iPhone 16 já possui, com a tecla no lugar da chave que, antes, acionava o modo silencioso do sistema. O botão controle de câmera, porém, não apareceu no aparelho. Lançado no ano passado, a tecla tem sensibilidade aos movimentos e pode mudar de configuração ou ajustar o zoom da lente ao deslizar o dedo sobre ele.

O modelo ainda inclui um modem de internet desenvolvido pela própria Apple – o primeiro feito pela empresa –, chamado C1, que deve otimizar a conexão 5G no aparelho.

Com o lançamento, a Apple descontinuou a antiga geração de iPhone SE, de 2022, além dos modelos iPhone 14 e iPhone 14 Plus. "O iPhone 16e traz os recursos que nossos usuários adoram na linha iPhone 16, incluindo uma bateria de longa duração, desempenho rápido com o chip A18 de última geração, um inovador sistema de câmera 2 em 1 e a inteligência da Apple", disse Kaiann Drance, vice-presidente de Marketing Mundial de Produtos para iPhone da Apple, em comunicado.

Em relação ao modelo anterior, houve alta de preços tanto nos EUA (de US$ 429 para US$ 599) como no Brasil (de R$ 4,3 mil para R$ 5,8 mil). ●

> **Avançado**
> **Aparelho traz recursos de inteligência artificial e o chip A18, o mesmo do iPhone 16**

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA




LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES


CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)


ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

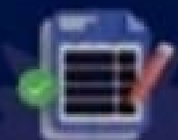
e|investidor ESTADÃO



Planilha de gastos
e|investidor

Controle seus gastos mensais de forma **rápida e fácil** com a planilha automática de orçamento do E-Investidor

O QUE ESPERAR DESTE MATERIAL:



Planilha automatizada



Despesas por categorias



Real X Previsto



Visão anual



Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** e acesse agora a nossa planilha exclusiva



DNIT — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL — BRASIL — UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90033/2025 - UASG 393003

Nº Processo: 50600.029114/2024-26. Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no DOU de 06/02/2025, foi alterado. Objeto: Contratação consiste na subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft, com direito de atualização e suporte, garantindo a regularização do DNIT junto à fabricante, proprietária intelectual dos aplicativos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 7. Novo Edital: 20/02/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: SAUN Quadra 3 Bloco a, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-5-90033-2025. Entrega das Propostas: a partir de 20/02/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 10/03/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido nos sítios - www.dnit.gov.br ouwww.gov.br/compras. Estabelecidas no Edital e seus anexos.

ROSANGELA BEZERRA DOS SANTOS
Pregoeira

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 172ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18.3 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Caramuru Alimentos S.A."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 10:45 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares de CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia instalar-se-á, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados, e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 94ª (Nonagésima Quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 94ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 15.2.2., e seguintes, do *"Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 94ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreado em Créditos do Agronegócio devidos pela Destilaria de Álcool Libra Ltda."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (Primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de março de 2025, às 15:45 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, ou a realizar-se em 2ª (Segunda) convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no **dia 20 de março de 2025, às 14:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso Assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á em 1ª (Primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, a maioria dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem, no mínimo, a maioria simples dos CRA em Circulação. (ii) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á em 2ª (Segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por qualquer número de votos dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia de Titulares de CRA. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados, e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do *chat* que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

AVISO DE LICITAÇÃO

Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2025012000068 – Fornecimento de utensílios de cozinha para as Unidades Taubaté e Casa Verde. Abertura: 07/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000070 – Serviços especializados em compostagem de resíduos orgânicos para a Unidade Casa Verde. Abertura: 24/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000073 – Serviços especializados de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada, para a Unidade 14 Bis. Abertura: 18/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000074 – Serviços especializados de transporte rodoviário de valores para Diversas Unidades. Abertura: 17/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000078 – Serviços especializados de limpeza e conservação para a Administração Central - Casa Verde. Abertura: 13/03/2025 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª (centésima décima quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18.3 *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Caramuru Alimentos S.A."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de março de 2025, às 16:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares de CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda as matérias serão aprovadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, em primeira convocação. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 93ª (Nonagésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 93ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 17.3 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 93ª (Nonagésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em assembleia geral de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de março de 2025, às 15:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:* (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares de CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação ou dos CRA em Circulação da respectiva Série, conforme aplicável. As deliberações em Assembleia, em primeira convocação, serão tomadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação ou dos CRA em Circulação da respectiva Série, conforme aplicável. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Varejo Remodelado

Shopping Iguatemi terá teatro, rooftop e novas lojas em 2026

Novidades devem ser inauguradas quando o empreendimento na Faria Lima completa 60 anos

ALEX SILVA/ESTADÃO



Shopping Iguatemi, na zona oeste de São Paulo: interesse do mercado

CIRCE BONATELLI

O shopping center mais antigo da América Latina passa por uma remodelação. O Iguatemi São Paulo ganhará teatro, rooftop, novas lojas de grife e restaurantes. As obras começaram no ano passado e vão acelerar neste ano. A entrega será em 2026, quando o empreendimento completará 60 anos.

As novidades foram compartilhadas pela presidente do Iguatemi, Cristina Betts, durante teleconferência com investidores e analistas ontem. "Queremos inaugurar tudo isso em 2026, no aniversário de 60 anos. O ponto de comemoração será o rooftop", contou. A executiva disse que o movimento do shopping é intenso e que a falta de mais restaurantes se tornou um gargalo a ser resolvido.

O projeto abrange um teatro com 250 assentos, que deverá ser usado para apresentações e eventos corporativos. O local deve ser inaugurado ainda neste semestre.

O rooftop, na parte voltada ao estacionamento arborizado nos fundos, ficará para o ano que vem e contará com novos restaurantes e lojas. A área será conectada por um novo conjunto de escadas rolantes e exigirá um acerto no teto do shopping.

Com as mudanças estruturais, o grupo busca revitalizar o shopping. Um dos pontos centrais será atrair outras flagships – lojas que servem de referências para suas redes. No ano passado, já foi feita uma mudança de lugar na praça de alimentação, que abriu espaço para a troca de lojistas. A mais importante foi a inauguração da primeira flagship da Tiffany na América Latina. A joalheria já estava no shopping, numa área frontal. Após a mudança, ganhou um espaço maior no miolo do empreendimento, inaugurado em dezembro.

"A Tiffany teve uma venda absurda. No mês de dezembro, ela vendeu mais do que muitos shoppings vendem no ano", comentou Betts. "Foi uma loucura a nova abertura da Tiffany."

FILA DE ESPERA. Dono de uma rede de 16 shoppings, o Iguatemi tem uma fila de espera de lojistas interessados em entrar nos seus empreendimentos, o que permitirá à companhia ser mais "dura" na escolha dos novos varejistas e daqueles que permanecerão.

A empresa encerrou 2024 com 97,7% da área dos seus shoppings ocupada. O patamar é recorde e representa um crescimento expressivo na comparação com o fim de 2023, quando estava em 93,3%.

"Nunca nos rendemos a ocupar a área vaga com lojas de pouca qualificação. Apanhamos bastante nos últimos trimestres, mas valeu a pena", afirmou Cristina. "Agora temos pouco espaço e temos de ser mais efetivos em fazer o churn (*desligamento*) de quem está menos produtivo", disse, se referindo aos lojistas que têm um baixo índice de vendas por metro quadrado.

> *"Nunca nos rendemos a ocupar área vaga com loja de pouca qualidade. Mas valeu a pena. Hoje temos pouco espaço e temos de ser efetivos em desligar quem está menos produtivo"*
> **Cristina Betts**
> Presidente do Iguatemi

A ideia, segundo ela, é substituir esses comércios por outros com maior potencial de vendas e atração de clientes. Isso, no futuro, ajudará o grupo a ampliar também a receita com locação. "Temos de lutar pelos espaços", disse.

A executiva citou ainda que os descontos nos aluguéis já foram quase totalmente removidos, representando cerca de 3% da receita de locação, menor patamar da história.

A presidente do Iguatemi destacou ainda o bom desempenho das vendas da rede de shoppings, que tiveram aumento de 19,2% em 2024 e seguiram fortes neste começo de ano, subindo cerca de 10% em janeiro.

"A explosão das vendas têm a ver com maior ocupação dos shoppings e qualificação dos lojistas", explicou. Outro destaque foi o desempenho das vendas das marcas de luxo, cujo desempenho tem sido "estelar", conforme suas palavras.

Em 2024, o Iguatemi teve um lucro líquido ajustado de R$ 399,4 milhões, avanço de 31,1% ante 2023. Já a margem líquida ajustada no ano foi a 37,6%, melhora de 6 pontos porcentuais. O crescimento do lucro do Iguatemi está relacionado, principalmente, à expansão no faturamento dos shoppings e do seu braço de varejo, segundo a empresa.

"Apesar do macro volátil, continuamos a ter demanda forte por nossos produtos e serviços", ressaltou Cristina, lembrando que os clientes que frequentam a rede têm poder aquisitivo elevado e sofrem menos com os problemas da economia do que outros consumidores.

Segundo ela, há uma migração de redes varejistas para os empreendimentos de maior qualidade. Nesse sentido, o Iguatemi tem se beneficiado, uma vez que seus shoppings são referência de mercado.

VENDA DE ATIVOS. A presidente do Iguatemi reafirmou que a empresa está avaliando possibilidades de venda de ativos. A companhia já havia mencionado a intenção de realizar potenciais vendas de participações em shoppings do seu portfólio com o intuito de levantar recursos para fazer frente às aquisições dos shoppings Pátio Higienópolis e Pátio Paulista – que envolveu R$ 2,58 bilhões, dos quais R$ 550 milhões cabem ao Iguatemi. O restante será dividido entre os outros integrantes do consórcio comprador.

"Estamos olhando possibilidades", disse ela, ressaltando que não iria citar quais ativos poderiam ser negociados.

O *Estadão/Broadcast* apurou com nomes do mercado que o Iguatemi já vem articulando, desde o final de 2024, a venda de participações em dois empreendimentos, a fim de levantar cerca de R$ 300 milhões.

Cristina observou ainda que uma eventual venda só faz sentido se for com pagamento em dinheiro e que a empresa não tem interesse em receber em cotas de fundos. Se o objetivo é liquidez e controle do endividamento, um pagamento em cotas só serviria para "inglês ver", disse. ●

Setor bancário Resultados

Banco do Brasil tem lucro recorde de R$ 37,8 bi em 2024

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R$ 37,89 bilhões em 2024, uma alta de 6,6% ante o ano anterior e o maior resultado da sua história. No quarto trimestre, o lucro líquido foi de R$ 9,58 bilhões, avanço de 1,5% na comparação anual.

O resultado do banco foi influenciado positivamente pelo crescimento das operações de crédito e pela queda nas provisões contra a inadimplência.

A carteira de crédito do BB cresceu 15,3% no ano, alcançando saldo de R$ 1,27 trilhão, puxada principalmente pelas operações para empresas, que cresceram 18%, e pelos financiamentos ao agronegócio, que tiveram alta de 11,9%.

A inadimplência, medida pelos atrasos acima de 90 dias nos empréstimos, ficou em 3,3%, com uma alta 0,4 ponto porcentual em um ano, mas estável em relação ao terceiro trimestre.

A rentabilidade, medida pelo retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) foi de 20,8%, queda de 1,7 ponto porcentual na comparação anual.

A presidente do BB, Tarciana Medeiros, disse que o equilíbrio entre as carteiras do banco é uma das fortalezas do conglomerado, o que permite uma boa relação entre risco e retorno. "Entregamos pelo segundo ano consecutivo nosso 'guidance' (*indicação de resultado*), fruto da qualidade da nossa estratégia e da disciplina na sua execução", afirmou ela, em nota.

A executiva disse que o crescimento do banco continuará equilibrado, com protagonismo em especial nas linhas de crédito consignado, em que o BB é líder. "Continuaremos rigorosos no controle das despesas sem descuidar dos investimentos em tecnologia e pessoas, que são fundamentais para modernização dos nossos negócios."

O BB fechou 2024 com R$ 2,433 trilhões em ativos, 12% mais que no ano anterior. O patrimônio líquido cresceu 9,8%, para R$ 190 bilhões. ● MATHEUS PIOVESANA

EMBRAESP
AVALIAÇÃO DE MERCADO
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

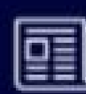
Publique seus atos societários no jornal impresso!

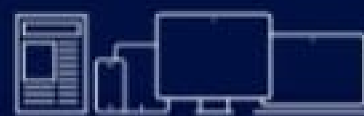

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS


PORTAL ESTADÃO RI

ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00570795162025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00007077/2024-51
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90292/2024

Objeto: Fusível e outros. Total de Itens Licitados: 17 itens licitados (dezessete itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 20/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003762/2024. Entrega das Propostas: a partir de 20/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00570514522025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00006947/2024-74
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90303/2024

Objeto: Pijamas diversos tamanhos. Total de Itens Licitados: 04 itens licitados (quatro itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 20/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000428/2025. Entrega das Propostas: a partir de 20/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 124ª (Centésima Vigésima Quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 124ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 124ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 10:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **20 de março de 2025, às 14:45 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação de cada série ou dos CRA em Circulação da respectiva Série, conforme o caso. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem no mínimo, a maioria simples de CRA presentes na respectiva assembleia. (ii) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA, com qualquer número. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem, maioria de CRA presentes respectiva Assembleia. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(vi)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados, e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrados, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da Série Única da 92ª (Nonagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 92ª (nonagésima segunda) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.2 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 92ª Emissão, Em Série Única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos Pela JSL S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de março de 2025, às 15:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **20 de março de 2025, às 14:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem no mínimo, 2/3 dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem a maioria dos presentes, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação. (ii) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de com qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem a maioria dos presentes, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(vi)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópias dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

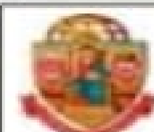
CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas de Fênix Empreendimentos S.A. ("Fênix"), para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 08/03/2025, às 10h00, em sua sede social, na Rodovia SP-304, km 141,5, sala 2, Santa Bárbara d'Oeste, SP, a fim de tratar das matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. Aviso: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGE estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br).

Santa Bárbara d'Oeste, 18 de fevereiro de 2025

Américo Emílio Romi Neto - Vice-presidente do Conselho de Administração



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00570698592025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00008356/2024-31
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90328/2024

Objeto: Disco de Antibiograma e tiras de MIC. Total de Itens Licitados: 49 itens licitados (quarenta e nove itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 20/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003763/2024. Entrega das Propostas: a partir de 20/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da Série Única da 154ª (Centésima Quinquagésima Quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 154ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 154ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 10:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **20 de março de 2025, às 15:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 14.4. do Termo de Securitização. Ainda, as matérias serão aprovadas, pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação dos presentes na Assembleia, conforme cláusula 14.5. do Termo de Securitização. (ii) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA, com qualquer número. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares, desde que presentes à Assembleia, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação, cabendo a cada certificado 1 (um) voto. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(vi)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados, e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrados, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da Série Única da 121ª (Centésima Vigésima Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 121ª (centésima vigésima primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 121ª (centésima vigésima primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 10:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **20 de março de 2025, às 14:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelo voto favorável de titulares de CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. (ii) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número dos Titulares de CRA em Circulação presentes. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares, desde que representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(vi)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de seleção, preparo, acondicionamento, distribuição, controle e fornecimento de cestas básicas de alimentos, destinado aos Servidores da Prefeitura Municipal de Cosmópolis. Recebimento do cadastro de propostas iniciais: 20/02/2025 às 09:00h; abertura das propostas iniciais às 09:00h e início do pregão (fase competitiva) às 09:01 horas do dia 14/03/2024. Acessos ao Edital: O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Divisão de Suprimentos na Rua Ramos de Azevedo, nº 350 - 3º andar, Centro, Cosmópolis-SP - CEP: 13150-025 nos seguintes horários: das 8:00 às 16:00 horas, cujo o custo da reprodução gráfica será cobrado, através de solicitação no e-mail compras@cosmopolis.sp.gov.br, pelo site www.cosmopolis.sp.gov.br, www.novobbmnet.com.br e Portal Nacional Compras Públicas - PNCP. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Cosmópolis, 19 de fevereiro de 2025. **Antonio Claudio Felisbino Junior** - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão menor preço; OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sonorização, iluminação e estrutura para eventos e divulgação em carro de som, destinados à promoção de eventos da Prefeitura Municipal. Recebimento do cadastro de propostas iniciais: 20/02/2025 às 09:00h; abertura das propostas iniciais às 09:00h e início do pregão (fase competitiva) às 09:01 horas do dia 12/03/2025. Acessos ao Edital: O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Divisão de Suprimentos na Rua Ramos de Azevedo, nº 350 - 3º andar, Centro, Cosmópolis-SP - CEP: 13150-025 nos seguintes horários: das 8:00 às 16:00 horas, cujo o custo da reprodução gráfica será cobrado, através de solicitação no e-mail compras@cosmopolis.sp.gov.br, pelo site www.cosmopolis.sp.gov.br, www.novobbmnet.com.br e Portal Nacional Compras Públicas - PNCP. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Cosmópolis, 19 de fevereiro de 2025. **Antonio Claudio Felisbino Junior** - Prefeito Municipal.

Secretaria de Inovação e Tecnologia — SALVADOR PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 001/2025

A Comissão de Licitação da SEMIT, designada pela Portaria nº 041/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada PUBLICAÇÃO do pregão eletrônico: **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025; **TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL; **LICITAÇÃO Nº:** 001/2025; **PROCESSO DIGITAL Nº** 22419/2025 - SEMIT; **LOTE:** único. **OBJETO:** contratação, na modalidade de Registro de Preços, de empresa especializada para prestação de serviços de frequência eletrônica, licenças adicionais do software suite ponto WEB AHGORA, para registro eletrônico de ponto implantado no município de Salvador, com suporte, manutenção, sustentação, bem como a ampliação do número de registradores de ponto facial e transferência de conhecimento para utilização da solução, visando atender às demandas institucionais e garantindo a continuidade do uso da tecnologia já implantada e em pleno funcionamento, de acordo com a conveniência e a necessidade dos diversos órgãos e entidades da administração da Prefeitura Municipal do Salvador (PMS). **INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 24/02/2025, às 08h. **INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:** 06/03/2025, às 10h. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição para consulta nos sítios eletrônicos www.licitacoes-e.com.br e www.compras.salvador.ba.gov.br, onde os interessados poderão obter mais informações. Salvador, 17 de fevereiro de 2025. **DALTON KLEBER CORTES ANDRADE** - Comissão de Contratação.

EDITAL DE ABERTURA DE PRAZO PARA ENTREGA DA CARTA DE CONTESTAÇÃO DO DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO, com sede na Avenida Armando Sales de Oliveira, 555, Centro, Suzano, por seu presidente vem **CONVOCAR** todos os servidores públicos municipais para participar da entrega das manifestações da sua vontade sobre o desconto no período de cinco dias, que será nos **dias vinte e um, vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete de Fevereiro de 2025**. Desconto de 3% sobre o salário-base do servidor público municipal, associado ou não associado do sindicato, a título de contribuição assistencial a fim de custear a estrutura do sindicato, entre outros, assessoria jurídica, funcionários e despesas gerais fixas e variáveis, nos termos da recente decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou a Constitucionalidade da instituição, por acordo ou convenção coletiva, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, com o direito à oposição de cinco dias conforme os dias mencionados acima do mês corrente, após a publicação do edital de assembleia geral, devendo esta oposição ser formal, através de manifestação escrita a próprio punho, assinada na entrega com documentos em mãos para comparativo de assinatura, em duas vias, a ser protocolizada na secretaria geral do sindicato de segunda a sexta-feira, **das 9h00 às 16h00**. Não Será recebida manifestação de oposição através do correio, mensagens eletrônicas de quaisquer interessados. O percentual acima descrito será descontado no salário do mês de Março de 2025. Sem mais, Suzano, 20 de Fevereiro de 2025. **Claudio Matsuda dos Santos - Presidente.**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2024

PROCESSO CMSP-PAD-2024/00575
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
OBJETO: Aquisição de telas ativas e acessórios para os auditórios, conforme descrições, condições e quantidades constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras, UASG 925109
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 20/02/2025
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/03/2025 às 14h30
- Poderá o interessado obter o edital, gratuitamente, no site da Câmara Municipal de São Paulo: https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/, ou solicitar via e-mail, no endereço eletrônico: cjl@saopaulo.sp.leg.br.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 13ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 13ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.4. do "*Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª e 2ª Séries da 13ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio Cedidos pela Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 15:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **24 de março de 2025, às 10:30 horas**, exclusivamente de forma digital inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (ii) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br, rzf@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, cópias dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade com foto; 2. quando pessoa física por procurador, procuração válida assinada física ou digitalmente; documento de identificação com foto válido do outorgante e documento de identificação com foto válido por procurador; 3. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 4. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador consolidado, da documentação societária outorgando poderes de representação; documentos de identidade com foto dos representantes legais; e 5. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da 58ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 58ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.4. do "*Termo De Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da 1ª E 2ª Séries Da 58ª Emissão Da Eco Securitizadora De Direitos Creditórios Do Agronegócio S.A. Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Pela Rizoma Agricultura Regenerativa S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 16:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não seja atingido o quórum de instalação, no dia **24 de março de 2025, às 11:00 horas**, exclusivamente de forma digital inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores, em segunda convocação. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (ii) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortx.com.br, dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. (vi) O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website https://ecoagro.agr.br/ e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRA ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação indicados no item "iv" acima, se for o caso.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS

PORTAL ESTADÃO RI
SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO 107,3 broadcast

Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Classificados
Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Noticiário
Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Fúnebre
Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Publicidade Legal
Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor
Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.limao@estadao.com
Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

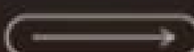
ESTADÃO

QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.





ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL

(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA



ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3

ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 1867/2024-00 (RC 1.398) TELLUS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA-ME, 42.543.460/0001-06. **FFM 1868/2024-00** (RC 41.517) PLENA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA-EPP, 05.555.589/0001-06.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM Nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 105ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 105ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.3.1. do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 105ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Diversificados*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("AGTCRA"), a **realizar-se no dia 13 de março de 2025, às 11:00 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA em Circulação que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia de Titulares de CRA. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br, cri@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade com foto; 2. quando pessoa física por procurador, procuração válida assinada física ou digitalmente; documento de identificação com foto válido do outorgante; e documento de identificação com foto válido por procurador; 3. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 4. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador consolidado, da documentação societária outorgando poderes de representação; documentos de identidade com foto dos representantes legais; e 5. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da 1ª (Primeira) Série da 4ª (Quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 4ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.2.1. do "*Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da 1ª Série da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 15:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos o quórum de instalação, no dia **24 de março de 2025, às 10:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores, em segunda convocação. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem a maioria simples dos CRA em Circulação. (ii) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem, no mínimo, a maioria simples dos CRA em Circulação. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortx.com.br, os seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópias de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. (vi) O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website https://ecoagro.agr.br/ e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRA ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação indicados no item "iv" acima, se for o caso.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª (centésima décima quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Caramuru Alimentos S.A.*", bem como seus aditamentos ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no **dia 12 de março de 2025, às 11h00**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Ten Meetings*, por meio do link https://assembleia.ten.com.br/034104420, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar a concessão de autorização e renúncia prévia (waiver) para que (a) a Devedora possa apresentar as suas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, até 30 de abril de 2026 e, consequentemente, (b) o cálculo do Índice Financeiro, conforme definido no item (x), da Cláusula 7.3 do Termo de Securitização e item (x), da Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão, possa ser realizado a partir de informações financeiras não auditadas da Devedora; (ii) aprovar a concessão de autorização e renúncia prévia (waiver) para a não caracterização, em qualquer hipótese, de Evento de Vencimento Antecipado nos termos do item (xv), da Cláusula 7.2 e itens (a) e (b) da Cláusula 7.3 do Termo de Securitização e item (xv), da Cláusula 6.1 e itens (a) e (b), da Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão, em razão de eventuais desdobramentos dos fatos narrados no Fato Relevante divulgado em 13 de fevereiro de 2025 pela Devedora, sendo certo que quaisquer fatos ou situações relacionadas a tais desdobramentos não deverão constituir, sob qualquer aspecto, um Evento de Vencimento Antecipado, sem que exista qualquer decisão condenatória, em esfera administrativa ou judicial, proferida contra a Devedora por autoridade competente em razão de tais desdobramentos; e (iii) autorização e aprovação expressa à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para que sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados às matérias aqui aprovadas, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Titulares de CRA será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral de todos os itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (waiver fee) aos Titulares de CRA, a ser calculado sobre o Saldo Devedor dos CRAs na data de realização da Assembleia (saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRA acrescido da Remuneração até a data de cálculo), conforme os termos da Proposta de Administração. A Contrapartida deverá ser paga aos titulares dos CRA que forem detentores dos CRA no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do respectivo pagamento, o qual deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização da Assembleia, no ambiente da B3, em valor proporcional à quantidade de CRA detida por cada um destes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização ou demais instrumentos da emissão. Informações Gerais aos Titulares de CRA: A Assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com qualquer a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas mediante os votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme Cláusula 18.10 do Termo de Securitização. Nos termos da Resolução CVM 60, os Titulares de CRA que pretenderem participar pelo sistema eletrônico deverão encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (i) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iii)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação dos Titulares de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 172ª (centésima septuagésima segunda) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Caramuru Alimentos S.A.*", bem como seus aditamentos ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no **dia 12 de março de 2025, às 14h00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Ten Meetings*, por meio do link https://assembleia.ten.com.br/309589130, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar a concessão de autorização e renúncia prévia (waiver) para que (a) a Devedora possa apresentar as suas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, até 30 de abril de 2026 e, consequentemente, (b) o cálculo do Índice Financeiro, conforme definido no item (x), da Cláusula 7.3 do Termo de Securitização e item (x), da Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão, possa ser realizado a partir de informações financeiras não auditadas da Devedora; (ii) aprovar a concessão de autorização e renúncia prévia (waiver) para a não caracterização, em qualquer hipótese, de Evento de Vencimento Antecipado nos termos do item (xv), da Cláusula 7.2 e itens (a) e (b) da Cláusula 7.3 do Termo de Securitização e item (xv), da Cláusula 6.1 e itens (a) e (b), da Cláusula 6.2 da Escritura de Emissão, em razão de eventuais desdobramentos dos fatos narrados no Fato Relevante divulgado em 13 de fevereiro de 2025 pela Devedora, sendo certo que quaisquer fatos ou situações relacionadas a tais desdobramentos não deverão constituir, sob qualquer aspecto, um Evento de Vencimento Antecipado, sem que exista qualquer decisão condenatória, em esfera administrativa ou judicial, proferida contra a Devedora por autoridade competente em razão de tais desdobramentos; e (iii) autorização e aprovação expressa à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para que sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados às matérias aqui aprovadas, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Titulares de CRA será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral de todos os itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (waiver fee) aos Titulares de CRA, a ser calculado sobre o Saldo Devedor dos CRAs na data de realização da Assembleia (saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRA acrescido da Remuneração até a data de cálculo), conforme os termos da Proposta de Administração. A Contrapartida deverá ser paga aos titulares dos CRA que forem detentores dos CRA no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do respectivo pagamento, o qual deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização da Assembleia, no ambiente da B3, em valor proporcional à quantidade de CRA detida por cada um destes. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização ou demais instrumentos da emissão. Informações Gerais aos Titulares de CRA: A Assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com qualquer a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas mediante os votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme Cláusula 18.10 do Termo de Securitização. Nos termos da Resolução CVM 60, os Titulares de CRA que pretenderem participar pelo sistema eletrônico deverão encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (i) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iii)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação dos Titulares de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

PORTAL ESTADÃO RI

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Varejo alimentar **Dificuldade financeira**

St Marche recorre à Justiça para renegociar dívidas de R$ 639 milhões

Empresa culpa 'sucessivos aumentos' dos juros e diz que 'segue operando normalmente'; juiz suspende execuções por 60 dias

A rede de supermercados St Marche, voltado à alta renda, entrou com pedido de tutela judicial na 1.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo para renegociar dívidas que somam R$ 639 milhões. A tutela é um processo que antecede o pedido de recuperação judicial. Segundo analistas, o elevado nível de endividamento não é exclusivo da St Marche, mas afeta também outras redes de supermercados que tomaram crédito em 2020, quando a taxa Selic estava em 2%. Com juros atualmente em 13,25%, a situação se agravou para essas redes.

Além da escalada dos juros, as redes de varejo alimentar ainda enfrentam a redução do poder de compra dos consumidores com a alta da inflação, que inibe o consumo. Como o setor opera com margens baixas, entre 2% e 6%, as dívidas acabam ganhando peso no balanço final. "Essas margens não toleram muito endividamento, porque o comprometimento é imediato", diz Amin Murad, sócio-fundador da Arm Gestão.

Em nota sobre o pedido de tutela judicial, o St Marche disse que "está avaliando alternativas para melhorar sua saúde financeira e seguir crescendo de forma sustentável" e informou que "segue operando normalmente". A rede relata ainda que seu caixa ficou negativo em R$ 10 milhões em janeiro – foram R$ 94 milhões de faturamento no mês passado, com dívidas a pagar no período no valor de R$ 103 milhões. Sem a proteção judicial, a varejista diz que não conseguiria mais operar, pois toda sua receita seria destinada a pagar dívidas.

Conta não fecha

R$ 10 milhões
foi quanto o caixa da rede de supermercados ficou negativo em janeiro

R$ 103 milhões
foi o total de dívidas acumuladas a serem pagas no mesmo período

Em seu despacho, o juiz Jomar Juarez Amorim aceitou o pedido, suspendeu as execuções de dívidas da empresa por 60 dias, mas antecipou que esse prazo não será prorrogado.

O St Marche diz também que teve dificuldades em evitar que o fundo Alternative Assets, do BTG, declarasse o vencimento antecipado de debêntures. Houve ainda descumprimento de chamado "covenant" (compromissos de contratos que servem para proteger os credores) financeiro assumido pelo grupo com o Alternative Assets I, também do BTG, que desencadearia a "iminente declaração de vencimento antecipado" de R$ 275 milhões, garantidos pelas ações da holding do grupo varejista.

Diante desse quadro, a rede varejista diz estar enfrentando "severa crise financeira, em especial em virtude da situação macroeconômica do Brasil e os sucessivos aumentos da taxa de juros, que hoje é refletida no relevante endividamento" do grupo, conforme a petição inicial, de 41 páginas, obtida pelo *Estadão/Broadcast*.

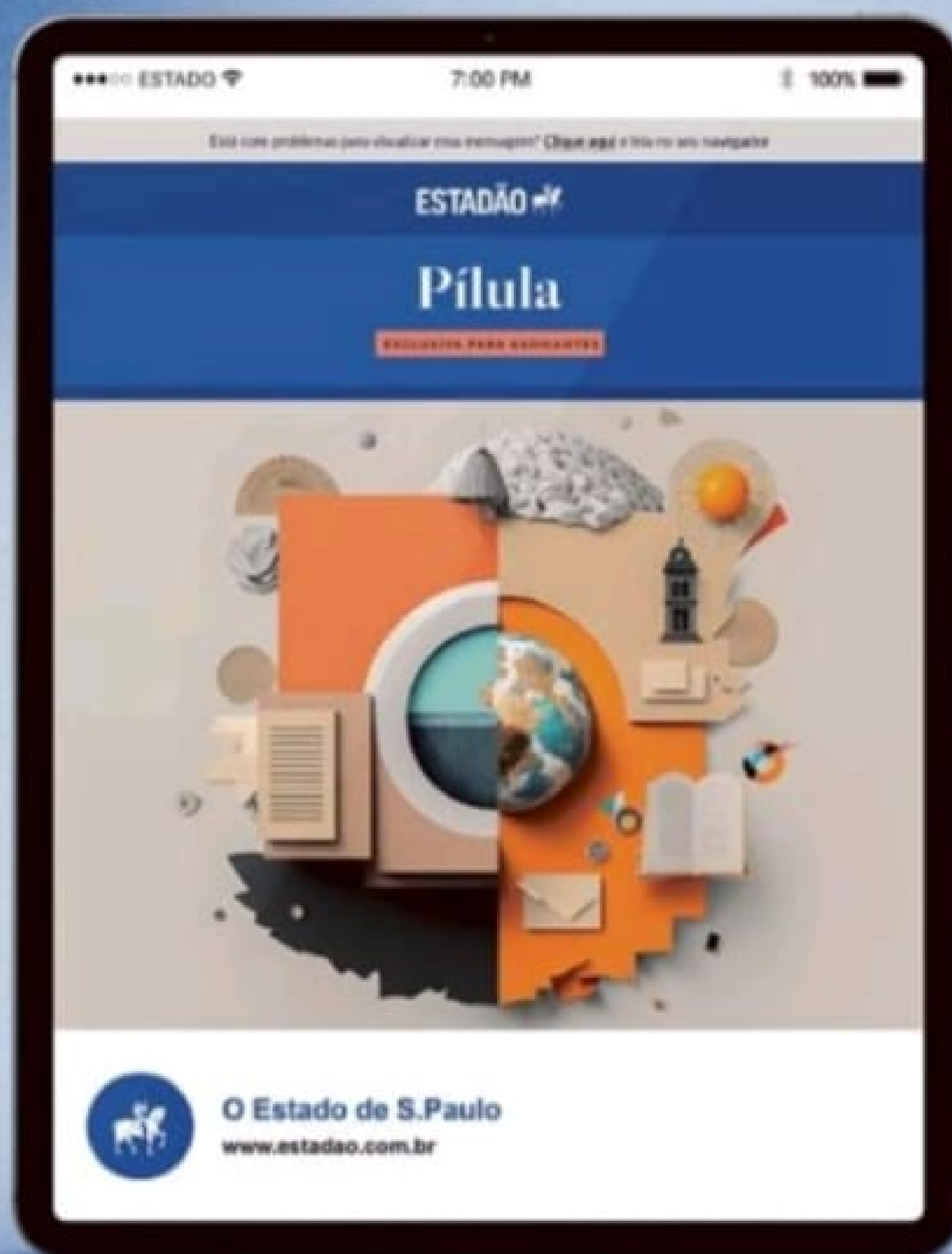
ORIGEM DAS DÍVIDAS. Para fazer frente a uma fase de "franco" crescimento do varejo no período da pandemia, a rede de supermercados diz ter investido R$ 120 milhões para acelerar a abertura de novas lojas. O número de unidades saltou de 21 para 33, entre meados de 2021 e agosto de 2023 (*mais informações na página ao lado*).

Um dos caminhos para financiar essa expansão era a abertura de capital na Bolsa, processo iniciado em 2021, mas interrompido pela mudança do cenário da economia, com a elevação dos juros.

Sem conseguir levantar os recursos por meio da oferta de ações (IPO, na sigla em inglês), a empresa recorreu a linhas de financiamento com bancos e à emissão de dívida para investidores. Com o avanço na taxa de juros, as obrigações contratadas ficaram mais pesadas e impactaram a saúde financeira do grupo.

Para piorar, o aumento dos custos financeiros se deu num período em que as novas lojas ainda não haviam alcançado a maturidade. A varejista estima que as novas unidades só contribuirão positivamente para os resultados em 2027.

Rodrigo Gallegos, sócio da consultoria RGF, observa que o setor de varejo alimentar também vinha esperando resultados mais positivos, o que não se concretizou nos últimos anos. "Temos visto que o setor passa por uma redução do consumo por causa da inflação. Os clientes acabaram consumindo um pouco menos e as empresas estavam prevendo um consumo um pouco maior,



NEWSLETTER

Pílula

Um resumo leve e descontraído das principais notícias do dia.

Política, Economia, Internacional, Cultura, Saúde e muito mais!

Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber por e-mail, de **segunda a sexta, sempre no início da noite.**



bit.ly/news-pilula

EXCLUSIVA PARA ASSINANTES

ESTADÃO

Eufrázio

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-28/8/2024



Unidade do St Marche na Avenida Rebouças, em São Paulo: empresa culpa economia do País

o que acaba afetando o resultado direto esperado", diz.

O diretor de operações da Gouvêa Ecosystem, Eduardo Yamashita, afirma que o varejo alimentar passa globalmente por uma fase de transformação, enfrentando o problema da inflação de preços e buscando maximizar a eficiência operacional. O especialista cita que o consumo tem mudado, com mais famílias indo a atacarejos à procura de preços mais baixos e com o aumento das lojas de proximidade, como a Oxxo, que também competem com os supermercados.

"Essa pressão que vemos no varejo alimentar deriva muito mais do aperto no orçamento familiar e de uma mudança do hábito do consumidor", diz.

Antes de entrar na Justiça, a rede de supermercados abriu, no último domingo, procedimento de mediação na Câmara Especial de Resolução de Conflitos Empresariais, para renegociação das dívidas com os credores financeiros. ● ALTAMIRO SILVA JUNIOR, GABRIEL BALDOCHI e LUCAS AGRELA

Rede nasceu com foco em clientes de alta renda

Com 33 lojas, a rede fundada no início de 2002 por Bernardo Ouro Preto e Victor Leal – ambos sem experiência no varejo – tinha foco no consumidor de alta renda da zona sul da cidade. Apenas dois pontos ficavam fora da Grande São Paulo, nas cidades paulistas de Campinas e Santos.

Nos últimos anos, a empresa, que faturou R$ 1,32 bilhão em 2024, entrou numa concorrência acirrada para disputar o mercado premium de supermercados na capital paulista. Os adversários são o Grupo Pão de Açúcar e o Mambo. Com isso, expandiu a sua área de atuação.

Um dos palcos da hiperconcorrência foi a Avenida Rebouças, que liga as avenidas Paulista e Brigadeiro Faria Lima. Lá, uma loja do St Marche está a 100 metros do Mambo e a duas quadras do Pão de Açúcar. Entre os lances da forte concorrência, houve até disputa por locação de lojas entre St Marche e o Mambo, dizem pessoas a par da disputa.

Em julho de 2024, o CEO do St Marche, Bernardo Ouro Preto, disse ao **Estadão** que adorava a concorrência e que, "quem não tem concorrente, fica mofado".

De acordo com um estudo feito pela companhia, haveria potencial para abrir mais de 100 lojas no formato premium num raio de 150 quilômetros da capital paulista.

Entre julho de 2021 e agosto de 2023, a companhia abriu 12 lojas, com investimentos de mais R$ 100 milhões.

Mudança
Recentemente, a empresa buscou atrair compradores de renda média para expandir base da clientela

A varejista, que é controlada pelo fundo americano Catterton desde 2016, não planejava novos pontos de venda em 2024, informou à época o CEO. Mais recentemente, a companhia empreendeu uma estratégia para conquistar consumidores de renda média e expandir a base de clientes. ● MÁRCIA DE CHIARA

START

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO AR

Hub multiplataforma amplifica conteúdos de transformação digital que impactam nos negócios e na sociedade

Entrevistas com **grandes especialistas**

Análises e novidades do setor

APRESENTADO POR:



Daniel Gonzales
Jornalista

Foto: Daniel Teixeira/Estadão

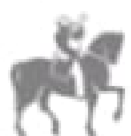
Acesse e conheça:



Realização: ESTADÃO 150 | ELDORADO FM 107.3
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Patrocínio: NEC

Eufrázio

CYNTHIA DECLOEDT E CRISTIANE BARBIERI
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Grupo chinês deve pagar US$ 500 milhões por mina de cobre da Appian no Brasil

O negócio envolvendo a venda da Mineração Vale Verde pela gestora de private equity (participações em empresas) britânica Appian Capital Advisory para a chinesa Baiyin Nonferrous (BNMC) deve ser concluído no mês que vem. A *Coluna* apurou que a transação envolve cerca de US$ 500 milhões e ainda está pendente de aprovação dos chineses. No Brasil, a aquisição recebeu sinal verde em dezembro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), após as negociações terem sido fechadas meses antes. A Mineração Vale Verde explora em Alagoas a mina Serrote, de cobre, um dos metais com previsão de alta demanda no mercado, devido à transição energética. O negócio marca a entrada da BNMC no Brasil.

Corrida por metais movimenta negócios

O cobre é utilizado em carros elétricos, baterias, turbinas eólicas e painéis solares, entre outros produtos. Os chineses têm avançado na aquisição de metais básicos e críticos no Brasil, em meio a uma corrida com os Estados Unidos para garantir reservas destes itens.

Gestora diz rever portfólio

A Appian é investidora também em operações de exploração de níquel na Bahia e tem participação na Omnigen Energy, de energia solar. A empresa informou não poder comentar negociações específicas, mas que "está constantemente revisando seu portfólio para otimizar e maximizar o retorno de seus investidores".

● **CHINESES.** A *Coluna* não conseguiu fazer contato com a Baiyin. A corrida mundial da mineração esquentou a cena de negócios do setor no Brasil neste ano. A Anglo American anunciou esta semana que fechou a venda dos ativos de níquel para a chinesa MMG, por US$ 500 milhões.

● **MAIS UMA.** Outra negociação avançada é a da gigante BHP para a venda dos ativos de cobre no Brasil, um negócio que deve movimentar cerca de US$ 300 milhões. Como mostrou a *Coluna*, entre os possíveis interessados estariam a canadense Ero Cooper e a Vale. A expectativa é que a transação seja concluída até junho.

● **SAÚDE.** O Hospital Alvorada Moema, que pertence à Ímpar (joint venture de Amil e Dasa para o setor hospitalar), está recebendo R$ 25 milhões em investimentos em um novo centro cirúrgico. Em uma área de 400 metros quadrados, a unidade terá 14 salas cirúrgicas e está sendo inaugurada nesta quinta-feira. O investimento foi aprovado antes da criação do Ímpar, que ocorreu em junho. O projeto envolve mais de 400 funcionários para atender às necessidades de cada especialidade.

● **ROBÔ.** Haverá salas exclusivas para cirurgias robóticas, com estações de trabalho para prescrição médica e anatomia-patológica com exames de congelamento. O espaço também tem uma farmácia satélite, acomodações para recuperação dos pacientes, pós-anestésico e ambiente para acompanhantes.

● **ESPECIALIDADES.** O Alvorada Moema é considerado de referência em ortopedia, cirurgia bucomaxilofacial e neurocirurgia. Com os investimentos, pretende atender também transplantes, cirurgias cardíacas e oncológicas. A capacidade do centro passa a ser de 1,4 mil cirurgias por mês, com crescimento de 40%.

● **NEGOCIAÇÃO.** A B3 lançou um novo mecanismo que permitirá a negociação de grandes volumes de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) por meio das três soluções de grandes lotes já disponíveis para ações, units e BDRs. A ferramenta vai facilitar operações para investidores institucionais e trazer mais liquidez ao mercado de FIIs, concentrado atualmente em pessoas físicas.

● **MERCADO.** A B3 tem hoje mais de 500 fundos imobiliários listados. Até o início do ano passado, eles somavam cerca de R$ 163 bilhões em valor de mercado, com pouco mais de 2,6 milhões de investidores, a grande maioria formada por pessoas físicas.

● **TRABALHO CONJUNTO.** O projeto foi capitaneado pela XP com a B3, Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na B3, a iniciativa acompanha a estratégia da Bolsa brasileira de diversificar receitas por meio de novos produtos e possibilidades de negociação aos investidores. A B3 lançou em 2023 soluções para negociação de grandes lotes em plataformas apartadas do livro central para aumentar eficiência e reduzir custos ao mercado neste tipo de operação.

TRANSIÇÃO

LEO DRUMOND/ARQUIVO APPIAN CAPITAL BRAZIL-8/5/2021



Mina de cobre Serrote, em Alagoas, é objeto de negócio entre a Appian Capital e a Baiyin; demanda pelo metal tem previsão de alta

SOBE

Carros novos têm a maior alta mensal em dois anos

WERTHER SANTANA/ESTADÃO- 5/6/2020



Os veículos 0-km registraram em janeiro a maior alta mensal em dois anos, segundo o Índice Webmotors. A variação no valor médio do carro novo foi de 0,213 ponto porcentual em relação a dezembro, quando o índice registrou valorização de 0,086%. "Temos observado um crescimento nas buscas por 0-km em nossa plataforma e essa maior procura reflete na valorização dos veículos dessa categoria", disse Eduardo Jurcevic, CEO da Webmotors.

DESCE

Produção industrial tem queda branda em janeiro

TABA BENEDICTO/ESTADÃO 26/4/2020



A produção industrial caiu de dezembro de 2024 para janeiro deste ano, a 48,9 pontos, aponta a Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Valores abaixo de 50 pontos indicam queda da produção em relação ao mês anterior. "É normal que a produção caia, mas é importante notar que, em 2025, ela (*a queda*) foi mais branda", disse Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 127.308,80 PTS. | Dia -0,95% | Mês 0,93% | Ano 5,84%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
CPFL ENERGIA ON	34,89	1,72	14.389
CAIXA SEGURIDADE	15,28	1,06	14.149
SLC AGRICOLA ON	18,46	0,98	5.723

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
CVC BRASIL ON NM	1,85	-8,31	8.137
LWSA ON NM	3,03	-4,18	13.408
P.ACUCAR-CBD ON	2,72	-3,17	16.793

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

18/2 a 18/3	0,0741	0,8416	0,5146	0,5000
17/2 a 17/3	0,0741	0,8416	0,5146	0,5000
16/2 a 16/3	0,0742	0,8426	0,5146	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	44.627,59	0,16	0,19	4,90
FRANKFURT - DAX	22.433,63	-1,80	3,23	12,68
LONDRES - FTSE	8.712,53	-0,62	0,44	6,60
TÓQUIO - NIKKEI	39.175,56	-0,27	-1,00	-1,80

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,00	3.223,81
	15/8/2040	6,79	2.197,30
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,72	4.143,49
PREFIXADO	1º/1/2028	13,38	766,58
	1º/1/2032	13,13	472,36
SELIC	1º/3/2029	0,04	15.599,74

(*) TAXAS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	0,00	0,00	4,17
IGP-M (FGV)	0,94	0,27	0,27	6,75
IGP-DI (FGV)	0,87	0,11	0,11	7,27
IPC (Fipe)	0,34	0,24	0,24	4,46
IPCA (IBGE)	0,52	0,16	0,16	4,56
CUB (Sinduscon)	0,16	0,00	0,00	4,13
[illegible] (Fipe)	0,50	0,42	0,42	6,70

Índices de reajuste do aluguel (Janeiro)

IGP-M (FGV)	1,0675	IPCA (IBGE)	1,0456
IGP-DI (FGV)	1,0727	INPC (IBGE)	1,0417
IPC-Fipe	1,0446	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS COM CLÁUSULA DE REAJUSTE [illegible] MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/1?)	13,41	0,05	1,10	0,18
CDI	13,15	0,05	0,80	0,23

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aj.	C. Ant.	Mín.	Máx.	Var%
AÇÚCAR Nº 11*	MAR/25	20,11	120,81	20,37	20,71	0,83
CAFÉ Nº 2*	MAR/25	411,90	410,02	402,45	424,50	0,46
SOJA CBOT**	MAR/25	10,32	1.043,4	10,202	10,411	-0,06
MILHO CBOT**	MAR/25	5,12	512,86	5,11	5,161	-0,08

[illegible]

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	[illegible]	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	136,04	0,05	11,00
BOI Cepea/esalq, R$/@	315,30	-2,5	2,8
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	81,26	2,35	29,87
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.180,06	37,03	165,76

MOEDAS E COMMODITIES

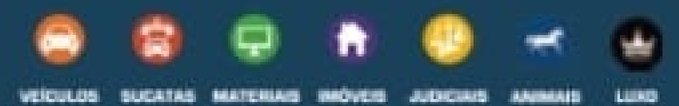
	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,7267	0,06	-1,88	-7,34
DÓLAR TURISMO	5,9000	0,48	-2,30	-7,85
EURO	5,9700	0,47	-1,40	-7,78
OURO (BOLSA DE NOVA YORK)	2.954,30	-2,78	4,16	10,87
WTI (US$/BARRIL)	72,000	0,54	-1,85	0,80
BRENT (US$/BARRIL)	76,04	0,32	-4,43	1,73

	US$ 1/NY	Euro/Europa	1 Libra/Londres	R$ 1/Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,0000	1,0438	1,2587	0,1747
EURO	0,9581	1,0000	1,2072	0,1675
FRANCO SUÍÇO	0,9014	0,9430	1,1384	0,1580
LIBRA ESTERLINA	0,7951	0,8283	1,0000	0,1388
IENE	151,494	158,1156	190,8810	26,4888

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: BC



LEILÕES



ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - 24 A 28/02 - 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

***COM POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO**

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.



LEILÕES EXCLUSIVOS DO GRUPO BRADESCO
SOMENTE ONLINE

VEÍCULOS DE SEGURO

QUARTAS (26/02 E 05/03) - 14H
SÁBADOS (22/02 E 01/03) - 09H30

*Visitação: Pátio Guarulhos I – Terça e Sexta-feira (no dia que antecede o leilão) das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464. Demais Pátios – das 8h às 09h30 de segunda a sábado.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXLCUSIVO SOMENTE ONLINE - É AMANHÃ, 21/02 - 14h E 28/02 - 14h

VEÍCULOS EXCLUSIVOS DE FINANCEIRAS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - 27/02 - 14h

VEÍCULOS DO BANCO VOTORANTIM

Novidade: Possibilidade de Financiamento

Correspondente Bancário Independente / Sujeito à análise de crédito

*Visitação dia 26/02 das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - HOJE, 20/02 - 08h30, 24/02 - 08h30 E 13h E 27/02 - 08h30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE - 24 A 28/02 - 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464. Otavio Lauro Sodré Santoro - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607.



SOMENTE ONLINE - HOJE, 20/02 E AMANHÃ, 21/02 - 15h

MÓVEIS P/ ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS, INFORMÁTICA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, ÁUDIO E VÍDEO E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio - Leiloeira Oficial JUCESP nº 641.



SOMENTE ONLINE - 27/02 - 14h30

SUCATAS DE BICICLETA E PAR DE SAPATILHA

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE IMÓVEIS

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 28/02/25 - 11h

TERRENO (DESOCUPADO) - VILA AMÁLIA - SÃO PAULO - SP

ALVARÁ DISPONÍVEL PARA CONSTRUÇÃO IMEDIATA

São Paulo/SP. Vila Amália. Um terreno situado na Rua Elza Guimarães nº 717, esquina com a Rua Tito Nicolau, lotes nº 102, 103, 104 e 105 da Vila Amália, com área de 1.000m², melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 154.698 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal - 305.020.0105-1. Imóvel possui alvará disponível para construção imediata sob o número 2021/06303-00 publicado em 08/10/2021.Terreno aprovado para incorporação de prédio. Terreno limpo e plano, de esquina, com 1.000m² e projeto aprovado na Prefeitura de São Paulo para edifício de 49 apartamentos, 100% enquadrados no Programa Minha Casa Minha Vida. Pronto para Incorporação/Lançamento imediato. DESOCUPADO. **LANCE INICIAL: R$ 1.520.000,00.** É permitida a visitação, que deverá ser previamente agendada com Sr. Emerson pelo número Tel.: 11 - 2464-6460 / Celular 11 - 97777-0753 ou através do e-mail af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 10/03/25 - 11h

CASA RESIDENCIAL - VILA SANTA HELENA - POÁ - SP

Poá/SP. Vila Santa Helena. Casa Residencial situada na Rua Jorge Velho, nº 505, no perímetro urbano desta cidade e comarca de Poá, com a área total de 1.000,00m², com as seguintes medidas e confrontações: 20,00m de frente para a referida Rua Jorge Velho, por 50,00m da frente aos fundos de ambos os lados, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 16.507 do Cartório de Registo de Imóveis da Comarca de Poá/SP. LOCADO. V Visitas deverão ser previamente agendadas com o Emerson, no telefone: (11) 2464-6460 ou através do e-mail: af@sodresantoro.com.br. **LANCE INICIAL: R$ 400.000,00.** Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson (setor de imóveis), no telefone: (11) 2464-6460 ou através do e-mail: af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

LEILÕES DE IMÓVEIS

SP.GOV.BR LEILÃO SOMENTE ONLINE - HOJE, 20/02/25 A PARTIR DAS 09h

OPORTUNIDADES EM SÃO PAULO/SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

Interessado: Subsecretaria de Patrimônio do Estado, Coordenadoria de Desmobilização de Ativos Imobiliários. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital, realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda dos imóveis descritos e caracterizados Edital deste leilão, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • Lote 1 – Imóvel (Ocupado) – Rua Arraial de São Bartolomeu, nº 590 e 598, Vila Carmosina-São Paulo/SP – Lance inicial R$ 1.155.000,00 • Lote 2 – Imóvel (Ocupado) - Rua Antônio de Macedo Soares, nº 584, Campo Belo-São Paulo/SP - Lance inicial R$ 2.865.000,00 • Lote 3 – Imóvel (Ocupado) – Avenida Portugal, nº 1.074, Brooklin Paulista-São Paulo/SP – Lance Inicial R$ 1.410.000,00 • Lote 4 – Terreno (Desocupado) – Rua Justiniano, nº 1.115, com a Rua Marquês de Santo Amaro, Vila Prudente-São Paulo/SP – Lance Inicial R$ 4.115.000,00. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 20/02/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília) Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 20 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 20 de fevereiro de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento dos lotes a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação dos lotes no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negociospublicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: 11-2464-6460. Leiloeiro Oficial MOACIR DE SANTI - JUCESP nº 315.

SP.GOV.BR LEILÃO SOMENTE ONLINE - 28/02/25 A PARTIR DAS 09h

OPORTUNIDADE DE IMÓVEL URBANO (DESOCUPADO) NO CENTRO - SÃO PAULO/SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 002/2025. Nº do Processo: 018.00018312/2024-01. Interessado: SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO - SPE. Alienação Onerosa de imóvel localizado em São Paulo/SP. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital (CNPJ 39.467.292/0001-02), realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I do Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • Imóvel urbano, localizado na Rua Boa Vista, nº 103, Centro, São Paulo/SP – Prédio Achemar de Barros. Área de terreno de 247,00m. Área Construída: 3.780,00M², 19 Pavimentos. DESOCUPADO. LANCE INICIAL: R$ 11.550.000,00. O imóvel é tombado (preservação de fachadas e volumetria), conforme Resolução nº 17/2007 Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 28/02/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília). Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 28 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 28 de fevereiro de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação do lote no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Consulte edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negócios públicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: 11-2464-6460. Visitação mediante agendamento prévio através do e-mail af@sodresantoro.com.br - Leiloeiro Oficial OTAVIO LAURO SODRÉ SANTORO - JUCESP nº 607.

SP.GOV.BR LEILÃO SOMENTE ONLINE - 07/03/25 A PARTIR DAS 09h

OPORTUNIDADE DE IMÓVEL NA MOOCA - SÃO PAULO/SP

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

REPUBLICAÇÃO LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 006/2024. Processos Administrativos SEI nº 018.00013468/2023-14. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Gestão e Governo Digital, realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontra • Fração ideal de imóvel urbano, situado na Rua Chamantá, esquina com a Rua Nicácio, Parte lote 48, Quadra 80, Parque da Mooca São Paulo/SP. Área de terreno de 7.113,55m². Desocupado. LANCE INICIAL: R$ 28.788.110. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 deoutubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 07/03/2024 a partir das 9h00 (horário de Brasília) sítio eletrônico: www.sodresantoro.com.br Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 do dia 07/03/25 com encerramento previsto para às 15h00 do mesmo dia, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. Consulte edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negócios públicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: 11-2464-6460. Visitação mediante agendamento prévio através do e-mail af@sodresantoro.com.br - Leiloeiro Oficial FLÁVIO CUNHA SODRÉ SANTORO - JUCESP nº 581.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 11/03/25 - 11h

CHÁCARA (DESOCUPADA) - CENTRO - CACHOEIRA PAULISTA - SP

Cachoeira Paulista/SP. Chácara, localizada na Travessa Bom Jesus, n.º 57, Centro, constituída de casa de morada e respectivo terreno com 72.554,47m², melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 3.304 do Registro de Imóveis da Comarca de Cachoeira Paulista/SP. Sendo que a área correspondente a 72.554,47m², está em zona rural, registrada no INCRA sob o n.º 635030000035.8 e a área de 7.135,53m², está em zona urbana, com Inscrição Imobiliária sob o n.º 03.074.0229.001. DESOCUPADO. **LANCE INICIAL: R$ 2.900.000,00.** Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson (setor de imóveis), no telefone: (11) 2464-6460 - Ramal: 6460 ou através do e-mail: af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

Visitação Veículos (aos lotes que estiverem disponíveis nos pátios): Pátio Guarulhos 1 - no dia que antecede o leilão, das 15h às 17h, mediante agendamento prévio através da nossa central de atendimento (11) 2464-6464. Demais pátios: No dia do leilão, das 08h às 09h30. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

SODRESANTORO | SODRESANTORO | LEILAOSODRESANTORO | (11) 2464-6464 | (11) 97777-1244 | WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Consulte Edital e Condições de Venda Completos no site www.sodresantoro.com.br
Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site



Eufrázio

SÃO PAULO

Vendem-se
APARTAMENTOS
ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$425.000 Sacada, 42Útеis, 1ds, arms, gar., luxe, 11 99936-0304

VL CLEMENTINO
R$450.000 Junto metrô, 50 úteis, varanda, 1ds, gar.11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$580.000 Varanda, 60úteis, 2dts, gar. Luxo total 11 99936-0304

VL MARIANA
Edi.Suntuoso, Anc Alto, Apto 70m² a.u. 2Dts, St, Arm,+Banh, Lav, Liv com Coz Amer, Terraço Incorporado, Escrit, Mobiliado, 2Grs. ☎99621-6822 Cr.19336F

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$980.000 Sacada,100úteis, 3dts,1ste, 2vgs.luxo 99936-0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.450.000 225úteis, varanda, 4s.3ambs, 4dts(3suítes), 3gars. + depósito, luxo total 99936-0304

ZONA OESTE

3 DORMITÓRIOS

JD AMÉRICA
Imediações R.O.Freire, R.Saconi e R.H.Lobo, Super Reformado, 180m², a.u., 3Sts, Closet, Arms, Anc Alto, Liv Espaçoso, Lav. S/ Estar, Jantar,Coz Gourmet Personalizada, Ar Cond,Dep, 2Grs. Tudo do mais fino luxo. ☎99621-6822 Cr. 19336F

Vendem-se
CASAS
ZONA OESTE

PINHEIROS
Ocasião !!!. Vende sobrado, na Rua: Hermes Fontes nº 164, com excelentes acomodações.Terreno 10x25. Garagem para 5 carros. Vale a pena ser visto !!!! Tratar com Palaiz Adm. Imobiliária.
☎(11) 3032-6555

Vendem-se
COMERCIAIS
ZONA SUL

PARAÍSO
Upsale Paraíso Gafisa. R. Afonso de Freitas, 75, conjuntos comerciais, ideal p/consultório médico, lado Hosp Coração. Abaixo avaliação. (11)98196-6102/ 99952-9404

Alugam-se
CASAS
ZONA SUL

PLANALTO PAULISTA
Av Piassanguaba, 90, casa 04, tipo assobradada c/ 95m², composta de 02 suítes, 01 sala, 01 cozinha, 01 lavanderia, aquecimento central, garagem para 2 veículos. Aluguel 4.100,00 IPTU mensal 720,74 Regina (11) 98516-5225.

Classificados ESTADÃO
(11) 3855-2001

Alugam-se
COMERCIAIS
ZONA SUL

AV PAULISTA
Menor Pço m² Av. Paulista Cj. 225 a 675m² Área Priv. até 12 meses carência. Alug dir prop (ou venda) ☎(11)3241-3855/94039-9863

BELA VISTA
Escritório 90m² reformado/mobiliado,2vgs.Av Brig Luís Antº 300, 12ºan. lado OAB(11)3628-2566

CH STO ANTÔNIO
R Verbo Divino esq.frações Únicas Cjto 540m²/ Loje 1080m² à pte. Até 12 meses de carência no Aluguel. Imperdível. Direto c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

ZONA NORTE

FREGUESIA DO Ó
Salão coml. 800m2. próx. bancos, farm./rest. À 100mts Est. Linha 6-Laranja Metrô (11)97140-7663

TERRENOS
ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
ESTADÃO

LITORAL

Temporada

RIVIERA
Carnaval na praia. Cond. Próx. mar Oportunidade. (11)99118-7551

SANTOS GONZAGA
Carnaval - Apto 113m², mobiliado p/8 pessoas, 50m praia, lado Shop Balneário ☎ (11)97686-6624

Vendem-se
APARTAMENTOS

S VICENTE - ITARARÉ
50 m praia, 125m², c/ gar. 2dts., $500m, Doc OK.13)99753-0535

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

RIO CLARO - SP
Monte seu Industrial. Diversas Áreas próx. à principais Rodovias. *Em especial uma de 62.000m²* ☎(19)98372-1133 Creci 114137

SOROCABA - SP
7.757m² Av. Comendador Pereira Inácio, p/ edifício coml./resid. quadra inteira ☎ (11)99976 0052

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

PARAÍBUNA - SP
42alqs., casa cinema, lagos/peixes, formada braquiária. R$4,2 milhão. Tratar ☎(12)99754-2179

CHÁCARAS E SÍTIOS

TATUÍ - SP
Vende-se sítio, 37,785 alqs. ou 86.600m², ótima localização, anexo ao perímetro urbano, frente para a Rod. 127. Área própria para empreendimento (parte) e atividade rural. Preço de ocasião. Tratar ☎(15)99771-5339/ ☎(15)3305-9070 Creci 13.507

OPORTUNIDADES

LEILÕES

LEILÃO ARTE TABLEAU
SOMENTE ON-LINE ou TELEFONE. Leilão: 24,25 e 26/02/2025 às 20:00h ☎ (11) 3061-2200 Leiloeiro: Luiz Carlos Moreira Mat.686. Visite: www.tableau.com.br

MIGUEL SALLES ESCRITÓRIO DE ARTES
Exposição aberta a partir de 14 de fevereiro de 2025, das 10h às 19h. Al. Gabriel Monteiro da Silva, 1935, Jd. Paulistano, São Paulo. Leilão online: 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 2025, a partir das 20h. ☎(11) 2579-6076 ou ☎(11)96637-8576. Leiloeiro: Rafael Zobiban - JUCESP Nº 1159.

Classificados ESTADÃO
(11) 3855-2001

AVARÉ-SP
Fazenda Produtiva na melhor localização. 239,42 alqueires em Avaré-SP. 125 alqueires lavoura irrigada. 98 alqueires pasto cultivado. Frente para asfalto. 7km de Avaré. 25km Rodovia Castelo Branco. 2h30m de SP. Excelente opção para investimento em produção agrícola e pecuária

Valor R$55milhões

Golden Land Advisory -
Marcelo Lopes - Creci SP 278096
(14)99788-5354
marcelolopes@glsaconsultoria.com.br

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001 (11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com
Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h
ESTADÃO

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

LOTÉRICAS IMPERDÍVEL
RENTABILIDADE de: 2% A 2,5%
Zn-SP Shopping, LL11m $420mil
Araraquara, Nova,R$ 420 mil
Bauru, Superm.Lucro $ 20mil
Campinas, Supermerc $ $40mil
PR.Rocha, Lucro $11 mil, Oportun.
Itatinga, Lucro 24mil, $1.190M
Jundiaí — Nobre, Lucro $ 23mil
Limeira — TOP, Lucro R$ 19 mil
Macatuba — Lic. Lucro R$ 9 mil
Paulínia — Lic. Lucro R$ 18 mil
S.J.Campos,Lucro $8mil $250mil
Sorocaba, R R$ 6mil, $300 mil
Sta.B D'Oeste,$23m, $750 mil
Itajubá-MG — Nobre, $1 milhão
Joinville - SC — Lucro R$17mil
Maracaju - MS, LL R$ $15mil
IMPULSA ☎(19)99653-2020

POUSADA CUMURUXATIBA/BA
R$5.500.000,00 Terreno 3000m² Frente mar. 11 bangalôs, casa propr., 2 suítes, pisc., jard.,restaurante, bar de praia. 5 estrelas Trip Advisor. (☎11)98196-6102

PRÉDIO LITORAL NORTE
c/7 lojs alugada +14 ap. Rit $35M R$3.500 M/M. (13)99753-0535

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

SUPERMERCADO FTE TERMINAL SAPOPEMBA
Oport. Supermercado c/açougue/ padaria, 400m². Av Aricanduva, 209. Vendas comprovadas R$290mil. Alug. $12mil. $510mil. Ac. como parte pago ☎(11)94782-7794

Classificados ESTADÃO
(11) 3855-2001

RELAX / ACOMPANHANTES

AZUMA ORIENTAL
P/exec.Hotel/motel 98518-5351

CASA DAS 7 MULHERES
C/acessórios. Em Moema. R$170 ☎(11)5051-3128/ 98340-6989

EMPREGOS

AUX. DEPTO PESSOAL
C/experiência, para escritório de contabilidade. Enviar CV p/e-mail: recrutamentoaenf@gmail.com

ESTADÃO
Pensou em anunciar, pensou Estadão
Fale com nossos consultores: (11) 3855-2001 (11) 99181-2018 WhatsApp
Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h

negocios & oportunidades

Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓Não adiante nenhum valor

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS | IMÓVEIS | MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS • PRESENCIAL E ON-LINE

310 VEÍCULOS

DIA: 21.02.2025 - 6ª FEIRA - 10h00 | AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 21.02.2025, a partir das 08h00 | verificar informações no site

•DIVERSOS MODELOS •CAMINHÕES •MOTOS •SEMI-NOVOS •SINISTRADOS •SUCATAS

M. BENZ GLA200FF | VW TAOS HL TSI | M.BENZ C180FF
LR DISC SPT P240 HSE | AUDI Q5 2.0TFSI | AUDI A5 SPB 2.0TFSI S | TOYOTA HILUX SWSRXA4FD | M.BENZ ACTROS 2548S

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 | CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 | www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Santander | omni | Banco Daycoval | ALFA | Porto | bradesco | Itaú seguro auto residência | BV | creditas | BANCO PAN | azul seguros | Votorantim | MSIG Mitsui Sumitomo Seguros | ITAPEVA | Allianz | TOKIO MARINE SEGURADORA

LEILÕES DE BENS DIVERSOS • SOMENTE ON-LINE

Dia 06/03/2025 - 5ª feira | 15h00	Dia 06/03/2025 - 5ª feira | 17h00	Dia 10/03/2025 - 2ª feira | 17h00	Dia 13/03/2025 - 5ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
PERSIANAS PRIZI ROLO TECIDO " 1,20 - 1,40 - 1,60 "	LUMINÁRIAS - MALOTE / SACOLAS LONA - PALETES PLÁSTICO	CAMA BOX " CASAL - QUEEN - KING "	SMART TV TCL 4K LED 65"

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br



Venezuelanos eleitores de Trump se sentem traídos e temem expulsão

CULTURA & COMPORTAMENTO
QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO
C2



ERNESTO RODRIGUES/ESTADÃO – 7/12/2006



The Cult na cidade, em 2006; cantor lembra convite para viver Jim Morrison no filme 'The Doors': 'Não havia espaço para imitação'

Ian Astbury

"Acho que 'paixão' é uma boa palavra para o brasileiro"

À frente da icônica banda britânica The Cult, vocalista está de volta ao País para mostrar hits como 'She Sells Sanctuary' em São Paulo, Rio e Curitiba

ENTREVISTA

Cantor engajado com a causa ambiental já ocupou o posto de Jim Morrison em projeto-tributo com The Doors

GABRIEL ZORZETTO

Ian Astbury é uma criatura selvagem. O britânico de 62 anos sempre foi avesso ao rótulo de rockstar e tentou derrubar o muro invisível entre o artista e o público. Sua paixão e intensidade floresceram na rebeldia da música do The Cult, uma das bandas mais importantes dos anos 1980.

À frente do conjunto formado há mais de quatro décadas, Astbury retorna ao Brasil para shows em São Paulo, no Rio e em Curitiba. Na última vinda, em 2017, eles integraram o lineup do festival São Paulo Trip e abriram o show do The Who no Allianz Parque. Na ocasião, ficou clara a aversão de Ian ao mar de celulares na plateia brasileira. "Mandem mensagem mais tarde", pediu ele.

Em entrevista ao **Estadão**, o cantor abordou o assunto e analisou os 40 anos do celebrado álbum *Love* (1985). Ele também relembrou a experiência mítica de ocupar a função de Jim Morrison no projeto-tributo com membros remanescentes do The Doors e explicou por que se recusou a interpretar o lendário artista na cinebiografia dirigida por Oliver Stone.

A atual turnê celebra os 40 anos da banda, mas sem a obrigação de tocar apenas os hits, correto?

Nunca tivemos a obrigação de tocar os hits. E quem define o que é um hit? The Cult nunca saiu por aí para tocar os hits. Tentamos construir um set que funcione para o momento em que estamos. Há uma química nessas músicas que funciona.

Da última vez que vocês vieram ao Brasil, lembro de você reclamando dos celulares na plateia.

Isso destrói a experiência, não apenas para quem está assistindo. Você está colocando coração e alma na performance e as pessoas não estão prestando atenção. Elas nem sequer vão olhar para isso. Por que se dar ao trabalho de ir ao show? Isso quebra o encanto.

"Os celulares na plateia destroem a experiência. Você está colocando coração e alma na performance e as pessoas não estão prestando atenção. Isso quebra o encanto"

"Toda vez que você compra algo embrulhado em plástico, você contribui para a invasão sobre o ambiente natural. Como parar isso?"

O álbum *Love* está celebrando 40 anos. Como era seu entendimento do amor naquela época, e como é agora?

Não consigo lembrar. Você está falando de 40 anos atrás. Eu era uma pessoa completamente diferente. Eu treino artes marciais, então se você leva alguns socos na cabeça algumas vezes, você aprende a se mover. O mesmo com a vida. As escolhas que você faz para chegar ao amor. É interessante, porque uma música como *She Sells Sanctuary* é como quando o sol sai. Dependemos de fotossíntese, oxigênio, água, para sobreviver, e esses elementos existem em uma música como *She Sells Sanctuary*. Toda vez que a tocamos, ela nunca parece velha.

Você sempre foi muito engajado com a causa indígena. É um assunto muito presente no seu trabalho.

O planeta é a preocupação principal. Em algum momento todos nós fomos povos indígenas. Nossas comunidades indígenas vivem em ambientes naturais não explorados e eles estão nos dizendo que os ambientes estão saturados de humanos. Toda vez que você vai ao posto de gasolina, toda vez que compra algo embrulhado em plástico, você está contribuindo para essa invasão sobre o ambiente natural. Então, como você para isso? O consumismo? Temos de parar tudo agora. Você tem de assumir as responsabilidade por suas ações. Como indivíduos, sejamos criativos e não nos prendamos à semântica da política, sempre culpando os políticos.

Como viajar o mundo desde o início da sua carreira o afetou?

Isso amplia suas experiências. Talvez você tenha algumas ideias sobre os seres humanos e então você viaja para algum lugar e tem uma experiência completamente diferente.

E como foi visitar o Brasil durante todos esses anos?

Amo o fluxo do brasileiro, a maneira como se comunicam, de forma mais íntima, expressiva. Acho que "paixão" é uma boa palavra para o brasileiro. Eu sei que existe pobreza, muita luta. Eu vi as favelas.

Como um fã de The Doors, você colocou muita pressão em si mesmo para honrar o legado de Jim Morrison quando se juntou ao projeto de Robbie Krieger e Ray Manzarek?

Foram 12 anos até acontecer. Eu amo os Doors. Eu li *Ninguém Sai Vivo Daqui*. Ouvi a música deles. Os Doors tinham um lugar mítico na minha imaginação.

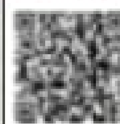
É verdade que lhe ofereceram o papel que foi para o Val Kilmer no filme do Oliver Stone?

Sim. Acho que de repente eles tiveram a visão de ter um cantor que se parecesse com Morrison. Mas Jim Morrison era Jim Morrison. Quero dizer, agora você tem Timothée Chalamet interpretando Bob Dylan e é estranho. Talvez seja melhor esperar alguns séculos se passarem. Porque todo mundo tem sua ideia de como uma pessoa é. Jim Morrison é divinizado. Não havia espaço para imitação. Depois de cerca de 30 shows, uma vez que encontrei meu lugar, me senti muito confortável. Houve inveja mesquinha, ciúme e falta de inteligência emocional da mídia. Foram bastante cruéis no início. Fiz tantos shows quanto Morrison. Também fui a lugares a que eles nunca foram, como a Grécia. Jim era obcecado com mitologia grega e literatura. Nós tocamos em Atenas, o que foi profundo porque muitos dos elementos arquetípicos que Morrison canalizou emanam da cultura grega. Foi uma noite mágica. O público os via como deuses antigos e as pessoas tinham lágrimas escorrendo pelo rosto. ●

The Cult – Ao Vivo
Vibra São Paulo.
Av. das Nações Unidas, 17.955.
Dom., 23, às 20h.
R$ 400 a R$ 1.100 (2º lote).
clubedoingresso.com



Alice Ferraz
colunaaliceferraz@estadao.com



NA WEB
Acompanhe atualizações diárias da coluna no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

Evento intimista celebra o lançamento da coluna

Na última segunda-feira, o 'Estadão' celebrou o lançamento desta coluna com um coquetel intimista no rooftop do Hotel Fasano, em São Paulo. O evento foi mais uma das ações da nova fase do 'Estadão', que comemora 150 anos em 2025. A coluna promete trazer reflexões sobre o que há de mais relevante na sociedade e nas esferas de poder do mundo atual. "Uma coluna para a sociedade fala das pessoas que fazem a engrenagem da cidade, do Estado e do País se mover", definiu Erick Bretas, CEO do grupo.

"Acho uma grande ideia combinar o que o 'Estadão' tem como cultura jornalística com inventos da tecnologia que Alice traz"
Gustavo Franco
Economista

"A Alice vai apresentar os temas do nosso tempo, principalmente com relação ao meio ambiente, para que as pessoas reflitam"
Teresa Bracher
Ambientalista

1. Lucilia Diniz **2.** Luiz Carlos Trabuco **3.** Marcio Kogan **4.** Teresa Bracher **5.** Marcio Santoro **6.** Andrea Brito Mesquita **7.** Ana Maria Tavares **8.** Gloria Kalil **9.** Paula Lima **10.** Daniella Sarahyba **11.** Fernanda De Goeye

FOTOS DE NICOLAS CALLIGARO/ESTADÃO

MICHEL VIEIRA/FACULDADE SANTA CASA SP



NOVO CÂMPUS. A Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo vai inaugurar ainda em fevereiro um novo câmpus. A nova unidade fica no Largo de Santa Cecília, a cerca de 600 metros do atual complexo. Com capacidade para mil alunos, o prédio vai abrigar oito novas graduações.

MACHADO E OS BICHOS. A editora Fósforo está prestes a lançar *Na Arca: Machado de Assis e os Animais*, uma coletânea de textos que explora a presença dos animais, sobretudo dos cães, na obra do escritor.

Organizado por Fabiane Secches e Maria Esther Maciel, com projeto gráfico de Flávia Castanheira e ilustrações de Gê Viana, o livro revela o carinho do autor pelos animais. Em algumas de suas cartas, por exemplo, ele tratava a si mesmo com apelidos como "Gatinho preto".

Um bom exemplo da presença de animais na sua obra é o cão Quincas Borba. Outro é a cadelinha do conto *Miss Dollar*, que evidencia o afeto que o escritor nutria pelos bichos. A arca machadiana ainda inclui gatos, ratos, burros, cavalos, galos, corvos, canários, borboletas, cigarras, aranhas, formigas, moscas, lagartos, lagartixas e pombas.

Para as organizadoras, mais do que figurantes, os animais ganham voz e relevância nas narrativas, refletindo a visão sensível do escritor sobre a natureza e seus habitantes.

SEGURANÇA. A Prefeitura de São Paulo vai usar câmeras de reconhecimento facial pela primeira vez no carnaval. Serão utilizados, ao todo, 400 câmeras do programa Smart Sampa e 21 drones para monitorar os 15 megablocos, que vão desfilar na cidade entre 23 de fevereiro e 9 de março. As Avenidas Henrique Schaumann, Brigadeiro Faria Lima e Pedro Álvares Cabral, além das Ruas dos Pinheiros, da Consolação e Augusta estão entre os principais endereços que serão fiscalizados.

Streaming **Estreia**

Diretor leva incertezas de Hamlet para o vale-tudo dos videogames

MUBI



Em meio à simulação do jogo, cineasta encena uma montagem da peça de Shakespeare; conceito surgiu durante a pandemia

Sam Crane junta os truques dos games com o rigor do teatro em 'Grand Theft Hamlet', que estreia na Mubi nesta sexta

MATHEUS MANS

O cineasta Sam Crane passava por uma crise existencial durante a pandemia quando, no ápice do isolamento social, abraçou o mundo dos games.

Começou a circular por esses universos digitais até que conheceu GTA – game conhecido pela violência desenfreada. E nesse contexto ele entendeu que poderia reviver o teatro ao encenar *Hamlet* no jogo, com pessoas desconhecidas e muita imprevisibilidade.

A experiência toda está em *Grand Theft Hamlet*, que estreia na Mubi nesta sexta, 21. "Como ator de teatro, senti que talvez nunca mais pudéssemos fazer isso da mesma forma. Eu odiava a ideia de fazer peças pelo Zoom. Até que meu filho me apresentou a youtubers que estavam transmitindo conteúdos dentro do Minecraft, criando narrativas fictícias no jogo. Isso abriu minha mente para o que era possível com games", diz Crane.

A partir daí, ele e um amigo ator, Mark Oosterveen, começaram a experimentar linguagens dentro de GTA. Andaram pelo mundo digital, conheceram pessoas – e, nessas andanças, depararam com um teatro. "Nós descobrimos todo um mundo de role-playing dentro dos jogos. Achei muito bonito e criativo", conta o diretor ao **Estadão**.

Eles tiveram a ideia, então, de encenar a peça ali mesmo. Algo mais voltado para Shakespeare, já que o game chega com todo o drama, grandiosidade e violência presentes na obra do britânico.

Nesse ponto, a mulher de Sam, a documentarista Pinny Grylls, entrou na jogada. Enquanto Sam arquitetava como encenar a peça dentro de GTA, Grylls gravava cada detalhe para transformar tudo no documentário que estreia agora – apenas com imagens do jogo e nada de humanos.

"Eu odiava a ideia de fazer peças pelo Zoom. Até que meu filho me apresentou a youtubers que estavam transmitindo conteúdos dentro do Minecraft, criando narrativas fictícias no jogo. Isso abriu minha mente para o que era possível com games"
Sam Crane
Cineasta

POTENCIAL. "Como documentarista, já fiz filmes sobre teatro, balé e dança. Nunca havíamos trabalhado juntos antes, mas eu observava o que ele estava fazendo e pensava: 'Isso tem um potencial incrível para uma grande história'", conta ela. "O que eu não percebia era que esse projeto era uma conversa também com nossas próprias vidas. Como unir essas três coisas se tornou o coração do filme."

A escolha de *Hamlet* foi natural. "Queríamos algo que as pessoas pudessem reconhecer. Alguns podem conhecer Shakespeare, outros não, mas quase todos já ouviram falar de *Hamlet*", diz Pinny. Crane vai além. "*Hamlet* combina muito bem com GTA. Muitos podem nunca ter jogado o game, mas todo mundo já ouviu falar. E isso acontece também com *Hamlet*", explica.

MECANISMO. E o melhor de tudo: é divertido ver Crane, Pinny e Mark tentando entender aquele mecanismo digital e sofrendo no processo. A certa altura, por exemplo, Sam está tentando encenar *Hamlet* quando um grupo chega para matar seu personagem. Ele não aceita a morte passivamente: pega uma arma e começa a atirar em todos ao seu redor, gritando "ninguém pode acabar com a arte". Em outro momento, um jogador esquece o texto e começa a recitar o *Alcorão*. Do nada. Tudo é natural e divertido.

Muito se questiona, hoje, como o cinema pode se relacionar com os videogames. Afinal, os filmes interativos foram uma aposta da Netflix em 2018, mas se perderam no caminho. Enquanto isso, adaptações geralmente não vão bem de bilheteria e não agradam a críticos e fãs. *Grand Theft Hamlet* tenta romper isso de vez. "Alguns especialistas em Shakespeare até nos disseram que revelamos novos significados, como a questão das máscaras e das identidades ocultas."

Mas, mais do que isso, *Grand Theft Hamlet* tenta mostrar que há espaço para outras ideias e provocações. "Especialmente no teatro, há muitas possibilidades de criar algo híbrido", diz Pinny.

Para Sam Crane, "teatro e videogames estão muito conectados". "Há um preconceito contra os videogames, como se fossem uma forma de arte inferior. Mas espero que tenhamos mostrado que não é assim. E que os dois podem se combinar de maneira fascinante." ●

ESTADÃO
NEWSLETTER
Saúde & Bem-Estar
Inscreva-se para receber notícias sobre qualidade de vida que vão inspirar você.
Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber seleções de notícias sobre **rotina saudável**, às **segundas e quintas-feiras**.
bit.ly/news-bemestar

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Contradições
Data estelar: Lua quarto minguante em Sagitário

Não importa que a Lua míngue e que o raciocínio simplista te leve a crer que se ela míngua então tudo o mais por aqui também está em linha de diminuição, porque a Lua é apenas um dos inúmeros ingredientes cósmicos que servem de referência para estabelecer ciclos, e cá entre nós, nem sequer o mais importante, apenas o mais próximo e visível.

E como nossa humanidade ainda se apega demais ao que pode perceber com seus cinco sentidos físicos, a Lua acabou se tornando a estrela de todos os raciocínios astrológicos, mas a Astrologia funciona porque discursa sobre os rios de Vida invisíveis aos olhos físicos.

Verás então, com outros olhos, que apesar de a Lua ser quarto minguante, ainda assim teu ânimo a contradiz com entusiasmo e com essa inquietante vontade de te lançar a alguma aventura nova. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Coisas que normalmente não seriam ditas acabam sendo postas sobre a mesa, configurando uma situação delicada, porque teoricamente esta seria a época em que sua alma precisaria fazer do silêncio seu melhor aliado.

TOURO 21-4 a 20-5
Se as pessoas andam atrapalhadas, cheias de histórias e promessas, mas com pouca boa vontade para colocar em prática suas ideias, procure não as criticar com severidade, mas a estimular para que pratiquem o que predicam.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
A motivação há de ser aproveitada, porque nada garante que ela continue firme e forte ao longo das horas. Por isso, se você sentir o frescor da motivação, em vez de a usar para se divertir, faça o que andou protelando.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Essas coisas que você pensa e não comunica a ninguém, são as coisas que servem para sua alma orientar as principais atitudes que anda tomando. Aquilo que é mantido em silêncio é sempre o mais importante, ou não?

LEÃO 22-7 a 22-8
As confusões entre as pessoas acontecem justamente porque a maioria delas anda confusa, mas como ao mesmo tempo não podem expressar a confusão que experimentam, acabam tomando atitudes completamente desvairadas.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Mesmo que as pessoas não ajudem você diretamente, o mero fato de elas não atrapalharem já é um grande avanço. Só falta você deixar de se melindrar pelo eventual sucesso que essas pessoas experimentam. Assim fica bom.

LIBRA 23-9 a 22-10
Cada passo que você der, mesmo que pareça muito pequeno, ou confuso inclusive, se orientado na direção de suas pretensões mais elevadas, servirá para se aproximar mais um pouco do objetivo. Nada é em vão.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Quando tudo pareça fácil demais, é porque provavelmente é fácil demais para ser verdade. Está certo que a vida não deve ser uma interminável sequência de dificuldades, mas não se pode esperar o oposto tampouco.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Se as pessoas não se entendem racionalmente, nem tampouco em torno dos interesses materiais que perseguem, pelo menos sempre restará o entretenimento para as fazer entrar em acordo. No divertimento todos se entendem.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
A boa vontade sempre será muito boa, mas em muitos casos não resolve, como é o caso das boas intenções, das quais o inferno está cheio. Além da boa vontade, você precisa planejar direito seus movimentos.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
O que você quer está ao seu alcance, e se por essas coisas da vida parecer estar fora do seu alcance, é porque você espera que as coisas aconteçam, em vez de assumir a responsabilidade de as fazer acontecer.

PEIXES 20-2 a 20-3
Por pior que pareça o cenário, ainda assim continue confiando nos mistérios da vida, porque coisa boa está à caminho. Confie nos pressentimentos que tomam conta da alma, e que iluminam o rosto com um sorriso.

Clássicos

Cinemateca Brasileira exibe filmes do ator Grande Otelo

Hoje, serão exibidos 'Matar ou Correr' e 'Carnaval Atlântida' e, amanhã, 'Macunaíma'; os ingressos são gratuitos

A Cinemateca Brasileira exibe hoje e amanhã quatro filmes protagonizados pelo ator Grande Otelo (1915-1993). A programação de hoje tem os filmes *Matar ou Correr* e *Carnaval Atlântida*; a de amanhã, *Macunaíma* e *Amei um Bicheiro*. A entrada é gratuita; os ingressos são distribuídos uma hora antes de cada sessão.

"Não há nenhum ator, por mais cômico que seja, que não goste de fazer o público chorar de vez em quando. E não há nenhum ator, por mais dramático que seja, que não queira fazer o público rir de vez em quando", dizia Grande Otelo. Com participação em projetos nas diferentes fases do cinema brasileiro – Atlântida, Cinema Novo, Cinema Marginal –, o ator foi uma das figuras mais importantes do cinema nacional. ●

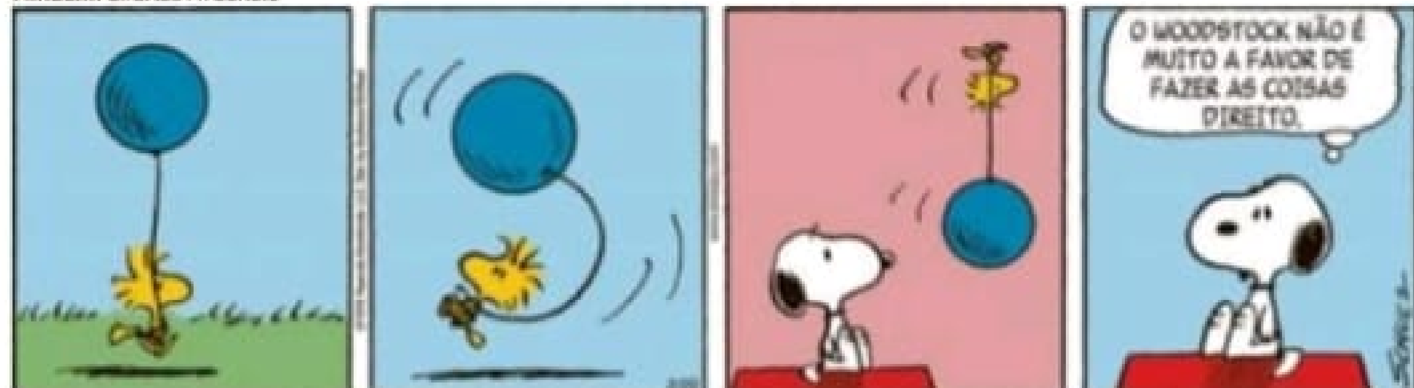
CONDOR FILMES



Otelo em 'Macunaíma', dirigido por Joaquim Pedro de Andrade

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"Felicidade é ter algo para fazer e para amar"* **H. G. Puigcerver**

Eufrázio



Por aí

Patrícia Ferraz ● patriciacferraz@gmail.com

A volta do Ryo

Depois de dois anos fechado, funcionando só como delivery – e de uma tentativa de transformar a casa num boteco chique de comida asiática –, o Ryo reabriu ao público. Ótima notícia ter de volta o restaurante japonês que conquistou duas estrelas Michelin em 2020. Edson Yamashita, que assina os cardápios da casa, se consagrou como um dos melhores sushimen do País e, com seu novo omakase, não deixa dúvidas de que seu talento vai muito além de sushi e sashimi – prova disso é que o hashi fica no descanso durante quase toda a degustação de 10 serviços em que o chef escolhe o que você vai comer. Com caldos e molhos de sabores complexos e delicados, o que se usa mesmo é a colher.

O menu começa com quatro snacks, que entram em cena encobertos por uma folhagem – só depois de tirar a tampa se descobrem o crocante de horenso com berinjela e alho negro, fininho, delicado; uma tartelete de robalo com mostarda ancienne, óleo de gergelim e ikura; nori empanado; e o melhor da seleção: o brioche de tartar de atum com caviar, prato-assinatura de Yamashita.

O peixe que chega a seguir é um espetáculo, buri servido com gelatina de ponzu e um molho que combina maçã verde e uni, o ouriço. A vieira selada e servida com uma emulsão de tomate fermentado por sete dias e manteiga é um dos pratos mais saborosos da seleção. Numa espécie de collab Japão-Itália, chegam os cavatelli feitos com tinta de lula, servidos com mexilhão, lula e karasumi (a bottarga japa).

Quando você pensa que não vai usar o hashi no jantar, o sushiman serve três fatias de sashimi, grossas, cortadas à perfeição: atum bluefin, que derrete na boca. A essa altura, já se poderiam encerrar os trabalhos e sair dali feliz, mas Yamashita não ousaria servir um omakase sem seus notáveis sushis – e ainda havia surpresas pela frente.

Carapau na brasa, com creme de mandioquinha; denver steak de wagyu com purê de cebola, picles e emulsão de salsinha. E então, os desejados sushis, para comer de olhos fechados, saboreando o contraste de temperaturas do arroz e do peixe, as texturas, a delicadeza do pescado fresquíssimo... Teve atum akami, robalo prensado na alga kombu, sororoca com gengibre, pargo com shisô e raspas de laranja-baía, cavalinha marinada (espetacular).

Na sobremesa, sorvete de cumaru, ameixa assada com mel, espuma de coco, óleo de figo e ameixa desidratada. Impossível não sair feliz! Quem não quiser (ou não puder) encarar o omakase por R$1.290 por pessoa (sem harmonização de bebidas), tem à disposição o menu à la carte e 10 mesas no salão decorado com obras de Manabu Mabe, avô de um dos sócios da casa. ●

Ryo Gastronomia
Rua Pedroso Alvarenga, 665, Itaim-Bibi.
3ª a sáb., das 12h às 14h30 e das 19h às 23h. Fecha dom. e 2ª.
@ryogastronomia

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 21 ANOS.

SEG. Pedro Venceslau, Simão Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4jVsxE1

"Peppa Pig", "Doug" e "Pica-Pau"
Ney Latorraca, ator paulista
Qualidade de Estados independentes
Febre, dor muscular e manchas vermelhas no corpo
Nesse exato momento
Compositor das "Bachianas Brasileiras"
A propósito
Deborah Evelyn, atriz brasileira
Pagamento cobrado por escolas particulares
Lema (ing.)
Termo jurídico
Cão de Odisseu (Lit.)
L E I
Questionado (pela polícia)
Boletim de Ocorrência (abrev.)
Age como Judas (Rel.)
Tira costurada sobre a borda de um tecido
Virgem prometida ao muçulmano fiel, após a sua morte
Ana (?), ex-voleibolista
Fantasia, em inglês
As laterais do corpo
Rio, em inglês
A forma da argola
Investiga a fundo (fig.)
Objetos de estudo da onirologia
(?) Johnson: o Edevaldo de "Toma-sama" (TV)
Segunda maior cidade do RS
Filósofo grego da felicidade
Sérgio Rodrigues, arquiteto carioca
950, em romanos
Prenome de Nadal
O casaco adequado para dias chuvosos
A casta mais baixa
Inchaço de tecido
(?) Jofre, pugilista
Ácido, em inglês
Duelo, em inglês
Sensação de tédio
(?) das Américas: S. João de Meriti (RJ)
Apelido carinhoso de "Gisele"
(?) Pitanguy, cirurgião plástico
"Física", em CPF
"(?) Messagero", jornal italiano
Esporte praticado por Carol e Bruninho
Produz som

BANCO 2/ill — ox. 4/acid — duel — hurt. 5/sudra. 6/slogan. 7/costume — epicuro. 11/formigueiro.

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.



ILUSTRAÇÃO: GUTO DIAS

Você vai...

F	A	C	Y	T	F	O	S	S	E	M
R	F	T	F	R	C	G	M	I	C	C
R	A	Ç	R	O	F	E	R	C	O	S
R	O	I	R	I	C	H	D	G	V	C
R	O	U	O	C	O	H	C	M	C	L
O	G	N	T	N	B	A	T	I	A	E
I	E	D	E	F	O	I	M	C	H	B
O	T	N	C	A	T	T	T	N	N	G
P	A	N	S	N	A	M	A	T	I	H
A	T	M	O	L	B	L	Y	N	M	H
L	N	T	T	R	M	R	G	L	Y	R
M	U	R	O	F	R	N	F	O	A	T
F	L	E	V	D	T	C	T	E	O	T
C	A	P	E	S	S	O	A	S	L	R
O	R	C	R	L	N	P	H	S	E	A
N	M	R	C	R	N	O	O	N	A	T
T	R	L	O	C	F	S	N	C	C	N
R	S	O	N	G	R	T	N	N	E	O
A	O	S	T	N	E	A	L	L	D	C
R	Ã	H	R	Y	B	S	T	O	Y	C
I	Ç	O	A	R	A	C	I	I	R	I
A	E	M	R	H	O	F	O	S	M	D
S	R	R	I	L	Ã	F	R	R	E	E
N	I	H	O	I	I	R	R	M	N	Y
T	D	A	C	N	N	O	A	N	C	D
N	I	C	N	G	I	I	C	N	O	C
D	G	Y	L	I	P	A	L	H	N	L
I	I	L	I	I	O	R	S	A	T	N
L	C	T	A	G	T	N	D	N	R	H
R	T	T	O	O	N	G	I	M	O	I
F	N	S	R	B	D	U	A	S	R	R

"... ao encontro de" ou "de encontro a"?
Muitas ~~**PESSOAS**~~ usam essas **DUAS** expressões como se **FOSSEM** sinônimas, mas elas são bem diferentes. Na verdade, muito pelo **CONTRÁRIO**, elas são **OPOSTAS**. Veja:
Se você vai **CONTRA** alguma coisa, você vai de **ENCONTRO** a. Se você é a favor de **ALGO**, vai ao encontro de, isto é, na mesma **DIREÇÃO**.
Então, se você não concorda com uma **OPINIÃO**, pode dizer:
• Sua opinião vai de encontro à **MINHA**.
Já se **VOCÊ** concorda com o que é **DITO**, pode dizer:
• Sua opinião vai ao encontro da minha.
Então, apenas para **REFORÇAR**, se o **CARRO** foi de encontro ao **MURO**, isso significa que ele se **CHOCOU** com o muro.
Já se você precisa de **VOTOS**, e se suas propostas vão ao encontro dos meus objetivos, isso significa que você pode **CONTAR** com o meu **APOIO**.

© Revistas COQUETEL

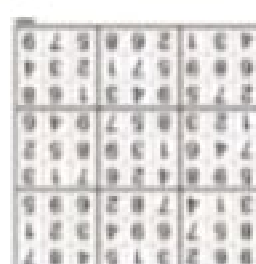
SUDOKU

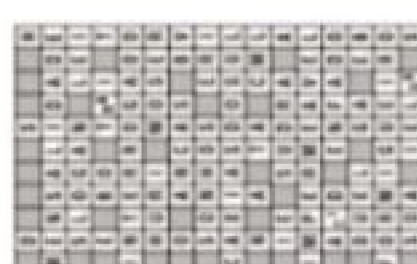
NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/402mkyr

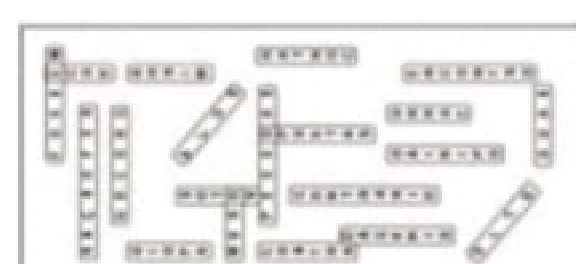
Nível Médio

					5	4		
	5	7				3	2	
3	1						9	
5			4		6			
				3				
			8		7			6
	7						6	8
	8	9				2	3	
		1	2					

SOLUÇÕES









SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel
ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br

— Depois de fugirem de ditadura chavista, eles agora se sentem traídos por presidente dos EUA

Venezuelanos eleitores de Trump temem expulsão



Rangel Walther, ao centro, com sua família; eles agora correm o risco de serem deportados

SABRINA RODRIGUEZ
RESHMA KIRPALANI
THE WASHINGTON POST

Ronald Bellorin decidiu fugir da Venezuela para os EUA durante a primeira administração do presidente Donald Trump, convencido de que o líder republicano protegeria pessoas como ele, que haviam sido alvo de um regime autocrático.

Agora, o professor universitário está preocupado que a administração Trump vá deportá-lo. O Departamento de Segurança Interna cancelou o status de proteção temporária concedido a milhares de venezuelanos que chegaram nos últimos anos. A permissão de Bellorin para trabalhar nos EUA está prestes a expirar em abril, e seu escudo contra a deportação, em setembro.

"Hoje, me sinto da mesma maneira que me sentia na Venezuela – que vão me levar para algum lugar de onde não poderei escapar", disse Bellorin, emocionado ao descrever o sofrimento de sua família. "É terrível se sentir assim aqui nos EUA. Pensei que estaríamos seguros aqui."

A decisão de cancelar o status de proteção temporária (TPS, na sigla em inglês) para centenas de milhares de venezuelanos acendeu medo, confusão e indignação em um subúrbio de Miami, conhecido carinhosamente como "Doralzuela". Os venezuelanos ali foram alguns dos maiores apoiadores de Trump. Mesmo que muitos não pudessem votar, eles participaram de comícios, decoraram seus jardins com bandeiras de Trump e recorreram às redes sociais para apoiar o homem que pensavam que priorizaria a remoção de Nicolás Maduro do poder.

"A comunidade venezuelana deu seu apoio ao presidente Trump", disse John De La Vega, um advogado de imigração venezuelano-americano e veterano do Exército. "Isso é completamente diferente do que eu pensei que seria."

REDUTO. Talvez em nenhum outro lugar os venezuelanos tenham se estabelecido tão firmemente nos EUA como em Doral. Crianças nascidas na Venezuela ou de pais venezuelanos nos EUA enchem as escolas da cidade. Restaurantes familiares que fecharam em Caracas reabriram em centros comerciais. Muitos proprietários de negócios, advogados e médicos estão aqui há tanto tempo que reconstruíram carreiras profissionais, compraram casas e construíram o subúrbio em uma das comunidades que mais crescem em Miami.

A cidade também abriga um campo de golfe e resort de Trump, e o presidente visitou Doral frequentemente durante seu primeiro mandato, e durante a campanha para se encontrar com líderes comunitários e exibir sua luta contra o regime de Maduro.

Algumas das conquistas mais dramáticas de Trump com eleitores latinos foram feitas em Doral, onde cerca de 40% dos residentes da cidade têm raízes venezuelanas. Ele passou de perder a cidade em 2016 para vencê-la por pouco em 2020. Na eleição de 2024, ele ganhou 62% dos votos em Doral, batendo a vice-presidente Kamala Harris por 25 pontos porcentuais, segundo uma análise dos dados de distritos do Condado de Miami-Dade.

Andrea Gabriela Rangel Walther, de 29 anos, está entre aqueles que pensaram que Trump protegeria os venezuelanos da deportação. Ela disse que a esmagadora maioria de seus amigos e parentes apoiaram Trump – incluindo seu pai, que agora corre o risco de ser deportado. Seu TPS expira em abril.

Ela sabia que Trump havia prometido deportar imigrantes que cometessem crimes e destacou os membros da temida gangue Tren de Aragua da Venezuela como alvo inicial. Isso era algo com o qual ela concordava e apoiava. Mas ela não esperava que Trump confundisse criminosos com venezuelanos como seus pais e irmão mais novo.

"Ele esteve em Doral. Ele esteve em Miami", ela disse entre mordidas em uma empanada em um pequeno restaurante venezuelano. "Ele sabe que nem todos os venezuelanos são do Tren de Aragua."

Rangel Walther apontou para as contribuições dos venezuelanos para o sul da Flórida. Visite qualquer negócio – seja um escritório, hotel ou loja – e há venezuelanos trabalhando lá dentro. Novos centros comerciais e complexos de apartamentos estão sendo construídos para atender à demanda de novos residentes – muitos venezuelanos – que se mudaram para lá. "Esto es Doralzuela", ela disse, referindo-se ao apelido da cidade. Isso é Doralzuela.

Rangel Walther, residente nos EUA, disse que seu marido, que é venezuelano e cidadão dos EUA, votou em Kamala e agora repreende seu pai por seu apoio a Trump.

"Meu marido disse ao meu pai: 'Tu querías votar por Trump y mira agora él te está botando'", ela disse. "Você queria votar no Trump e agora ele está te expulsando."

Seu pai foi pego de surpresa pela decisão de Trump de eliminar o TPS para venezuelanos, mas Rangel Walther disse que ele ainda apoia o presidente.

"Ele diz que Trump está fazendo o certo pelo seu país, que nós invadimos seu país, e ele está defendendo", disse.

Seus pais agora vão solicitar asilo político, um processo que ela disse que não começaram antes devido ao alto custo. A esperança de Rangel Walther é que um caso de asilo pendente permita que eles permaneçam nos EUA até que ela se torne cidadã americana no próximo ano e possa tentar reivindicá-los.

Ela olhou para outra mesa e notou um monte de panfletos de um advogado de imigração local proeminente. "Na verdade, é com ele que acho que eles vão", ela disse. Esse mesmo advogado tem um grande outdoor em um importante cruzamento em Doral anunciando o trabalho de seu escritório em reivindicações de asilo.

No meio da conversa, Rangel Walther fez uma pausa para ouvir enquanto um homem conversava com os trabalha- ⊖



Busca por refúgio
Jornalista independente Samir Luzardo fugiu da Venezuela em 2016 depois que autoridades do regime começaram a ameaçar seu filho

FOTOS RESHMA KIRPALANI/THE WASHINGTON POST





Líderes comunitários em Doral falam sobre suspensão de status

dores que preparavam os pedidos atrás de um balcão. O cliente, também venezuelano, disse que Trump havia virado as costas para a comunidade que o elevou: "Ele é mais falso que uma nota de mil dólares".

"Viu?", ela disse. "Todos estão em choque."

Advogados de imigração como De La Vega disseram que foram inundados com ligações e e-mails de imigrantes nervosos. Alguns são pais perguntando se é seguro ir trabalhar e enviar seus filhos para a escola. Outros querem saber se devem solicitar asilo e se podem ser deportados.

PROTEÇÃO. De La Vega ficou chocado com a decisão de rescindir o status de proteção temporária para venezuelanos. O aviso inicial do DHS aplica-se a aproximadamente 350 mil venezuelanos – mas no total, cerca de 600 mil venezuelanos são beneficiários das proteções, que o presidente Joe Biden primeiro estendeu a eles em 2021 e novamente em 2023. Os venezuelanos são de longe o maior grupo protegido da deportação sob uma lei de 1990 que autoriza o governo a conceder imigrantes indocumentados o TPS se seus países estiverem passando por guerra, desastre ou outra crise.

A consternação de De La Vega transformou-se em raiva quando ele leu o aviso de término da secretária de Segurança Interna, Kristi Noem. Nele, ela argumentou que os venezuelanos não precisavam mais de proteção, em parte porque houve "melhorias notáveis em várias áreas como economia, saúde pública e criminalidade". "Trump sabe exatamente o que está acontecendo na Venezuela, e essas ações e esses relatórios que estão arquivando são completamente inconsistentes com a realidade", disse ele. "A política de 'America First' era então para nós enviarmos pessoas inocentes de volta a um regime?"

RESPOSTA. De La Vega alertou que Trump e os republicanos sofrerão nas urnas. Muitos detentores de TPS têm parentes cidadãos dos EUA que podem votar. Ele disse que a decisão influenciará como ele vota nas eleições de meio de mandato e na próxima presidencial.

"Há muitas pessoas aqui dizendo: 'Ei, nós te demos isso. Este é o nosso presente para você, nosso voto'", ele disse. "E então você faz tudo isso?"

Nem todos estão tão surpresos. A preocupação do jornalista independente Samir Luzardo vinha crescendo à medida que Trump intensificava sua retórica contra os venezuelanos na campanha eleitoral. O candidato republicano falava frequentemente de uma invasão e mencionava membros da gangue Tren de Aragua como se estivessem em toda parte.

Isso lembrou Luzardo da descrição de Trump sobre imigrantes mexicanos durante sua campanha presidencial de 2015, na qual ele alegou que eles estavam "trazendo drogas. Eles estão trazendo crime. Eles são estupradores". "Somos o novo alvo", disse Luzardo.

> *"Hoje, me sinto da mesma maneira que me sentia na Venezuela – que vão me levar para algum lugar de onde não poderei escapar. É terrível se sentir assim aqui nos EUA. Pensei que estaríamos seguros aqui"*
>
> **Ronald Bellorin**
> **Professor universitário venezuelano, que corre risco de perder permissão para trabalhar nos EUA e seu escudo contra a deportação**

O jornalista já serviu no equivalente venezuelano da Comissão Federal de Comunicações. Mas ele disse que seus esforços para combater a censura governamental o fizeram um alvo. Ele disse que decidiu fugir com sua família em 2016 depois que autoridades do regime começaram a ameaçar seu filho. Ele está esperando há nove anos para que seu caso de asilo seja ouvido. Quando Luzardo recebeu o TPS em 2021, ele sentiu algum alívio. Agora, ele está preocupado se sua família poderá ficar.

Voltar para a Venezuela, disse ele, não é uma opção. E ele está alarmado com os gestos iniciais de Trump em relação ao regime de Maduro. O presidente enviou seu enviado especial para missões, Richard Grenell, para se encontrar com Maduro em Caracas no fim de janeiro. Os dois chegaram a um acordo para a Venezuela aceitar deportados e libertar reféns. O governo Trump não abordou a eleição presidencial do ano passado na Venezuela – amplamente considerada fraudulenta – ou as prisões de Maduro de mais de 1,7 mil prisioneiros políticos nos últimos meses em suas comunicações sobre a reunião.

"Uma foto de um enviado de Trump apertando as mãos com Maduro no meio do palácio presidencial de Miraflores? Todos sorrindo? Isso dá legitimidade a um governo ilegítimo", disse Luzardo. O jornalista afirma que a maioria dos venezuelanos, se não todos, "querem voltar para casa", mas "sob as circunstâncias certas".

SEM SAÍDA. Bellorin, o professor universitário que fugiu em 2018, disse que nunca quis deixar seu país natal. Ele amava sua carreira ensinando tecnologia eletrônica na Universidade de Oriente e não conseguia imaginar uma vida longe de Puerto La Cruz, uma cidade portuária cercada por praias. Embora ele tenha sido há muito tempo um crítico da liderança de esquerda do país, ele disse que não sentiu sua vida em perigo até que Maduro se tornou presidente e empoderou gangues e apoiadores do regime para perseguir a oposição.

Bellorin solicitou asilo político quando chegou a Miami. O processo pode levar anos, então ele também se registrou para status de proteção temporária em 2021. O governo dos EUA negou sua reivindicação de asilo em 2023.

Em uma manhã recente, ele correu para El Arepazo, um restaurante venezuelano amplamente conhecido localizado dentro de um posto de gasolina, depois de ouvir na emissora Telemundo que líderes comunitários estavam se reunindo para condenar a decisão da administração. Ele esperava obter respostas.

Bellorin está considerando contratar um advogado e vai escrever para seus legisladores locais pedindo ajuda, mas não tem certeza de quais opções restam. "Eu simplesmente não sei o que fazer", disse Bellorin. "Não podemos voltar para a Venezuela." ●

Literatura **História**

Francês recria memórias da guerra de um garçom do Ritz

'O Barman do Ritz de Paris', de Philippe Collin, revive o clima do famoso bar durante a ocupação nazista nos anos 1940

LEONARDO NETO

Frank Meier, um judeu de origem austríaca, era o barman favorito dos escritores Ernest Hemingway e F. Scott Fitzgerald e da estilista Coco Chanel na Paris dos anos 1930.

Do balcão do suntuoso Hotel Ritz, Meier servia seus drinks a artistas, escritores e intelectuais que viviam a festa que era a capital francesa.

No entanto, em junho de 1940, tudo mudou. Os soldados nazistas invadiram e ocuparam a capital francesa. O público do Ritz era outro. Saíam Hemingway, Fitzgerald e Chanel e entram Göring e seus asseclas. Meier precisa se adaptar à nova clientela e, ao mesmo tempo, esconder as suas origens.

A cada palavra e sorriso oferecidos por Frank, ele se sente mais sufocado. Ainda assim, o barman, que lutou pela França na Primeira Guerra, se recusa a fugir. Frank ouve e age discretamente, fornecendo documentos falsos a outros judeus e contribuindo – até mesmo de forma involuntária – para atividades conspiratórias. Afinal, quem desconfiaria de um barman?

HOTEL RITZ



Uma das salas do bar do Ritz Hotel, fotografada em 1999

Esta história real serve de inspiração para o romance histórico *O Barman do Ritz de Paris*, que marca a estreia do jornalista francês Philippe

Nova clientela

Com invasão, saíram Hemingway, Fitzgerald e Chanel e entraram a cúpula das forças alemãs

Collin na literatura. Collin apresenta o podcast *Face à l'histoire*, que reúne cerca de 20 milhões de ouvintes. A tradução é de Ivone Benedetti.

Famoso pelo trabalho no Ritz, Franck Meier também escrevia e publicou em 1936 um livro, *L'Art du Cocktail*, em que anota mais de 400 receitas, histórias e conselhos. Depois do fim da guerra, Meier desapareceu misteriosamente. ●



O Barman do Ritz de Paris
Philippe Collin
Record
384 págs., R$ 69

Trecho de 'O Barman do Ritz de Paris'

14 de junho de 1940

Estou encurralado no ninho dos boches. Dezoito e trinta, e os alemães ainda se fazem esperar. Hoje de manhã, desfilaram pela avenida Foch. Agora estão aí, entre as paredes, nos recintos do Ritz. Todos os hotéis parisienses foram requisitados pelo Exército alemão para instalar escritórios, e o Ritz vai receber uma centena de oficiais superiores – a nata da Wehrmacht – e tornar-se a "residência do governador militar da França": se esse título não lembrasse a cruel humilhação que o exército francês acaba de sofrer, seria quase prestigioso.

A praça Vendôme é beneficiada por um status especial. Até segunda ordem, o Ritz pode continuar recebendo a clientela habitual. E o bar, claro, fica aberto. Para cuidar dele, ao lado de Frank Meier, só restam o seu velho irmão de guerra, Georges Scheuer, e um jovem aprendiz italiano, Luciano.

O barman não pregou os olhos a noite inteira, atento ao descabido silêncio reinante em sua casa, em seu prédio da rua Henri-Rochefort, desde que a maioria dos vizinhos fugiu de Paris. Uns covardes.

Insone, pensou em Jean-Jacques, seu filho. Frank nunca soube amar de verdade aquele filho único, nascido em 1921, do casamento infeliz com Maria. Um abismo os separa. Não tem notícias de seu rebento há décadas, desde que o jovem foi contratado pelo Cassino de Nice, cinco anos atrás... Onde estará? Será que foi convocado? Será que eu deveria me pôr a salvo? Ir ficar com ele em Nice? Nem pensar em entregar meu bar aos Fritz...

Esta noite, ereto em seu paletó, Frank Meier se prepara para a chegada dos novos fregueses. Acaba de ver seu próprio rosto no reflexo da coqueteleira Christofle (...). O barman olha o relógio pela enésima vez. Vinte para as sete. Está tudo pronto: cítricos, folhas de menta, frutas vermelhas e açúcar mascavo para o Royal. O Perrier-Jouët está em lugar fresco e em boa quantidade. Os vencedores terão com que festejar. Mas, até agora, nada. Ainda nada.

De onde está posicionado, atrás do balcão sólido, de madeira escura, Frank não pode ver a chegada dos fregueses, pois o corredor que leva ao bar está fora de seu ângulo de visão. Isso é mais que inconveniente nos tempos que correm. Impossível se precaver. Por isso, pôs o aprendiz de vigia no limiar da porta.

Onde estão esses malditos boches? O silêncio pesado antes do assalto. Georges ocupa as mãos brincando com as framboesas.
– Pare com isso, vai estragar.
– Estou nervoso, Frank.
– Então passe a camurça no bar, está com marcas de dedos. (...)

Ah, está chegando alguém. São eles? Não, apenas um freguês francês que, só de ver, poderia provocar nele uma careta de desprezo, não fosse ele tão senhor de si. O impossível Sr. Bedaux. Por um instante, Frank pensa em lhe pedir, com polidez, mas com firmeza, que dê meia-volta. Mas Bedaux faz parte dos novos senhores, e ele vai precisar se acostumar. Por isso, fica olhando a aproximação do primeiro freguês do mundo de depois.

Espantosa personagem, esse Charles Bedaux. Tem testa alta, traços finos e a mesma idade de Frank, cinquenta anos vigorosos. Ele também desembarcou jovem na América, de bolsos vazios. Os destinos de ambos se cruzaram com frequência. Em Nova York, Meier aprendeu a servir; Bedaux, a brindar. Os dois não demoraram a tornar-se experts nos respectivos campos: Frank como barman, Bedaux nos negócios. Em menos de dez anos, Bedaux se casou com duas herdeiras americanas e transformou-se em defensor das teorias da "organização científica do trabalho" — escreveu um livro sobre o assunto, e gosta de falar dele, assim como de suas fábricas em vários lugares, de sua recente nacionalidade americana, de sua unidade de medida, a "unidade Bedaux". Mas não tanto quanto de sua admiração pela Alemanha nazista.

Se o coquetel é uma arte do rigor e da medida, gerir um bar, ao contrário, é a arte da desordem; deixar a vida extravasar, brincar com os limites, aceitar às vezes que eles sejam ultrapassados, foi isso que fez o sucesso de Frank Meier, mais até, quem sabe, do que suas famosas bebidas. E aí está também toda a sua ambiguidade. Um espírito disciplinado, magnetizado pelo inconformismo. Mas Charles Bedaux nunca entendeu isso. Com ele, nada extravasa, a não ser o cuidado para com seus próprios interesses. (...)

Frank nunca vai contar a esse traidor do Bedaux, mas, na frente de batalha, sob o comando do grande homem de bigode branco, o segundo-sargento Meier se tornou um patriota.

O homem de negócios leva o copo aos lábios, depois o pousa no balcão. Parece querer se lançar a uma nova tirada, mas o som de vozes e risadas vem perturbar a quietude do bar e o impedem de fazê-lo. São eles... Chegou a hora. (...) As risadas se aproximam pelo corredor. Risada de caserna. Por um instante, Frank está de volta a Verdun. Endireita os ombros, mas sente o suor gotejando nas costas. (...) Ele sente frio até os ossos.

A primeira linha inimiga avança.
– Boa noite, senhores. Bem-vindos ao Ritz.

.EDU
O ESTADO DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2025
D1



DESTAQUE O CADERNO .EDU (D1 A D4)

D2 Dados em alta
Patricia, da FGV, diz que boas análises até reduzem conflitos e polarização.

Profissões do futuro

Inteligência artificial amplia mercado criativo, de comunicação e de tecnologia

Uso da IA permite reorganizar espaços acadêmicos e currículos e cria possibilidades profissionais; empresas também se adaptam para lidar melhor com cada público-alvo

VANESSA FAJARDO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Os profissionais que trabalham com criação e comunicação, sempre listados entre as profissões do futuro, ganharam novos aliados com as ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial (IA). Por meio delas é possível garantir que grandes volumes de dados sejam consumidos e traduzidos em curto espaço de tempo para nortear, por exemplo, campanhas publicitárias, estratégias e até a implementação de políticas públicas.

Além disso, a automação dos processos é outra funcionalidade que facilitou a rotina de diferentes segmentos, incluindo recursos humanos. E essa mudança segue das salas de aula até os escritórios.

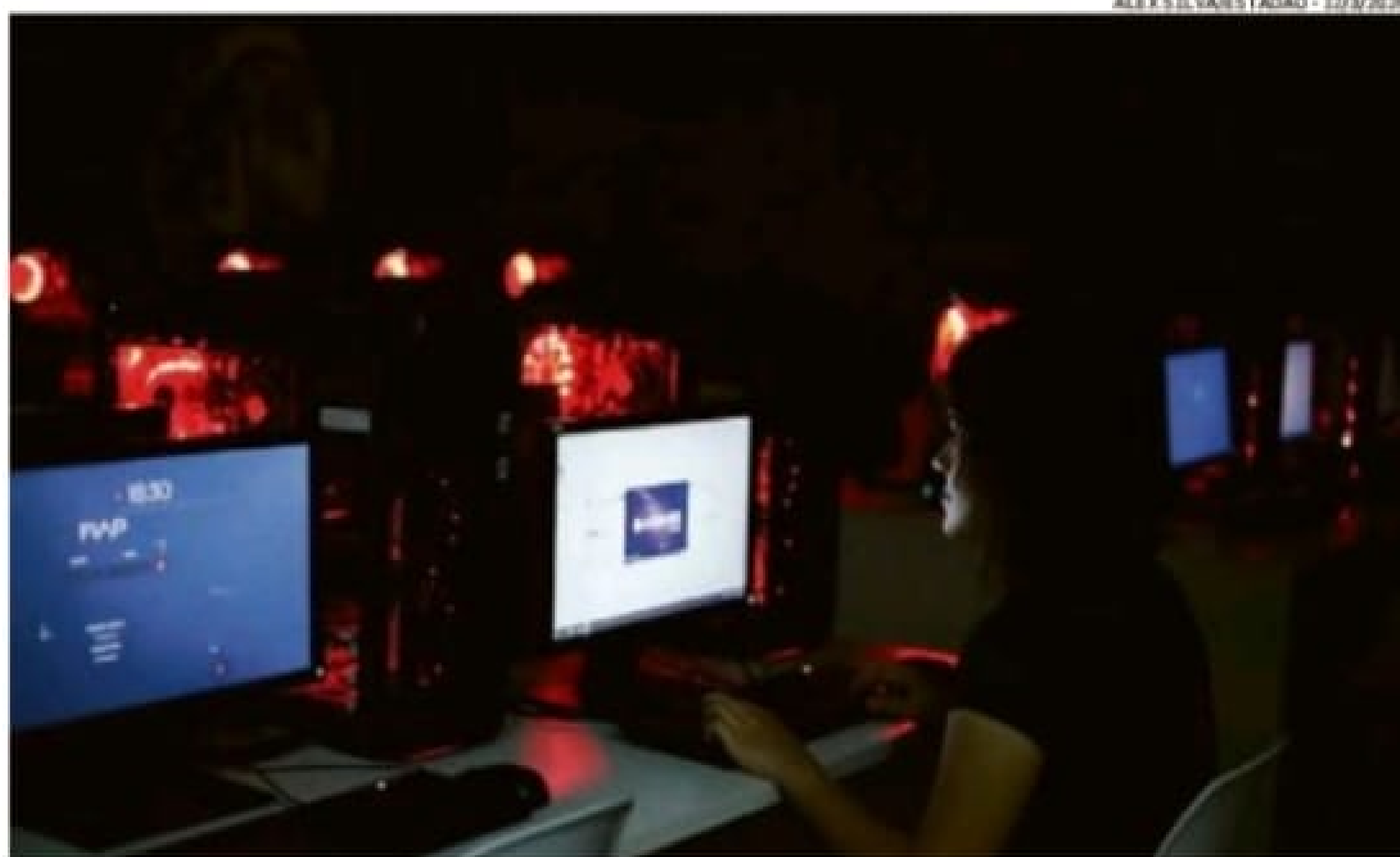
Uma pesquisa da IA Brasil, organização que promove o desenvolvimento sustentável da publicidade digital, mostrou que quatro em cada cinco empresas entrevistadas utilizam inteligência artificial em suas estratégias de marketing. Além disso, a ferramenta é vista como suporte para desafios relacionados à eficiência operacional, como tomada de decisões (49%) e melhoria de experiência do cliente (34%).

Mas com as oportunidades vêm os desafios. "No marketing e na comunicação, a curiosidade e a capacidade de adaptação são hoje algumas das habilidades mais buscadas", afirma Luana Kava, coordenadora do curso de Marketing da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Os olhos atentos às novas demandas requerem qualificação, o que necessariamente esbarra na atualização dos currículos dos cursos superiores. O Instituto Mauá de Tecnologia, com câmpus em São Paulo e no ABC, implementou no curso de Design uma disciplina específica para edição de imagem. "Uma ilustração iniciada do zero que a pessoa levaria 8h para fazer e apresentar para o diretor da sua empresa, hoje ela pode desenhar um esboço e em cinco minutos, com um aplicativo, ter uma versão acabada", exemplifica o coordenador, Everaldo Pereira.

O professor reforça, porém, que até nesse exemplo hipotético o traço inicial é autoral e o software não criaria a imagem do zero: o ineditismo da produção afasta problemas com direitos autorais.

ALEX SILVA/ESTADÃO - 12/3/2020



Sala de aula da Fiap; para especialistas, no futuro todos os profissionais serão 'empoderados' pela IA

Conteúdos imersivos
Criados com realidade aumentada e virtual, eles favorecem a experiência do usuário e criam nichos

Mais do que "instrumentalizar" os estudantes com conhecimento técnico de como funcionam os softwares e as programações, Maurício Garcia, professor do Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli), acredita que as instituições de ensino tenham de trabalhar com o cenário de que no futuro todos os profissionais serão "empoderados pela IA" e, por isso, outras habilidades vão precisar ser desenvolvidas. "Os profissionais não vão atuar sozinhos como hoje, vão ter ferramentas construídas para apoiar determinadas demandas, a chamada IA vertical. Se um jornalista precisa fazer uma reportagem sobre mercado de petróleo, pode contar com um assistente virtual especializado para empoderá-lo a conseguir a entrevista com a fonte. Isso vale para todas as profissões."

NOVA REALIDADE E CURADORIA. Os conteúdos imersivos, criados com realidade aumentada e virtual, que permitem que o usuário navegue dentro de uma exposição ou museu, só com a ajuda de óculos, também criaram nichos. As novas gerações estão mais habituadas a consumir esse tipo de experiência que agrega grande volume de informações.

Para desenvolver esses conteúdos é necessário conhecimento que engloba comunicação, noções de programação, experiência do usuário e tecnologia. "Um profissional completo no futuro será aquele que souber integrar criatividade e inovação com conhecimentos técnicos", diz Luana Kava, da PUC-PR.

O excesso de informações e possibilidades também tem seus efeitos colaterais e exigirá curadoria, que por sua vez, precisará da ação humana. A demanda abre mercado para os profissionais que sabem se comunicar, engajar e moderar comunidades online.

Quem dominar as ferramentas poderá ter informações sobre sentimentos analisados a partir de comentários nas redes sociais, identificar padrões de comportamento e até prever tendências, como diz Luana.

"Tem muito espaço em todas as profissões para criar essas estruturas de tecnologia que a gente consegue vislumbrar lá na frente. Até porque todas as projeções de longo prazo não acontecerão do nada, alguém tem de sentar e fazer"
Maurício Garcia
Professor do Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli)

"O desafio é justamente usar essas ferramentas sem perder a autenticidade. O público quer interações reais, e ninguém gosta de respostas genéricas de robôs. O segredo para construir e fidelizar a comunidade online é equilibrar automação com personalização, garantindo que a marca seja próxima e relevante para seu público."

A IA elevou a criatividade de comunicação das marcas de 61% das empresas ouvidas pela pesquisa da IAB Brasil. E 51% concordaram que a ferramenta as ajudou a estarem mais próximas dos consumidores.

VAGAS VERSUS OPORTUNIDADES. Os docentes se dizem otimistas em relação às mudanças do mundo do trabalho. Para eles, ao mesmo tempo que essa revolução pode restringir postos, como em empresas de telemarketing, também vai impulsionar a criação em áreas de machine learning e cibersegurança. "A questão é que, se a pessoa foi treinada para fazer um trabalho braçal, vai precisar de um tempo para ser formada para atuar em outras áreas. Haverá uma necessidade de adaptação. Os trabalhadores que ficam em um casulo e não percebem que o mundo está mudando não vão conseguir mais se adaptar", diz Pereira. Para Luana, a adaptação não é questão geracional. "Nenhum de nós nasceu sabendo usar IA. A diferença está na mentalidade: quem se abre para aprender e inovar sempre terá espaço no mercado."

Garcia complementa que a existência de sistemas, bots e avatares treinados para determinada função, como a de entrevistar, por exemplo, exigirá a contribuição de um jornalista, que domina o assunto e sabe direcionar perguntas, além do profissional de tecnologia da informação. "Tem muito espaço em todas as profissões para criar essas estruturas de tecnologia que a gente consegue vislumbrar lá na frente." ●

Eufrázio

Tendência

Análise de dados passa a guiar mais decisões e auxilia ações inclusivas

De agora até 2030, a demanda por tecnologia deve proporcionar a criação de 170 milhões de vagas no mundo

A ciência de dados pode contribuir em diferentes áreas. Ao coletar e interpretar informações referentes ao consumidor ou usuário, é possível analisar padrões, prever comportamentos e, a partir disso, definir estratégias e posições.

Subáreas da inteligência artificial (IA) ligadas ao uso de dados como o machine learning, que programa algoritmos para ensinar padrões e tomada de decisões, e a cibersegurança, que protege sistemas de computadores contra ataques ou roubos, vão contribuir para a criação de novos postos de trabalho. É o que mostra o relatório "O Futuro do Trabalho 2025", divulgado pelo Fórum Econômico Mundial com dados de 50 países. De 2025 até 2030, a demanda por tecnologia vai proporcionar a criação de 170 milhões de novas vagas de trabalho.

"Com o tratamento de dados é possível entender o passado e o presente de uma empresa, para tomar decisões que afetam o futuro. Hoje todas as áreas necessitam, há uma demanda enorme até nas microempresas, que podem ficar para trás do concorrente que está trabalhando com dados", diz Nelson Aguiar, professor de Tecnologia da Informação da Universidade São Judas.

Mas há desafios, dependendo da forma como os dados foram coletados, se a amostra não for representativa, tiver vieses ou origem não confiável. "Se um algoritmo de recrutamento aprende a selecionar candidatos com base em dados históricos de contratações e esses dados mostram uma preferência por determinado grupo, o sistema pode acabar excluindo outros talentos. Por isso, os cientistas de dados precisam estar sempre atentos, questionando de onde vêm os dados. A transparência e a revisão constante são essenciais para evitar injustiças", afirma John Paul Hempel Lima, diretor acadêmico da graduação online da Fiap.

POLARIZAÇÃO. Uma boa análise de dados pode, ainda, ajudar a promover conversas construtivas e reduzir conflitos. Em um mundo em que a polarização está cada vez mais presente, o profissional que tem habilidade para mediar conversas e promover diálogo tende a se sobressair. "Atualmente, empresas que investem em construção de comunidade têm se destacado mais e conseguem aproximar colaboradores, stakeholders (*todos os atores envolvidos*) e público, criando um ecossistema mais transparente e eficaz", afirma Patricia Werner, professora da Escola de Comunicação da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"Muitas empresas criam programas de diversidade, mas não garantem que haja uma cultura realmente inclusiva. Criar um ambiente assim não depende exclusivamente de uma política, mas tem de passar por ela"
John Paul Hempel Lima
Diretor da Fiap

TREE DIVERSIDADE



Para Letícia, crescer em diversidade exige visão estratégica e global

Na visão do diretor acadêmico da graduação online da Fiap, um bom facilitador precisa criar um espaço seguro onde os participantes se sintam respeitados e abertos a ouvir outras perspectivas. Entre as estratégias citadas por ele estão: focar nos pontos em comum antes de discutir diferenças; evitar rótulos; fazer perguntas abertas; e estimular a curiosidade. "Quando as pessoas veem o debate como uma troca de conhecimento, e não como um combate, há mais chances de encontrar soluções construtivas", diz Lima.

CONSULTOR EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO. Embora haja o movimento de empresas americanas se desfazendo de equipes de diversidade e inclusão, depois da eleição de Donald Trump, no Brasil esse é outro setor que continua promissor, segundo Letícia Lara Rodrigues, sócia-fundadora da Tree Diversidade. Nos últimos anos, uma série de avanços legislativos fortaleceu a área e fez empresas se adaptarem.

Companhias com mais de 100 funcionários, por exemplo, precisam reservar 2% dos postos de trabalho para pessoas com deficiência, e a porcentagem cresce de acordo com o total de colaboradores. Há dois anos, foi sancionada a Lei 14.611/2023, que prevê que homens e mulheres que desempenham a mesma função tenham salários idênticos. E a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) das empresas, que antes era focada só em ações de segurança, também passou a contemplar iniciativas de saúde mental.

Para ficar de olho
Principais oportunidades devem estar ligadas a machine learning e cibersegurança

Para Letícia, entretanto, é importante que a inclusão reflita o DNA da empresa e não fique restrita a uma área como a de recursos humanos. "A ideia é que diversidade e inclusão permeiem as estratégias da empresa e se reflitam em suas condutas e nas políticas, como a de ter metas atreladas aos bônus dos executivos. É claro que é importante ter pessoas que dominem o tema, mas não dá para ficar restrito a elas, é preciso tratar a área de forma estratégica", diz.

A criação de um ambiente diverso não depende só da contratação de colaboradores com perfis diferentes, mas da garantia de que todos tenham voz e se sintam pertencentes, como reforça Lima. Para ele, os consultores podem sugerir mudanças estruturais como reformulação de políticas de promoção e até ajustes na comunicação interna. "O sucesso da diversidade e da inclusão está na mudança cultural da empresa, não só em números ou métricas." ● VANESSA FAJARDO

Desafio é aliar o técnico e o socioemocional

Como os currículos universitários muitas vezes não acompanham com a mesma velocidade as mudanças no mundo do trabalho, profissionais podem sentir a necessidade de atualizações – nem sempre somente no campo das competências técnicas.

A pesquisa sobre o futuro do trabalho do Fórum Econômico Mundial projeta que cerca de 40% das habilidades exigidas no trabalho devem mudar e 63% dos trabalhadores já citam esse déficit como a principal barreira que enfrentam.

FIAP



Lima: pensamento crítico e comunicação são diferenciais

Essa análise aponta também que as habilidades relacionadas à inteligência artificial, como big data e segurança cibernética, terão alta procura. Concomitantemente às competências humanas como criatividade, resiliência, flexibilidade e agilidade, que continuarão sendo necessárias.

Por isso, Lima afirma que pós-graduação, bootcamps, cursos e especializações podem agregar a formação e ajudar a acompanhar as novas demandas do mercado, mas o profissional do futuro precisa combinar conhecimento técnico a inteligência emocional e uma grande capacidade de adaptação.

"É um profissional que entende a importância da IA e sabe utilizá-la no seu dia a dia. Mas a resolução de problemas, pensamento crítico e comunicação são tão importantes quanto o conhecimento técnico. Trabalhar bem em equipe e saber se adaptar às mudanças são diferenciais no mercado. Quanto mais cedo se começar a desenvolver essas habilidades e as soft skills, mais preparado o profissional estará para as oportunidades que surgirem", afirma ele.

Formação continuada
Fórum Mundial projeta que cerca de 40% das habilidades exigidas no trabalho devem mudar

MENTOR. Eleger um mentor que troque experiências e ajude o profissional a sanar dúvidas, definir metas e entender seu propósito, com encontros periódicos, de maneira mais informal ou por meio de uma consultoria estratégica, também pode ser um dos caminhos. "Mentores podem ser coaches, psicólogos e até profissionais do mercado, são muitas ramificações. O ideal é fazer um acompanhamento de autoconhecimento, buscando a psicoterapia", afirma Aguiar. ●

Quer uma pós-graduação a distância para estudar **do seu jeito**, se especializar **na sua área** e ser quem você quiser ser?

QUER SABER? SENAC EAD!



SEJA QUEM VOCÊ QUER SER



PÓS-GRADUAÇÃO
INSCREVA-SE JÁ
ead.senac.br

Senac

FUNDAÇÃO DOM CABRAL



Almeida defende que aprendizagem deve focar em vivências para o 'desenvolvimento de caráter'

O futuro das profissões

Investir em ética une necessidade acadêmica e estratégia empresarial

Capacidade de 'fazer escolhas certas' pode ser desenvolvida com maturidade e chance de vivências fora da sala de aula

VANESSA FAJARDO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A preocupação latente das companhias em consolidar uma cultura organizacional que preza pela ética tem atraído e contribuído com a retenção de profissionais que criam valores para a sociedade. Não à toa, programas de compliance, que trabalham para preservar a integridade e a reputação de uma empresa, ganham mais importância nos ambientes públicos e privados.

"Há um crescente entendimento de que práticas antiéticas podem prejudicar a reputação, ou seja, a imagem da marca e da instituição, a sustentabilidade e os resultados a longo prazo", afirma Renata Steffanoni, coordenadora do curso de graduação em Administração da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Para Renata, a ética deve ser parte da cultura da empresa e presente nos princípios da governança institucional. "Por isso, é vital que as organizações promovam com clareza uma cultura de integridade e responsabilidade, além de mecanismos de controle e transparência nos processos e na tomada de decisão dos gestores e funcionários."

Os programas de compliance e de governança corporativa podem ajudar nessa missão. Uma pesquisa realizada em 2023 pela Aliant, plataforma líder em soluções para equipes de compliance, RH e jurídicas, mostrou que o que motiva as empresas a implementarem essas iniciativas é a preocupação em combater práticas fraudulentas, de corrupção e de lavagem de dinheiro.

A conscientização sobre a prevenção ao assédio sexual e moral também aparece como assunto crescente dentro das políticas de compliance que preveem garantir um ambiente de trabalho seguro e respeitoso, de acordo como o levantamento.

TOMADA DE DECISÕES. Para Ricardo Castagna, coordenador do curso de Direito da Faculdade Belavista, o crescimento do compliance permitiu que deixasse de ser um "conjunto de regras para evitar desvios de conduta, para ter um caráter formativo, orientando a tomada de boas decisões". "Da mesma forma, a governança corporativa se tornou um pilar essencial para garantir que as empresas operem de forma ética e transparente."

Castagna reforça que hoje há uma exigência do mercado por transparência, impulsionada por regulamentações e pela necessidade de as empresas darem respostas claras sobre seu impacto social e ambiental. Isso reforça a necessidade de programas ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança). Caso contrário, podem ocorrer dificuldades de relacionamento com consumidores, investidores, governos e demais envolvidos.

Dentro do ESG, podem existir desde ações para preservar o meio ambiente, como por exemplo priorizar o uso de energia limpa ou preservar a biodiversidade da região onde está localizada, passando por iniciativas internas de diversidade e inclusão, até a criação de canais de denúncia sobre casos de discriminação e assédio. Para ele, mesmo as empresas com um olhar pragmático sobre resultados percebem que investir na ética e na motivação de seus profissionais é uma estratégia essencial para garantir sustentabilidade.

"O compromisso com a formação ética dos colaboradores deixou de ser uma escolha altruísta e passou a ser uma necessidade para manter negócios sólidos e duradouros", complementa Castagna.

O alinhamento de propósito entre os colaboradores e as organizações em que atuam também tem provocado um movimento contemporâneo no mundo do trabalho, principalmente entre a geração Z, com idade entre 16 e 30 anos. André de Almeida, professor de Filosofia da Fundação Dom Cabral, diz que esta é uma necessidade, muitas vezes, inconsciente de trazer sentido para a vida. "No processo de se adequar à trajetória institucional, a pessoa pode perder a sensibilidade e viver uma certa desumanização. Esse movimento contrário envolve alinhamento, adequação de propósito e a necessidade existencial de contribuir para a comunidade para além da vida profissional."

> ***"Fomos até a barragem, vivenciamos o drama, ouvimos as pessoas. Ouvimos o relato de uma mulher que trabalhava na Vale, arrumou emprego para a irmã e estava em férias quando tudo aconteceu. Ela ia diariamente na lama procurá-la, até que acharam uma parte do corpo que foi reconhecida por DNA. Ninguém nunca mais vai esquecer essa experiência"***
>
> **André de Almeida**
> **Professor de Filosofia da Fundação Dom Cabral, ao relatar trabalho de campo em Brumadinho (MG)**

O QUE É PÚBLICO OU PRIVADO? Em um cenário onde os interesses podem ser difusos e as ferramentas tecnológicas, como inteligência artificial, são treinadas para simular o funcionamento humano com crescente precisão, a ética profissional é novamente necessária, desta vez para discernir o que é público e privado. Em 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi promulgada para estabelecer limites entre esses ambientes e equilibrar transparência e direito à privacidade ao regular o tratamento de dados pessoais que atingem especialmente organizações que lidam com informações sensíveis de consumidores e usuários, como os setores financeiro e de saúde.

Quem transita especialmente entre os setores público e privado pode passar por situações que exigem tomadas de decisão baseadas em uma série de competências socioemocionais. "A formação ética precisa preparar o profissional para reconhecer e ponderar esses interesses, garantindo que cada decisão seja tomada com base em um juízo equilibrado. Isso exige conhecimento teórico, um olhar crítico para a realidade, identificação clara de conflitos de interesse e compreensão das implicações de cada escolha", afirma Castagna.

Embora muitas grades curriculares contemplem disciplinas como ética ou trabalhem o tema de modo transversal, esse preparo não virá só das aulas convencionais dos cursos de graduação ou pós na universidade, na visão de André de Almeida. Para o professor de Filosofia, que define ética como o "saber fazer as escolhas certas", o desenvolvimento se dá a partir de um processo pessoal que proporciona o amadurecimento de caráter. "É muito diferente de memorizar normas ou condutas, e a capacidade de ética precisa ser exercitada ou vai se atrofiando."

VIVÊNCIA. A forma de exercitá-la sugerida por Almeida é por meio de experiências e vivências. Foi com o objetivo de proporcionar essa aprendizagem de "desenvolvimento de caráter", que o professor levou uma turma de alunos para conversar com os familiares das vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Isso oito meses depois do rompimento, no ano de 2019.

> **Inovação recente**
> **A conscientização sobre a prevenção ao assédio sexual e moral já aparece nas políticas de compliance**

"Fomos até a barragem, vivenciamos o drama, ouvimos as pessoas. Ouvimos o relato de uma mulher que trabalhava na Vale, arrumou emprego para a irmã e estava em férias quando tudo aconteceu. Ela ia diariamente na lama procurá-la, até que acharam uma parte do corpo que foi reconhecida por DNA. Ninguém nunca mais vai esquecer essa experiência", afirma Almeida.

Segundo ele, esse tipo de vivência desperta a sensibilidade de que permite que os aspectos éticos relevantes sejam colocados em prática, mas é preciso saber elaborar a experiência. "É necessário internalizar essa humanidade de forma que ela se integre ao mecanismo de tomada de decisão. Esse tipo de vivência, bem executada e devidamente elaborada, vai gerar o desenvolvimento ético para condutas mais íntegras e conscientes." ●

Eufrázio

ASSAÍ ATACADISTA, A MELHOR EMPRESA DE ATACADO E VAREJO DO BRASIL*



- Faturamento de **R$ 80,6 bilhões (+11%)** e Lucro Líquido de **R$ 769 milhões (+8,3%)**
- **15 lojas inauguradas em 2024**, totalizando **302 em operação**
- **Prêmio Top of Mind** nas categorias Supermercado e Atacadista por **3 anos consecutivos** (Datafolha)
- **Redução da alavancagem**, com **diminuição do patamar de dívida líquida**
- Um dos **maiores empregadores privados:** + de **87 mil colaboradores**
- **A melhor empresa de varejo alimentar para se trabalhar no Brasil**** (GPTW)

**Companhias com + de 10 mil colaboradores





Confira nossos resultados financeiros de 2024

*Eleito a melhor empresa de atacado e varejo pela Melhores e Maiores 2024 da Exame.

Eufrázio

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAI ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 contou com marcos importantes para o Assaí, incluindo a conclusão do projeto de conversões de hipermercado, a superação da marca de mais de 300 lojas em operação, a comemoração dos 50 anos da Companhia com uma campanha de aniversário histórica, além do reconhecimento como a melhor empresa de Atacado e Varejo pela Melhores e Maiores da Exame e a melhor empresa do varejo alimentar para se trabalhar no Brasil com mais de 10 mil colaboradores(as), pela *GPTW*.

A expansão do ano fortaleceu ainda mais a presença nacional do Assaí e foi responsável pela entrada da Companhia em cidades estratégicas. As conversões de hipermercados seguem em maturação e contribuem de maneira significativa, uma vez que as lojas convertidas inauguradas em 2022 já apresentam venda média por loja 25% superior à venda média das lojas orgânicas inauguradas até 2022, além de uma margem EBITDA Pré-IFRS 16 de 5,5%, em expansão de 1,1 p.p. comparado a 2023.

Anualmente, o Assaí conta com cerca de 500 milhões de clientes nas lojas e um faturamento anual de R$ 80,6 bilhões. Além do desempenho crescente de vendas, a Companhia apresentou ganho de +0,4 p.p. de margem EBITDA nas visões Pré-IFRS 16 e Pós-IFRS 16, resultado da maturação das novas lojas, do aprimoramento da experiência de compra com a implantação de novos serviços e do foco no controle de despesas. Esse resultado levou a um crescimento do EBITDA Pré-IFRS 16 de R$ 0,7 bilhão em relação ao ano anterior, fortalecendo ainda mais a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia e que, juntamente com o menor patamar de dívida líquida (-R$ 0,6 bilhão), acelerou a redução da alavancagem para 3,04x, patamar melhor do que o previsto no *guidance* para o ano.

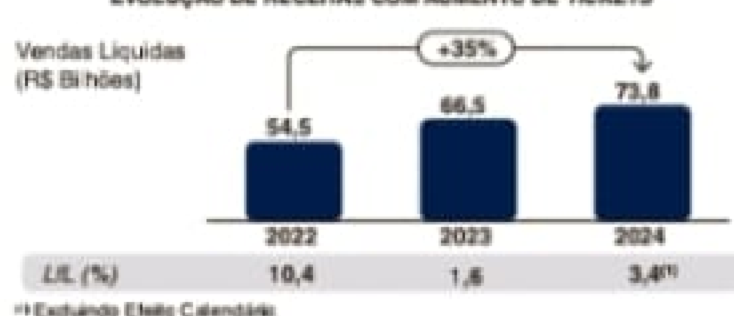
Os resultados obtidos em 2024 refletem o comprometimento de um time com mais de 87 mil colaboradores(as). A Companhia segue gerando empregos e fortalecendo os programas de treinamento, inclusão e desenvolvimento. O Assaí tem um forte compromisso com a agenda de sustentabilidade e, ao longo do ano, foram registrados avanços na gestão de resíduos e no programa Destino Certo que, por meio do Instituto Assaí, atua no combate à fome. Além disso, a Companhia evolui nos indicadores de diversidade, contando com 45,8% de negros e 25,7% de mulheres em cargos na liderança.

Para 2025, considerando as recentes altas da taxa Selic e as expectativas da curva de juros, bem como o foco em continuar reduzindo o nível de alavancagem para um patamar de cerca de 2,6x, a Companhia optou por postergar determinados projetos de novas lojas. É esperada a abertura de cerca de 10 lojas em 2025, com um investimento total de R$ 1,0 a R$ 1,2 bilhão, que inclui, além da expansão, a manutenção para o parque de lojas existente, a implantação de novos serviços e projetos de T.I. que visam trazer ainda mais eficiência para a Companhia.

Contamos com a confiança e o apoio permanente de todos(as) vocês.

Belmiro Gomes, Diretor-presidente do Assaí

DESEMPENHO FINANCEIRO
EVOLUÇÃO DE RECEITAS COM AUMENTO DE *TICKETS*



[1] Excluindo Efeito Calendário

As vendas líquidas atingiram R$ 73,8 bilhões (+11,0%) em 2024, um incremento de R$ 7,6 bilhões em relação a 2023. Esse crescimento é explicado:

(i) pela *performance* das 15 lojas inauguradas nos últimos 12 meses (+7,6%), incluindo 2 lojas convertidas, representando a conclusão do projeto de conversões de hipermercados;

(ii) pelo desempenho das vendas 'mesmas lojas' (+3,4%); e

(iii) pela rápida e constante adaptação dos sortimentos e serviços, aliada à evolução contínua do modelo de negócios e da experiência de compra.

Em 2024, foram registrados 312 milhões de *tickets*, um crescimento de +7,6%, o que demonstra a crescente adesão do público às lojas Assaí.

É importante ressaltar que a estratégia *phygital* da Companhia avançou em 2024. Visando expandir as opções de compra para os clientes, oferecendo comodidade e melhor experiência de compra para os consumidores, o Assaí ampliou sua parceria com empresas de *last mile* através de acordo com o iFood. Essa parceria já está presente em mais de 40 lojas ao final de 2024.

O App Meu Assaí, que conta com mais de 14 milhões de usuários cadastrados, tem desempenhado papel fundamental no entendimento de hábitos de consumo dos clientes. Em 2024, a frequência nas lojas de clientes que utilizam o App foi +65% acima à de clientes não identificados, e o gasto médio desses usuários foi +39% superior. Além disso, a identificação do faturamento através do App avançou para 42% vs. 26% em 2023.

ABERTURA DE 15 NOVAS LOJAS, CONCLUSÃO DO PROJETO DE CONVERSÕES E ATINGIMENTO DE UM NOVO MARCO HISTÓRICO: + 300 LOJAS EM OPERAÇÃO

Ao longo do ano, a Companhia cumpriu seu *guidance* de expansão, inaugurando 15 novas lojas e alcançando um total de 302 unidades em operação. As inaugurações de 2024 reforçam a presença nacional do Assaí e marcam sua entrada em cidades estratégicas, como Barueri (SP), Vitória (ES), Juiz de Fora (MG), São José do Rio Preto (SP) e Guarujá (SP).

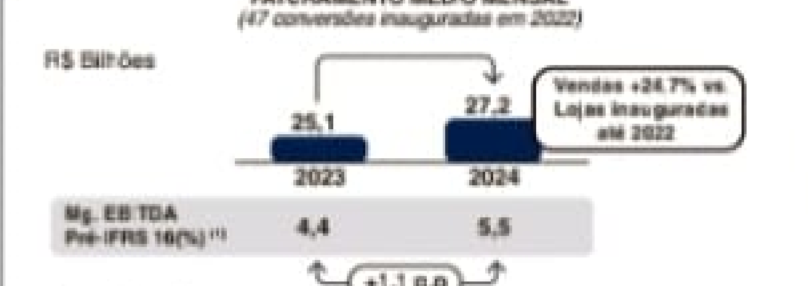
A expansão seguirá avançando, porém, considerando principalmente as recentes altas da taxa Selic e as mudanças nas expectativas da curva de juros para os próximos anos, influenciando diretamente o custo de carregamento da dívida líquida, a Companhia decidiu postergar determinados projetos de novas lojas. Além disso, a Companhia ressalta que, desde 2021, mais de 120 lojas foram inauguradas, incluindo as conversões de hipermercados, que anteciparam em alguns anos a expansão do Assaí. Desta forma, estão previstas cerca de 10 lojas para 2025.

CONVERSÕES EM CONTÍNUA MATURAÇÃO: CRESCIMENTO DE VENDAS COM AUMENTO DE +1,1 p.p. NA MARGEM EBITDA PRÉ-IFRS 16

Com as aberturas das 2 conversões remanescentes no 4º trimestre, o Assaí concluiu o projeto de conversões de hipermercados. Desta forma, a Companhia conta com 66 lojas convertidas que, mesmo em fase de maturação, contribuem de maneira significativa para os resultados da Companhia.

Em 2024, o parque de 47 lojas convertidas em 2022 atingiu uma venda média por loja de R$ 27,2 milhões, um nível de vendas +24,7% superior à base de lojas orgânicas inauguradas até 2022. Além disso, a venda média por m² dessas conversões, com 2 anos de operação, já atinge 93% da venda média por m² registrada pela base de lojas orgânicas abertas até 2022. A margem EBITDA Pré-IFRS 16 das 47 lojas convertidas atingiu 5,5% no período, uma expansão de +1,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, e patamar em linha com a média da Companhia, evidenciando o potencial deste parque de lojas que ainda está em processo de maturação.

FATURAMENTO MÉDIO MENSAL
(47 conversões inauguradas em 2022)



[1] % Vendas Líquidas

Além disso, o projeto das galerias comerciais segue em evolução, contribuindo para acelerar ainda mais a maturação das lojas convertidas, por meio do aumento do fluxo de clientes, da geração de receitas adicionais e a diluição dos custos ocupacionais. Ao final de 2024, as galerias apresentaram uma taxa de ocupação da área bruta locável (ABL) de 81,3% (vs. 69,5% ao final de 2023) e receitas de R$ 110 milhões (+18,3% vs. 2023).

MATURAÇÃO DAS NOVAS LOJAS GARANTE MAIOR NÍVEL DE RENTABILIDADE DESDE O INÍCIO DO PROJETO DE CONVERSÕES

O lucro bruto totalizou R$ 12,2 bilhões em 2024, na visão Pré-IFRS 16, com margem bruta de 16,5% (vs. 16,2% em 2023). Esse resultado é explicado, principalmente:

(i) pela *performance* das novas lojas, que seguem em processo de maturação e correspondem a mais de 30% das 302 unidades em operação;

(ii) pela constante inovação do modelo de negócio com a ampliação dos serviços oferecidos em loja, levando a um aprimoramento da experiência de compra. Ao final de 2024, a Companhia contava com 618 unidades de serviços disponíveis (+64,4% vs. 2023), sendo 254 açougues, 191 empórios de frios e 173 padarias; e

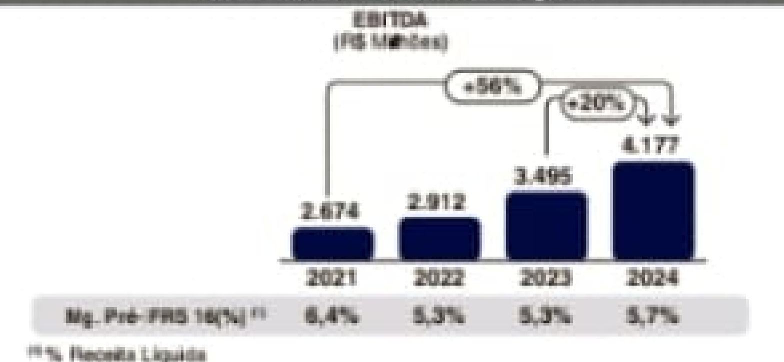
(iii) pela estratégia em garantir patamar de margem adequado ao contexto de intensificação da competitividade e redução do poder de compra dos consumidores, impactados por taxas de juros elevadas e alta da inflação alimentar.

No ano, as despesas com vendas, gerais e administrativas na visão Pré-IFRS 16 foram equivalentes a 11,0% da receita líquida, uma redução de -0,1 p.p. em relação a 2023, reflexo da eficiência no controle de custos e o avanço contínuo da maturação das novas lojas, apesar da implementação de 242 unidades de novos serviços em 2024 e pressão inflacionária.

A equivalência patrimonial referente à participação de cerca de 18% no capital da FIC, totalizou R$ 64 milhões em 2024, um avanço de +26,1% vs. 2023. O total de cartões Passaí emitidos atingiu 3,1 milhões, avanço de +14,5% (vs. 2023), representando +4,4% do faturamento.

O EBITDA na visão Pré-IFRS 16 totalizou R$ 4,2 bilhões, com avanço de margem para 5,7%, +0,4 p.p. acima do patamar de 2023, desempenho explicado pela maturação das novas lojas e da atratividade do modelo de negócios do Assaí. A Companhia ressalta ainda que a atuação do Comitê de Despesas em 2024, por meio de iniciativas estruturadas e rigoroso acompanhamento dos custos, desempenhou um papel importante na evolução da margem EBITDA. O resultado apresentado demonstra, mais uma vez, o compromisso da Companhia em assegurar maior eficiência nas operações, alinhando crescimento sustentável à criação de valor.

EBITDA
(R$ Milhões)



[1] % Receita Líquida

RESULTADO FINANCEIRO EVOLUI COMO PERCENTUAL DA RECEITA LÍQUIDA

(R$ milhões)	2024	2023	Δ
Rentabilidade de caixa e equivalentes	118	123	-4,1%
Encargos sobre a dívida	(2.051)	(1.720)	19,2%
Custo de antecipação de recebíveis	(133)	(119)	11,8%
Outras despesas e atualizações monetárias	198	(116)	-270,7%
Resultado Financeiro Líquido	**(1.868)**	**(1.832)**	**2,0%**
% Receita Líquida	-2,5%	-2,8%	0,3 p.p

O resultado financeiro líquido na visão Pré-IFRS 16 totalizou R$ 1,9 bilhões no ano, equivalente a 2,5% das vendas líquidas, redução de -0,3 p.p como percentual da receita líquida em relação a 2023. Os principais impactos no resultado financeiro foram:

(i) aumento na linha Encargos sobre a Dívida, decorrente do impacto do maior volume de dívida bruta média no período (R$ 16,8 bilhões vs. R$ 14,3 bilhões em 2023), apesar de uma dívida líquida menor no ano de 2024 vs. 2023. Além disso, a linha encargos sobre a dívida ainda é afetada:

a. pela marcação a mercado, oriunda de *swaps* para CDI de dívidas indexadas a IPCA (3 séries de CRIs), taxa pré-fixada (1 série de CRI) e USD (3 operações de empréstimos);

b. pelo menor patamar de juros capitalizados (efeito não-caixa) em função da fase final do projeto de conversões; e

(ii) impacto positivo na linha Outras Receitas/Despesas e Atualizações Monetárias referente, principalmente, ao fim dos juros relacionados à aquisição de hipermercados e créditos tributários.

AVANÇO DE +83% DO LAIR EM 2024, RESULTADO DA ALAVANCAGEM OPERACIONAL

O lucro antes do IR/CS (LAIR) na visão Pré-IFRS 16 totalizou R$ 1,2 bilhão, equivalente a uma expansão de R$ 547 milhões, um aumento de +83,1% em relação a 2023. Na visão Pós-IFRS 16, o LAIR alcançou R$ 935 milhões em 2024 (+68,8% em comparação a 2023). A *performance* é resultado, principalmente, da maturação das lojas novas e do eficiente e contínuo controle de despesas, mesmo diante do aprimoramento da experiência de compra, com a ampliação dos serviços e sortimentos.

O lucro líquido na visão Pré-IFRS 16 apresentou um aumento de R$ 154 milhões vs. 2023, totalizando R$ 930 milhões (+19,8%), com margem líquida de 1,3% (+0,1 p.p. vs. 2023). O desempenho demonstra resiliência frente às despesas financeiras e às limitações impostas pelas novas regras para o uso da subvenção para investimentos.

Na visão Pós-IFRS 16, o lucro líquido acumulou R$ 769 milhões, resultando em uma margem líquida de 1,0%.

INVESTIMENTOS: REDUÇÃO REFLETE COMPROMISSO COM DESALAVANCAGEM

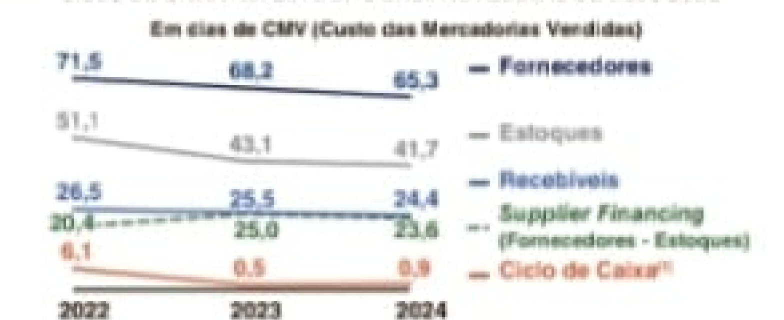
(R$ milhões)	2024	2023	Δ
Novas lojas e aquisição de terrenos	953	2.055	(1.102)
Reformas e manutenções	386	302	84
Infraestrutura e outros	133	91	42
Total de Investimentos - Bruto	**1.472**	**2.448**	**(976)**

Os investimentos, que representam as adições ao imobilizado, atingiram R$ 1,5 bilhão em 2024. A redução de R$ 1,0 bilhão nos investimentos em 2024 vs. 2023, reflete o compromisso da Companhia com o processo de desalavancagem.

Para 2025, visando acelerar o processo de redução da alavancagem financeira em função das recentes altas da taxa Selic e as mudanças nas expectativas da curva de juros para os próximos anos, a Companhia decidiu postergar determinados projetos de novas lojas. As expectativas para 2025 incluem a abertura de cerca de 10 lojas e um nível de investimentos entre R$ 1,0 a 1,2 bilhão na visão de caixa, sendo (i) R$ 650-750 milhões em abertura de novas lojas; (ii) R$ 250-300 milhões em manutenção e implantação de novos serviços no parque de lojas existentes; e (iii) R$ 100-150 milhões em infraestrutura, novos sistemas (T.I.) e projetos de inovação.

CICLO DE CAIXA REFLETE EFICIÊNCIA NA GESTÃO DE ESTOQUES

Em dias de CMV (Custo das Mercadorias Vendidas)



[1] Ciclo de Caixa = Fornecedores (-) Estoques (-) Recebíveis (Ajustado para recebíveis descontados)

O ciclo de caixa trimestral foi de 0,9 dia em 2024, em linha com 2023 (0,5 dia). No período a Companhia ressalta a gestão eficiente dos estoques que apresentou uma redução de 1,4 dias vs. 2023, dada a maturação das novas lojas.

É importante destacar que a política de parcelamento de compras aos clientes permanece sem alteração, ou seja, sem realização de alongamento de prazos, o que é evidenciado inclusive pela redução de 1,1 dias na linha de recebíveis em relação a 2023.

Nos últimos 24 meses, o ciclo de caixa apresenta uma redução significante de 5,2 dias, resultado, principalmente:

• 2022: nível de estoques em patamar mais elevado (51,1 dias), devido à forte expansão, com a abertura de 37 lojas em um único trimestre (4T22); e

• 2023: normalização dos dias de estoque, com uma redução de 8,0 dias (passando de 51,1 dias em 2022 para 43,1 dias em 2023), após o acelerado ritmo de expansão e maturação das novas lojas.

NOS ÚLTIMOS 2 ANOS, A GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL DE R$ 7,7 BILHÕES FINANCIOU 95% DOS INVESTIMENTOS EM EXPANSÃO

(R$ milhões - Acumulado 24 meses)	2024
EBITDA[1]	**7.557**
Variação de Capital de Giro	116
Geração de Caixa Operacional	**7.673**
Capex	(4.793)
Aquisição de Hipermercados	(3.277)
Geração de Caixa Livre	**(397)**
Dividendos Líquidos	26
Pagamento de Juros	(3.610)
Geração de Caixa Total	**(3.981)**

[1] EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16 (excluindo equivalência patrimonial)

A geração de caixa operacional acumulou R$ 7,7 bilhões nos últimos 24 meses. O desempenho é resultado do nível de EBITDA, que totalizou R$ 7,6 bilhões e da variação positiva do capital de giro, que somou R$ 106 milhões.

Nos últimos 2 anos, o Assaí inaugurou 42 unidades das quais 23 lojas orgânicas e 19 conversões de hipermercados. A Companhia investiu R$ 8,1 bilhões, sendo R$ 3,9 bilhões na abertura de lojas orgânicas e conversões, R$ 3,3 bilhões referentes aos pagamentos da aquisição dos 66 pontos comerciais de hipermercados e R$ 0,9 bilhão em manutenção e reformas, incluindo a implantação de novos serviços. Desta forma, a geração de caixa operacional, que totalizou R$ 7,7 bilhões, financiou 95% dos investimentos realizados no período.

Além disso, o fluxo de caixa foi impactado pelo pagamento de R$ 3,6 bilhões em juros, influenciado pelo aumento da curva de juros no período.

LIABILITY MANAGEMENT: NOVAS CAPTAÇÕES OTIMIZAM O PERFIL DA DÍVIDA

Com o objetivo de melhorar o perfil da dívida, reduzindo o custo médio e alongando o prazo, o Assaí realizou captações ao longo do ano no mercado de capitais e empréstimos, no montante total de R$ 6,6 bilhões, pré-pagando dívidas com vencimento em 2025 e 2026. Com isso, a Companhia conseguiu alongar em 9 meses o prazo médio da dívida (41 meses no 4T24 vs. 32 meses no 1T24), reduzir o custo médio (CDI+1,36% no 4T24 vs. CDI+1,49% no 1T24), além de equacionar toda a necessidade de refinanciamento de 2025. O quadro a seguir evidencia o alongamento da dívida, com a redução dos vencimentos de 2025 e 2026 após a realização do *liability management*.

Cronograma de Vencimentos*

Ano	Posição em 31/12/24	Posição em 31/12/23	Δ
2025	1.613	3.895	(2.282)
2026	2.229	2.589	(360)
2027	3.292	2.730	562
2028	3.849	1.972	1.877
2029	3.758	408	3.350
2030+	332	345	(13)

* *Considera o valor principal da dívida*

As captações realizadas em 2024, demonstradas no quadro abaixo, totalizaram R$ 6,6 bilhões.

Data de emissão	Captação	Valor R$ Bilhões	Custo
março/24	9ª Emissão de Debêntures	0,5	CDI + 1,25%
junho/24	10ª Emissão de Debêntures	1,8	CDI + 1,25%
agosto/24	Empréstimos	0,7	CDI + 1,34%
outubro/24	11ª Emissão de Debêntures	2,8	CDI + 1,25%
dezembro/24	12ª Emissão de Debêntures	0,8	CDI + 1,25%
Total		6,6	

As captações de outubro (R$ 2,8 bilhões) e dezembro (R$ 0,8 bilhão) totalizaram R$ 3,6 bilhões e foram destinadas ao pré-pagamento das seguintes dívidas com vencimentos em 2025 e 2026:

• 2ª série da 2ª emissão de notas promissórias (~R$ 1,8 bilhão, custo de CDI+1,53% e vencimento em fevereiro/2025);

• 1ª série da 2ª emissão de debêntures (~R$ 950 milhões, custo de CDI+1,70% e vencimentos em maio/2025 e maio/2026); e

• 3 linhas de empréstimo (~R$ 650 milhões, custo médio de CDI+2,00% e vencimentos em janeiro/2025, abril/2025 e maio/2025).

REDUÇÃO DA ALAVANCAGEM, RESULTADO DA GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

(R$ milhões)	2024	2023
Dívida Circulante	(1.991)	(2.067)
Dívida Não Circulante	(14.184)	(12.843)
Total da Dívida Bruta	**(16.175)**	**(14.910)**
Caixa e Equivalentes de caixa	5.628	5.459
Dívida Líquida	**(10.547)**	**(9.451)**
Saldo de Recebíveis Descontados [1]	(1.967)	(2.742)
Saldo a pagar aquisição de hipermercados [2]	–	(892)
Dívida Líquida + Recebíveis descontados + Saldo a pagar aquisição de hipermercados	**(12.514)**	**(13.085)**
EBITDA Ajustado [3]	**4.113**	**3.444**
Dívida Líquida + Recebíveis descontados + Saldo a pagar aquisição de hipermercados/EBITDA Ajustado [3]	**-3,04x**	**-3,80x**

-0,76x

[1] Representa o saldo de recebíveis descontados com vencimento no trimestre subsequente

[2] Término dos pagamentos da aquisição de hipermercados no 1T24

[3] EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado dos últimos 12 meses (excluindo equivalência patrimonial)

O índice de alavancagem, representado pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16, alcançou 3,04x ao final de 2024, patamar melhor do que o previsto no *guidance* do período (inferior a 3,2x). O nível representa uma relevante redução de 0,76x vs. 2023 e a aceleração do processo de redução da alavancagem.

O patamar de alavancagem foi alcançado dada a redução de R$ 571 milhões na dívida líquida, resultado da geração de caixa operacional, além do aumento de R$ 669 milhões no EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado 12 meses, reflexo da maturação das lojas novas. É importante destacar também que, em janeiro/24, foi realizado o pagamento de R$ 894 milhões, da última parcela referente a aquisição dos hipermercados.

Ao final do período, o saldo de recebíveis descontados com vencimento no trimestre subsequente foi de R$ 2,0 bilhões, com prazo médio de 9,5 dias. A antecipação de recebíveis é uma operação característica do varejo e do mercado brasileiro, sendo componente relevante da gestão de tesouraria da Companhia que administra o saldo de caixa aplicado e o montante de recebíveis disponíveis para desconto.

Considerando que a Companhia sempre pode optar por antecipar o saldo total de recebíveis (R$ 3,9 bilhões de recebíveis de cartões de crédito sem direito de regresso no 4T24), o patamar de dívida líquida, nesta visão, seria de R$ 8,6 bilhões e a alavancagem de 2,1x.

R$ Bilhões
-0,76x
3,80x | 3,04x | ~2,60x — Projeção de alavancagem para 2025
13,1 | 12,5
2023 | 2024 | 2025E
EBITDA[1] | R$ 3,4 | R$ 4,1
+19%

— Dívida Líquida + Recebíveis descontados + Saldo a pagar das aquisições de Hipermercado / EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16

■ Dívida Líquida + Recebíveis descontados + Saldo a pagar das aquisições de hipermercado

Covenants contratuais: 3,0x
Ratio do covenant contratual no 4T24[2]: 1,58x (vs. 1,97x 3T24)

[1] EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado 12 meses (excluindo equivalência patrimonial).

[2] Ratios Contratuais: [Dívida Bruta (-) Caixa (-) Recebíveis de Cartão] / [Lucro Bruto (-) SG&A (-) Depreciação e Amortização (+) Outras Receitas Operacionais]

Em 2025, a Companhia tem como objetivo atingir um patamar de alavancagem (representado pela relação Dívida líquida/EBITDA) de cerca de 2,6x, dado o crescimento do EBITDA, e a redução da dívida líquida, resultado da revisão da expansão e do plano de investimentos.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA

A Companhia encerrou o ano de 2024 com uma disponibilidade total de caixa de R$ 7,6 bilhões, considerando recebíveis não descontados, que podem ser transformados em caixa em D+1. Esse montante foi 17% superior em relação a 2023, em função da maior geração de caixa no período.

As disponibilidades da Companhia, que abrangem o caixa ao final do período e o saldo de recebíveis não descontados, acompanham a evolução do caixa médio aplicado, que totalizou R$ 1,917 bilhão em 2024 (comparado a R$ 777 milhões em 2023).

DISPONIBILIDADES DE CAIXA
(R$ Bilhões)

+17%
2023: 6,4 (1,0 | 2,7 | 2,7) — 5,4
2024: 7,6 (1,9 | 2,0 | 3,7) — 5,7

■ Caixa (Exc. Recebíveis Descontados)
■ Recebíveis Descontados
■ Recebíveis Não Descontados

RISCO SACADO

A Companhia realiza operações de venda de títulos a receber e antecipação de recebíveis, comuns no varejo brasileiro, por meio de convênios com instituições financeiras. Esses convênios visam oferecer liquidez antecipada aos fornecedores, sendo que a decisão de realizar essas operações é exclusivamente do fornecedor. As instituições financeiras tornam-se credoras, enquanto a Companhia efetua pagamentos conforme acordado com os fornecedores, recebendo uma comissão das instituições financeiras por essa intermediação, que é contabilizada na receita financeira. O montante recebido no acumulado de 2024 totalizou R$ 54 milhões. Não há encargos financeiros para a Companhia, e esses passivos não são considerados dívida líquida.

Vale ressaltar que a Administração também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2022, concluindo que não há impactos significativos, dado que a essência das transações e as condições acordadas foram mantidas. O saldo a pagar destas operações era de R$ 938 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 779 milhões de produtos e R$ 159 milhões de imobilizado) vs. R$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1,1 bilhão de produtos e R$ 388 milhões de imobilizado).

DESLISTAGEM VOLUNTÁRIA DE *AMERICAN DEPOSITARY SHARES* (ADSs)

Em 19 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a intenção da Companhia de realizar a deslistagem voluntária de suas *American Depositary Shares* ("ADSs") da *New York Stock Exchange* ("NYSE"), considerando que a manutenção de uma listagem secundária na *NYSE* não é atualmente benéfica, dado que as negociações de ações ordinárias da Companhia estão concentradas predominantemente (cerca de 87%) no Novo Mercado. A deslistagem está em linha com a estratégia de longo prazo da Companhia de manter a eficiência da operação. Com a efetivação da Deslistagem em 09 de janeiro de 2025, as *ADSs* passaram a ser negociadas com o *ticker* "ASAIY".

É importante ressaltar que a Companhia, comprometida com altos padrões de governança, mesmo após a efetivação da Deslistagem e do cancelamento do seu registro junto à SEC, manterá voluntariamente suas atuais práticas de governança corporativa.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios corresponde a R$ 129 milhões, equivalente a 25% do saldo disponível para a distribuição de dividendos, conforme Estatuto da Companhia. Esse saldo exclui a reserva de incentivos fiscais relacionada ao reconhecimento de créditos de subvenção para investimentos além da reserva legal de 5%.

Ainda, durante o exercício, foi deliberado o pagamento de juros sobre capital próprio (JSCP) no montante bruto de R$ 125 milhões, sobre o qual foi efetuada a dedução do

continua →

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Imposto de Renda Retido na Fonte no valor de R$ 16, resultando no valor líquido de R$ 109, a serem pagos em 28 de fevereiro de 2025, conforme Aviso aos Acionistas divulgado ao mercado em 30 de dezembro de 2024.
Desta forma, o valor referente à parcela remanescente de dividendos é de R$ 20 milhões, calculados conforme demonstrado abaixo:

(R$ milhões)	2024	2023
Lucro Líquido Pós IFRS 16	769	710
Reserva de incentivos fiscais	(229)	(710)
Base reserva legal	540	–
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	27	–
Base dividendos	513	–
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	129	–
JSCP Pagos - Líquido	(109)	–
Dividendos propostos	20	–

Em relação aos *American Depositary Share (ADSs)* negociados na NYSE, o referido pagamento será efetuado por meio do banco depositário J.PMorgan Chase Bank. Os titulares poderão obter informações a respeito no site https://adr.com.

AVANÇOS CONTÍNUOS EM ESG

Por meio do nosso propósito de **impulsionar a prosperidade para todos(as) com operações responsáveis e transparentes, e menor impacto ambiental**, promovemos iniciativas que visam a construção de uma sociedade mais sustentável, baseada em três pilares estratégicos:

- **Operações eficientes:** inovamos em nossas operações para reduzir o impacto climático e garantir cadeias de fornecimento mais responsáveis.
- **Desenvolvimento de pessoas e comunidades:** promovemos prosperidade para todos(as), com oportunidades de crescimento para os colaboradores(as), empreendedores(as) e comunidades.
- **Gestão ética e transparente:** construímos relacionamentos éticos e transparentes pautados em boas práticas ESG.

Os principais destaques do período foram:

OPERAÇÕES EFICIENTES

- **Redução de 10% das emissões do escopo 1[1] e 2[2] vs. 2023;**
- **Reaproveitamento de 43% de resíduos**, estável no acumulado do ano, resultado de práticas de reciclagem, compostagem e redução do desperdício de alimentos. **Alta de 46% no volume de resíduos orgânicos destinados à compostagem vs. 2023; e**
- **Implementação do Programa Destino Certo em +94% das lojas novas**, totalizando mais de 1.975 toneladas de resíduos orgânicos desviados de aterros via doações para instituições sociais, evitando 1.331,68 tCO2e de emissões de GEE.

GESTÃO ÉTICA E TRANSPARENTE

- **Pelo 3º ano consecutivo, a Companhia integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2)**. A adesão ao ICO2 B3 demonstra nosso compromisso com a gestão e a agenda climática, bem como com a transparência na divulgação de nossas emissões de carbono; e
- **A Companhia recebeu a Classificação B no CDP** (*Disclosure Insight Action*), um dos principais programas de medição e divulgação para gestão eficiente de riscos relacionados a emissões de carbono e às mudanças climáticas.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E COMUNIDADES

- A Companhia encerrou 2024 com mais de 87 mil colaboradores, dos quais:
  - 45,8% de negros na liderança (gerentes e acima), evolução de +2,3 p.p. vs. 2023;
  - 25,7% mulheres em cargos de liderança, aumento de +0,7 p.p. vs. 2023;
  - 9,6% dos colaboradores 50+, crescimento de +1,8 p.p. vs. 2023;
  - 5,3% dos colaboradores(as) com deficiências, redução de -0,1 p.p. vs. 2023, mas ainda acima da cota legal.
- Através do Instituto Assaí, a Companhia segue promovendo oportunidades e caminhos de prosperidade para pessoas e comunidades:
  - Doação de 5,4 milhões de refeições em 2024, por meio do Programa de Combate à Fome, realizados através de Cozinhas Solidárias, Campanhas de Engajamento, Destino Certo (combate ao desperdício), Doações de Cestas de Alimentos e Assistência em Emergências Climáticas;
  - Doação de mais 480 toneladas de alimentos para 100 organizações sociais parceiras, através da campanha "Alimento a Gente Compartilha", promovida em todas as lojas do Brasil, com a participação dos clientes e colaboradores Assaí; e
  - Lançamento do Programa e da Política de Voluntariado, com a realização de 4 ações de voluntariado corporativo.

[1] Emissões próprias provenientes da empresa;
[2] Emissões provenientes do consumo de energia elétrica.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

O ano de 2024 foi marcado por uma série de reconhecimentos. Pela primeira vez, a Companhia foi eleita a Melhor Empresa de Atacado e Varejo pela Melhores e Maiores 2024 da Exame e a marca mais lembrada do varejo físico e digital pela *Branding Brasil*.
O Assaí integrou o *ranking* nacional da *GPTW* e foi reconhecido como a melhor empresa de varejo alimentar para se trabalhar no Brasil (companhias com mais de 10 mil colaboradores). Ainda, o ano foi marcado pelo reconhecimento enquanto marca mais valiosa do varejo alimentar pelo *Ranking Interbrand* de Marcas Brasileiras Mais Valiosas, e a marca mais lembrada dos setores de supermercado e atacado pela Folha *Top Of Mind*, pelo 3º ano consecutivo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.628	5.459
Contas a receber	7	2.210	1.199
Estoques	8	7.127	6.664
Tributos a recuperar	9	1.241	1.100
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	93	48
Despesas antecipadas		99	73
Outras contas a receber		50	73
Total do ativo circulante		16.448	14.616
Não circulante			
Tributos a recuperar	9	672	573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	140	171
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	297	226
Partes relacionadas	10.1	23	23
Depósitos judiciais	17.6	24	44
Despesas antecipadas		9	9
Outras contas a receber		31	109
		1.196	1.155
Investimentos	11	804	864
Imobilizado	12.2	13.564	13.148
Intangível	13.1	5.183	5.172
Direito de uso	14.1	8.398	8.222
		27.949	27.406
Total do ativo não circulante		29.145	28.561
TOTAL DO ATIVO		45.593	43.177

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	15	10.709	9.759
Fornecedores - Convênios	15.2	938	1.459
Fornecedores - Convênios - Aquisição de hipermercado		–	892
Empréstimos	16.9	38	36
Debêntures e notas promissórias	16.9	2.046	2.079
Salários e encargos sociais		682	624
Passivo de arrendamento	14.2	412	532
Demais impostos a recolher		529	298
Imposto de renda e contribuição social a pagar		34	–
Receitas a apropriar	18	449	418
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.2	129	–
Outras contas a pagar		346	328
Total do passivo circulante		16.312	16.425
Não circulante			
Fornecedores	15	12	38
Empréstimos	16.9	1.720	1.947
Debêntures e notas promissórias	16.9	12.761	11.122
Provisão para demandas judiciais	17	223	263
Passivo de arrendamento	14.2	9.232	8.652
Receitas a apropriar	18	26	37
Plano de ações liquidadas em caixa	20.7.3	5	4
Outras contas a pagar		47	59
Total do passivo não circulante		24.026	22.122
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	1.272	1.272
Reserva de capital		88	56
Reservas de lucros		3.933	3.309
Ações em tesouraria	20.6	(26)	–
Outros resultados abrangentes		(12)	(7)
Total do patrimônio líquido		5.255	4.630
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.593	43.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

				Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1.263	36	180	632	1.462	325	–	–	(2)	3.896
Outros resultados abrangentes											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	710	–	710
Valor justo de recebíveis		–	–	–	–	–	–	–	–	(7)	(7)
IR sobre outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	–	–	2	2
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	–	710	(5)	705
Aumento de capital em espécie	20.1	9	–	–	–	–	–	–	–	–	9
Opções de ações outorgadas		–	20	–	–	–	–	–	–	–	20
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	710	–	–	(710)	–	–
Reserva de expansão		–	–	–	325	–	(325)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.272	56	180	957	2.172	–	–	–	(7)	4.630
Outros resultados abrangentes											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	769	–	769
Valor justo de recebíveis		–	–	–	–	–	–	–	–	(8)	(8)
IR sobre outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	–	–	3	3
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	–	769	(5)	764
Opções de ações outorgadas		–	32	–	–	–	–	–	–	–	32
Juros sobre capital próprio	20.2	–	–	–	–	–	–	–	(125)	–	(125)
Dividendos	20.2	–	–	–	–	–	–	–	(20)	–	(20)
Recompra de ações	20.6	–	–	–	–	–	–	(26)	–	–	(26)
Reserva de incentivos fiscais	20.5	–	–	–	–	229	–	–	(229)	–	–
Reserva legal	20.3	–	–	27	–	–	–	–	(27)	–	–
Reserva para retenção de lucros		–	–	–	–	–	368	–	(368)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.272	88	207	957	2.401	368	(26)	–	(12)	5.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Vendas de mercadorias e serviços	80.388	72.638
Reversão de (perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	12	(4)
Outras despesas, líquidas	(5)	(5)
	80.395	72.629
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias vendidas	(66.781)	(60.648)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.524)	(3.110)
	(70.305)	(63.758)
Valor adicionado bruto	10.090	8.871
Retenções		
Depreciação e amortização	(1.640)	(1.476)
Valor adicionado líquido produzido	8.450	7.395
Recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	64	51
Receitas financeiras	339	295
	403	346

	31/12/2024	31/12/2023
Valor adicionado total a distribuir	8.853	7.741
Pessoal	3.934	3.588
Remuneração direta	2.659	2.404
Benefícios	861	889
FGTS	220	196
Outros	194	99
Impostos, taxas e contribuições	872	316
Federais	396	39
Estaduais	306	120
Municipais	170	157
Remuneração de capitais de terceiros	3.278	3.127
Juros	3.262	3.087
Aluguéis	16	40
Remuneração de capitais próprios	769	710
Juros sobre capital próprio	125	–
Dividendos	20	–
Lucros retidos	624	710
Valor adicionado total distribuído	8.853	7.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	73.819	66.503
Custo das mercadorias vendidas	22	(61.598)	(55.682)
Lucro bruto		12.221	10.821
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	(5.985)	(5.411)
Despesas gerais e administrativas	22	(878)	(831)
Depreciações e amortizações		(1.547)	(1.394)
Resultado de equivalência patrimonial	11	64	51
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23	(21)	49
		(8.377)	(7.536)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		3.844	3.285
Receitas financeiras	24	324	281
Despesas financeiras	24	(3.233)	(3.012)
Resultado financeiro líquido		(2.909)	(2.731)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		935	554
Imposto de renda e contribuição social	19.1	(166)	156
Lucro líquido do exercício		769	710
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	0,569164	0,525574
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	0,567277	0,524174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	769	710
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Valor justo de recebíveis	(8)	(7)
IR sobre outros resultados abrangentes	3	2
Resultado abrangente do exercício	764	705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	769	710
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	(162)
Perda (ganho) na alienação do imobilizado e de arrendamento	12	(55)
Depreciações e amortizações	1.640	1.476
Juros e variações monetárias	3.117	2.853
Resultado de equivalência patrimonial	(64)	(51)
Provisão para demandas judiciais	84	151
Provisão de opção de compra de ações	32	20
Provisão para perdas e quebras de estoque	633	538
(Reversão de) perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(7)	4
	6.250	5.484
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(1.011)	(640)
Estoques	(1.096)	(735)
Tributos a recuperar	(132)	352
Depósitos judiciais	21	12
Outros ativos	57	(14)
Fornecedores	635	1.498
Salários e encargos sociais	58	40
Partes relacionadas	–	(5)
Pagamento de demandas judiciais	(141)	(71)
Impostos e contribuições a recolher	140	40
Receitas a apropriar	20	96
Dividendos recebidos	124	20
Outros passivos	7	(114)
	(1.318)	479
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.932	5.963
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.647)	(3.116)
Aquisição de bens do ativo intangível	(42)	(169)
Recebimento de bens do ativo imobilizado	3	19
Recebimento de bens do ativo mantido para venda	16	211
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.670)	(3.055)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em espécie	–	9
Captação de empréstimos	6.600	3.392
Custo de captação de empréstimos	(54)	(142)
Pagamento de empréstimos	(4.771)	(1.495)
Pagamento de juros de empréstimos	(2.583)	(1.085)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	–	(118)
Compra de ações em tesouraria	(26)	–
Pagamento de passivo de arrendamento	(289)	(262)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(1.060)	(977)
Pagamento de aquisição de pontos comerciais	(910)	(2.609)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.093)	(3.291)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	169	(383)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.459	5.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.628	5.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAI3". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ", sendo este o único segmento divulgável. A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia operava 302 lojas (288 lojas em 31 de dezembro de 2023) e 12 Centros de Distribuição (11 Centros de Distribuição em 31 de dezembro de 2023), estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 24 estados e no Distrito Federal.

Em 19 de dezembro de 2024 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a intenção da Companhia de realizar a deslistagem voluntária de suas *American Depositary Shares ("ADSs")* da *New York Stock Exchange ("NYSE")*. A deslistagem, que foi efetivada no dia 09 de janeiro de 2025, está em linha com a estratégia de longo prazo da Companhia de manter a eficiência da operação. As ADSs passaram a ser negociadas em mercado balcão com o *ticker* "ASAIY".

1.1 Assuntos do ano

Os assuntos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram:

- Deslistagem das ADSs da NYSE, vide nota 1.
- Captação de empréstimo em moeda estrangeira, vide nota 16.9.1.
- Emissão da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª debêntures, vide nota 16.10.
- Distribuição de juros sobre capital próprio, vide nota 20.2.
- Ações em tesouraria, vide nota 20.6.
- Planos de benefícios de longo prazo, vide notas 20.7.4 e 20.7.5.

1.2 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem a Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Em conformidade com a OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R$. A moeda funcional da Companhia é o Real - R$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2025.

As referências às normas internacionais de relatório financeiro *IFRS* foram atualizadas pelas diretrizes de marcas registradas da Fundação *IFRS*. As diretrizes atualizadas da Fundação *IFRS* exigem, entre outras coisas, que os padrões da *IFRS*, incluindo as *International Accounting Standards - IASs* e as *IFRSs*, sejam chamados de "*IFRS Accounting Standards*".

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas e práticas contábeis materiais estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos)

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Ativos e passivos de longo prazo não são ajustados a valor presente no reconhecimento inicial, pois seus efeitos são imateriais.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade legal.

3.3 Subvenções governamentais

São reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

3.4 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota 20.2.

3.5 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos e de arrendamentos realizadas pela Companhia estão sendo divulgadas nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos e arrendamentos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2)/*IAS* 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.6 Demonstração do valor adicionado

Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a *IFRS*.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor recebido em transferência (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO *IASB* E CPC E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2024

4.1 Alterações às *IFRSs* e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2024, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às *IFRSs* emitidos pelo CPC e *IASB*, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações aplicáveis para a Companhia são:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à *IAS* 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao *IFRS* 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na *IAS* 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a *IFRS* 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. Devem ser divulgadas as seguintes informações: • Os termos e as condições dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento. • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e • Informações sobre o risco de liquidez.
Alterações à *IAS* 1/ CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulante e não circulante	As alterações à *IAS* 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à *IAS* 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com *Covenants*	A *IAS* 1 exige que classifique a dívida como não circulante somente se a entidade puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. A iniciativa visa melhorar as informações divulgadas por entidades sobre dívidas de longo prazo com *covenants*, e permitir que os investidores entendam o risco de que determinada dívida seja reembolsada antecipadamente.
Alterações à *IFRS* 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	As alterações requerem que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e *IFRSs* novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou antecipadamente, sendo o principal aplicável a Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A *IFRS* 18 substitui a *IAS* 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na *IAS* 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da *IAS* 1 foram movidos para a *IAS* 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e *IFRS* 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O *IASB*, também implementou pequenas alterações na *IAS* 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e *IAS* 33 - Lucro por Ação e introduziu novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e • melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.	01/01/2027

Essa alteração está em fase de avaliação, mas é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.3 Normas *IFRS S1* e *S2*/CBPS* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima

Em atendimento às Resoluções CVM nº 193/2024, nº 217/2024, nº 218/2024 e nº 219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionadas ao clima, a Companhia está avaliando os impactos das normas e não realizará a adoção voluntária para 2024. O prazo obrigatório para adoção é a partir de 1º de janeiro de 2026.

*Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

Política Contábil	Notas
Redução ao valor recuperável - *impairment*	7.2, 11.1, 12.1, 13.2 e 13.3
Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda	8.2
Tributos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários	9
Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental	14.2
Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros	16.8
Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade	17
Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, incluindo tratamentos incertos	17.4.1 e 19
Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação	20.7

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	106	352
Caixa e bancos - Exterior (i)	28	22
Aplicações financeiras (ii)	5.494	5.085
	5.628	5.459

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo R$28 em dólares norte-americanos (R$22 em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 98,54% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,92% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A exposição da Companhia aos indexadores de taxa de juros e a análise de sensibilidade para estes ativos financeiros estão divulgados na nota 16.7.

7 CONTAS A RECEBER

Os saldos são registrados inicialmente pelo valor da transação, que correspondem ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de cartão de crédito; e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Proveniente de vendas com:			
Cartões de crédito	7.1	1.418	589
Cartões de crédito - Partes relacionadas (FIC)	10.1	412	211
Tickets	7.1	113	185
Total de cartões de crédito e *tickets*		1.943	985
Boletos		177	148
Fornecedores e outros		93	81
		2.213	1.214
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7.2	(3)	(15)
		2.210	1.199

Abaixo apresentamos a composição do saldo pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos: Até 30 dias	Títulos vencidos: Acima de 30 dias
31 de dezembro de 2024	2.213	2.204	8	1
31 de dezembro de 2023	1.214	1.202	5	7

7.1 Cessão de contas a receber de clientes

A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber, referente a cartão de crédito e *tickets* junto às administradoras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o montante correspondente a essas operações é de R$1.976 (R$2.757 em 31 de dezembro de 2023). O montante foi baixado do saldo de contas a receber, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis em 31 de dezembro de 2024 foi de R$127 (R$116 em 31 de dezembro de 2023), classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor dos recebíveis, atualmente, passíveis de desconto (cartões de crédito e *tickets*) é de R$1.943 (R$985 em 31 de dezembro de 2023).

7.2 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

O saldo é mensurado ao custo amortizado e apresentado como redutor do seu saldo contábil.

	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	(15)	(11)
Adições	(42)	(50)
Reversões	49	46
Baixas	5	-
No final do exercício	(3)	(15)

8 ESTOQUES

São contabilizados pelo custo de aquisição e avaliados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lojas		6.498	6.033
Centrais de distribuição		1.231	1.237
Acordos comerciais	8.1	(505)	(525)
Perdas com estoques	8.2	(97)	(81)
		7.127	6.664

8.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques, totalizou R$505 (R$525 em 31 de dezembro de 2023).

8.2 Perdas com estoques

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de quebras e giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	(81)	(68)
Adições	(649)	(567)
Reversões	16	29
Baixas	617	525
No final do exercício	(97)	(81)

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários quando: (i) são gerados na operação ou (ii) se reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização.

O crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, é reconhecido como redutor do "custo das mercadorias vendidas" e o Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS, como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização dos tributos é efetuada com base em projeções de crescimento, aspectos operacionais e estimativas de geração de débitos para a utilização dos créditos pela Companhia. Os estudos mencionados são elaborados e revisados periodicamente com fundamento em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	9.1	1.297	1.085
PIS e COFINS	9.2	353	287
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		144	169
Impostos retidos a recuperar		119	132
		1.913	1.673
Circulante		1.241	1.100
Não circulante		672	573

9.1 Crédito de ICMS

Os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do tributo e consequentemente um ressarcimento em determinadas operações.

• Expectativa de realização dos créditos de ICMS

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



9.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso se deveria ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.

Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

• Expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de PIS e da COFINS a recuperar no montante de R$353 e a expectativa de realização está dentro de 1 ano.

10 PARTES RELACIONADAS

10.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo: Contas a receber 31/12/2024	Contas a receber 31/12/2023	Outros ativos 31/12/2024	Outros ativos 31/12/2023	Saldos do Passivo: Fornecedores 31/12/2024	Fornecedores 31/12/2023	Transações: Receitas (Despesas) 31/12/2024	Receitas (Despesas) 31/12/2023
Joint Venture								
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (i)	412	211	23	23	26	28	30	27
	412	211	23	23	26	28	30	27
Circulante	412	211	-	-	26	28		
Não circulante	-	-	23	23	-	-		

	Transações: Receitas (Despesas) 31/12/2023
Coligadas (ii)	
Casino Guichard Perrachon	(20)
Euris	(1)
Grupo Pão de Açúcar ("GPA")	20
Wilkes Participações S.A.	(6)
	(7)

(i) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (a) serviços de correspondente bancário no Brasil; (b) acordo de indenização em que a FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (c) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

(ii) Em 23 de junho de 2023, conforme Comunicado ao Mercado divulgado na mesma data, o Casino, por meio das suas controladas Wilkes, Geant International BV ("GIBV") e Segisor S.A.S ("Segisor"), alienou 157.582.850 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 11,67% do seu capital social, por meio de uma operação de *block trade* realizada na mesma data. Como resultado, o Grupo Casino passou a deter uma participação inferior a 0,01% do capital social de Sendas, deixando, assim, de ser considerada uma parte relacionada da Companhia. Os saldos com essas empresas e suas controladas, estão sendo apresentados nas rubricas Outras contas a receber e Outras contas a pagar do balanço patrimonial nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As transações com partes relacionadas estão sendo representadas por operações realizadas segundo preços, termos e condições acordadas entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado.

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Adicionalmente, após a conclusão da cisão entre a Companhia e o GPA em 31 de dezembro de 2020, ambas se comprometeram a envidar esforços comercialmente razoáveis, no prazo de até 18 meses, para liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover a contraparte da posição fiadora, em relação a passivos ou obrigações, passando a incidir, após o referido prazo, o pagamento de *fee*, de forma líquida, a título de remuneração das garantias prestadas por ambas as partes. Caso a Companhia e o GPA deixassem de estar submetidos a controle comum, as partes ficaram obrigadas a liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover as garantias até então não substituídas ou prestadas, observados os prazos estabelecidos no Acordo de Separação.

A Companhia e o GPA deixaram de ser partes relacionadas no exercício social de 2023 e estão tomando as providências necessárias para substituição das garantias cruzadas sobre as obrigações contratuais de: (i) aluguel de lojas; (ii) contrato de empréstimo; e (iii) compra de energia. O *fee* pago ao GPA a título de remuneração das garantias prestadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram inferiores a R$1.

10.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações e plano de pagamento baseado em ações (i)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Conselho de administração	12.418	11.512	–	–	–	5.250	12.418	16.762
Diretores estatutários	15.436	11.083	19.471	29.794	24.448	13.265	59.355	54.142
Diretores não estatutários	42.131	31.429	43.867	53.132	18.370	14.802	104.368	99.363
Conselho fiscal	596	548	–	–	–	–	596	548
	70.581	54.572	63.338	82.926	42.818	33.317	176.737	170.815

(i) Maiores detalhes do plano de pagamento baseado em ações para os Diretores estatutários, vide nota 20.7.3.

O plano de opção de compra de ações, integralmente conversíveis em ações, se relaciona aos executivos da Companhia e esse plano vem sendo tratado no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto prazo concedidos aos membros da administração da Companhia. Os novos planos de benefícios de longo prazo estão divulgados nas notas 20.7.4 e 20.7.5.

11 INVESTIMENTOS

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial.

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

Tipo de investimento	Sociedades	País	Participação nos investimentos - % Participação direta 31/12/2024	31/12/2023
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	50,00	50,00

Informações financeiras resumidas da *Joint Venture*

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	1	1
Ativo não circulante	461	581
Patrimônio líquido	462	582
Lucro líquido do exercício	128	102

Composição e movimentação dos investimentos

	Bellamar
Saldo em 31/12/2022	833
Equivalência patrimonial	51
Dividendos recebidos	(20)
Saldo em 31/12/2023	864
Equivalência patrimonial	64
Dividendos recebidos	(124)
Saldo em 31/12/2024	804

11.1 Negócio em conjunto (*Joint Venture*)

A Bellamar é uma sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC (Financeira do Banco Itaú) e, portanto a Companhia detém, de forma indireta, participação de 17,88% na FIC. A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento está reconhecido como um negócio em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial que, de acordo com o CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é composto pelo saldo ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição e por valor de mais valia decorrente de reavaliação de valor justo em permuta de ações com o GPA em 2020, quando da ocorrência do processo de cisão da Companhia.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia.

Em função do ativo de vida útil indefinida reconhecido como parte do saldo de investimentos, após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda por valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e, se necessário, reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou teste de recuperabilidade do investimento pela metodologia de valor em uso baseado na abordagem de fluxo de dividendos projetados e descontados a valor presente, adotando as seguintes premissas:

- *Capital Asset Pricing Model - CAPM* de 13,5% (13,0% em 31 de dezembro de 2023).
- Plano de negócios da FIC para o período de 5 anos, com crescimento de 5,5% na Receita Líquida e adoção de taxa de perpetuidade de 3,8%.

Adicionalmente, em função da existência de cláusula de exclusividade no Acordo de Associação com o acionista da FIC, Itaú Unibanco Holding S.A., que expira em 2025 e que poderá ou não ser renovado pelas partes, a Administração da Companhia realizou uma análise de sensibilidade sobre o valor recuperável estimado, contemplando diferentes cenários e taxa que a Administração considerou razoáveis de ocorrer no vencimento da referida cláusula.

Como resultado dos testes realizados, não foi identificada a necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do ativo em 31 de dezembro de 2024.

12 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A seguir, apresentamos a taxa média de depreciação anual do imobilizado:

Taxa média de depreciação anual

Edifícios 2,50%	**Máquinas e equipamentos** 13,06%	**Móveis e utensílios** 13,57%
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros 5,28%	**Instalações** 8,24%	**Outros** 29,83%

A taxa média de depreciação do imobilizado é de 8,06% em 31 de dezembro de 2024.

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2024 e concluiu que não há alteração a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

12.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa de que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC (loja), exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto nominal, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de recuperação (*impairment test*) dos intangíveis incluindo ágio e fundo de comércio, são apresentados nas notas 13.2 e 13.3, respectivamente.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

12.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja e taxa de desconto de 13,82% ao ano (11,34% ao ano em 2023) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos testes efetuados, não foi identificado necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

12.2 Movimentação e composição do imobilizado

	Saldo em 31/12/2023	Adições (i)	Baixas	Depreciações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico	Depreciação acumulada
Terrenos	559	–	–	–	–	559		559	–
Edifícios	777	46	–	(23)	94	894		1.074	(180)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	8.099	773	(7)	(502)	(45)	8.318		10.301	(1.983)
Máquinas e equipamentos	2.310	378	(6)	(272)	21	2.431	=	3.668	(1.237)
Instalações	270	13	–	(38)	–	245		443	(198)
Móveis e utensílios	903	132	(5)	(158)	17	889		1.447	(558)
Imobilizações em andamento	111	100	(1)	–	(87)	123		123	–
Outros	119	34	–	(53)	5	105		292	(187)
	13.148	1.476	(19)	(1.046)	5	13.564		17.907	(4.343)

	Saldo em 31/12/2022	Adições (i)	Baixas	Depreciações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2023		Custo histórico	Depreciação acumulada
Terrenos	600	17	–	–	(58)	559		559	–
Edifícios	730	45	–	(19)	21	777		934	(157)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	6.865	1.659	(26)	(438)	39	8.099		9.583	(1.484)
Máquinas e equipamentos	1.440	499	(16)	(214)	601	2.310	=	3.285	(975)
Instalações	585	84	(2)	(58)	(339)	270		430	(160)
Móveis e utensílios	755	186	(5)	(144)	111	903		1.311	(408)
Imobilizações em andamento	543	47	(1)	–	(478)	111		111	–
Outros	64	42	(1)	(45)	59	119		255	(136)
	11.582	2.579	(51)	(918)	(44)	13.148		16.468	(3.320)

(i) Inclui a capitalização de juros no valor de R$46 (R$257 em 31 de dezembro de 2023), vide nota 12.3.

12.3 Capitalização de juros dos empréstimos e arrendamentos financeiros

O valor dos custos de empréstimos e arrendamentos financeiros capitalizados diretamente atribuíveis à reforma, construção e aquisição de ativos imobilizados e intangíveis no escopo do CPC 20 (R1)/*IAS* 23 - Custo de Empréstimos e o valor dos juros de passivo de arrendamento incorporados ao valor dos ativos imobilizados e/ou intangíveis, pelo período em que os ativos ainda não estão em seu uso pretendido de acordo com o CPC 06 *(R2)/IFRS* 16 - Arrendamentos, totalizaram o valor de R$46 (R$257 em 31 de dezembro de 2023). A taxa média adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 113,42% (111,05% em 31 de dezembro de 2023) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

12.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Adições	1.476	2.579
Juros capitalizados	(46)	(257)
Aquisição de imobilizado - Adições	(1.390)	(2.298)
Aquisição de imobilizado - Pagamentos	1.607	3.092
	1.647	3.116

As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos períodos, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

12.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R$90 (R$82 em 31 de dezembro de 2023), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes a serviços de transformação e centrais de distribuição.

13 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágio, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas) e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 anos), cuja taxa média de amortização é de 20% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicáveis, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

13.1 Movimentação e composição do intangível

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	618	–	–	618		871	(253)
Softwares	63	42	(23)	82	=	221	(139)
Fundo de comércio	4.452	–	(8)	4.444		4.491	(47)
Marcas	39	–	–	39		39	–
	5.172	42	(31)	5.183		5.622	(439)

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2023		Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	618	–	–	–	–	618		871	(253)
Softwares	76	30	(1)	(43)	1	63	=	181	(118)
Fundo de comércio	4.267	192	–	(7)	–	4.452		4.491	(39)
Marcas	39	–	–	–	–	39		39	–
	5.000	222	(1)	(50)	1	5.172		5.582	(410)

13.2 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (*impairment test*) dos intangíveis utiliza as mesmas práticas descritas na nota 12.1.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisou o planejamento estratégico utilizado para avaliação do *impairment test* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos cinco anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2024, conforme demonstradas abaixo:

- **Receitas**: projetadas de 2025 a 2029 considerando crescimento histórico das vendas e as projeções de inflação, sem considerar a expansão de lojas;
- **Lucro bruto**: considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de venda;
- **Despesas**: considerando o nível histórico expresso em percentagem de venda e buscando ganhos de produtividade e eficiência;
- **Capital de giro**: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
- **Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis** *(capex)*: foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
- **Valor terminal**: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
- **Taxa de desconto**: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 13,82% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (11,34% ao ano em 31 de dezembro de 2023); e
- **Taxa de crescimento na perpetuidade**: a taxa de crescimento considerada foi de 4,19% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (4,00% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.3 Fundo de comércio

É o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAI ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.
Os fundos de comércio com vida útil definida e indefinida, são testados segundo as premissas descritas na nota 13.2.
A Companhia considerou o fluxo de caixa descontado da respectiva loja para o teste de *impairment*, ou seja, a loja é a unidade geradora de caixa - UGC.
Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.4 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Adições	42	222
Aquisição de intangível - Adições	–	(175)
Aquisição de intangível - Pagamentos	–	122
	42	169

14 ARRENDAMENTO

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.
A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5 mil (equivalente a R$31 mil em 31 de dezembro de 2024).
Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.
O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

14.1 Direito de uso

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado. A seguir, apresentamos a taxa média de amortização anual do direito de uso:

Taxa média de amortização anual		
Edifícios	Equipamentos	Bens e direitos Estação Carrão - Assaí Atacadista
5,09%	20,34%	10,00%

14.1.1 Movimentação e composição do direito de uso

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Remensuração	Baixas	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico	Amortização acumulada
Edifícios	8.203	225	495	(21)	(557)	(5)	8.340		10.535	(2.195)
Equipamentos	3	–	44	–	(5)	1	43	=	88	(45)
Bens e direitos	16	–	1	–	(1)	(1)	15		29	(14)
	8.222	225	540	(21)	(563)	(5)	8.398		10.652	(2.254)

	Saldo em 31/12/2022	Adições (i)	Remensuração	Baixas (i)	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2023		Custo histórico	Amortização acumulada
Edifícios	7.593	2.669	296	(1.824)	(500)	(31)	8.203		9.879	(1.676)
Equipamentos	8	–	–	–	(5)	–	3	=	51	(48)
Bens e direitos	18	–	1	–	(3)	–	16		29	(13)
	7.619	2.669	297	(1.824)	(508)	(31)	8.222		9.959	(1.737)

(i) Conforme divulgado na nota 10.1, em 23 de junho de 2023 o Casino, por meio de suas controladas Wilkes, GIBV e Segisor, alienou suas ações ordinárias, modificando a estrutura acionária da Companhia. Diante da mudança acionária, houve a necessidade da renegociação de alguns contratos de aluguel ocasionando um incremento líquido no arrendamento no valor de R$476. A Administração, com base no CPC 06 (R2)/*IFRS* 16 - Arrendamentos, avaliou e concluiu esta transação como extinção do contrato anterior e reconhecimento de novo contrato, com vencimento em 2045, devido à alteração substantiva no escopo, que inclui, principalmente, alteração dos ativos objeto do contrato e alteração de valores dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o processo de renegociação encontrava-se concluído.

14.2 Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.
Os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

14.2.1 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R$9.644 em 31 de dezembro de 2024 (R$9.184 em 31 de dezembro de 2023). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	412	532
De 1 a 5 anos	1.569	1.702
Mais de 5 anos	7.663	6.950
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	9.644	9.184
Circulante	412	532
Não circulante	9.232	8.652
Encargos futuros de financiamento	13.182	13.164
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	22.826	22.348
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	430	558
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	1.018	1.359

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota 24. A taxa média de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 12,28% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (12,12% em 31 de dezembro de 2023).
Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 6,55% (6,72% em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio dos contratos considerados em 31 de dezembro de 2024 é de 17 anos (18 anos em 31 de dezembro de 2023).

14.2.2 Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	Valor
Em 31 de dezembro de 2022	8.360
Captação - Arrendamento (i)	2.669
Remensuração	297
Provisão de juros	1.004
Amortização de principal	(262)
Amortização de juros	(977)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato (i)	(1.907)
Em 31 de dezembro de 2023	9.184
Captação - Arrendamento	225
Remensuração	540
Provisão de juros	1.069
Amortização de principal	(289)
Amortização de juros	(1.060)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(25)
Em 31 de dezembro de 2024	9.644

(i) A movimentação do exercício se refere principalmente à renegociação de contratos de aluguéis conforme divulgado na nota 14.1.1.

14.3 Resultado com aluguéis variáveis e subarrendamentos

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.
Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

	31/12/2024	31/12/2023
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% a 2% das vendas)	(15)	(21)
Subarrendamentos (i)	118	93

(i) Refere-se, principalmente, à receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

14.4 Informação complementar

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2)/*IFRS* 16 - Arrendamentos na mensuração e remensuração do seu direito de uso, empregando o modelo de fluxo de caixa descontado, sem considerar a inflação.
Para resguardar a representação fidedigna da informação para atender os requerimentos do CPC 06 (R2)/*IFRS* 16 - Arrendamentos e as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos ativos e passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa real), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).
Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e as taxas de juros utilizadas no cálculo, estão divulgadas na nota 14.2.1, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo real		
Direito de uso dos ativos	8.398	8.222
Passivo de arrendamento	22.826	22.348
Juros embutidos	(13.182)	(13.164)
	9.644	9.184
Fluxo inflacionário		
Direito de uso dos ativos	12.622	12.776
Passivo de arrendamento	33.236	35.568
Juros embutidos	(18.084)	(19.354)
	15.152	16.214

Abaixo, apresentamos o valor do fluxo de pagamentos de acordo com o prazo médio ponderado com as respectivas taxas nominal e da inflação em percentual para cada período apresentado:





15 FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIOS

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores			
Produtos		11.253	10.363
Aquisição de imobilizado		156	158
Serviços		160	150
Serviços - Partes relacionadas (FIC)	10.1	26	28
Acordos comerciais	15.1	(874)	(902)
		10.721	9.797
Fornecedores - Convênios			
Produtos	15.2	779	1.070
Aquisição de imobilizado	15.2	159	389
Aquisição de hipermercado (i)		–	892
		938	2.351
		11.659	12.148
Circulante		11.647	12.110
Não circulante		12	38

(i) Liquidação total em janeiro de 2024 no valor de R$894.

15.1 Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.
A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de seus acordos comerciais, junto às instituições financeiras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de recebíveis desses acordos a vencer correspondente a essas operações é de R$234 (R$146 em 31 de dezembro de 2023). O montante foi desreconhecido do saldo de recebíveis de Acordos comerciais, pois todos os riscos relacionados aos acordos comerciais foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis em 31 de dezembro de 2024 foi de R$6 (R$3 em 31 de dezembro de 2023), classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

15.2 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas "forfait" "confirming" "risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credores e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.
A Administração, com base no CPC 03 (R2)/*IAS* 7 e CPC 40 (R1)/*IFRS* 7, avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações têm o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para divulgação.
Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações é apresentado como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.
Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras). Nestas transações, a Companhia aufere receita referente ao prêmio pela indicação dos fornecedores para as operações de antecipação de títulos, reconhecida no resultado financeiro, nota 24, na rubrica "Receita de antecipação de títulos", no valor de R$54 em 31 de dezembro de 2024 (R$42 em 31 de dezembro de 2023), representando 1,57% do volume de transações de antecipações ocorridas ao longo de 2024 (1,21% no período findo em 31 de dezembro de 2023).
Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R$938 (R$1.459 em 31 de dezembro de 2023).
As operações de Fornecedores e Fornecedores - Convênio são similares e não ultrapassam o prazo de 120 dias de vencimento em 31 de dezembro de 2024.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48/*IFRS* 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro, no escopo da norma, nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/*IFRS* 9).
Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.
- **Ativos financeiros mensurados ao VJR**: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao custo amortizado**: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. São reconhecidos no resultado os ganhos e perdas cambiais, a receita de juros e as perdas. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao VJORA**: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes ("ORA"). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.
A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:
- **Passivos financeiros ao VJR**: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado**: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

continua

Eufrázio

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAI ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

◄ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Nota	Custo amortizado	Valor justo	VJORA	Saldo em 31/12/2024
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.628	–	–	5.628
Partes relacionadas	10.1	23	–	–	23
Contas a receber e outras contas a receber		348	–	–	348
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	390	–	390
Contas a receber com cartões de crédito e *tickets*	7.1	–	–	1.943	1.943
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		(169)	–	–	(169)
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	15	(11.659)	–	–	(11.659)
Empréstimos em moeda nacional	16.9.1	(918)	(29)	–	(947)
Empréstimos em moeda estrangeira	16.9.1	–	(801)	–	(801)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	(11.542)	(3.257)	–	(14.799)
Passivo de arrendamento	14.2	(9.644)	–	–	(9.644)
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	(18)	–	(18)
Exposição líquida		(27.933)	(3.715)	1.943	(29.705)

	Nota	Custo amortizado	Valor justo	VJORA	Saldo em 31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.459	–	–	5.459
Partes relacionadas	10.1	23	–	–	23
Contas a receber e outras contas a receber		396	–	–	396
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	274	–	274
Contas a receber com cartões de crédito e *tickets*	7.1	–	–	985	985
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		(216)	–	–	(216)
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	15	(12.148)	–	–	(12.148)
Empréstimos em moeda nacional	16.9.1	(1.943)	(40)	–	(1.983)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	(10.051)	(3.142)	–	(13.193)
Passivo de arrendamento	14.2	(9.184)	–	–	(9.184)
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	(8)	–	(8)
Exposição líquida		(27.664)	(2.916)	985	(29.595)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota 16.8.

16.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

16.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

16.4 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48/*IFRS* 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, e aluguéis a receber é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra-parte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

- **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

- **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.
- **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

- **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- *Status* de inadimplência, risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

16.5 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

16.5.1 Risco de crédito

- **Caixa e equivalentes de caixa**

A fim de minimizar o risco de crédito, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

As aplicações financeiras da Companhia, de acordo com o *rating* em escala nacional das instituições financeiras, são representadas 100% brAAA em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

- **Contas a receber**

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito e *tickets*. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desreconhecimento das contas a receber. Além disso, as principais adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela realização das transações em conformidade com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.

Exceto os saldos relacionados a cartões de crédito e *tickets*, não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

16.5.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

16.5.3 Risco de taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps* que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

16.5.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, debêntures e notas promissórias	16.565	15.184
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(5.628)	(5.459)
(–) Instrumentos financeiros derivativos	(390)	(274)
Dívida líquida	10.547	9.451
Patrimônio líquido	5.255	4.630
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	201%	204%

16.5.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	181	1.946	–	2.127
Debêntures e notas promissórias	3.659	12.986	4.939	21.584
Instrumentos financeiros derivativos	215	(586)	(293)	(664)
Passivo de arrendamento	1.522	5.558	15.746	22.826
Fornecedores	10.710	12	–	10.722
Fornecedores - Convênios	938	–	–	938
Outras contas a pagar	141	28	–	169
	17.366	19.944	20.392	57.702

As informações foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

16.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo do valor justo, os valores futuros dos *swaps* são projetados de acordo com as curvas divulgadas pela B3 (CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), acrescidas dos *spreads* das operações. Para o cálculo do valor presente dessas operações os valores futuros são descontados utilizando as mesmas curvas, porém, acrescidas dos *spreads* divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, referente às operações realizadas no mercado secundário.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de taxa de juros, variação cambial e para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de referência dos contratos era R$3.710 (R$2.956 em 31 de dezembro de 2023). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 48/*IFRS* 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos *spreads* das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

	Valor de referência		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Swap de *hedge*				
Objeto de *hedge* (dívida)	3.710	2.956	4.082	3.230
Posição ativa				
Taxa pré-fixada	27	106	29	110
USD + Fixa	731	–	797	–
Hedge - CRI	2.952	2.850	3.256	3.120
Posição passiva	(3.710)	(2.956)	(3.710)	(2.964)
Posição de *hedge* líquida	–	–	372	266

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R$372 (a receber R$266 em 31 de dezembro de 2023), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e o passivo em "Empréstimos e Debêntures".

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 resultaram em uma perda de R$13 (perda de R$115 em 31 de dezembro de 2023), sendo apresentado nas rubricas de "Custo da dívida" e "Perda de marcação a mercado", nota 24.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Dívida				
USD - BRL	USD18	2026	7	–
USD - BRL	USD109	2027	59	–
Dívida				
IPCA - BRL	R$1.972	2028, 2029 e 2031	314	267
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R$879	2027	(16)	(5)
Taxa pré-fixada x CDI	R$14	2027	1	2
Taxa pré-fixada x CDI	R$15	2027	1	2
Derivativos - *Hedge* de valor justo - Brasil			372	266

16.7 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário de mudanças razoáveis possíveis, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (juros) da B3.

Para determinação de qual mudança possível na variável de risco relevante, a Administração considerou o ambiente econômico na qual ela opera. Dessa maneira, no cenário (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros e a taxa de juros ponderada (CDI) foi de 15,18% ao ano. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma deterioração de 5% e 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros, com o intuito de demonstrar a sensibilidade no resultado da Companhia.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e equivalentes de caixa na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Nota	Risco (Aumento das taxas)	Saldo em 31/12/2024	Projeções de mercado: Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos	16.9.1	CDI + 1,62% a.a.	(923)	(140)	(147)	(154)
Empréstimos (taxa pré-fixada)	16.9.1	CDI + 0,20% a.a.	(29)	(5)	(5)	(5)
Empréstimos (moeda estrangeira)	16.9.1	CDI + 1,34% a.a.	(801)	(122)	(128)	(134)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	CDI + 1,34% a.a.	(14.975)	(2.243)	(2.355)	(2.467)
Efeito líquido (perda) total			(16.728)	(2.510)	(2.635)	(2.760)
Equivalentes de caixa	6	98,54% do CDI	5.494	834	876	918
Exposição líquida passiva			(11.234)	(1.676)	(1.759)	(1.842)

16.8 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46/*IFRS* 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquias do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

continua ►

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAI ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "*benchmarking*" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, todos classificados como "Nível 2", cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de cartões de crédito e *tickets*	1.943	985	1.943	985
Swaps de taxas de juros entre moedas	66	–	66	–
Swaps de taxas de juros	(8)	(1)	(8)	(1)
Swaps de taxas de juros - CRI	314	267	314	267
Empréstimos e debêntures (valor justo)	(4.087)	(3.182)	(4.087)	(3.182)
Empréstimos, debêntures e notas promissórias (custo amortizado)	(12.460)	(11.994)	(12.186)	(11.716)
	(14.232)	(13.925)	(13.960)	(13.647)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os *swaps* de taxa de juros, de empréstimos e debêntures são classificados no Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

16.9 Empréstimos

16.9.1 Composição da dívida

	Taxa média	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,34% a.a.	14.975	13.378
Custo de captação		(176)	(185)
		14.799	13.193
Instrumentos financeiros derivativos - Debêntures e notas promissórias			
Contratos de *swap*	CDI + 1,06% a.a.	(304)	(262)
		(304)	(262)
Empréstimos em moeda nacional			
Capital de giro	CDI + 0,20% a.a.	29	40
Capital de giro	CDI + 1,62% a.a.	923	1.952
Custo de captação		(5)	(9)
		947	1.983
Instrumentos financeiros derivativos - Moeda nacional			
Contratos de *swap*	CDI + 0,20% a.a.	(2)	(4)
		(2)	(4)
Empréstimos em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,34% a.a.	801	–
		801	–
Instrumentos financeiros derivativos - Moeda estrangeira			
Contratos de *swap*	CDI + 1,34% a.a.	(66)	–
		(66)	–
Total de empréstimos, debêntures e notas promissórias		16.175	14.910
Ativo circulante		(93)	(48)
Ativo não circulante		(297)	(226)
Passivo circulante		2.084	2.115
Passivo não circulante		14.481	13.069

16.9.2 Movimentação dos empréstimos

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.409
Captações	3.392
Custo de captação	(142)
Provisão de juros	1.746
Contratos de *swap*	39
Marcação a mercado	14
Variação cambial e monetária	(16)
Amortização do custo de captação	52
Amortização de juros	(1.085)
Amortização de principal	(1.326)
Amortização de *swap*	(173)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.910
Captações	8.600
Custo de captação	(54)
Provisão de juros	1.967
Contratos de *swap*	(75)
Marcação a mercado	88
Variação cambial e monetária	88
Amortização do custo de captação	65
Amortização de juros	(2.583)
Amortização de principal	(4.652)
Amortização de *swap*	(118)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.175

16.9.3 Cronograma de vencimentos não circulantes



* O valor líquido do não circulante é de R$14.184.

16.10 Debêntures e notas promissórias

	Valor de emissão (em milhares)	Debêntures em circulação (unidades)	Data Início	Data Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2024	31/12/2023
1ª Emissão de notas promissórias - 5ª série	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	–	–	289
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	80.710.560	322	289
2ª Emissão de debêntures - 1ª série (i)	940.000	940.000	01/06/2021	20/05/2026	CDI + 1,70% a.a.	–	–	954
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.014	669	670
2ª Emissão de notas promissórias - 1ª série	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/08/2024	CDI + 1,47% a.a.	–	–	1.681
2ª Emissão de notas promissórias - 2ª série (i)	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/02/2025	CDI + 1,53% a.a.	–	–	1.683
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.199	1.178	1.122
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.199	620	591
4ª Emissão de debêntures - série única	2.000.000	2.000.000	07/01/2022	26/11/2027	CDI + 1,75% a.a.	1.012	2.024	2.024
1ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	750.000	750.000	10/02/2022	09/02/2025	CDI + 1,70% a.a.	1.048	786	790
5ª Emissão de debêntures - série única - CRI	250.000	250.000	05/04/2022	28/03/2025	CDI + 0,75% a.a.	1.028	258	258
6ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	72.962	72.962	28/09/2022	11/09/2026	CDI + 0,60% a.a.	1.032	75	76
6ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	55.245	55.245	28/09/2022	13/09/2027	CDI + 0,70% a.a.	1.033	58	58
6ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	471.793	471.793	28/09/2022	13/09/2029	IPCA + 6,70% a.a.	1.131	534	508
2ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	400.000	400.000	26/12/2022	26/12/2025	CDI + 0,93% a.a.	1.280	513	458
7ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	145.721	145.721	25/07/2023	15/07/2026	CDI + 1,00% a.a.	1.054	154	154
7ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	878.503	878.503	25/07/2023	15/07/2027	Pré 11,75% a.a.	1.053	925	921
7ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	46.622	46.622	25/07/2023	17/07/2028	CDI + 1,15% a.a.	1.055	50	50
8ª Emissão de debêntures - 1ª série	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2027	CDI + 1,85% a.a.	1.003	401	401
8ª Emissão de debêntures - 2ª série	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.003	401	401
9ª Emissão de debêntures - série única	500.000	500.000	28/03/2024	26/03/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.031	516	–
10ª Emissão de debêntures - série única	1.800.000	1.800.000	25/06/2024	20/06/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.003	1.805	–
11ª Emissão de debêntures - série única	2.800.000	2.800.000	01/10/2024	25/09/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.029	2.882	–
12ª Emissão de debêntures - série única	800.000	800.000	13/12/2024	10/12/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.006	804	–
Custo de captação							(176)	(185)
							14.799	13.193

(i) Em 02 de outubro de 2024, a Companhia captou R$2.800, por meio da 11ª emissão de debêntures simples, que foram destinados exclusivamente para gestão de passivos, incluindo o pré-pagamento da totalidade da 2ª série das notas promissórias da 2ª emissão da Companhia, bem como da totalidade da 1ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, as quais foram pagas em 10 e 11 de outubro de 2024, respectivamente, no valor total de R$2.843.

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas são: sem preferências; não conversíveis em ações; não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

16.11 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

16.12 Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui garantias relacionadas aos seus contratos de empréstimos.

16.13 Contratos de *swap*

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos em taxa de juros pré-fixados e em IPCA trocando essas obrigações pelo Real atrelado a taxa de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2024 foi de 10,83% (13,04% em 31 de dezembro de 2023).

16.14 Índices financeiros

Em conexão com os empréstimos, as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/*EBITDA Last Twelve Months ("LTM")* menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava com todas as obrigações contratuais cumpridas e adimplente em relação a esses índices.

17 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida de eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrências e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55	86	24	165
Adições	17	172	22	211
Reversões	(6)	(49)	(5)	(60)
Pagamentos	(4)	(59)	(8)	(71)
Atualização monetária	–	13	5	18
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62	163	38	263
Depósito judicial	(1)	(15)	(10)	(26)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	61	148	28	237

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62	163	38	263
Adições	7	225	29	261
Reversões	(37)	(114)	(26)	(177)
Pagamentos	(9)	(117)	(15)	(141)
Atualização monetária	(7)	17	7	17
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16	174	33	223
Depósito judicial	(4)	(2)	(3)	(9)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	12	172	30	214

Do valor total do quadro acima, R$26 (R$50 em 31 de dezembro de 2023) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R$4 tributário, R$7 trabalhista e R$15 cível (R$3 tributário, R$27 trabalhista e R$20 cível em 31 de dezembro de 2023).

17.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) IPI na revenda de produtos importados; e (iii) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2024 para esses assuntos é de R$16 (R$62 em 31 de dezembro de 2023).

17.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R$174 (R$163 em 31 de dezembro de 2023), referente ao potencial de risco de perda em relação às reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

17.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações cíveis e imobiliárias, revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos. A Companhia constitui provisão da diferença entre os valores de aluguéis mensais pagos pelas lojas e os valores de aluguéis apurados em perícias judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o montante da provisão para essas ações é de R$26 (R$32 em 31 de dezembro de 2023), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2024, o montante da provisão para essas ações é de R$7 (R$6 em 31 de dezembro de 2023).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2024 da Companhia é de R$33 (R$38 em 31 de dezembro de 2023).

17.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, e são relacionadas aos seguintes assuntos:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre operações financeiras - IOF - Processo de divergências de recolhimento.	14	14
PIS, COFINS - Divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de PIS e COFINS, dentre outros assuntos que aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial.	1.008	783
ICMS - Apropriação de créditos de aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, dentre outros assuntos, os quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.	1.218	1.216
ISS, IPTU, Taxas e outros - Divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, que aguardam decisões administrativas e judiciais.	20	18
INSS - Divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, que estão em discussão administrativa e judicial.	25	24
Outras - Ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação e fixação dos contratos de locação de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça e juizado especial cível, processos administrativos de órgãos fiscalizadores, dentre outros.	2	98
Remuneração vinculada a taxa de sucesso dos advogados externos caso todos os processos fossem finalizados com êxito.	27	20
	2.306	2.173

Do valor total do quadro acima, R$1.097 (R$1.494 em 31 de dezembro de 2023) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R$1.096 tributário e R$1 cível (R$1.398 tributário e R$96 cível em 31 de dezembro de 2023).

Foram abertas três ações cíveis públicas movidas por instituições ligadas ao movimento negro, em razão de uma abordagem a um cliente em agosto de 2021 na loja de Limeira - SP, na qual alegam que os motivadores da abordagem seriam questões raciais, sendo o objeto das ações a indenização por danos coletivos. Todas foram devidamente respondidas. Uma delas já foi extinta pelo judiciário sem maiores efeitos. Em 31 de dezembro de 2024, restam duas ações vigentes em andamento e, dada a subjetividade do tema, ainda não é possível estimar razoavelmente os valores envolvidos. Não se espera impacto significativo, quando da conclusão das ações sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

17.4.1 Incertezas sobre o tratamento de IRPJ e CSLL

Em atendimento ao ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, a Companhia possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado e por essa razão são classificados como possíveis. Em 31 de dezembro de 2024, o valor envolvido era de R$1.025 (R$917 em 31 de dezembro de 2023).

Do valor total apresentado acima R$293 é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais (R$337 em 31 de dezembro de 2023).

17.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	1.747	1.113
Trabalhistas	89	75
Cíveis e outros	60	34
	1.896	1.222

O custo das garantias em 31 de dezembro de 2024 é aproximadamente 0,17% ao ano do valor das causas (0,17% em 31 de dezembro de 2023) e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

17.6 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais:

Processos	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	16	18
Trabalhistas	4	16
Cíveis e outros	4	10
	24	44

18 RECEITAS A APROPRIAR

São reconhecidas pela Companhia como passivo, pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais, sendo reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço.

	31/12/2024	31/12/2023
Acordos comerciais com fornecedores (i)	418	385
Acordo comercial - Folha de pagamento (ii)	37	48
Marketing	20	22
	475	455
Circulante	449	418
Não circulante	26	37

(i) Refere-se a aluguéis de módulos dos fornecedores para exposição de seus produtos "*checkstand*", ponta de gôndola e painéis luminosos "*back light*".

(ii) Acordo comercial com instituição financeira referente à exclusividade para o processamento da folha de pagamento.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

19.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	935	554
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal (34%)	(318)	(188)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	(4)	(3)
Resultado de equivalência patrimonial	22	17
Juros sobre capital próprio	43	–
Subvenção de ICMS - incentivos fiscais (i)	43	319
Créditos de atualizações monetárias	51	15
Outras diferenças permanentes	(3)	(4)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(166)	156
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	(141)	(6)
Diferido	(25)	162
(Despesa) benefício de imposto de renda e contribuição social	(166)	156
Taxa efetiva	17,8%	-28,2%

(i) A Companhia apura benefícios fiscais que são caracterizados como incentivos fiscais que, conforme previsão legal, não compõem base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

19.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	314	–	314	385	–	385
Provisão para demandas judiciais	67	–	67	81	–	81
Swap	–	(132)	(132)	–	(66)	(66)
Amortização fiscal de ágio	–	(317)	(317)	–	(317)	(317)
Marcação a mercado	2	–	2	–	(25)	(25)
Imobilizado e intangível	10	–	10	10	–	10
Perdas não realizadas com créditos tributários	–	(71)	(71)	–	(15)	(15)
Provisões de estoque	35	–	35	30	–	30
Custo de captação	–	(62)	(62)	–	(66)	(66)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	3.249	(3.016)	233	3.085	(2.961)	124
Programa de remuneração	21	–	21	10	–	10
Variação cambial	33	–	33	–	–	–
Outros	7	–	7	20	–	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.738	(3.598)	140	3.621	(3.450)	171
Compensação	(3.598)	3.598	–	(3.450)	3.450	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	140	–	140	171	–	171

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:



19.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	171	6
(Despesas) benefícios no exercício	(25)	162
IR sobre outros resultados abrangentes	3	3
Outros	(9)	–
No final do exercício	140	171

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social e direitos das ações

Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias. Abaixo, o capital social subscrito e totalmente integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

	Quantidade de ações	Valor (em reais)
Saldo em 31/12/2022	1.349.165.394	1.263.218.381
Aumento de capital - RCA em 15/02/2023	58.870	637.616
Aumento de capital - RCA em 28/03/2023	1.031.232	1.154.499
Aumento de capital - RCA em 18/08/2023	1.207.046	3.915.566
Aumento de capital - RCA em 30/10/2023	213.458	1.559.323
Aumento de capital - RCA em 08/12/2023	156.200	1.205.864
Total da movimentação do exercício	2.667.806	8.472.868
Saldo em 31/12/2023	1.351.833.200	1.271.691.249
Aumento de capital - RCA em 08/08/2024	250.799	2.568
Aumento de capital - RCA em 07/11/2024	54.881	549
Aumento de capital - RCA em 11/12/2024	76.767	708
Total da movimentação do exercício	382.447	3.825
Saldo em 31/12/2024	1.352.215.647	1.271.695.074

Abaixo, composição acionária da Companhia:

	Nota	31/12/2024	Participação	31/12/2023	Participação
Ações em circulação		1.348.415.647	99,72%	1.351.833.200	100,00%
Ações em tesouraria	20.6	3.800.000	0,28%	–	–
		1.352.215.647	100,00%	1.351.833.200	100,00%

20.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio (JSCP) e os dividendos distribuídos no exercício.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, considerando antecipação de JSCP aos seus acionistas, cálculos conforme demonstrado abaixo:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		769	710
Reserva de incentivos fiscais	20.5	(229)	(710)
Base reserva legal		540	–
% Reserva legal		5%	5%
Reserva legal do exercício	20.3	27	–
Base dividendos		513	–
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		128	–
JSCP a pagar líquido (i)		(109)	–
Dividendos propostos		20	–

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2024, foi aprovado o pagamento antecipado de Juros sobre Capital Próprio no valor bruto de R$125 sobre o qual foi efetuada a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte no valor de R$16, resultando no valor líquido de R$109. O pagamento será efetuado no dia 28 de fevereiro de 2025.

20.3 Reserva de lucros

A reserva legal é estabelecida mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R$207 (R$180 em 31 de dezembro de 2023).

O valor de R$27 constituído em 31 de dezembro de 2024 (não houve constituição em 31 de dezembro de 2023), respeita o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	769	710
Reserva de incentivos fiscais	(229)	(710)
Base reserva legal	540	–
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	27	–

20.4 Reserva de expansão

Durante o exercício de 2024 não houve constituição de reserva de expansão, visto que o resultado do exercício de 2023 no valor de R$710 foi aplicado, em sua totalidade, na constituição da reserva de incentivos fiscais (R$325 em 31 de dezembro de 2023).

20.5 Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados foram considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou o montante de R$939 à reserva de incentivos fiscais, sendo R$710 constituídos em 2023 e R$229 constituídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Art. 30 da Lei nº 12.973/2014 foi revogado por meio da Lei nº 14.789/2023 desobrigando os contribuintes a constituírem reserva de incentivos fiscais a partir de 1º de janeiro de 2024.

20.6 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Em 25 de junho de 2024, o Conselho de Administração aprovou o primeiro programa de recompra de ações de emissão da Companhia. O programa tem por objetivo a aquisição, em até 12 meses a partir da data de aprovação, de até 3.800.000 ações ordinárias, representativas de 0,28% do total de ações em circulação, para manutenção em tesouraria e entrega dessas ações aos participantes do Programa Sócio Executivo, vide nota 20.7.4 e do Plano de Incentivo de Longo Prazo via Outorga do Direito de Receber Ações, vide nota 20.7.5. As ações foram adquiridas no mercado de ações com base nas condições normais de negociação.

O quadro abaixo representa a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade de ações	Valor (em reais)	Preço médio
Em 31 de dezembro de 2023	–	–	–
Recompra de ações	3.800.000	26.390.274	6,94
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.800.000	26.390.274	6,94

20.7 Pagamento baseado em ações

20.7.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica "Opções de ações outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1)/*IFRS 2* - Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito diluitivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Plano de remuneração da Companhia

O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B9, B10 e B11 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção da Companhia

O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção.

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries C9, C10 e C11 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

				31/12/2024			
				Quantidade de ações (em milhares)			
Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B8	31/05/2021	01/06/2024	0,01	363	(318)	(45)	–
C8	31/05/2021	01/06/2024	13,39	363	(20)	(343)	–
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	2.163	(389)	(115)	1.659
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	1.924	(119)	(146)	1.659
B10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	0,01	1.390	(40)	(54)	1.296
C10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	11,82	1.390	–	(94)	1.296
B11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	0,01	1.294	(27)	(41)	1.226
C11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	10,62	1.294	–	(68)	1.226
				10.181	(913)	(906)	8.362

(i) Ações outorgadas para diretores não estatutários.

20.7.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. O período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2024 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2024 (em milhares)
Quantidade de ações em circulação	1.348.416
Saldo das séries outorgadas em vigor	8.362
Percentual máximo de diluição	0,62%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas:

Séries outorgadas	Média ponderada do valor justo das opções concedidas (em reais)	Expectativa de dividendos	Expectativa de volatilidade aproximada	Taxa de juros médios ponderados sem risco	*Exit rate*	Expectativa de vida média remanescente
B9	15,27	1,20%	37,29%	12,18%	8,00%	5 meses
C9	7,35					
B10	16,33	1,31%	35,32%	10,87%	8,00%	17 meses
C10	3,28					
B11	11,89	0,77%	37,32%	11,28%	8,00%	29 meses
C11	5,18					

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

50 anos ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Ações (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (em reais)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2023	6.086	5,97	1,73
Outorgadas durante o exercício	2.588	5,32	
Canceladas durante o exercício	(816)	9,38	
Exercidas durante o exercício	(396)	0,01	
Em aberto no fim do exercício	8.362	5,88	1,31
Total a exercer em 31 de dezembro de 2024	8.362	5,88	1,31

O valor registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$25 (R$28 em 31 de dezembro de 2023).

20.7.3 Plano de pagamento baseado em ações - liquidadas em caixa

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2023, foi aprovado o plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, somente para os Diretores Estatutários da Companhia. Este plano não torna os executivos sócios da Companhia, mas somente adquirem o direito ao recebimento de um valor em dinheiro correspondente à cotação média das ações da Companhia negociadas na B3 sob o código ASAI3.

A metodologia de cálculo é a média linear da cotação das ações considerando os últimos 20 pregões anteriores, incluindo a data-base de 1º de agosto de 2023 (data de outorga), até o fim do plano em 31 de julho de 2028. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, respeitando os períodos de vestings das ações.

Foram outorgadas 1.989.465 ações aos executivos da Companhia e o recebimento do valor em relação a 50% dessas ações estará condicionado ao cumprimento da condição de serviço (ações condicionadas a tempo) e os outros 50% estará condicionado ao cumprimento, de forma cumulativa, da condição de serviço e da condição de *performance* (ações condicionadas a tempo e *performance*). Durante o exercício houve o cancelamento de 77.626 ações, totalizando, em 31 de dezembro de 2024, 1.911.839 ações vigentes.

Para que as ações condicionadas a tempo se tornem *vested* o Executivo deverá permanecer na Companhia desde a data de outorga até as datas abaixo (prazo de carências):

a) 20% (vinte por cento) no aniversário de 3 anos contados da data de outorga;
b) 20% (vinte por cento) no aniversário de 4 anos contados da data de outorga; e
c) 60% (sessenta por cento) no aniversário de 5 anos contados da data de outorga.

Para que as ações condicionadas a tempo e *performance* se tornem *vested* o Executivo deverá cumprir os prazos de carências acima, além do cumprimento das metas, sendo segregado entre: a) Meta *Environmental, Social and Governance* ("ESG") com peso de 30%: i) contratação de pessoas com deficiências; ii) mulheres na liderança, no cargo gerencial ou superior; e iii) emissões totais de carbono - Escopo 1 e 2, e b) Meta operacional com peso de 70%: i) fluxo de caixa operacional.

As metas dispostas acima serão revisadas anualmente pelo Conselho de Administração e o não atingimento, em 31 de dezembro de 2026 e 2027, poderá ser compensado pelo atingimento nas datas de apuração subsequentes.

Ao final de cada prazo de carências as ações condicionadas a tempo que tiverem se tornando ações *vested* serão liquidadas automaticamente, e as ações condicionadas a tempo e *performance* deverão ser verificadas o cumprimento das metas acima relacionadas.

Caso o desligamento do Executivo seja realizado por iniciativa própria, este perderá o direito ao recebimento das ações não *vested* sendo imediatamente canceladas e extintas, sem qualquer compensação e/ou indenização, independente de aviso prévio ou notificação. Caso o desligamento do Executivo seja realizado por iniciativa da Companhia, mediante demissão e destituição do cargo por falta grave, todas as suas ações serão extintas, sem qualquer compensação e/ou indenização, independente de aviso prévio ou notificação. Caso o desligamento do Executivo seja realizado em decorrência de mútuo acordo entre a Companhia e o Executivo ou por iniciativa da Companhia, mediante demissão e destituição do cargo, sem falta grave, o Executivo terá o direito, condicionado ao cumprimento das obrigações restritivas, à liquidação de todas as ações *vested* na data do desligamento e a manter uma parcela das ações não *vested* conforme acordado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo correspondente ao plano, incluindo os encargos sociais, está registrado na rubrica de "Plano de ações liquidadas em caixa" no passivo não circulante, no valor de R$5 (R$4 em 31 de dezembro de 2023), o total da despesa reconhecida foi de R$2 (R$4 em 31 de dezembro de 2023) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$16.

20.7.4 Programa sócio executivo

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Programa Sócio Executivo da Companhia, o qual tem por objetivo criar um programa de longo prazo único e extraordinário, que não se confunde com o Incentivo de Longo Prazo padrão, composto por uma concessão única de direitos a ações direcionada ao Diretor Presidente, ao Diretor Vice-Presidente Comercial e de Logística e ao Diretor Vice-Presidente de Operações ("Participantes"), em montante substancial e atrelado à permanência e ao atingimento de determinadas metas de *performance* dos Participantes, visando: (i) a retenção de longo prazo dos Participantes; e (ii) o reforço do senso de dono nos Participantes, transformando administradores-chave em acionistas relevantes e de longo prazo.

Através do Programa Sócio Executivo, a Companhia outorgou, em 1º de maio de 2024, aos Participantes o direito de receber até 27.044.313 ações da Companhia, correspondente a até 2% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do Programa Sócio Executivo, sujeita aos ajustes previstos no Programa Executivo, como segue:

i) 0,40% serão compostos por ações restritas, cujo direito somente será adquirido se os Participantes permanecerem vinculados à Companhia como Administradores, sendo: i) 30% na primeira data de *vesting* (5 anos da data da outorga) e ii) 70% na segunda data de *vesting* (7 anos da data da outorga); e
ii) até 1,60% serão compostos por ações com premissas de *performance*, cujo direito somente será adquirido se forem verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: i) os Participantes permanecerem vinculado à Companhia como administradores até a segunda data de *vesting* e ii) as metas de *performance* forem atingidas na segunda data de vesting, apuradas e calculadas de acordo com os termos e condições abaixo previstos.

Ações com premissas de *performance*

- A quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento da meta de Lucros por Ação ("LPA"), conforme aumento do *Compound Annual Growth Rate* ("CAGR") acumulado do LPA durante o período de apuração conforme curva de atingimento.
- A curva de atingimento das metas LPA terá início no *trigger* mínimo correspondente a um LPA acumulado igual ou maior a IPCA + 20% a.a.. Partindo do *trigger* mínimo de IPCA + 20% a.a., o percentual da quantidade total de ações de emissão da Companhia a que os Participantes terão jus aumentará proporcionalmente ao aumento do *CAGR* acumulado do LPA até o limite de 1,60% da quantidade total de ações de emissão da Companhia. Se o *trigger* mínimo da curva da meta de LPA não for atingido, será considerado que a condição de *performance* não foi atingida.
- A curva de atingimento da meta de *performance* acumulada LPA será apurada considerando o período entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2030, exceto nos seguintes casos em que será considerado o período proporcional, conforme previsto no Programa Executivo: Desligamento Involuntário entre Primeira e Segunda Data de Vesting; Alienação de Controle e Aquisição Relevante; e Fechamento de Capital e Saída do Novo Mercado. Caberá ao Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria e ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração calcularem e verificarem o cumprimento das metas de *performance*.
- As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos participantes mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

Ações adicionais

- Os Participantes terão direito de receber o valor por ação de dividendos, juros sobre capital próprio ou outros proventos pagos pela Companhia a seus acionistas entre a data de outorga e a data de recebimento das referidas ações, cujo valor será pago em ações ("ações adicionais"). O cálculo das ações adicionais será realizado através da multiplicação do valor por ação distribuído a título de proventos pela quantidade de ações a que os Participantes terão jus a receber, a cada data de pagamento de proventos, dividido pelo preço de cotação da ação ao final do pregão na B3 no dia imediatamente anterior à data em que as ações da Companhia passaram a ser negociadas ex-dividendos.
- As ações adicionais serão acrescidas à quantidade alvo outorgada (seja de ações restritas ou ações com premissas de *performance*) e estarão sujeitas aos mesmos termos e condições aplicáveis às ações restritas e ações com premissas de *performance* e serão transferidas ao Participante nos mesmos termos e condições mediante cumprimento das condições aplicáveis.

Todas as ações que vierem a ser recebidas pelos Participantes no âmbito do Programa Sócio Executivo ficarão sujeitas a um *lock-up* de 3 anos contados da data de recebimento das ações, exceto se previsto de forma diversa pelo Conselho de Administração nas hipóteses de desligamento do participante.

O valor justo de cada ação concedida no montante de R$13,12 foi mensurado com base no preço da ação na data da outorga, reduzido pela estimativa de desconto de 13,50%, devido à restrição de transferências após o período de aquisição. A Companhia determinou a quantidade estimada de ações que serão consideradas de direito dos Participantes em relação à parcela variável do plano com base nas projeções de resultado, alinhadas com as premissas de negócio e que a cada fim de período a estimativa será ajustada conforme essas projeções. Foi outorgada a quantidade de 9.952.307 ações, com o valor justo de R$11,35.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor registrado no resultado do período foi de R$13 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2023) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$132, incluindo os encargos.

20.7.5 Plano de incentivo de longo prazo via outorga do direito de receber ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), o qual tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas e ações com premissas de *performance* aos diretores estatutários e não-estatutários da Companhia ("Participantes"), bem como a eventuais outros empregados que possam ser selecionados para participar do plano.

Mediante a concessão do direito de receber ações de emissão da Companhia aos Participantes, o Plano ILP visa promover: (i) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia; (ii) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle; e (iii) a busca pela maximização de resultados e pela geração de valor sustentável para a Companhia e seus acionistas.

As outorgas realizadas no âmbito do Plano ILP serão feitas na seguinte proporção: (i) 30% do direito concedido será composto por ações restritas, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento de um prazo de *vesting* único de 3 anos (exceto pela outorga ao Diretor Presidente, que terá um prazo de *vesting* de até 5 anos, com *vesting* parciais de 33% no 3º ano, 33% no 4º ano e 34% no 5º ano); e (ii) 70% do direito concedido será composto por ações com premissas de *performance*, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente) vinculado ao atingimento das metas de *performance* estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de ações com premissas de performance que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento de tais metas ao final do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente), podendo variar de 90% a 110% da quantidade alvo de ações (sendo que a quantidade-alvo de ações assumirá o atingimento de 100% das metas).

Ações com premissas de *performance*

Em relação às outorgas de ações com premissas de *performance* os indicadores serão definidos considerando os seguintes principais objetivos:

- preservar a relevância e posicionamento da Companhia em relação aos seus *peers* no setor de *cash & carry*;
- assegurar a geração de valor sustentável dos negócios;
- garantir a rentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo; e
- assegurar o nível adequado de lucratividade das operações, preservando níveis saudáveis de margem de lucro em relação ao histórico da Companhia.

A quantidade de ações restritas e ações com premissas de *performance* outorgadas será determinada com base: (i) em um múltiplo salarial, de acordo com a grade ocupada pelo Participante; e (ii) na cotação média das ações nos 20 pregões anteriores à outorga.

As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos Participantes mediante o cumprimento das condições descritas no plano, sendo que a transferência das ações será feita mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

Através do Plano ILP, a Companhia concederá aos Participantes o direito de receber uma determinada quantidade de ações correspondente a até 1,5% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do respectivo plano, sujeita aos ajustes previstos.

O valor justo de cada ação concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes* de precificação, considerando as seguintes premissas:

i) Expectativa de volatilidade aproximada: 37,32% para o 3º ano, 36,94% para o 4º ano e 38,27% para o 5º ano; e
ii) Expectativa de dividendos: 0,77% para o 3º, 4º e 5º ano.

A Companhia determinou a quantidade estimada de ações que serão consideradas de direito dos Participantes em relação à parcela variável do plano com base nas projeções de resultado alinhadas com as premissas de negócio e que a cada fim de período a estimativa será ajustada conforme essas projeções. Foi outorgada a quantidade de 1.094.759 ações, com o valor justo de R$11,90 para o 3º ano, R$11,81 para o 4º ano e R$11,72 para o 5º ano.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor registrado no resultado do período foi de R$2 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2023) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$15, incluindo os encargos.

21 RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O *IFRS 15*/CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de *performance* da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

As receitas auferidas pela prestação de serviços, são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Mercadorias	80.295	72.535
Prestação de serviços e outros	275	250
	80.570	72.785
(-) Deduções da receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	(182)	(147)
Impostos	(6.569)	(6.135)
	(6.751)	(6.282)
Receita operacional líquida	73.819	66.503

22 DESPESAS POR NATUREZA

Custo das mercadorias vendidas

Compreende o custo das aquisições, líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, e acrescido das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística, administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete, incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

Compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais, revistas e canais digitais tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

Correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com estoques	(60.451)	(54.685)
Despesas com pessoal	(4.518)	(4.137)
Serviços de terceiros	(401)	(338)
Despesas comerciais	(1.215)	(1.093)
Despesas funcionais	(1.280)	(1.150)
Outras despesas	(606)	(521)
	(68.471)	(61.924)
Custo das mercadorias vendidas	(61.598)	(55.682)
Despesas com vendas	(5.995)	(5.411)
Despesas gerais e administrativas	(878)	(831)
	(68.471)	(61.924)

23 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da Demonstração do Resultado do Exercício.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	(12)	55
Receitas (despesas) relativas a demandas judiciais	1	(1)
Gastos com integração, reestruturação e outros	(10)	(5)
	(21)	49

24 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro.

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	118	123
Atualizações monetárias ativas	144	80
Receita de antecipação de títulos	54	42
Outras receitas financeiras	8	36
Total de receitas financeiras	324	281
Despesas financeiras		
Custo da dívida	(1.963)	(1.706)
Perda de marcação a mercado	(88)	(14)
Custo e desconto de recebíveis	(133)	(119)
Atualizações monetárias passivas	5	(247)
Juros sobre passivo de arrendamento	(1.041)	(899)
Outras despesas financeiras	(13)	(27)
Total de despesas financeiras	(3.233)	(3.012)
	(2.909)	(2.731)

25 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários (a)	769	710
Média ponderada da quantidade de ações, excluindo as ações em tesouraria	1.351	1.350
Denominador básico (milhões de ações) (b)	1.351	1.350
Média ponderada de opção de compra de ações	4	4
Denominador diluído (milhões de ações) (c)	1.355	1.354
Lucro básico por milhões de ações (R$) (a ÷ b)	0,569164	0,525574
Lucro diluído por milhões de ações (R$) (a ÷ c)	0,567277	0,524174

26 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

Transações	Nota
Aquisição de imobilizado que ainda não foram pagos	12.4
Deliberação de dividendos e JSCP	20.2

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

27.1 Captação de empréstimo em moeda estrangeira

Em 13 de janeiro de 2025, a Companhia captou USD100 milhões, equivalentes a R$608, com prazo de vencimento de 3 anos, com pagamento de juros semestrais e pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi contratado um contrato de *swap* para proteção da variação cambial, com custo de CDI + 1,22% ao ano. Os recursos desta captação foram destinados para reforço de capital de giro.

PRESIDENTE	DIRETORIA ESTATUTÁRIA			CONTADOR
Belmiro de Figueiredo Gomes	Vitor Fagá de Almeida	Wlamir dos Anjos	Anderson Barres Castilho	Valdério Matias da Silva CRC SP 240047/O-0

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71



ASAI3
B3 LISTED NM

continuação

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2024

Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar um resumo do relatório de atividades do Comitê de Auditoria, incluindo atividades e contribuições do Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sendas Distribuidora S.A. durante o exercício social de 2024, em conformidade com seu Regimento Interno. Este documento também contempla as conclusões e recomendações do Comitê sobre as demonstrações financeiras do período, destinadas ao Conselho de Administração.

Principais Atividades do Exercício 2024

Durante o ano de 2024, o Comitê desempenhou um papel central no fortalecimento da governança corporativa e da transparência, conduzindo as seguintes atividades principais:

1. Revisão das Demonstrações Financeiras:
- Análise minuciosa das informações trimestrais (ITRs) e das demonstrações financeiras anuais, incluindo as notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.
- Avaliação do alinhamento das informações divulgadas às melhores práticas contábeis e regulatórias.

2. Interação com a Administração e Auditores:
- Discussão com a Administração e a Auditoria Independente sobre os principais assuntos de auditoria (PAA), incluindo aspectos críticos identificados durante os trabalhos.
- Monitoramento das ações implementadas para endereçar recomendações da Auditoria Interna e Independente.

3. Avaliação de Controles Internos e Riscos:
- Acompanhamento das iniciativas relacionadas à conformidade com a legislação SOX e com os controles internos da Companhia.
- Supervisão de temas relacionados a contingências fiscais e não fiscais, provisões, garantias, e outros aspectos relevantes para a gestão de riscos.

4. Promoção de Cultura de Compliance:
- Monitoramento da implementação de programas de integridade e de ética, alinhados à legislação aplicável e às boas práticas do mercado.

Conclusão e Recomendação

Com base nas informações analisadas ao longo do exercício de 2024, o Comitê de Auditoria, em conformidade com suas responsabilidades previstas no Regimento Interno, conclui que:

i) As demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações.

ii) O Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, e as informações fornecidas pela Administração e pela Auditoria Interna corroboram a adequação e a transparência dos dados apresentados.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Heraldo Oliveira - Coordenador do Comitê

Andiara Petterle | **Enéas Pestana**
Leonardo Pereira | **Guillermo Braunbeck**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos Membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A., e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Artemio Bertholini - Presidente
Leda Maria Deiro Hahn - Membro Efetivo
Edison Carlos Fernandes - Membro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sendas Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8.1 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no valor de R$1.297 milhões, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente de ICMS a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura de ICMS a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis e aplicação de regime especial obtido pela Companhia na apuração de ICMS para certos estados da Federação.

A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do nível relevante de complexidade relacionado às legislações estaduais de ICMS e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros de ICMS a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado e por questões relacionadas aos regimes especiais e potenciais mudanças nas legislações estaduais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários de ICMS e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões e contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 17.1 e nº 17.4 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte envolvida em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Com base em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2024, a Diretoria registrou provisões no montante de R$16 milhões.

Ainda, a Companhia possui processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R$3.331 milhões em 31 de dezembro de 2024, incluindo tratamentos tributários incertos, para os quais não foi registrada provisão. Deste valor, R$1.390 milhões é sujeito a reembolso pelo antigo controlador da Companhia, conforme acordo de separação celebrado entre as partes. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudências aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e de jurisprudências aplicável, que requer um grau relevante de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de processos administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados às contingências tributárias.
- Efetuamos a leitura e entendimento do acordo de indenização celebrado pela Companhia com os antigos controladores.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, para as quais:
  - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e documentação suporte desta avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Avaliamos os julgamentos efetuados pela Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
  - Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Natacha Rodrigues dos Santos
Contadora
CRC nº 1 SP 257140/O-0

Deloitte.

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores
Publique seus atos societários no jornal impresso!
AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE ESN RELACIONADOS
PORTAL ESTADÃO RI
ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS
SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR
ESTADÃO150 ESTADÃO RI ELDORADO 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Eufrázio

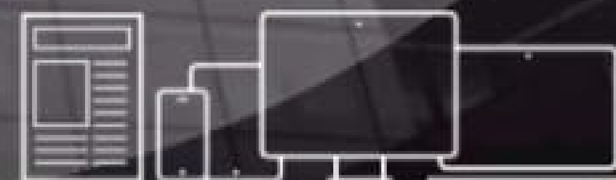
ESTADÃO

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES


CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)


ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22